



Análise de discurso:

apontamentos
para uma história
da noção-conceito
de formação
discursiva

Roberto Leiser Baronas
(Organizador)

Análise de discurso:

apontamentos
para uma história
da noção-conceito
de formação
discursiva

Roberto Leiser Baronas
(Organizador)

Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva

Atílio Butturi Júnior
Ana Raquel Motta
Claudiana Narzetti
Claudine Haroche
Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro
Damon Mayaffre
Dominique Maingueneau
Freda Indursky
Inês Lacerda Araújo
Jacques Guilhaumou
Jean-Jacques Courtine
Jefferson Voss dos Santos
Lucília Maria Abrahão e Sousa
Maria do Rosário Valencise Gregolin
Michel Pêcheux
Paul Henry
Pierre Achard
Roberto Leiser Baronas
Sonia Branca-Rosoff
Sophie Moirand
Sirio Possenti
Vanice Maria de Oliveira Sargentini
(Autores)

Letraria
Araraquara
2020



ANÁLISE DE DISCURSO: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA NOÇÃO-CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

PROJETO EDITORIAL
Letraria

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Letraria

CAPA
Letraria

REVISÃO
Letraria

BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso:
apontamentos para uma história da noção-conceito
de formação discursiva.** Araraquara: Letraria, 2020.

ISBN: 978-65-990072-7-9

1. Análise de discurso. 2. Formação discursiva.
3. Noção-conceito.

CDD: 410

**À Joyce e à Carolina
por todos os sentidos...**

| Sumário

Agradecimentos	8
Prefácio Sirio Possenti	10
Apresentação Roberto Leiser Baronas	12
A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry	17
Remontemos de Foucault à Spinoza Michel Pêcheux	40
O conceito de formação discursiva Jean-Jacques Courtine	58
Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente Jacques Guilhaumou	88
Formação discursiva, dialogismo e sociologia Pierre Achard	106
Formação discursiva: uma noção muito ambígua? Sonia Branca-Rosoff	129
Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva Sophie Moirand	152

Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas	194
Dominique Maingueneau	
Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo	210
Atílio Butturi Júnior	
Foucault, Pêcheux e a formação discursiva	235
Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro	
Analisar formações discursivas: reflexões teórico-metodológicas aplicadas a um <i>corpus</i> sobre a palmada	264
Claudiana Narzetti	
Formação(ões) discursiva(s) e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas <i>versus</i> burgueses	281
Damon Mayaffre	
Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva	300
Freda Indursky	
Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault	318
Inês Lacerda Araújo	
Especificidades do discurso e das formações discursivas para Michel Foucault: práticas discursivas e não-discursivas	337
Jefferson Voss dos Santos	
Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia	361
Lucília Maria Abrahão e Sousa	

Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades Maria do Rosário Valencise Gregolin	377
Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault Roberto Leiser Baronas	394
Direita e esquerda: volver! Sirio Possenti e Ana Raquel Motta	411
A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o <i>corpus</i> na análise do discurso Vanice Maria de Oliveira Sargentini	433
Posfácio Maria da Conceição Fonseca-Silva	444

| Agradecimentos

Uma coletânea de textos como esta, que abrange além dos textos fundadores, publicados no contexto francês, nos anos 70 e 80 do século passado, até os desenvolvimentos mais atuais da noção-conceito de formação discursiva, não é tarefa para um único solista. Trata-se de um empreendimento que só se dá no coletivo, envolvendo muitas mãos, braços, cabeças, corações e muito suor. Nesse sentido, embora corra o risco de deixar de mencionar alguém, gostaria de agradecer aos muitos amigos, incentivadores e inspiradores que contribuíram diretamente, com o seu conteúdo.

Em primeiro lugar, agradeço a Claudine Haroche, Paul Henry e Marie Eugénie Pêcheux pela autorização para a tradução e publicação dos textos de Michel Pêcheux;

Em segundo lugar, agradeço ao Prof. Juan Magariños de Morentín que, ainda em vida, autorizou a publicação e a tradução para o português da versão em espanhol do texto de Jean-Jacques Courtine, publicada inicialmente no *site* do pesquisador argentino;

Em terceiro lugar, agradeço à Sonia Branca-Rosoff; Sophie Moirand; Dominique Maingueneau; Pierre Achard; Jacques Guilhamou e Damon Mayaffre pela autorização para a tradução e publicação dos seus textos ;

Em quarto lugar, agradeço a Atílio Butturi Júnior; Ana Raquel Motta; Claudiana Narzetti; Cláudia Rejane Pinheiro Granjeiro; Freda Indursky; Inês Lacerda Araújo; Jefferson Voss dos Santos; Lucília Maria Abrahão e Sousa; Maria do Rosário Valencise Gregolin; Sirio Possenti e Vanice Maria de Oliveira Sargentini a autorização para a publicação dos seus artigos;

Em quinto lugar, agradeço aos tradutores Julia Lourenço Costa; Maria do Rosário Gregolin; Fábio César Montanheiro; Dilson Ferreira da Cruz; Nilton Milanez e Renata Carreon pelo seu precioso trabalho de tradução dos textos em francês e espanhol;

Finalmente devo um imenso obrigado ao Prof. Sirio Possenti e à Profa. Maria da Conceição Fonseca-Silva por me darem a honra de prefaciar e redigir o posfácio, ao Prof. Valdemir Miotello, Editor da Pedro & João, por autorizar a publicação desta edição em outra editora, ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa, aos meus alunos de graduação e de pós-graduação da UFSCar e da UFMT – as maiores razões para este empreendimento – e também à Editora Letraria de Araraquara que prontamente acreditou no nosso projeto e aceitou disponibilizar gratuitamente este livro.

A Todos/as GRATIDÃO !!!!

| Prefácio

O conceito de formação discursiva tem um papel crucial na análise do discurso francesa. Foi – e talvez ainda seja – uma unidade de análise importante. Foi ele que deu concretude a diversas afirmações que poderiam parecer abstratas, entre elas a de Pêcheux, que retira o discurso da oposição universal/individual, assinalando-lhe um lugar *particular*: não são os indivíduos que falam, o sentido não é subjetivo, nem mesmo o é o estilo (poder-se-ia dizer). Uma língua não é universal, o sentido não é universal, os falantes não atribuem os mesmos sentidos às mesmas “frases” ou palavras. É uma FD que fala (ou uma unidade correspondente, como uma teoria ou uma escola), o sentido tem a ver com a FD (ou...), o estilo é o dos gêneros em que cada FD (ou...) se materializa.

Neste sentido, as FDs se assemelham aos campos (conceitos de Bourdieu e de Bakhtin, em tempos e lugares diferentes), e, creio que assim poderiam ser relidas as formações discursivas propostas por Foucault, em vez de serem aproximadas (ou igualadas, exceto pelo *corpus*) a unidades ideológicas como comunismo, socialismo, fascismo etc.

Uma boa polêmica é se as FDs são “dadas” ou “construídas” pelos analistas. Talvez algumas estejam mais ligadas a instituições e outras estejam mais “soltas” nas sociedades. As esquerdas não são as mesmas em épocas diferentes. Nas sociedades atuais, há mais FDs do que havia no século XVII ou havia na Idade Média – creio que se pode apostar nisso.

Mesmo quando as análises partem de outras unidades (fórmulas, pequenas frases, frases destacadas) encontrar um lugar do tipo FD para elas, ou melhor, para suas diversas interpretações e sua múltipla circulação, é ainda uma questão relevante.

É também da maior importância estar aberto a novas unidades, similares ou análogas, para evitar que a análise do discurso fale de tudo, menos dos discursos, outro nome das FDs.

O livro que se vai ler é uma expressão da diversidade de abordagens, das dificuldades e inquietações que a noção põe aos analistas. Mas parece que as dificuldades são maiores quanto mais se espera de um conceito que ele simplesmente se encaixe em algum lugar (de uma tese) ou que ele explique automaticamente (basta apelar para ele) um conjunto de enunciados.

Que não se pretenda fazer dele um uso automático! É um conceito que exige avaliação cuidadosa a cada vez que é chamado a prestar um serviço a um analista do discurso.

Sirio Possenti

Campinas, fevereiro de 2019.

| Apresentação

[...] dans la lute théorique comme ailleurs, on ne détruit réellement que ce que l'on est capable de remplacer réellement.

(Michel Pêcheux)

Início esta apresentação um pouco ao estilo do filósofo esloveno Slavo Žižek, o faço não por ser considerado por muitos intelectuais o filósofo europeu do momento, mas em função de suas formulações teóricas e metodológicas serem engendradas, sem nenhum tipo de preconceito epistemológico, pois elas se dão com base nos mais diferentes tipos de *corpora*: do texto bíblico ao discurso científico, passando pelos ditados chineses, piadas, charges, *slogans*... Desse modo, nesta apresentação parto de uma cena enunciativa que se parece muito com uma anedota, mas é a mais pura expressão de um caso que realmente aconteceu. É uma pena que Dona Tertuliana, a Terta, Senhora de Pantaleão, personagem do bom e velho Chico Anysio, não possa confirmar esta história.

Certa ocasião, lá pelo início dos anos 2000, fui apresentar um trabalho em um Congresso de Análise do discurso, à época era aluno de doutorado na UNESP de Araraquara. Meu trabalho era discutir em uma mesa sobre a atualidade e a operacionalidade do conceito de formação discursiva, as razões pelas quais os pesquisadores franceses, depois do início dos anos 80 do século passado, período que coincidia com o trágico desaparecimento de Michel Pêcheux, passaram a mobilizar cada vez menos em seus trabalhos esse conceito de formação discursiva. Muitas pessoas que estavam assistindo à minha apresentação, talvez interpeladas pela teoria de leitura do Stanley Fish ("Como reconhecer um poema ao vê-lo"), entenderam que eu estava decretando a morte do conceito de formação discursiva. Com efeito, no dia seguinte, muitos retornaram ao Congresso com camisetas em que se podia ler em letras vermelhas

a pequena frase: “A Formação Discursiva não morreu”. À época para muitos discursivistas brasileiros fiquei conhecido como o algoz da formação discursiva. Se fosse hoje, provavelmente os colegas teriam criado e inundado as redes sociais com a #AFDnãomorreu. Pouco tempo depois, instado pelos debates que se deram no Congresso, escrevi um pequeno texto que foi publicado na *Revista Estudos Linguísticos* do GEL, cujo título, inspirado no bom e velho Milan Kundera, era justamente “Formação discursiva: vale a pena lutar por ela”¹. Essa pequena narrativa nos mostra entre outras coisas, para além do Grenal epistemológico que se estabeleceu no Congresso em questão, a suma importância do conceito de formação discursiva para nós discursivistas.

Este livro se constitui numa terceira edição revisada e ampliada do livro *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*, publicado pela Pedro & João Editores em 2007 e 2011, respectivamente. Dada a pertinência e a relevância da temática discutida para os estudos discursivos brasileiros e a aceitação das edições de 2007 e de 2011, resolvemos reeditar, reorganizar e ampliar o livro. Reunimos então 20 artigos, quatro a mais em relação à última edição, de 22 pesquisadores lusófonos e francófonos, filiados aos mais diferentes centros de pesquisa brasileiros e franceses, que tratam da noção-conceito de formação discursiva². Essa coletânea pode ser considerada a única do gênero em português, no domínio da Análise de Discurso de orientação francesa, visto que no seu conjunto pode ser lida inclusive como uma tentativa de se fazer história de uma ciência com base na história de um de seus conceitos basilares.

Nesse sentido, são textos que no seu conjunto por um lado retraçam o itinerário da história da própria Análise de Discurso do início dos anos 70 do século passado até os dias atuais e, por outro,

1 Este texto pode ser acessado em: <http://bit.ly/2x9FrLU>.

2 Como bons “ladrões de palavras”, tomamos de empréstimo este sintagma do artigo de Jacques Guilhaumou presente neste livro “Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente”.

produzem uma história da noção-conceito de formação discursiva. Neste livro, contudo, nosso desejo não é retrazar a escrita da história da Análise de Discurso de orientação francesa, descrevendo desde os primórdios da teoria até o seu atual estado da arte. Objetivamos oferecer, simplesmente, a todos os interessados nas discussões teóricas sobre o discurso, uma descrição um pouco mais detalhada das revisitações pelas quais passou o conceito de formação discursiva ao longo de sua trajetória teórica.

Estamos convictos de que a validade de um trabalho como o cometido está justamente no fato de oferecer aos interessados em questões do discurso algo mais do que as entradas de um verbete de um dicionário especializado. Embora extremamente interessantes tais entradas, por conta mesmo do gênero no qual estão inscritas, não dão conta de evidenciar como diferentes autores mobilizaram teórica e metodologicamente os conceitos. A pertinência desta obra está em oferecer uma espécie de mapa do conceito de formação discursiva, reconstruindo com base em diferentes mirantes discursivos seus meandros, seus volteios, seus desvios, seus desvãos, enfim suas complexidades. Ademais, a nossa proposta não se limita a cartografar a noção-conceito de formação discursiva, mas busca também mostrar como essa noção, enquanto unidade de análise, funciona para dar conta de diferentes *corpora*.

Trata-se de um conjunto de textos complementares ou divergentes e alguns inclusive polêmicos entre si, que podem ser interpretados individualmente como fundadores (Claudine Haroche; Michel Pêcheux e Paul Henry), (re)fundadores (Jean-Jacques Courtine; Jacques Guilhaumou; Dominique Maingueneau; Sonia Branca-Rosoff; Sophie Moirand; Pierre Achard e Inês Lacerda de Araújo) e de aplicação (Freda Indursky; Maria do Rosário Gregolin; Damon Mayaffre; Lucília Maria Abrahão Sousa; Cláudia Pinheiro Granjeiro; Sirio Possenti e Ana Raquel Motta; Vanice de Oliveira Sargentini; Roberto Leiser Baronas; Claudiana Narzetti, Jefferson Voos dos Santos e Atílio Butturi Júnior). São capítulos que flagram desde o momento mesmo de formulação do conceito de formação discursiva

por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* no final dos anos 60 na França, evidenciam depois a (re)configuração desse conceito à luz do althusserianismo por Michel Pêcheux, Claudine Haroche e Paul Henry no início dos anos 70 e, por último, mostram os seus deslocamentos e aplicações mais recentes.

Nas suas cinco décadas de história, é possível asseverar que nenhum conceito do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso suscitou tanta inquietação teórica nos estudiosos do discurso quanto o de formação discursiva. Ele é disparado o que mais sofreu e ainda sofre reconfigurações. Esse conceito encarnando o espírito da própria teoria do discurso se constitui muito mais “numa máquina de abrir questões do que dar respostas” (MALDIDIER, 1990, p. 25).

Na escrita da história da Análise de Discurso, proposta por Denise Maldidier (1999), é possível observar que o conceito de formação discursiva formulado inicialmente por Michel Pêcheux como “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada” (1971) se desloca, principalmente, a partir das contribuições de Jean-Jacques Courtine (1980) e Jean-Marie Marandin (1980), do terreno da ideologia para ingressar no terreno dos saberes discursivos, tal qual fora pensado inicialmente por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*.

Assim, se no primeiro momento a formação discursiva pode ser vista como um exterior discursivo, uma posição ideológica que determina os dizeres do sujeito, ou como um metadiscurso que age diretamente sobre a enunciação dos sujeitos, num segundo momento, por conta do caráter heterogêneo da discursividade, ela precisou ser (re)vista como “a descrição do deslocamento realizado pelos sujeitos, de sua passagem de um lugar enunciativo para outro” (GUILHAUMOU, 1989, p. 65).

Nos desenvolvimentos mais recentes da noção-conceito de formação discursiva, é possível constatar que esse conceito se por

um lado se inscreve de vez no paradigma foucaultiano dos saberes discursivos por outro passa a dialogar menos tensivamente com outros teóricos do discurso, tais como, Mikhail Bakhtin, por exemplo, como demonstra o capítulo assinado por Pierre Achard. Desse modo, se nos anos 80 a tarefa do analista era pensar “entremisturando” descrição e interpretação, como os saberes discursivos se inscreviam em uma formação discursiva, ou quais seriam as condições de enunciabilidade necessárias para tal inscrição, na atualidade, a tarefa do analista é pensar como os diferentes discursos, pelo fato mesmo de sofrerem uma mudança radical no seu regime de materialidades, principalmente por conta da proliferação dos meios de comunicação de massa, constroem as condições de enunciabilidade para se inscrever numa “formação interdiscursiva” (MOIRAND, 2007).

Cumprir dizer que a noção-conceito de formação discursiva, embora tenha sido deixada de lado por Michel Pêcheux e alguns de seus colaboradores, no início dos anos 80 do século passado, na França, talvez por conta de seu caráter eminentemente taxionômico³, continua sendo um instrumento científico bastante produtivo em trabalhos de pesquisa não só no domínio da Análise de Discurso, mas também em outros domínios das Ciências Humanas e Sociais, tanto no Brasil quanto na França.

Boa leitura. Todas as críticas e sugestões são sempre bem-vindas.

Roberto Leiser Baronas, no lombo de um *burrônibus*,
entre São Carlos-SP e Londrina-PR, verão de 2020

3 Sobre o abandono do conceito de Formação Discursiva, Michel Pêcheux em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1983, p. 56) assevera o seguinte: “A noção de ‘formação discursiva’ emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através da sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora”.

A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso⁴

Claudine Haroche
Michel Pêcheux
Paul Henry⁵

⁴ Texto publicado inicialmente no *Jornal Comunista L'Humanité*, depois na Revista *Langages*, número 24, em 1971 e, posteriormente publicado em MALDIDIER, D. *L'Inquietude du Discours: textes de Michel Pêcheux. Éditions du Cendres*, 1990, p.133-153. Agradecemos vivamente a Claudine Haroche pela autorização da tradução e republicação deste texto. Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro.

⁵ Claudine Haroche atualmente é Diretora de Pesquisa no CNRS, Paris, França. Michel Pêcheux desapareceu tragicamente em dezembro de 1983. Paul Henry é linguista e pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS, Paris/França)

Seja pelo viés de uma hipótese sobre a essência da cultura – concebida como um conjunto de sistemas simbólicos que englobam tanto a linguagem quanto outros sistemas como os mitos, a arte ou a economia – ou então, revestido por um empirismo triunfante⁶, pela evocação de uma “metodologia geral das humanidades⁷” e até mesmo de uma “ciência das ciências”, a referência à linguística tornou-se, em diversas disciplinas, um lugar comum. Uma confusão entre “língua” e “linguagem” – pois é assim que se deve considerar – desempenha um papel crucial na questão. Se não perdermos de vista que a referência a Saussure é também um lugar comum, existe aí um duplo paradoxo que não deveria deixar de nos surpreender. Primeiramente, não se pode deixar de ser atingido pelo cuidado que Saussure empenhou em separar *teoricamente* língua e linguagem. Por outro lado, como foi recentemente lembrado por Claudine Normand⁸, é resistindo aos apelos das evidências empíricas que Saussure pôde formular os conceitos que fundam a linguística como ciência⁹. As diversas explorações ideológicas das atuais teorias linguísticas (e não, para sermos mais precisos, dos conhecimentos linguísticos) se caracterizam por um deslizamento contínuo entre língua e linguagem, conjugado a um retorno forçado a um empirismo renovado¹⁰ pelo formalismo. Para resumir, em nome da própria ruptura saussuriana, defende-se, em certa medida, o oposto.

6 “Os lingüistas foram os primeiros a compreender por onde se deveria começar caso se quisesse empreender um estudo *objetivo* do homem. Os primeiros pararam de colocar a carroça na frente dos bois, e reconheceram que, antes de fazer história de um *objeto determinado*, antes de se colocar questões de origem, de evolução, de difusão, antes também de explicar o caráter de um *objeto* pelas *influências* externas (o caráter de uma língua pela estrutura da sociedade, ou o de uma ideologia pelas relações de produção, etc.), conviria primeiramente *circunscrever, definir e descrever esse objeto*”. In: RUWET, N. Lingüística e Ciências do Homem. *Esprit*, n. 11, p. 566, 1963. (grifos dos autores deste artigo).

7 HJELMSLEV, L.; ULLDALL, H.J. *An Outline of Glossematics*. Copenhagen: Munsgaard, 1957.

8 NORMAND, C. « Propositions et notes en vue d’une lecture de F. de Saussure ». *La Pensée*, n. 154, p. 34-51, 1970.

9 Para evitar qualquer ambiguidade, coloquemos desde já que o artigo de Claudine Normand traz esclarecimentos importantes, pois deixa na sombra tudo aquilo que diz respeito à prática específica do linguista sobre a linguagem. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

10 Certamente não se trata do empirismo vulgar que conduzia alguns, sob pretexto de ser possível fazer experiências de fonética com aparelhos de medida, considerando que somente esse ramo da linguística teria alguma cientificidade.

Para compreender o que está em questão aqui, é necessário levar em conta o que se passou no interior da própria linguística. Assim sendo, tentamos primeiramente transpor a teoria linguística fora de seu próprio campo na medida em que a linguística aparece como uma ciência. Com isso a alçamos à posição de uma ciência piloto, um modelo, da mesma maneira que se quis fazer da psicologia um modelo teórico de todas as ciências, ou sua base de redução. Em segundo lugar, essa exploração ideológica da linguística, sua reinscrição fora de seu próprio campo, não teriam sido possíveis sem a existência de dificuldades *interiores à própria linguística*, e produzidas pelas mesmas causas.

Continua a ser um lugar comum dizer que a semântica foi abandonada pelos linguistas por um longo período, o que talvez não seja sem razão¹¹. Já antecipando o que nos propomos a dizer na sequência, cremos poder defender que, *se a ruptura saussuriana foi suficiente para permitir a constituição da fonologia, da morfologia e da sintaxe, ela não conseguiu impedir o retorno ao empirismo em semântica*. Ao contrário, parece que o desenvolvimento da fonologia tornou possível esse retorno, ao fazer dela um *modelo* que permitiu reinterpretar, em um quadro formalista, concepções muito tradicionais da semântica. O paradoxo é apenas aparente: a história das ciências nos fornece numerosos exemplos desse tipo de processo¹².

Isso que acabamos de afirmar implica que aquilo que designamos hoje sob o nome de semântica depende apenas parcialmente de uma abordagem linguística. Evidentemente, não se trata de cair no legalismo, decretando aquilo que de direito depende ou não da linguística. Quando falamos em abordagem linguística, nós nos referimos, na verdade, a um conjunto de conceitos que foram

11 Cf. LYONS, J. *Linguistique générale: introduction à la linguistique théorique*. Trad. francesa. F. Dubois-Charlier e D. Robinson. Paris: Larousse, 1970. p. 307.

12 Ver, entre outros, M. Pêcheux. Ideologia e história das ciências: os efeitos do corte galileano em física e em biologia. In: PÊCHEUX, M.; FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Paris: Maspéro, 1969.

produzidos por linguistas e a uma prática específica do linguista sobre a linguagem, estreitamente ligada a esses conceitos. Afirmamos portanto que nem os conhecimentos que permitem produzir esses conceitos, nem essa prática em si podem recobrir completamente o atual campo da semântica, exceto no quadro de uma vaga *analogia*, que não passa de uma invasão ideológica na teoria linguística. Nessas condições, a semântica (enquanto teoria das regiões deixadas de lado do campo de aplicação dos conceitos e da prática dos linguistas) supõe uma mudança de terreno ou de perspectiva.

Nossos objetivos neste estudo serão, em primeiro lugar, apoiar e desenvolver as teses críticas que acabamos de apresentar e, em segundo, indicar como é possível conceber, atualmente, a mudança de terreno ou de perspectiva que nos parece indispensável.



Para os gramáticos e neo-gramáticos, a semântica estava reduzida ao estudo da mudança de sentido das palavras. Se nos reportarmos ao *Curso de Lingüística Geral*¹³, é preciso inicialmente observar que a palavra *semântica*¹⁴ não figura nele. Contudo, quando agrupamos o que pode ser relacionado à questão, convém fazer uma distinção entre, por um lado, aquilo que concerne à oposição valor-significação, assim como às relações associativas e, por outro, as questões consagradas à analogia e à aglutinação. Na verdade, essa distinção está recoberta pela oposição entre a linguística sincrônica e a linguística diacrônica. Mas, a propósito das mudanças analógicas, Saussure esboça uma análise das relações entre essas duas ordens, o que demanda alguns comentários.

13 Ferdinand de Saussure, *Cours de linguistique générale*, publicado por F. Bally e A. Sechehaye. Paris: Payot, 1965. Tradução brasileira: *Curso de Lingüística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

14 Se acreditarmos em G. Mounin (*Histoire de la linguistique*. Paris: PUF, 1967): “Podemos pensar que a influência de Bréal sobre Saussure é certa” (p. 219). Ora, Bréal é o inventor da palavra “semântica”, de modo que a ausência do termo em Saussure não seria contingencial.

Nos capítulos consagrados à analogia, encontramos um certo número de ideias que Saussure toma emprestado de seus predecessores. Em particular, ele assume a responsabilidade sobre o modelo das proporções¹⁵:

reação : reacionário : repressão : x, em que x = *repressionário*

Desse modo pode ser explicada a aparição histórica de novas formas. Mas o *Curso de Lingüística Geral* inova quando propõe (p.191-195) sucessivamente que “tudo é gramatical na analogia” (p.192), visto que a analogia “é inteiramente gramatical e sincrônica”(p.193), pois “as formas se mantêm porque são refeitas analogicamente sem cessar”(p.200). Retornamos à ideia de que as unidades existem somente pela coesão do sistema das oposições e das relações. É preciso destacar que não somente a analogia explica a aparição histórica de formas novas, mas ainda que *ela estrutura permanentemente o sistema das unidades significantes que só podem se manter por elas*. Uma ponte é assim estabelecida entre sincronia e diacronia, mas, ao mesmo tempo, é esboçada uma dialética – em particular a respeito do par liberdade/sistema – sobre a qual teremos de voltar. Essa dialética introduz-se na própria noção de gramática, que, no *Curso de Lingüística Geral* não se encontra sem relação com a concepção encontrada em Port-Royal a seu respeito.

Com efeito, lemos (p.191-192) que “[...] a analogia é de ordem gramatical; ela supõe a consciência e a compreensão de uma relação que une as formas entre si”. E que “enquanto a idéia nada representa no fenômeno fonético, sua intervenção se faz necessária em matéria de analogia”.

Mais à frente, logo depois de Saussure ter reafirmado que “tudo é gramatical na analogia”, é acrescentado que “a criação, que lhe

15 CLG 187 – 201. Notemos de passagem que esse modelo é o fundamento da análise componencial. NT. Substituímos a paginação das passagens do *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure da edição francesa utilizada pelos autores pela paginação da edição brasileira do *Curso de Lingüística Geral*. Tradução Antoni Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1969.

constitui o fim, só pode pertencer, de começo, à fala; ela é a obra ocasional de uma pessoa isolada" (p.192). Certamente, essa asserção é imediatamente corrigida, colocando que a "criação" analógica só é possível se as condições linguísticas de sua produção estiverem reunidas sob a forma de uma proporção incompleta *na língua*. Não é menos verdade que, com isso, Saussure deixe aberta uma porta pela qual vão se lançar o formalismo e o subjetivismo. Quando procuramos compreender a raiz dessa dificuldade, a encontramos no fato de que, para Saussure, a ideia não saberia ser de outra forma senão totalmente subjetiva, individual. Portanto, visto que atrás de toda analogia há necessariamente uma ideia, é preciso obrigatoriamente passar pela fala e pelo sujeito individual.

Essa relação entre ideia e analogia nos leva à oposição valor-significação. Trata-se de uma oposição capital, pois é em seu nome que Saussure declara guerra contra a concepção da língua como nomenclatura (p. 97 e 158). A atitude fundamental de Saussure a esse respeito consiste na ideia de que, do ponto de vista linguístico, o valor domina a significação: "Em todos esses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *idéias* dadas de antemão, *valores* que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são" (p. 136). Mais à frente, a propósito do conceito "julgar", está especificado que ele "simboliza a significação", mas que "esse conceito nada tem de inicial, não é senão um valor determinado por suas relações com outros valores semelhantes, e sem eles a significação não existiria" (*ibid.*). Em resumo, "quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me atenho à associação da imagem acústica com o conceito, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma *idéia* da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato lingüístico na sua essência e na sua amplitude" (*ibid.*).

*O princípio da subordinação da significação ao valor pode ser considerado como o centro da ruptura saussuriana*¹⁶. É esse princípio, estreitamente ligado à ideia de língua como sistema, que abre a possibilidade de uma teoria geral da língua, permitindo a interpretação de particularidades fonológicas, sintáticas e morfológicas de qualquer língua. Mas e a semântica? Devido ao papel que nela se atribui à fala e ao sujeito, tudo aquilo que diz respeito à analogia encontra-se em segundo plano em relação a essa ruptura. Isso porque a subordinação da significação ao valor quanto a tudo que se refira ao “fato lingüístico em sua essência e em sua amplitude” tem precisamente por efeito interromper bruscamente todo retorno ao sujeito, quando se trata da língua: a significação é de ordem da fala e do sujeito, só o valor diz respeito à língua.

Acabamos de constatar, portanto, que o *Curso de Lingüística Geral* partilha do ponto de vista de que a analogia não caminha em direção ao centro da ruptura que, por outro lado, ali se manifesta. Cremos que é preciso ir mais longe e deixar claro que, se essa ruptura abre passagem para a fonologia, para a sintaxe e para a morfologia, deixa entretanto de fora de seu campo uma boa parte daquilo que atribuímos à semântica.

Vamos mostrar o porquê, voltando-nos sobre outras passagens do *Curso de Lingüística Geral* concernentes a essa questão e recorrendo a uma parte do que foi feito nesse domínio.

Fomos diretamente ao princípio de subordinação da significação ao valor, passando por cima de argumentos para o justificar. Um desses argumentos é: “Se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim”, conclui Saussure (p.135). O exemplo de

16 Esse princípio parece ter preocupado Saussure durante toda a sua vida. Notas pessoais sobre as personagens das mitologias germânicas, bem anteriores ao *Curso*, atestam tal afirmação. Ver GODEL, R. *Les sources manuscrites du “Cours de linguistique générale de Ferdinand de Saussure*. Genève, Droz e Paris: Minard, 1957.

louer em francês¹⁷, ao qual correspondem dois termos em alemão, *mieten* e *vermieten*, é dado a título de ilustração. Não há, pois, entre estes dois termos, correspondência exata de valores. O argumento coloca, portanto, o problema da tradução, mas não se deve perder de vista o que ele visa mostrar, a saber: do ponto de vista da *língua*, só conta o *valor* e não a *significação*. Em particular não é preciso ver aqui o início de uma tese geral sobre a possibilidade ou a impossibilidade de traduzir. Entretanto sabemos, por outro lado, que essa possibilidade é frequentemente invocada com base em teses sobre a universalidade do mundo de significações manifestadas pela linguagem e, inversamente, que as dificuldades da tradução, inclusive a impossibilidade de uma tradução “total”, são utilizadas tomando por base teses culturalistas¹⁸.

Ora, do ponto de vista saussuriano a respeito da língua e do valor frente àquele a respeito das significações e da linguagem, há uma mudança radical de perspectiva. Apesar dessa mudança de perspectiva – e ainda que a referência à tradução tenha, neste caso, sempre um alcance teórico e não prático –, continuamos a colocar de imediato o problema por meio daquele sobre a correspondência entre duas ou mais línguas como se no interior de uma mesma língua não ocorressem problemas de tradução. Ora, se considerarmos, por exemplo, o domínio da política e da produção científica, *constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam*.

Conseqüentemente, quanto a discursos considerados a partir de posições diferentes se colocam verdadeiramente problemas de tradução, de equivalência e de não-equivalência que, ao nosso ver,

17 N.T. Assim como seu correspondente em português, *louer* significa tanto dar quanto tomar em aluguel.

18 Ver por exemplo, MOUNIN, G. *Les problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Gallimard, 1963. p. 59-69.

não podem ser regrados quando ligados a diversos subsistemas da língua¹⁹.

Com efeito, é um indício que mostra que as coisas não são assim tão simples quanto faria supor a ideia de uma diferenciação em subsistemas. Tudo se passa como se a correspondência entre teoria geral e estudo particular de uma dada língua desaparecesse no nível semântico. Certamente, “semânticas gerais” foram propostas, mas elas não fornecem quase nada de princípios que permitam depreender as particularidades das línguas, ou dos estados de língua, etc., como é o caso da fonologia, da morfologia ou da sintaxe. Existem, por outro lado, descrições semânticas de diversas línguas, mas são descrições que permanecem sem ligação com as teorias. Se elas permanecem em grande parte desligadas de descrições concretas das línguas, as semânticas gerais nem por isso se libertam de todos “dados concretos”. Elas vão simplesmente buscá-los em outros lugares, entre eles, “na filosofia, na lógica, na psicologia e, talvez ainda, em outras disciplinas como a antropologia e a sociologia²⁰”.

Essas disciplinas fornecem, portanto, o “concreto”, mas recortado de outra forma que não fosse o concreto linguístico de uma dada língua nacional. Sem dúvida, ressaltamos que esses componentes “sociais” e literários não estão ausentes dos domínios fonológico (*r “fricativo uvular” urbano na França / r “vibrante apical”, ainda presente na zona rural francesa*), morfológico (*variações históricas dos prefixos e sufixos, criação de palavras novas ligadas à aparição das ferrovias... ou do socialismo*), sintático (a gramaticalidade não

19 Para evitar todo e qualquer equívoco e ainda que nos rendamos a ele, coloquemos claramente desde já que não se trata de negar a existência de diferenças fonológicas, sintáticas e morfológicas entre classes ou camadas sociais. O destaque atribuído a essas diferenças é objeto da maior parte dos trabalhos em sociolinguística. Exceto o fato de que certo número desses trabalhos parece ter tido por objetivo real demonstrar o caráter supostamente primário da linguagem das “classes inferiores” (ver entre outros: SCHATZMAN, L.; STRAUSS, A. *Classes Sociais e Modos de Comunicação. American Journal of Sociology*, n. 60, p.329-338, 1954), o simples fato de colocar o problema em termos de diferenciação da língua privilegia os aspectos fonológicos, sintáticos ou morfológicos em detrimento dos aspectos semânticos.

20 J. Lyons, *op cit.*, p.307.

varia, ao menos em suas zonas de fronteira, em função de dados sócio-históricos?). Entretanto, aqui só se trata (salvo talvez pelo último ponto) de propriedades secundárias do ponto de vista linguístico, que a teoria geral não se encontra na obrigação de explicar.

O caso é totalmente diferente para a semântica. Com efeito, *o laço que une as "significações" de um texto às suas condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações*. Como havíamos acertadamente observado, falar é diferente de produzir um exemplo de gramática. Podemos esperar "estender" nesse momento a teoria linguística para uma semântica geral (ciência geral das significações) que libertaria a linguística do "pelourinho formal" da gramática? As diversas "ciências sociais" que se encarregaram das questões sobre o sentido e sobre a expressão das significações insistem junto à linguística para que essas questões sejam resolvidas com os meios teóricos que esta última dispõe. Destaquemos, entretanto, que tais questões não têm lugar na problemática saussuriana, na medida em que elas dizem respeito ao que é rejeitado na fala, fora do todo homogêneo que constitui o sistema da língua. Mas o próprio fato de que essa concepção da língua tenha desempenhado um papel crucial na formação da fonologia, da sintaxe e da morfologia pôde exercer uma pressão que tende a fazer adotar o mesmo modelo sobre o campo da semântica.

Assim sendo, a oposição língua/fala, historicamente necessária à constituição da linguística, caminha lado a lado de certa ingenuidade de Saussure em relação à sociologia, o que é plenamente explicável pelo fato de os próprios sociólogos contemporâneos de Saussure compartilharem-na na maior parte dos casos. Essa ingenuidade repousa sobre uma ideologia individualista e subjetiva da "criação"²¹, cujos afloramentos reconhecemos em correntes neo-kantianas e neo-humboltdianas do século XIX alemão, insistentemente repetida até nossos dias. Dizemos isso porque o próprio Noam Chomsky recorre explicitamente a ela na sua polêmica contra o behaviorismo

21 CLG, p.138-139.

e o empirismo, e nas suas críticas no tocante à linguagem concebida como instrumento de comunicação. Não encontramos ainda essa mesma ideologia na ideia de Jakobson, segundo a qual, do nível do fonema ao nível do encadeamento das frases, passaríamos da determinação linguística a esta liberdade pela qual o sujeito falante diz “o que jamais ouviremos duas vezes”? O par liberdade/determinação ou, se preferirmos, criatividade/sistema possui as propriedades circulares de um par ideológico, na medida em que cada um dos dois termos em oposição pressupõe o outro: a criatividade supõe com efeito a existência de um sistema que lhe permita fazer irromper, e todo sistema nada mais é do que o efeito resultante de uma criatividade anterior. A noção de sistema – seja por caracterizar uma classificação realista das propriedades objetivas da realidade, seja por designar um princípio de visão, um recorte da realidade por um sujeito (psicológico, antropológico, histórico, estético, etc.) – aparece portanto como o complemento indispensável da criatividade no interior do campo da “linguagem”. Em outros termos, a oposição língua-fala introduzida por Saussure se encontra repetida analogicamente no interior da fala sob a forma da oposição sistema/criatividade (resultante da transposição de oposições tais como paradigma/sintagma, sincronia/diacronia, etc.).

Baseado nisso, a distinção clássica entre um universo imanente da significação e seu universo manifestado pôde ser reformulado, tendo a descoberta dos sistemas fonológicos das línguas naturais desempenhado um papel decisivo nessa reformulação. Lembremos esquematicamente como essa operação, cujo modelo de proporções foi o ponto de partida, pôde ser conduzida. Da mesma maneira que todo fonema é realizado por uma série de traços distintivos, supõe-se que a significação global de uma unidade significativa seja decomponível em muitos semas, elementos de significação ou componentes semânticos. Do mesmo modo que o jogo das oposições entre fonemas determina o conjunto dos traços fonéticos que têm um valor distintivo fonológico, é o jogo das oposições entre unidades significativas que fixa o conjunto dos elementos

de significação que podem ser realizados. Uma vez que nenhum sistema fonológico esgota a combinatória dos traços distintivos pelos quais são produzidas as oposições fonológicas (há “casas vazias” no sistema de ordens e de séries), afirmamos que o conjunto das unidades significativas, enquanto agrupamentos de elementos de significação, não esgota a combinatória desses elementos. A partir daí, todo discurso comportaria uma parcela de “ruído semântico” já que, sendo dadas as disponibilidades lexicais, cada unidade, na qualidade de agrupamento, é suscetível de introduzir elementos de significação desnecessários ou redundantes em relação à manifestação global da significação dos discursos em questão. Pela mesma ação podemos também explicar a existência de vários “planos de leitura” correspondentes a vários encadeamentos possíveis de elementos de significação tomados em cada agrupamento. A existência desse “ruído semântico” e da pluralidade dos “planos de leitura” representaria o descompasso existente entre o universo imanente da significação (aquele dos elementos de significação) e seu universo manifestado (aquele de agrupamentos de elementos manifestados pelas unidades significantes).

Resta-nos examinar sobre o quê se funda o paralelismo entre estrutura fonológica e estrutura semântica. Observaremos, em primeiro lugar, que existe uma estreita relação entre essa concepção da semântica e o modo como a questão do valor é tratada no *Curso de Lingüística Geral*, mas, precisamente, não se trata mais dos valores, mas das *significações*. Para bem compreender porque essa anulação da distinção valor-significação está carregada de consequências, é preciso que nos voltemos sobre o papel do conceito de valor na constituição da fonologia e da sintaxe. Conforme já dissemos, o conceito de valor está diretamente ligado à ideia da língua como sistema e àquilo que concordamos denominar o *princípio de unidade da língua*, princípio que, para nós, funda a prática do linguista sobre a linguagem a partir de Saussure. Um aspecto da ruptura saussuriana que parece não ter despertado muita atenção é o fato de que à ruptura sobre o plano teórico corresponde uma transformação profunda da

prática do linguista sobre a linguagem. A gramática histórica estava baseada sobre comparações entre elementos isolados pertencentes a línguas diferentes, supostamente ligadas por filiação histórica: a linguística pós-saussuriana atribui prioridade às operações de comutação, de comparações regradas, etc. no interior de uma mesma língua, isto é, ao *funcionamento das línguas em relação a si próprias no quadro de uma linguística geral que é a teoria desse funcionamento*. Em tal perspectiva, o princípio de unidade da língua é essencial, pois é esse princípio que funda as operações em questão: assim como na gramática histórica e na filologia era a suposta filiação histórica que justificava as comparações, na linguística pós-saussuriana é o pertencimento a uma mesma língua, a um mesmo sistema. Só se pode falar de línguas diferentes, de dialetos, de patoás, de *pidgins*, ou de crioulos em referência ao princípio da unidade da língua. Como já sabemos, a colocação em prática desse princípio na constituição da teoria particular da fonologia ou da sintaxe dessa ou daquela língua faz intervir critérios semânticos. Em outros termos, o princípio da unidade da língua, que funda a prática do linguista sobre a linguagem, só pode funcionar se certos elementos semânticos forem supostamente conhecidos. De quais elementos semânticos se trata? Quem quer que tenha colaborado um pouco para demonstrar estruturas fonológicas de uma língua e para o estudo de sua sintaxe sabe que os critérios semânticos aos quais é necessário recorrer são amplamente sobredeterminados: a demonstração de um fonema nunca repousa sobre um único par mínimo, assim como não reconhecemos a existência de uma relação de transformação entre somente duas frases, mas entre séries de frases sintaticamente equivalentes. *Em resumo, não é a significação propriamente dita que está em causa* (em muitos casos concretos, podemos discutir a equivalência entre uma frase ativa em francês e sua passiva correspondente) *mas aquilo que Saussure designava por valor*. A distinção valor-significação e sua anulação na construção de uma semântica concebida sobre o modelo da fonologia colocam um árduo problema teórico.

Essa conjuntura se encontra complicada pelo fato de que, uma vez anulada a distinção significação-valor, o princípio de unidade da língua pode ser perfeitamente reinscrito em qualquer ideologia que coloque a universalidade do espírito humano e a intercambialidade dos sujeitos falantes. Essas ideologias parecem até poder fundamentá-lo ao dar ao conceito de língua uma aparente substância. Nada de extraordinário, portanto, que psicologias e sociologias, que hoje em dia atribuem a essas ideologias aparências de ciências, tenham sido convocadas em auxílio pelos próprios linguistas. É preciso reconhecer nisso também que a posição de Saussure pode parecer contraditória na medida em que ele afirma que “a língua é uma instituição social” e que “a língua é uma forma e não uma substância” (CLG, p.141).

Além dessa questão, a própria noção de universo imanente da significação coloca a questão dos universais semânticos, isto é, de um sistema metalinguístico capaz de descrever “a realidade”, aplicando-se sobre ela como uma rede. Essa imagem da rede parece-nos subentender a existência de uma correspondência *real*²² entre os universais linguísticos da significação e dos universais extra-linguísticos (psicológicos, biológicos, antropológicos, etc.). Entendemos que essa correspondência – que é em geral assegurada por uma cadeia interdisciplinar do gênero: linguística, psicolinguística, psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, lógica –, repousa na realidade, ao nosso ver, sobre um *postulado realista* que dissimula um certo número de dificuldades concernentes à própria natureza dos “universais”. Se cessarmos por um só instante de os considerar como uma cópia-matriz da realidade e se nos interrogarmos sobre sua efetiva origem histórica, logo constataremos tratar-se de uma *justaposição de classificações muito diversas*, das quais algumas provêm diretamente de distinções conceituais produzidas por *disciplinas científicas existentes num dado momento de sua história*, ao passo que as outras refletem relações sociais inscritas em práticas (econômicas, políticas ou ideológicas) igualmente situadas

22 Cf. uma expressão ambígua de G. Mounin: “o mesmo campo semântico, isto é, aqui, a mesma superfície de realidade” (“Les problèmes théoriques de la traduction”, p.88).

historicamente (sistemas documentários, catálogo telefônico, seguro social, descrição do ambiente, etc.).

O efeito do postulado realista a respeito dos “universais” é portanto o de anular a distinção entre aquilo que depende de uma prática científica por um lado e, por outro, daquilo que é o efeito de uma ideologia, explicitamente organizada sob a forma de uma prática administrativa entre outras (criação de sistemas semânticos “artificiais”), ou implicitamente estruturado como sistema de representações.

A consequência dessa anulação conduz a uma posição epistemológica *laxista*, que por sua vez leva a considerar as ciências como os mais bem fundamentados universais culturais e tecnológicos, o que corresponde, finalmente, *ao modo mais eficaz* de apreender a realidade. Como podemos não ver que essa formulação trai a secreta proximidade do realismo com o idealismo (por intermédio do pragmatismo), manifestando ao mesmo tempo a sua diferença comum em relação às posições do *materialismo*? Lênin atribuía a seus adversários fideístas o seguinte discurso a propósito da ciência: “Portanto seja lógico e convenha conosco que a ciência tem apenas um valor prático, em um domínio da atividade humana e que a religião tem, em outro domínio, um *valor não menos real*”²³. Algumas concepções atualmente muito divulgadas nas “ciências humanas” podem apenas reforçar a ideia segundo a qual Lênin não tinha se enganado a respeito dos adversários do materialismo e do “pragmatismo” pelo qual postulavam ser a ciência uma “vestimenta de ideias” sobreposta ao *every day life*²⁴. Ao confundir “núcleo

23 Lenine, « Materialisme et empiriocriticisme ». (*Ouvres complètes*, t. XIV, p. 303, Éditions sociales, 1962.

24 Falando das categorias utilizadas pelo sistema de análise de textos, “General Inquirer”, os autores desse método declaram: “Na nossa perspectiva, podemos fazer referência a tais categorias denotativas como à das unidades naturais da linguagem, visto que elas correspondem às distinções habituais, admitidas numa comunidade lingüística... De tais categorias naturais da linguagem provêm variáveis para as ciências sociais quando elas são integradas, isoladamente ou em combinação, numa proposição referente ao comportamento humano”. In: STONE, P. J.; DUMPHY, D. C.; SMITD, M. S.; OLGIVIE, D. M. *The General Inquirer: A computer approach to content analysis*. Cambridge Mass: MIT Press, 1966. p. 138.

de realidade” e objeto científico, ao substituir o ato filosófico de decomposição desse núcleo em “propriedades analíticas e sintéticas” por trabalho (discursivo e experimental) das ciências, reencontramos inelutavelmente o mito de uma *ciência além das ciências*, de uma ciência que seria ao mesmo tempo *a generalização e a condição de possibilidade* das “outras ciências”. Em suma: o mito de uma ciência universal realizando sob novas formas a eterna pretensão da filosofia idealista no tocante às ciências (existentes).



O exame crítico que acabou de ser apresentado poderia ocasionar alguns mal-entendidos. Contudo vamos desde já dissipá-los, mostrando as *consequências* teóricas e práticas que resultam desse exame para o próprio trabalho de pesquisa: aqui o mal-entendido consistiria em pensar que *basta fazer a crítica de uma ideologia teórica* (neste caso, escrever *textos* salientando as contradições da noção de “semântica” tal como ela é hoje correntemente aceita, *para destruí-la, ela e seus efeitos práticos* (neste caso: as práticas de “análise do conteúdo”, quotidianamente aplicadas aos questionários, entrevistas, documentos, arquivos, etc., nas diferentes “ciências sociais”).

A consequência desse mal entendido seria contribuir para reforçar uma espécie de *integrismo linguístico*, cuja palavra de ordem seria mais ou menos “além da sintaxe, não há salvação!”, e que se livraria do problema negando-o ou remetendo-o às calendas gregas. Convém ao contrário sublinhar que, na luta teórica como em qualquer outro campo, *destruímos* realmente apenas aquilo que somos capazes de *substituir* realmente: é necessário dizer que essa substituição é também um deslocamento, isto é, uma “mudança de terreno”?

Tudo isso que precede tinha por objetivo apenas mostrar essa possibilidade e necessidade atuais. O que segue tentará esclarecer os primeiros resultados, teóricos e práticos – que, ao nosso ver, pensamos ter alcançado – a fim de que sejam submetidos à discussão (tanto a partir da posição materialista que nós próprios tentamos adotar,

quanto a partir do ponto de vista de todos aqueles que atualmente estão conscientes do problema e tentam, de uma maneira ou de outra, apontar-lhe uma solução).

No que nos diz respeito, a “mudança de terreno” parece determinada por duas necessidades: lutar contra o empirismo (se desembaraçar da problemática subjetivista centrada sobre o indivíduo) e contra o formalismo (não confundir a língua como objeto da linguística com o campo da “linguagem”). Isso implica, a título de contrapartida positiva, a introdução de novos objetos posicionados em relação ao novo “terreno” teórico que determina as formas e os conteúdos da mudança. Em grande medida os objetos e os termos que os designam são, naturalmente, “novos” somente aos olhos do provincialismo teórico que caracteriza cada uma das “ciências humanas” frente a suas vizinhas, sobretudo sendo dado o recalco-disfarçamento²⁵ que ali se exerce frente aos conceitos do *materialismo histórico*.

Não é portanto inútil lembrar, muito brevemente, que, sendo dada uma formação social a um momento determinado de sua história, ela se caracteriza por meio do *modo de produção* que a domina, por um estado determinado pela *relação entre classes* que a compõem. Essas relações se expressam por intermédio da hierarquia das *práticas* que esse modo de produção necessita, sendo dado *aparelhos* por meio dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem *posições políticas e ideológicas*, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação.

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam

25 PÊCHEUX, M. Les sciences humaines et le ‘moment actuel’. *La Pensée*, n. 143, p. 62-79, 1969.

mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras.

Avançaremos, apoiando-nos sobre grande número de observações contidas naquilo que denominamos “os clássicos do marxismo”, que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam²⁶. Podemos agora deixar claro: as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* a outra.

Isso corresponde a dizer que a semântica, suscetível de descrever cientificamente uma formação discursiva, assim como as condições de passagem de uma formação a outra, não saberia se restringir a uma semântica lexical (ou gramatical), mas deve procurar fundamentalmente dar conta dos *processos*, administrando a organização dos termos em uma sequência discursiva, e isso em função das *condições* nas quais essa sequência discursiva é produzida²⁷. Chamaremos de “semântica discursiva” a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, essa análise que leva em consideração o elo que liga esses processos às condições nas quais o discurso é produzido (às posições às quais deve ser referido).

26 Recordemo-nos da polêmica de Lênin contra o idealismo “velado por uma terminologia pretensamente marxista”, “o idealismo vestido em termos marxistas acomodado em vocabulário marxista” (*op. cit.*, p.344).

27 O termo “condições de produção” foi introduzido em “Problèmes de l’analyse de contenu”, HENRY, P.; MOSCÓVICI, S. *Langages*, n. 11, p.37, 1968. Ver igualmente PÊCHEUX, M. *Analyse Automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969. p.16-29.

Dito isso, convém dissipar imediatamente um outro equívoco possível, que consistiria em deduzir daquilo que foi anteriormente exposto que a língua desaparece como realidade autônoma, que a linguística deve ceder o lugar ao materialismo histórico e que a própria gramática é “na verdade” apenas um assunto de luta de classe²⁸!



Aos princípios teóricos produzidos dessa forma correspondem certo número de disposições práticas que começamos a desenvolver. Sem expor aqui as várias considerações metodológicas que nos têm orientado, nem o detalhamento dos procedimentos que levaram ao atual programa de tratamento automático AAD²⁹, tentaremos indicar brevemente suas principais características, referindo-nos ao trabalho de Zellig Harris da forma como está resumido no artigo *Análise do discurso* publicado no número 13 desta mesma revista³⁰. Nesse trabalho, Harris alia as preocupações concernentes às relações entre a “cultura” e a “língua” a uma tentativa de estender a análise linguística “além dos limites de uma única frase”. Por outro lado, ele se recusa explicitamente em atribuir *a priori* uma importância mais ou menos grande a esta ou àquela ocorrência, “toda análise que tenderia a descobrir a presença ou ausência, em um texto, de certas palavras particulares escolhidas pelo lingüista, seria uma busca sobre o conteúdo do texto, que repousaria finalmente sobre o sentido das palavras escolhidas”³¹.

28 Cf. particularmente a propósito das teorias de Nicolas Marr o artigo de Vinogradov, “Triompher des consequences du culte de la personnalité dans la linguistique soviétique”. *Langages*, n.15, p.67-84, 1969. Cf. igualmente *Cahiers marxistes-léninistes* n.12-13. “Art, langue: lutte de classe”. Máspero, 1966. p. 26-42 e o comentário de Balibar, *ibid.*, p.19-25.

29 Ver sobre esse ponto M. Pêcheux, *Analyse Automatique du discours* e C. Haroche e M. Pêcheux, *Manuel pour l'utilisation de la méthode d'analyse automatique du discours*, onde resultados mais completos são apresentados, com novas perspectivas de desenvolvimento.

30 HARRIS, Z. S. *Analyse du discours*. *Langages*, n.13, p.8-15, 1969.

31 HARRIS, Z. S., artigo citado, p.13.

Alguns pontos, no entanto, parecem-nos trazer dificuldades. Primeiramente, o exemplo da análise proposta apoia-se sobre um único texto³²: trata-se, portanto, de referir o texto a si mesmo, pressupondo ser ele suficientemente repetitivo e estacionário para que se possam extrair equivalências por essa superposição³³. Por outro lado, a definição de equivalência³⁴ entre dois elementos e sobretudo a significação dessa equivalência levanta alguns problemas³⁵. Retornaremos a isso num instante.

A aplicação do método de análise AAD, que apela a uma análise linguística prévia em enunciados elementares (bastante próximos dos esquemas-núcleos harrisianos), levam em consideração pontos tratados acima, efetuando uma comparação regrada entre vários textos que constituem um *corpus* discursivo tido como representativo de um certo estado de condições de produção características de uma formação discursiva dada. Ressaltemos que uma decisão teórica extra-linguística se encontra ligada a essa etapa da constituição do *corpus*³⁶. No que tange à ilustração que apresentamos esquematicamente abaixo, essa decisão consistiu em reunir num *corpus* quarenta e três folhetos de propaganda política, distribuídos pela organização estudantil FER ao longo do mês de maio de 1968, o que supõe *a priori* que as condições de produção dominantes do discurso dessa organização permaneceram estáveis ao longo desse período.

32 "Millions Can't Be Wrong", art. cit., p.20.

33 Harris dá como exemplo textos repetitivos: "as lendas que produzem eco..., os provérbios..., os *slogans*..., ou ... as relações científicas 'secas' mas precisas". Art. cit., p.15.

34 Lembremos que, segundo Harris, se tivermos duas sequências AB/AC, deduziremos daí que $B = C$, e que essa equivalência pode constituir o ponto de partida de uma nova equivalência. Por exemplo, MB/NC implicará então em $M = N$, etc.

35 Sobre esse ponto, Harris permanece bastante vago: "Os resultados formais obtidos por esse gênero de análise fazem mais do que definir a distribuição das classes, a estrutura dos segmentos ou mesmo a distribuição de tipos de segmentos. Eles podem também revelar as particularidades no interior da estrutura, em relação ao restante da estrutura. Podem mostrar em que algumas estruturas se assemelham a outras ou em que elas se diferenciam. Podem ainda conduzir a numerosas conclusões sobre o texto". *Ibid.*, p.43-44.

36 É antes de tudo pela necessidade teórica dessa decisão que o método apresentado se separa do empirismo característico dos métodos de análise factorial aplicados ao estudo dos textos.

Por outro lado, o fato de que cada unidade discursiva seja sistematicamente comparada ao conjunto das outras unidades do *corpus* torna a considerar que o *corpus* desempenha o papel de um dicionário, já que é a partir dessas comparações que são definidas as equivalências entre diferentes subsequências.

Da mesma forma não se trata mais de uma cadeia de equivalências (B = C, M = N, etc.), mas de uma superposição de subsequências contextualmente equivalentes.

Vejamos três exemplos dos resultados obtidos:

1. Os trabalhadores estão/entram em luta contra o desemprego/as suspensões/as demissões/os regulamentos/de Gaulle.
2. É preciso se organizar/organizar a luta/aderir/reforçar a UNEF.
3. A luta pela defesa das liberdades/da UNEF/do marxismo/realização da junção (operários-estudantes) /vitória do proletariado/ uma internacional da juventude.

O exame dessas equivalências (contidas entre os traços verticais nos esquemas acima) coloca em evidência um problema que se colocava também a propósito dos exemplos de equivalências dados por Harris. Seja, com efeito³⁷, as duas equivalências seguintes:

E1 = na metade do outono e E2 = as primeiras friagens chegam no fim do mês de outubro começamos a nos aquecer

Pensamos que a significação da equivalência não é a mesma nos dois casos. Em E1 podemos explicitar a equivalência por “no meio do outono, isto é, no fim do mês de outubro”. Em E2, ao contrário, parece-nos que a equivalência repousa sobre uma outra relação semântica que não a identidade: poderíamos explicitar por “as primeiras friagens chegam, portanto começamos a nos aquecer”, ou ainda “começamos a nos aquecer, porque as primeiras friagens chegam”. Isso leva a estabelecer uma distinção entre as substituições simétricas do tipo E1 e substituições não-simétricas do tipo E2.

³⁷ Harris, art. cit. p. 15.

Quanto a isso, observemos que essa propriedade de simetria/não-simetria não se liga naturalmente aos pares de termos em substituição, mas depende da formação discursiva em que essa substituição se efetua. Além disso, parece que, diferentemente das substituições simétricas, as substituições não-simétricas subentendem a possibilidade de uma sintagmatização (cf. acima “*a* portanto *b* ou *b* por que *a*)³⁸. O estado atual do método de análise utilizado não permite perceber as rupturas de simetria ligadas a uma sintagmatização. Contudo nada impede de pensar que no futuro não seja possível estabelecê-las, seja a partir do *corpus* estudado, seja a partir de um *corpus* eventualmente dependente de uma outra formação discursiva que explicitaria por sintagmatização algumas equivalências do primeiro.

Essa direção de pesquisa nos parece suscetível de desembocar numa análise dos efeitos de sentido implícitos ligados à relação entre diversas formações discursivas.

Por outro lado, a questão da existência de substituições não-sintagmatizáveis nos parece ser teoricamente muito importante. Isso na medida em que ela desemboca numa nova interpretação dos mecanismos da sinonímia em relação com o da metonímia, ligada – contrariamente à metáfora – à possibilidade de uma sintagmatização.

Para concluir, indicaremos muito brevemente duas questões que, no nosso entendimento, comandam diretamente o desenvolvimento dessa direção de pesquisa.

O primeiro ponto diz respeito à urgente necessidade de se definir de qual semântica o linguista pode legitimamente fazer uso em sua prática linguística (análise fonológica, morfológica e sintática). A questão da identidade de sentido (cf. acima) – particularmente em sua relação ao estudo linguístico das transformações – é decisiva quanto a isso, e supõe que o uso espontâneo da noção de aceitabilidade

38 Do mesmo modo, nos três exemplos citados, percebemos substituições simétricas (suspensões/demissões) e substituições não-simétricas (ligadas a sintagmatizações do tipo “de Gaulle criou os regulamentos”; ou “é preciso aderir à UNEF para reforçá-la”, etc.).

(semântica e gramatical) seja determinado pelos linguistas no campo específico de sua prática.

O segundo ponto consiste em destacar a importância dos estudos linguísticos sobre a relação enunciado/enunciação, pela qual “o sujeito falante” toma posição em relação às representações de que ele é o *suporte*, desde que essas representações se encontrem realizadas por um “pré-construído” linguisticamente analisável. É sem dúvida por essa questão, ligada à da sintagmatização das substituições características de uma formação discursiva, que a contribuição da teoria do discurso ao estudo das formações ideológicas (e à teoria das ideologias) pode atualmente se desenvolver mais proveitosamente.

REMONTEMOS DE FOUCAULT A SPINOZA³⁹

Michel Pêcheux

39 NT: Texto inédito em francês. Trata-se da comunicação de Pêcheux no Simpósio do México sobre Discurso Político: teoria e análises, 07-11/11/77. Há uma versão em espanhol em: TOLEDO, M. M. (ed.). *O discurso político*. México: Nueva Imagem, 1980, p. 181-200.

Agradecemos vivamente a Marie Eugenie Pêcheux pela autorização para tradução e publicação deste texto. Tradução Maria do Rosário Valencise Gregolin.

NT: O verbo "remontar" tem os seguintes significados: a) ir buscar a origem; volver ao passado; b) reestabelecer, elevar; c) montar novamente, reequacionar, consertar. Há, ainda, o sentido de aquisição (de cavalos para suprir o exército). Acho que Pêcheux está brincando também com este sentido, pois em certo momento diz que sua leitura dos dois filósofos (Spinoza e Foucault) é "*cavalière*" (brusca ou cavaleira). Acho que o título, irônico, tem todos esses sentidos.

Língua, ideologia e discurso: nem Marx, nem Lênin, nem nenhum desses que se costuma chamar de “os clássicos do marxismo” produziu qualquer estudo politicamente organizado sobre esse assunto. De fato, os pensadores políticos do marxismo-leninismo detiveram-se, nessa questão, em apontamentos de ordem muito geral (por exemplo, naquilo que podemos encontrar em Gramsci), de sorte que, depois de Voloshinov até os nossos dias, pode-se dizer que essa questão foi, e permanece sendo, essencialmente objeto dos universitários progressistas (poucos linguistas, e, sobretudo, dos historiadores e filósofos). É o caso de hoje, na França, onde se tem falado de uma “escola francesa de análise do discurso”, como um novo domínio de pesquisa universitária.

Para mim, toda a questão se concentra, aqui, sobre a relação entre prática política e prática universitária: é o momento de perceber que o termo “universidade” tem tudo a ver com o termo “universalidade”, no sentido de generalidade abstrata inutilizável. Eu coloco essa questão, sem me excluir daquelas a quem me dirijo: estamos certos de que, com a “análise do discurso”, nós não estamos, uma vez mais, na presença de alguma coisa que, sobre o terreno particular da linguagem, assemelha-se (*ressemblerait*) a uma dialética universal que tem a propriedade, particularmente universitária, de produzir sua própria matéria?

Portanto, as questões abordadas situam-se constantemente no nível prático: restringe-se a pensar no que se passa no trabalho político sobre os textos (através da sua redação, sua leitura, sua discussão, etc.): não se vê aparecerem imediatamente as interrogações sobre o *sentido daquilo que é dito ou escrito*, subjacente às proposições de retificação, clarificação, simplificação, etc., de maneira que, assenhorando-se do espaço de uma discussão, os militantes adotam a postura de especialistas da linguagem: eles fazem distinções entre a forma e o fundo, entre a palavra e a coisa, eles invocam o espírito do texto, eles falam de contexto, de ressonância e de conotação, de propósito da introdução ou da tomada de tal e tal termo ou expressão, eles se referem às intenções (aquilo que “faz fazer”) e

de tomadas (as massas “tomam” uma posição sobre tal problema, elas “compreendem” e “não compreendem” tal formulação, etc.). Isso explica que os militares sejam, em geral, levados a escutar as intervenções daqueles que, sob tal ou tal bandeira, se apresentam como os especialistas “*full-time*” do discurso político. Portanto, não se trata de intervenções puramente *técnicas*: uma certa maneira de tratar o texto está inextricavelmente imbricada em uma certa maneira de fazer política. Não podemos pretender falar de discurso político sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as “ideias” entram em luta na história.

Esse ponto pode parecer evidente para os militantes marxistas-leninistas. O mesmo não se pode dizer, forçosamente, do ponto de vista dos especialistas da linguagem, habituados a pensar seu objeto nos quadros das filosofias espontâneas da linguística.

Nós tocamos aqui na relação velada e contraditória que as teorias da linguagem mantêm com a história, eu direi, simplificando aqui muito uma análise já feita em outro trabalho⁴⁰, que o estado atual da linguística apresenta uma certa relação com suas origens, que se exprime persistentemente em *várias correntes*.

Uma primeira corrente, que nós podemos qualificar de *lógico-formalista*, tem, desde as origens da linguística, como preocupação constante, representar a língua como um *sistema em funcionamento* (desde os estóicos, que foram os primeiros gramáticos, passando por aqueles que se chamou no século XVIII de “modistas”, a gramática de Port-Royal e a gramática clássica). A palavra de ordem teórica dessa primeira corrente poderia se resumir nos termos de *gramática*, de uma parte, e *universal* de outra parte, o conjunto repousando sobre uma concepção filosófica segundo a qual a língua é uma estrutura atemporal, garantida, por sua vez, pela estrutura do **ser** e do **pensamento**.

40 NT: MP refere-se ao artigo, escrito no mesmo ano (1977), em co-autoria com F. Gadet, cujo título é “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?”

Uma segunda corrente é aquela da *mudança social na história*, da qual encontramos os primeiros traços nos estudos teológicos críticos dos textos sagrados (Talmud, Pais da Igreja, etc.) e que se funda sobre os trabalhos de filologia, os trabalhos dos neo-gramáticos e os da linguística comparada: a concepção filosófica subjacente a esta segunda corrente coloca, contrariamente à primeira, que as línguas se formam, se diferenciam, evoluem e morrem historicamente, como as espécies vivas: a filologia, a pesquisa das filiações, das derivações e desaparecimentos, parece constituir a forma clássica dessa segunda tendência. Os trabalhos etno e sociolinguísticos atuais são, de certa forma, seu prolongamento profundamente transformado.

Ao lado dessas duas correntes principais, pode-se discernir uma terceira tendência, que eu chamarei de aquela dos *riscos da fala*: encontram-se suas origens históricas na sofística e na heurística gregas; vemo-la reaparecer na *disputatio* da Idade Média, que se constituía em uma espécie de esporte verbal no qual os estudantes punham-se a discernir, principalmente fora do ensino *ex cathedra*. Reencontramos aspectos dessa tendência, contemporaneamente, nos trabalhos da escola analítica-saxônica. A filosofia subjacente a essa terceira corrente concerne o uso da fala como uma “dialogia” onde dois sujeitos se confrontam sobre o terreno da máscara⁴¹ e do jogo verbal: “o homem e o lobo do homem”, conforme escrito na capa da revista *Semantikos*, que se inscreve largamente nesta corrente.

Pode-se verificar, a propósito das correntes linguísticas que enumerei, a tese que avancei anteriormente, a saber, que elas tomam filosoficamente posição na luta de classes através da sua referência implícita ou explícita à história. Com efeito:

- a tendência lógico-formalista coloca, filosoficamente, que a história não existe: o espírito humano é concebido como a-historicamente transparente a si mesmo, sob a forma de uma teoria universal das ideias que aparecem, assim como uma pseudo-ciência do todo, capaz de dirigir as origens e os fins. A luta ideológica de

41 NT: *feinte* tanto pode significar “esgrima” como “fingimento”, “máscara”.

classes, portanto, não existe mais, no sentido forte do termo: ela é tomada, na verdade, como conflitos lógicos-éticos e psicológicos que participam da essência humana da sociedade;

- a segunda corrente contém uma tese filosófica que eu qualificarei brevemente de historicista: ao contrário às precedentes, ela coloca a existência da história, mas sob a forma da diferença e das transformações sociais, sob a modalidade das heterogeneidades empíricas que recobrem a homogeneidade tendencial subjacente à sociedade humana. O filósofo Lucien Sève exprime à sua maneira essa concepção historicista das lutas de classes, quando afirma: “A política passará, mas a psicologia não passará”. Ele acentua, com efeito, que a heterogeneidade conflitual que marca a divisão política é historicamente contingente, de acordo com aquilo que L. Sève chama de a essência social do homem⁴²;

- uma palavra somente sobre aquilo que eu denominei de terceira tendência, aquela do “risco da fala”, para dizer que ela não tem a autonomia filosófica das outras duas primeiras tendências, de maneira que ela faz alianças teóricas tanto com uma quanto com a outra, sobre a base de uma concepção filosófica do confronto dialógico, que autoriza, por sua vez, uma teoria conflitual da história como duelo-dual (*duel*) e uma dissolução da história no dueto-dual (*duo*)⁴³.

Eu concluirei esse breve apontamento com algumas constatações:

1. A filosofia espontânea da tendência lógico-formalista veicula, explícita e implicitamente, a posição de classe da ideologia burguesa fundada sobre a eternidade antropológica jurídico-moral do triângulo sujeito-centro-sentido;

42 “O materialismo histórico é a base da ciência das relações sociais, essência concreta do homem” (SÈVE, L. *Marxismo e teoria da personalidade*. Paris: Ed. Sociales, 1969. p. 174).

43 NT: Pêcheux faz um jogo de palavras com “duel” (que significa tanto “duelo” quanto “dual”) e “duo” (que significa tanto “dueto” ou “dual”): ‘*une théorie de l’histoire comme due ET une dissolution de l’histoire dans le duo*’ (PÊCHEUX, 1990, p. 248).

2. A tendência historicista (e, acessoriamente, certos aspectos da terceira tendência), colocando filosoficamente a história como série de diferenças, deslocamentos (*décalages*), mudanças, etc. subordina, de fato a divisão política (que “passará”) à unidade antropológica (que “não passará”): essa segunda posição filosófica, opondo-se diametralmente ao eternitarismo da primeira, entende a dominação como forma de interiorização. A posição de classe que resulta dessa invasão ideológica constitui a forma teórica do **reformismo**, que subordina a divisão à unidade, e pensa a contradição como resultado do encontro de contrários preexistentes, separando, assim, a existência das classes e a luta das classes⁴⁴;

3. Ao analisar as filosofias espontâneas veiculadas pelas principais correntes linguísticas, não pretendendo condenar o conjunto dos trabalhos, os resultados obtidos, os conceitos e os problemas, mesmo dando-lhes o rótulo de “burguês” ou de “reformista”: as práticas de uma ciência não coincidem jamais totalmente com as filosofias espontâneas que elas envolvem (*enveloppent*) visto que certos acontecimentos teóricos da linguística (como a revolução epistemológico saussuriana) induzem a uma configuração de forças filosóficas simultâneas (em presença). Essas posições filosóficas têm fortes ressonâncias concretas nos trabalhos linguísticos de diversas correntes para alertar politicamente àqueles que desejam diretamente “aplicar a linguística” ao materialismo histórico a fim de estudar as ideologias e os discursos políticos: uma mudança de terreno se impõe, se quiser-se evitar que o universitário não se sobreponha (domine) ao político.

44 “Para os reformistas (mesmo que eles se declarem marxistas), não é a luta de classes que está no primeiro plano: são as classes... as classes existem **antes** da luta de classes, **independentemente** da luta de classes e a luta de classes existe somente **depois**.” (ALTHUSSER, L. *Resposta a John Lewis*. Paris: Maspero, 1973. p. 28-29). Althusser acrescenta: “A tese marxista-leninista, ao contrário, coloca a luta de classes no primeiro plano. Filosoficamente, isso significa: ela afirma o **primado da contradição sobre os contrários** que se afrontam, que se opõem.” (idem).

É sobre esse ponto que eu gostaria de propor algumas reflexões, sem pretender que elas realizem a mudança de terreno em questão: já me darei por satisfeito se elas contribuírem para mostrar a sua possibilidade e precisar algumas de suas condições.

Para isso, farei um novo percurso em torno do marxismo, para interrogar aquilo que podemos chamar o *trabalho das origens* a propósito da questão que nos ocupa: essa trajetória passa por dois filósofos não-marxistas, mas nos quais o não-marxismo é um pouco diferente, já que a teoria marxista estava nos limbos da história no caso do primeiro, desculpa que não existe no caso do segundo. Trata-se de dois espíritos fortes, apaixonados pela luta material entre as ideias, dois heréticos obstinados, em que o primeiro terminou proscrito, banido pelos dirigentes de sua comunidade que não haviam entendido muito bem aonde ele queria chegar, quanto ao segundo que não para de sonhar⁴⁵ com seu banimento dá prosseguimento à sua carreira no *Collège de France* em Paris.

Entre Spinoza e Michel Foucault, há, certamente, três séculos de história política, marcados pelo desenvolvimento do capitalismo e os inícios teóricos e práticos do socialismo. Mas há também uma diferença, na maneira de fazer a política, quando se é aquilo que se convencionou chamar um “intelectual”. Eu pretendo mostrar, confrontando alguns pontos do *Tratado das autoridades teológicas e políticas* com a *Arqueologia do saber*, que a relação entre Spinoza e Foucault toca diretamente no destino teórico daquilo que se denomina hoje como “o discurso”, pela relação ambígua, que se entrelaça nesse objeto, entre o político e o universitário.

O primeiro ponto concerne à relação com a linguística ou aquilo que há em seu lugar. No *Tratado*, Spinoza aborda a questão da interpretação dos textos sagrados e procura determinar as condições sob as quais eles foram, ou não, desviados de seu sentido primitivo, desviados ou não de sua função primeira pelo aparelho religioso. Isso o conduz a distinguir língua e discurso, na terminologia de seu tempo (capítulo XII, “Da interpretação das escrituras”): “A pessoa não

45 NT: Pêcheux utiliza a palavra “*rêver*”, que significa, também, “delirar”.

tem jamais proveito em mudar o sentido de uma palavra, ao passo que tem frequentemente proveito ao mudar o sentido de um texto”.

Spinoza expõe as razões pelas quais a primeira operação é, para ele, dificilmente realizável: todos os autores que empregaram tal palavra em tal sentido seguiram seu natural e seu pensamento; ele acrescenta que, como o tesouro da língua é propriedade tanto do povo quanto dos eruditos, é pouco provável que os “sábios” mudem (isto é, corrompam) a significação das palavras; ao contrário, eles mudam o sentido de certos textos. Spinoza conclui: “Por todas essas razões, nós nos convencemos de que uma pessoa não corrompe uma língua, ao passo que é possível corromper o pensamento de um escritor, mudando o texto ou interpretando mal”.

De sua parte, Michel Foucault comenta a relação entre o estudo linguístico e o trabalho “arqueológico” sobre os conjuntos de textos, afirmando:

Mesmo que ela tenha desaparecido há muito tempo, mesmo que ninguém fale mais e que tenha sido restaurada a partir de raros fragmentos, uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis – um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos. O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória ou de leitura, elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 1986, p. 30-31).

Segundo ponto, concernente àquilo que podemos denominar as relações entre enunciados. A propósito da fala de Moisés (“Deus é um fogo”), Spinoza interroga-se sobre o que exatamente quer significar Moisés, e expõe o meio que, para ele, permite sabê-lo (Capítulo VII):

Para saber se Moisés verdadeiramente diz que Deus é um fogo, ou se ele não o crê, não é suficiente tirar conclusões a partir da ideia de que isto esteja de acordo com a razão ou que a contradiz, mas é necessário relacioná-la com outras palavras de Moisés. E já que Moisés, em muitas passagens, ensina muito claramente que Deus não tem nenhuma semelhança com as coisas visíveis que habitam o céu, a terra e a água, nós devemos concluir que essa fala, em particular ou todas aquelas do mesmo gênero devem ser compreendidas como metáforas; e, se ele descarta, assim, a possibilidade do sentido literal, é necessário pesquisar se essa fala, em particular – “Deus é fogo” – admite um sentido outro que o sentido literal, isto é, se a palavra “fogo” significa outra coisa que o sentido literal.

E Spinoza chega a esta constatação (Capítulo V):

Como a palavra “fogo” se toma também por “cólera” e por “ciúme, inveja”, é fácil conciliar entre elas as frases de Moisés e nós chegamos legitimamente à conclusão de que essas duas preposições “Deus é fogo” e “Deus é invejoso” são uma só enunciação.

Da sua parte, Foucault (1990, p. 43), considerando as relações interiores a um conjunto de enunciados, destacados do espaço n-dimensional onde eles se distribuem, propõe como tarefa pesquisar: “Uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas”.

A análise dos acontecimentos discursivos através do pululamento literal dos enunciados implica, assim, para Foucault, a localização do

que ele chama de “formas de repartição” e de “sistemas de dispersão” que governam as relações entre os enunciados. Isso autoriza-o a propor a seguinte definição:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, uma correlação, posições e funcionamentos, transformações diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva.) (FOUCAULT, 1990, p. 43).

Terceiro ponto, concernente à determinação do discurso pelas relações de “lugar”. Spinoza explica que, quando lemos um livro que narra acontecimentos incríveis, e que fala de objetos não perceptíveis ou que desenvolve narrações obscuras, não adianta procurarmos compreender o sentido daquilo que é dito, se nós não pudermos determinar quem é o autor e em quais circunstâncias o livro foi escrito. (Capítulo VII).

De sua parte, Foucault coloca as modalidades enunciativas enquanto condições da existência mesma dos discursos (quem fala? Com que direito aquele que fala toma a palavra? etc.) como questões que determinam a condição de existência do enunciado em um conjunto de enunciados. E Foucault acrescenta: “Um indivíduo, um só e mesmo indivíduo, pode ocupar, a cada vez, em uma mesma série de enunciados, diferentes posições e desempenhar o papel de diferentes sujeitos”.

Pode-se comentar dizendo que os deslocamentos do sujeito em um tratado matemático nada têm a ver com a maneira como esses deslocamentos se efetuam em um romance, ou em um discurso político.

Quarto e último ponto, sobre aquilo que se pode chamar de regime de materialidade do imaginário. Spinoza explica que narrativas muito semelhantes podem aparecer em livros diferentes, sob formas

desfiguradas e irreconhecíveis. Sobre a questão do discurso profético, ele indica (cap. II, "Os profetas"):

As diferenças relativas à imaginação consistem no fato de que se o profeta é refinado, ele perceberá o pensamento de Deus em um estilo igualmente refinado; se ele está confuso, ele o perceberá também confusamente; da mesma forma, diante de revelações representadas por imagens, se o profeta é um camponês as imagens serão bois e vacas; se ele for um soldado elas serão chefes e armas; enfim, se ele é um homem da corte, ele as representará através do trono de um rei e de outras coisas semelhantes.

Em outros termos, Deus não tem um estilo próprio: pela boca dos profetas, ele fala diferentemente a mesma coisa; ele pode também designar coisas diferentes por meio das mesmas palavras.

De sua parte, Foucault aborda essa questão da identidade e da divisão do sentido por um caminho completamente diferente:

As afirmações de que a terra é redonda e de que as espécies evoluem não constituem o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin, e não foi no interior dos enunciados que as palavras mudaram de sentido, foi a relação dessas proposições com outras proposições, foram suas condições de utilização e de investimento, foi o campo de experiência, de verificações possíveis de problemas a resolver ao qual podem se referir.

A dupla leitura, muito brusca⁴⁶, que eu venho efetuando, pode levar a pensar (e isso será justo) que, no fundo, Spinoza e Foucault procedem, diante dos textos, da mesma maneira, a despeito das diferenças terminológicas e dos meios "técnicos" evidentemente, e

46 NT: Pêcheux usa a palavra "*cavalière*", que tem dois sentidos: "brusca" ou "cavalheira". Há ironia, tanto que D. Maldidier (Re-ler...) utiliza essa mesma expressão quando comenta essa leitura que Pêcheux faz de Foucault.

também tendo em conta aquilo que se pode chamar as aderências antropológicas de Spinoza (sobre o sentido literal das palavras, sobre o autor, etc.) que constituem, para o pensamento materialista atual, espécies de “ingenuidades”.

Mas as “ingenuidades” de um homem como Spinoza são paradoxais: pois pode-se dizer que, com os meios teóricos de seu tempo, *Spinoza avança lá onde Foucault permanece, hoje em dia, um pouco bloqueado*⁴⁷: para além da identidade relativa dos procedimentos, o político provoca uma diferença de prática.

Eu me explico sublinhando que os procedimentos de análise spinozistas se inscrevem em uma prática política que se realiza através do *Tratado*: eu direi que o *Tratado* trabalha politicamente as condições da luta do ateísmo no interior da religião judaica; tomando como matéria primeira a posição teológica que interpreta a palavra de Deus e lendo Seu pensamento e Sua vontade, Spinoza transforma essa matéria primeira, a ponto de assinalar à religião o estatuto de materialidade imaginária determinada pelas condições materiais da existência dos homens.

Assim, o trabalho de Spinoza constitui uma espécie de antecedente de uma teoria materialista das ideologias, sob uma forma rudimentar que contém, entretanto, o essencial, a saber, a tese segundo a qual quanto menos se conhecem as causas, mais se é submetido a elas.

Por meio desse trabalho de transformação que parte da teologia para chegar ao direito e à política, Spinoza envia a todos os teólogos do mundo o mais magnífico recado que eles jamais haviam recebido: o que é mais extraordinário é que *ele o envia em nome da religião, falando de religião!*

47 Eu assinalo sobre esse ponto o excelente estudo crítico de Dominique Lecourt sobre a *Arqueologia do Saber*, publicado em *Lá Pensée*, em agosto de 1970, n. 152, p. 69-87, republicado em *Pour une critique de l'épistémologie*. Maspero, Paris, 1972. NOTA DA TRADUTORA: tradução em português em FOUCAULT, M. et al. *O Homem e o discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

Se não há então, como já foi abundantemente constatado, uma teoria da contradição explicitamente formulada em Spinoza, há, entretanto, uma elaboração espontânea da contradição, que constitui uma extraordinária lição de política que concerne diretamente nosso propósito: pois se o primeiro ataque consequente contra a ideologia religiosa e contra a religião é largamente efetuado em nome da ideologia religiosa, através dela e apesar dela, isso significa que a ideologia religiosa (e o discurso que a realiza) não pode de nenhuma maneira ser tomada como um bloco homogêneo, idêntica a si mesma, com seu núcleo, sua essência, sua forma típica.

Esse ponto coloca em causa uma evidência, segundo a qual, como exprime o lógico John R. Searle (*Os atos de fala*): “Se um predicado é verdadeiro para um objeto, ele é verdadeiro para tudo que é idêntico a esse objeto, independentemente da expressão utilizada para referir a esse objeto. Chamamos a isso de ‘o axioma de identidade’”.

No caso particular da religião, o *Tratado* mostra que “o axioma de identidade” não se aplica ao objeto *ideologia*; e toda a prática da luta de classes sobre o terreno da ideologia o confirma: uma ideologia é não-idêntica a si mesma, ela não existe a não ser sob a modalidade da divisão, ela não se realiza senão dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários.

Nessas condições, parece impossível colocar “o discurso da ideologia religiosa”, “o discurso da ideologia política”, etc. como tipos essenciais, ou mesmo de subdividir cada uma delas em uma tipologia, mesma que seja uma tipologia das “formações discursivas”. Este termo, emprestado de Foucault, parece-me que pode ser de grande utilidade, mas com a condição expressa de reequacionar aquilo que, em Foucault, governa o seu uso, para tentar retificá-lo.

No estudo de Dominique Lecourt – que eu mencionei há pouco – é mostrado que Foucault permanece, de certa maneira, bloqueado pela impossibilidade de pensar e de operacionalizar a categoria da contradição. Esse recalque teórico e político não produz, evidentemente, em Foucault, os mesmos efeitos que a sua

ausência literal (que é uma presença subterrânea) desta categoria em Spinoza, pois ninguém pode ter impunemente um discurso *paralelo* ao materialismo histórico sem encontrá-lo no contrafluxo. O pensamento de Foucault, pretendendo mantê-lo à distância, não escapa a essa regra; a ausência da categoria da contradição em Foucault é responsável pelo retorno de noções como aquelas de estatuto, norma, instituição, estratégia, poder etc. que contornam indefinidamente a questão do poder do Estado como lugar da luta de classes, como o faz toda a psicossociologia anglo-saxônica na qual todas essas noções são largamente usadas.

Está aí o liame político do pensamento de Foucault com o que eu chamei de **reformismo teórico**⁴⁸.

Veamos o que significa o fato de que nem todos os críticos acolhem Foucault como um universitário crítico. Isso não ofusca o imenso interesse de seus trabalhos, nos quais o marxismo-leninismo pode encontrar surpreendentes objetos de reflexão: pela sua maneira de fazer falarem os textos. Foucault descortina a possibilidade de uma análise desses “regimes de materialidade do imaginário” de que já falei anteriormente; ele está muito próximo dos interesses do marxismo-leninismo – e nisso constitui, justamente, a contradição própria de Foucault, invisível e sem dúvida insuperável para ele.

Não se trata, portanto, de se desembaraçar de Foucault, acentuando a pecha reformista à qual ele parece conduzir; trata-se mais de desenvolver a categoria marxista leninista de contradição

48 Em uma entrevista recente, Foucault desvela parcialmente essa ligação “uma lógica que se libertará dos constituintes esterilizantes da dialética”: “Para pensar o liame social, o pensamento político ‘burguês’ do séc. XVIII estabelece a forma jurídica do *contrato*. Para pensar a luta, o pensamento ‘revolucionário’ do séc. XIX estabelece a *forma lógica da contradição*: e aqui, sem dúvida, não se faz melhor do que lá. Em consequência os grandes estados do séc. XIX estabelecem um pensamento estratégico, por isso as lutas revolucionárias pensaram sua estratégia de uma maneira muito conjuntural, e ensaiam hoje inscreverem-se sobre o horizonte da contradição”. E Foucault prossegue um pouco mais: “Parece-me que toda essa intimidação que visa ao medo da reforma está ligada à insuficiência de uma análise estratégica própria à luta política – à luta no campo do poder político. Este me parece ser, justamente, o papel da teoria hoje: não de formular a sistematicidade global que coloca tudo em causa; mas analisar a especificidade dos mecanismos de poder, descobrir as ligações, as extensões, edificando, pouco a pouco, um saber estratégico”. (Poderes e estratégias. Entrevista com Michel Foucault. *Revoltes Logiques*, Paris, n. 4, p. 96-97, 1977.)

no sentido de apropriação, para a teoria e prática do Movimento operário, naquilo que o trabalho de Foucault contém de materialista e de revolucionário.

Eu posso apenas (nos limites do tempo que aqui possuo) avançar algumas hipóteses nessa perspectiva.

O ponto decisivo me parece ser o de tornar capaz de pensar a *unidade dividida das duas teses seguintes*:

1. Em todo modo de produção regido pela luta de classes, a ideologia dominante (ideologia da classe dominante) domina as duas classes antagonistas;
2. A luta de classes é o motor da história, e produz a história da luta ideológica das classes.

Essas duas teses parecem se contradizer, como, por exemplo, na coexistência do estado de fato em contradição com a revolução: trata-se, portanto, de uma “falsa-contradição”, que repousa sobre uma concepção errônea da ideologia *dominada*.

Tomemos o exemplo das relações de produção capitalistas: a burguesia e o proletariado formam-se juntos dentro do modo de produção capitalista, sob a dominação da burguesia, e, em particular, da ideologia burguesa. O proletariado não pertence, então, a um outro mundo que contém como um germe independente *sua própria ideologia*, portanto uma essência ideológica de certa forma entravada, refutada, dominada, pronta a sair armada com Athena e a dominar, a seu tempo, o futuro. Esta é uma falsa concepção das ideologias dominadas: não se trata, em realidade, somente de uma dominação que se constitui do exterior, se assim podemos dizer, como uma tampa burguesa sobre a marmitta das ideias revolucionárias, mas também, e sobretudo, de uma dominação interna, quer dizer, de uma dominação que se manifesta na própria organização interna da ideologia dominada. Isso significa simultaneamente que o processo histórico, por meio do qual a ideologia dominada tende a se organizar

“sobre sua própria base” enquanto ideologia proletária, permanece paradoxalmente em contato com a ideologia burguesa, precisamente na medida em que ela realiza sua destruição.

Trata-se, então, de pensar, a propósito da ideologia, *a contradição de dois mundos em um só* já que, segundo a afirmação de Marx, “o novo nasce dentro do velho”, e que Lênin reformulou dizendo: “o um se divide em dois”.

Isso nos leva a afirmar que o marxismo-leninismo concebe, necessariamente, a contradição como *desigual (inégle)*⁴⁹, o que, naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os Aparelhos ideológicos do estado são por natureza *plurais*: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização “dirigente de si” (*allant de soi*) nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política etc.) contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das relações de produção.

Isso nos conduz a pensar que toda formação ideológica deve necessariamente ser analisada de um ponto de vista de classe e de um ponto de vista “regional”, e pode ser que isso explique que toda ideologia seja dividida (não idêntica a si mesma). É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas “coisas” de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça, etc.), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas “coisas” (por exemplo, a Liberdade) sob modalidades contraditórias ligadas aos antagonismos de classes.

49 Este ponto está desenvolvido em um texto de Althusser intitulado “Soutenance d’Amiens”, publicado na coletânea *Positions*. Paris: Editions Sociales, 1976, particularmente nas páginas 148-149.

Nessas condições, parece que é na modalidade pela qual se designa (pela fala ou pela escrita) essas “coisas” a cada vez “idênticas” e divididas, que se especifica aquilo que se pode, sem inconvenientes, chamar de “formação discursiva”, com a condição de se entender bem que a perspectiva “regional” das “formas de repartição” e dos “sistemas de dispersão” de Foucault se encontram assim reordenados à análise das contradições de classe.

Se essas hipóteses têm alguma validade, elas resultam, necessariamente, numa transformação do conceito de “formação discursiva”, que afeta – consequentemente - a prática mesma da análise do discurso: caracterizar uma formação discursiva classificando-a, entre outras, por qualquer tipologia que seja, é estritamente impossível. É necessário, ao contrário, definir a relação interna que ela estabelece com seu exterior discursivo específico, portanto, determinar as invasões, os atravessamentos constitutivos pelos quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em causa a luta ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social.

Atendido esse objetivo, será possível, verdadeiramente, remontar de Foucault àquilo que eu chamarei o spinozismo de nosso tempo!

Uma última consideração:

Marx e Engels, como disse no início, não desenvolveram uma “teoria das ideologias”, nem, muito menos, uma “teoria do discurso”. O que não nos impediu de dedicarem boa parte de suas vidas lendo e confrontando politicamente uma massa enorme de tratados, panfletos, livretos, declarações, programas e manifestos. É sobre a base desses trabalhos de leitura política que eles puderam escrever o que escreveram, sem dispendir tempo em explicitar as modalidades de sua leitura... Deixaram, entretanto, os vestígios dessa leitura.

Eu mencionarei, somente, no final do *Manifesto do partido comunista*, essa extraordinária lição, breve mas fulgurante, que Marx e Engels nos deixaram a propósito do que eles chamam de “a literatura comunista e socialista”, isto é, o conjunto do material de reflexão e de propaganda produzido, na época na Europa, sobre a questão política da revolução.

Relendo essas páginas, pode-se ver como eles distinguem, no fusionamento dessa “literatura”, o jogo contraditório das “formações discursivas” que, através de uma série de levantamentos parciais, de importações e traduções, de retomadas, de deslocamentos e desfigurações, determinam as formas historicamente variáveis da relação entre discurso, ideologia e interesses de classes. Simultaneamente, pode-se ver como se deduzem as formas (do sério, da fraseologia, do pedantismo, etc.) que se tem a tendência de automatizar no nível do “retórico”: constata-se a que ponto Marx e Engels se desinteressam deliberadamente das “intenções” dos autores, e destacaram, de uma maneira spinozista, aquilo que é dito e escrito para além das normas morais da sinceridade ou da hipocrisia, da veracidade, da ficção ou da dissimulação.

A seu modo, eles, assim, trataram “a literatura socialista e comunista” como um fragmento da história da ideologia política enquanto processo sem sujeito, e não como um afrontamento de sujeitos, falantes e plurais: eles desmancharam, assim, as evidências da semântica e da pragmática (que instauram o sujeito como fonte do sentido). Saber determinar aquilo que falar quer dizer, sem que isso seja imediatamente questão de um sujeito fonte de um sentido: tal é, definitivamente, o legado que eles nos deixaram.

O conceito de formação discursiva⁵⁰

Jean-Jacques Courtine⁵¹

50 Este texto se constitui no capítulo II do artigo publicado na revista *Langages*, ano 15, n. 62, 1981. "Analyse du discours politique", traduzido para o espanhol por María del Carmen Saint-Pierre sob a supervisão de Giovanna Winckler. Essa versão em espanhol pode ser livremente visualizada em <http://www.magariños.com.ar/courtine.htm>. A versão francesa "Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens" pode ser acessada livremente em https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1981_num_15_62_1873.

Agradecemos vivamente ao Prof. Juan Magariños de Morentín pela autorização para a publicação e tradução para o português da versão em espanhol desse texto. Tradução para o português de Renata de Oliveira Carreon. E mail: renatacarreon@gmail.com

51 Professor in European Studies the University of Auckland, Nova Zelândia. E mail: jj.courtine@auckland.ac.nz

O termo “formação discursiva” (de agora em diante: FD), aparece em 1969 com *A Arqueologia do Saber*, fora dos domínios da AD, nos trabalhos de M. Foucault, a partir de um vasto e fecundo questionamento sobre as condições históricas e discursivas em que se constituem os sistemas de saber. Um questionamento que se efetua distante dos caminhos mais habituais, por vias que poderiam ser caracterizadas como “paralelas” (LECOURT, 1972), mas que nos parece que se aproximam indefinidamente de objetos como o discurso, o sujeito, a ideologia, sem alcançá-los nunca por completo. Um questionamento que, através de *Arqueologia* e de *A Ordem do discurso*, aparece como uma prática teórica em sentido estrito e que, no meio do caminho entre a história e a filosofia e às vezes absolutamente perto da AD, produz explicações extremamente fecundas, as quais o autor deixa em suspenso, a salvo da verificação experimental. Um trabalho que se realiza à margem e se condena, assim, ao paradoxo de não poder falar senão com a condição de não ser escutado.

Foucault foi pouco compreendido por parte da AD, pois apesar de falar do discurso, o diz de outro modo. Apesar disso, é da *Arqueologia* que M. Pêcheux tira o termo FD, do qual a AD apropriar-se-á, submetendo a um trabalho específico certos elementos conceituais.

Pêcheux (1977) desenvolve uma crítica marxista da concepção foucaultiana do discurso, do ponto de vista da categoria de contradição, e conclui a necessidade “de uma apropriação do que o trabalho de Foucault contém de materialista”, separando-se dele em pontos que elencaremos.

É o momento de indicar o sentido do que desejamos aqui empreender. Trata-se em princípio de dar conta do uso que foi feito do conceito de FD nos trabalhos de Pêcheux, tanto nos desenvolvimentos teóricos como na prática concreta de análise que coexistem nesse autor, além de mostrar que há em *Arqueologia* elementos que superam os obstáculos que as operações de constituição de um *corpus* discursivo, nos trabalhos de Pêcheux e nos de AD em geral,

encontram com condições de produção (CP) homogêneas. Isso nos levará a definir uma forma geral de *corpus* que permita, em análise do discurso político, reduzir a separação que existe atualmente entre o trabalho teórico do conceito de FD de sua prática no plano experimental.

1. “Formação discursiva” nos trabalhos de M. Pêcheux

A problemática de Pêcheux compreende dois aspectos ligados, mas distintos, desde a aparição em 1969 de *Análise Automática do discurso*. Esses dois elementos viram suas relações diferir ou inverter sua importância relativa no curso das transformações sucessivas que o conjunto da problemática conheceu. Nesses trabalhos coexiste um *corpus* de proposições teóricas ou “*teoria do discurso*” com um método de análise do discurso, a AAD. O título da obra de 1969 indica que a primeira fase desses trabalhos foi essencialmente metodológica. O descompasso entre teoria e método inverteu-se progressivamente a partir de 1971, especialmente sob o efeito de Althusser (1970), por uma parte, e da referência teórica ao conceito de FD por outra, mas sem que o trabalho teórico desse conceito tivesse tido efeitos nas práticas de reunião e organização de dados discursivos. Isto nos conduzirá a dissociar os dois planos e tentar precisar suas relações no estado atual dos trabalhos de Pêcheux.

1.1 Formação ideológica e FD

Sob a modalidade do que conhecemos – na perspectiva das teses althusserianas sobre a instância ideológica – como assujeitamento (ou interpelação) do sujeito enquanto sujeito ideológico que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais: “de tal sorte que cada um seja conduzido, sem se dar conta e tendo a impressão de exercer sua livre vontade, a tomar lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 10).

Essa reprodução está materialmente assegurada mediante a existência de “*aparelhos ideológicos do Estado*”. Trata-se de realidades complexas que põem em jogo práticas associadas a relações de lugares (determinadas pelas relações de classe). Trata-se, igualmente, de realidades contraditórias, na medida em que, em uma conjuntura dada, as relações antagonistas de classes determinam o enfrentamento, no cerne desses aparelhos,

[...] de posições políticas e ideológicas que não dependem de relações de antagonismo, de aliança ou dominação. Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui dessa maneira um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais mas que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras. (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 102).

Nesse ponto, encara-se a relação das ideologias com os discursos. Se as ideologias têm uma “*existência material*”, o discursivo delas será constituído como um dos aspectos materiais. Isso nos permite dizer que as formações ideológicas:

Compreendem, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura; dito de outra forma, em uma certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrito em uma relação de classes. Diremos daqui por diante que toda formação discursiva depende de *condições de produção específicas*, identificáveis a partir do que acabamos de expor. (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 11).

1.2 FD e interdiscurso

A partir do que precede, pode-se tentar separar as proposições que articulam a relação das “formações ideológicas” (FI) com as FD.

- a) A instância ideológica realiza, sob a forma de uma contradição desigual no interior de aparelhos, uma combinação complexa de elementos, cada um dos quais é uma FI. As FI possuem, por sua vez, um caráter “regional” ou específico e compreendem posições de classe. O que explica que se pode, a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos “objetos” (a democracia, a liberdade, o pluralismo...) e fazê-lo de “formas diferentes” (“as palavras mudam de sentido em função das posições de quem as emprega” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p. 74).
- b) As FD são *componentes interligados das FI*. Isto implica que as FD que constituem a mesma FI podem distinguir-se umas das outras (em função, por exemplo, de sua “especialização”), mas, sobretudo, que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas... mantêm entre elas relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na materialidade mesma dessas FD, isto é, em sua *materialidade linguística*.
- c) O “assujeitamento” do sujeito (ideológico) do discurso se concretiza no interior de uma FD. Pode-se designar com o termo *processo discursivo*, que aparece como a matriz de constituição do sentido para um sujeito falante no interior de uma FD: “o sistema das relações de substituição, paráfrase, sinônimos etc., que funcionam entre os elementos linguísticos” (PÊCHEUX, 1975, p. 146). Se determinada FD não é isolável das relações de desigualdade, de contradição ou de subordinação que asseguram sua dependência quanto ao “complexo dominante” (p. 146) das FD, intrincado no complexo das instâncias ideológicas, e se chamarmos de “*interdiscurso*” o complexo dominante das FD, então deve-se admitir que o estudo de um processo discursivo, no interior de uma FD dada, *não é dissociável* do

estudo da determinação desse processo discursivo mediante seu interdiscurso. Isto implica, notavelmente, que a arritmia entre duas FD – de tal maneira que a primeira sirva de “matéria-prima representacional” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 13) à segunda –, deve ser digna de atenção, uma vez que “o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que ali se forma, [...] o fato de que algo ‘fala’ sempre ‘antes, em outro lugar, ou independentemente’ (PECHÊUX, 1975, p. 147), isto é, sob a dependência do interdiscurso”.

1.3 Pré-construído, articulação de enunciados e forma-sujeito

A caracterização do interdiscurso de uma FD é um ponto crucial na perspectiva elaborada por Pêcheux: a partir do interdiscurso poderão ser analisadas as modalidades do assujeitamento. O interdiscurso é, com efeito, o lugar em que se constituem, para um sujeito falante que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciator se apropria para fazer deles os objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, mediante as quais o sujeito enunciator vai dar uma coerência ao seu propósito, o que chamaremos, seguindo Pêcheux (1975), de *intradiscurso* da sequência discursiva que ele enuncia. É na relação entre interdiscurso de uma FD e o intradiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciator, a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD, que se pode situar os processos mediante os quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso. Além disso, nessa relação é produzida a articulação do discurso com a língua, sobre a qual foram estudados os seguintes aspectos até aqui:

- a) O *pré-construído*. O termo, introduzido por Paul Henry, representa uma construção anterior, exterior, independente, em oposição ao que se constitui na enunciação. Ele marca a existência de um descompasso entre o interdiscurso como lugar de construção do pré-construído, e o intradiscurso como lugar

da enunciação por um sujeito; trata-se do efeito discursivo ligado ao encadeamento sintático: um elemento do interdiscurso se nominaliza e se encadeia no intradiscurso com forma de pré-construído, ou seja, como se esse elemento já se encontrasse ali de antemão. O pré-construído remete, assim, às evidências por meio das quais o sujeito tem os objetos do seu discurso fornecidos: “o que cada um sabe” e simultaneamente “o que cada um pode ver” em uma determinada situação. Em outras palavras, um *sujeito universal* é constituído no interior de um FD e garante “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” e que o assujeitamento do sujeito em sujeito ideológico se realize, nos termos de Pêcheux, pela identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal da FD: “o que cada um conhece, pode ver ou compreender” também é “o que pode ser dito”. Se o pré-construído oferta seus objetos ao sujeito enunciador sob a modalidade da exterioridade e da preexistência, essa modalidade é apagada (ou “esquecida”) no movimento da identificação.

b) *A articulação de enunciados.* O interdiscurso, como lugar de constituição do pré-construído, proporciona os objetos dos quais se apropria a enunciação de uma sequência discursiva, ao mesmo tempo em que atravessa e conecta entre si esses objetos; o interdiscurso funciona, assim, como um *discurso transversal*, a partir do qual o sujeito confere coerência “ao fio de seu discurso”: o intradiscurso de uma sequência discursiva aparece nessa perspectiva como um efeito do interdiscurso sobre si mesmo. Se o funcionamento do interdiscurso como pré-construído foi estudado essencialmente a partir do encadeamento das nominalizações no intradiscurso, seu funcionamento como discurso transversal abriu espaço para trabalhos (HENRY, 1975; PÊCHEUX, 1975) concernentes às orações relativas. O emprego de uma relativa explicativa produz, assim, uma reminiscência lateral do que se sabe por outro lado (“um retorno do saber no pensamento” nos termos de Pêcheux) no modo “como dizemos/ como cada um sabe, como se pode ver”, produzindo um efeito de apoio correlativo à articulação das proposições no intradiscurso.

As concepções elaboradas por Pêcheux têm, dessa maneira, as seguintes consequências:

- 1) *O enunciável como exterior* ao sujeito da enunciação se constitui no interdiscurso – lugar de formação dos pré-construídos e de articulação dos enunciados.
- 2) A interpelação-assujeitamento do sujeito falante em sujeito do seu discurso se efetiva mediante a identificação deste último com o sujeito universal da FD; o sujeito enunciador, nessa perspectiva, é produzido como um efeito das modalidades de identificação; é, nas palavras de Pêcheux, o domínio da *forma-sujeito*.

O pré-construído corresponde ao “sempre já lá” da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade de seu “sentido” sob a forma da universalidade (“o mundo das coisas”) enquanto a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de tal maneira que representa no interdiscurso o que determina a dominação da forma sujeito. (PÊCHEUX, 1975, p. 92).

- 3) A determinação das condições de produção de uma sequência discursiva só deveria efetuar-se, no âmbito da definição que constitui o conceito de FD, a partir do interdiscurso da FD que domina essa sequência, como um “complexo intrincado de FD e de FI”.

Trata-se, então, de explicitar uma posição teórica na qual a noção de Condições de Produção de um discurso, cujas debilidades foram apontadas, está reordenada no tocante a uma análise que lhe confere o apoio de uma base teórica que rompe com a concepção psicossocial das CP dos discursos como circunstâncias de um ato de comunicação.

Aqui deve intervir a análise do vínculo entre essa definição teórica das CP de um discurso – colocadas sob a dependência da relação que uma FD mantém com a “pluralidade contraditória” de

seu interdiscurso – e as operações de constituição de um *corpus* discursivo na construção da AAD, isto é, a projeção, no campo experimental, dessa definição teórica. Perscrutaremos mostrar que a *prática de análise* do Pêcheux *desmente*, na constituição de *corpora* submetidos ao tratamento da AAD, a *concepção teórica que ele elaborou*.

2. A construção de *corpora* discursivos em AAD

2.1 *Corpora* de arquivos vs. *corpora* experimentais

Neste ponto, disporemos de *corpora* realizados no transcurso de aplicações do método AAD e de princípios discutidos por Fuchs e Pêcheux (1975).

Os *corpora* analisados são de dois tipos, conforme mostramos em outro estudo sobre as formas de *corpus* em AD: *corpora de arquivos* (constituídos a partir de materiais pré-existentes, do tipo que os historiadores consultam, por exemplo), e *corpora experimentais* (que dizem respeito à produção de sequências discursivas por locutores colocados em uma situação experimental definida). Se a prática do trabalho sobre os *corpora* de arquivos é fundamentalmente uma prática do historiador, o trabalho sobre *corpora* experimentais é o que adotam, em geral, os psicólogos ou psicossociólogos ao reunirem seus dados. Os estudos realizados dividem-se de modo mais ou menos igual em dois conjuntos: os *corpora* de arquivos constituem-se de forma clássica a partir da seleção de uma palavra-chave cujos contextos de frase se determinam sistematicamente em um campo discursivo restrito e submetido a tratamento da AAD (PÊCHEUX; WESSELIUS, 1973; PÊCHEUX; GAYOT, 1971; GAYOT, 1973); os *corpora* experimentais constituem-se de sequências discursivas produzidas em situação experimental, como respostas a uma pergunta, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto... (PÊCHEUX, 1974).

2.2 A noção de “dominação”

Nos dois tipos de estudos, os *corpora* foram reunidos sobre a base de princípios *exteriores* às características técnicas do dispositivo AAD: a noção de “dominação por CP estáveis e heterogêneas garante” as operações de constituição do *corpus*. Por exemplo, no caso dos *corpora* de arquivos tratados em AAD, a noção de “dominação por CP estáveis e homogêneas” oculta a delimitação de um campo discursivo restrito, a definição das dimensões de uma forma de *corpus* particular e a extração de uma ou mais palavras-chave associadas a seu contexto mediante uma operação de segmentação das sequências discursivas (como a palavra “circunstância” e seu contexto no estudo de Gayot e Pêcheux (1971), e a palavra “luta” e seu contexto no estudo de Pêcheux e Wesselius (1973)). Tal operação cede terreno para as críticas gerais que podem ser formuladas em AD quanto ao *postulado de coerência* sob o qual está pensada a relação do ideológico com o discursivo. O fato de associar *n corpora* em um só dentro de um tratamento diferencial (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 25) tampouco nos parece que possa escapar às objeções anteriores, que podem ser emitidas acerca dos tratamentos contrastivos.

2.3 Problemas de segmentação e unidade temática do *corpus*

Por outro lado, a escolha da frase como unidade contextual, no interior da qual se estuda o funcionamento de pivôs, cria um grave problema que indica a urgência que existe em desenvolver, em AD, uma perspectiva intradiscursiva. Diante da ausência de uma teoria da interfrase, para a qual poderiam ser estabelecidos critérios de segmentação de sequências discursivas, o problema está “resolvido” nas aplicações da AAD por meio de uma *solução pragmática*: essa solução acaba por favorecer a via “experimental” em detrimento da via “arquivista” na constituição de um *corpus* discursivo, porque “o problema da segmentação do discurso não se apresenta (ou é mais facilmente solucionável) no caso da via experimental” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 29).

Pelo contrário, adiantaremos que *o problema da segmentação reside nos corpora experimentais* ou, mais exatamente, que reside de maneira implícita e que somente pode ser resolvido às custas dos artefatos que toda *“mise-en-scène experimental”* necessariamente impõe. O problema da segmentação ocorre de maneira implícita quando, na instrução dada aos “sujeitos experimentais”, em uma *“situação experimental definida”*, se determina que as sequências discursivas a serem produzidas não devem ultrapassar quinze linhas, por razões perfeitamente justificáveis, tendo em vista o estado atual dos procedimentos informáticos de tratamento, que dependem das limitações na capacidade de memória que o programa autoriza. Assim se encontra disposta a questão da *dimensão sintagmática das sequências discursivas*.

É por meio de outro artefato que se acredita resolvida a questão da sua unidade temática, que supõe a *“dominação das CP estáveis e homogêneas”*. Dominação, estabilidade e homogeneidade estão garantidas na experimentação por meio do *caráter indutor de uma instrução e a natureza homogeneizante de uma situação experimental que se confunde com a situação escolar*.

Essa dificuldade aparece na *experiência Mansholt* (PÊCHEUX, 1974): refere-se, aqui, a um tratamento “experimental” destinado a revelar a ambiguidade ideológica de um discurso, de extrair uma passagem do relatório Mansholt⁵² considerado como típico da obra e de apresentá-lo sob duas assinaturas diferentes (uma *assinatura de esquerda* “extraída do relatório de um grupo de estudos composto por responsáveis do sindicato CFDT⁵³ e de militantes de partidos de esquerda”; uma *assinatura de direita* extraída do relatório de *Prospectives*, um grupo de reflexão composto por republicanos giscardianos e outros membros da maioria”) a dois grupos de estagiários de uma reciclagem para administradores técnicos, a quem foi solicitado resumi-lo de maneira o mais “completa” e “objetiva” possível.

52 O Relatório Mansholt, de 1968, entre outras coisas, apontava as consequências da superprodução agrícola. [N.T.]

53 Confederação Francesa Democrática do Trabalho. [N.T.]

A unidade temática das sequências discursivas produzidas pelos grupos de locutores em “CP estáveis e homogêneas” é assegurada pela escolha de um extrato determinado de Mansholt contendo certos termos que funcionam como “palavras-chave” (“expansão demográfica”, “país em desenvolvimento”, “população mundial”, “redução do consumo”) e pela instrução dada de produzir um “resumo fiel”.

Por outro lado, como não advertir que as interpretações parcialmente divergentes produzidas pelos locutores do texto-fonte, sob a forma de uma “leitura de esquerda” e de uma “leitura de direita” constituam tanto um efeito do caráter ideologicamente ambíguo da relação Mansholt quanto um *efeito da situação* (uma reciclagem em contexto escolar): se é verdade que o sujeito é “interpelado” como sujeito ideológico por “práticas (especialmente discursivas) reguladas por rituais no interior de aparelhos ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1970), que lhe impõem a evidência de um sentido, então a “situação experimental”, que aqui consiste na reprodução “simulada” das condições de assujeitamento ideológico, produzirá como evidência a coincidência entre o conteúdo do texto-fonte e sua assinatura, isto é, induzirá “espontaneamente” a uma leitura “de direita” ou “de esquerda” do mesmo fragmento, sob a evidência bem escolar do respeito que se deve aos (bons) autores.

Isso evidencia o parentesco entre as operações de constituição de um *corpus* em AAD, no tocante às definições empiristas das CP de um discurso em AD. O recurso do “método experimental” a um *corpus* discursivo que as aplicações da AAD privilegiam parece-nos inadequado às exigências teóricas que se expressam no conceito de FD. Essa inadequação é um dos efeitos do atraso do método nos desenvolvimentos teóricos e leva necessariamente fazendo estremecer “essas práticas instáveis” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 30) para a psicologia social das situações e do idealismo que lhe resulta correlato. A experiência anteriormente descrita contribui, de fato, antes de tudo, para sublinhar o efeito ou o impacto das “relações de lugar” no interior de um aparelho sobre os discursos

produzidos a partir desses lugares e se fecha assim, por sua vez, em uma clausura metafórica em que “luta de classes” rima com “sala de classes” (PÊCHEUX, 1974).

Dessa maneira, e para concluir esse ponto, enquanto Pêcheux e Fuchs (1975, p. 29) propõem considerar que “a forma-arquivo é uma forma derivada, *adulterada*, do processo de tratamento que, em seu objetivo, é de natureza experimental”, nós defenderemos, em contrapartida, que o problema que se levanta em AD no que concerne à realização material de um *corpus* discursivo que seja adequado para a elaboração teórica do conceito de FD só poderá ser resolvido mediante o *tratamento de um campo de arquivo como dispositivo experimental*. Isso implica afirmar o caráter necessariamente *construído* de uma experimentação enquanto realização de hipóteses teóricas, e distinguir tal experimentação das “experiências” que colocam em cena “sujeitos concretos” e “situações concretas” com características múltiplas.

A construção de um plano experimental que organize um campo de arquivo deverá incluir a possibilidade de aceder ao interdiscurso de uma FD, o que impede o uso da AAD em situação experimental: nesse sentido, pode-se dizer que o procedimento sozinho proporciona, sob a forma de domínios de paráfrases discursivas, as “marcas” do processo discursivo inerente a uma FD; o interdiscurso, como lugar de construção dos elementos pré-construídos e de articulação desses elementos, na ausência do plano experimental, só pode ser abordado em sua forma de maneira aleatória, a partir das “marcas” que o processo discursivo circunscreve; mas essa reconstrução do interdiscurso sempre tem um caráter hipotético pelo fato de que os elementos que permitiriam estabelecê-lo não figuram no *corpus* discursivo.

Os procedimentos de constituição de *corpora* adotados pela maior parte dos trabalhos de AAD anulam, assim, praticamente certas exigências teóricas da tarefa (eliminação da categoria de contradição/ abandono de uma definição histórica das CP do discurso). Essa

anulação é um efeito da reinscrição do conjunto da problemática no interior das ideologias da neutralidade e da delimitação das situações escolares e das “experimentações psicológicas”, isto é, das ideologias práticas da escola enquanto aparelho ideológico do Estado, segundo Althusser. Estranho destino que levanta uma última pergunta que deixaremos em aberto: a noção de aparelho ideológico do Estado, não se limita, ela mesma, por uma espécie de necessidade interna, no fechamento que apontamos? Algumas de suas “aplicações concretas”, tanto em AD quanto em outros âmbitos (BAUDELOT; ESTABLET, 1971) levam a pensar: já é hora, parece, se é que ainda convém utilizar essa noção, de deslocalizar ou de desregionalizar os aparelhos ideológicos do Estado para romper seu fechamento.

3. Reler Foucault: discurso, FD, enunciado e sujeito na *Arqueologia*

A AD, em geral, faz pouco caso, como já dissemos anteriormente, do trabalho de Michel Foucault (no entanto, há uma exceção: a tese de Marandin⁵⁴, que define e aplica as noções extraídas da *Arqueologia*). Expusemos em outro momento (COURTINE, 1980) algumas precauções a serem tomadas para uma releitura que nos parece indispensável. Em uma palavra: em certos aspectos, o objetivo e o objeto da AD e da *Arqueologia* divergem consideravelmente; isso significa que encontraremos na problemática de Foucault muito mais uma prática teórica exemplar na construção do conceito de FD do que uma bateria de noções imediatamente aplicáveis à AD: reler Foucault não é “aplicá-lo” à AD, é fazer trabalhar sua perspectiva no interior da AD.

Outras restrições, suscitadas pelas exigências de um trabalho materialista (LECOURT, 1972; ROBIN, 1973; PÊCHEUX, 1977), foram expostas; não voltaremos a isso. Apontaremos, em contrapartida,

54 MARANDIN, J. M. Problèmes d'analyse du discours: essai d'analyse du discours français sur la Chine. Thèse de 3^o cycle de linguistique. Université de Paris VIII, 1978. *Langages*, Paris, n. 55, sep. 1979. [N.T.]

um problema que surge na leitura da *Arqueologia*; trata-se da relação entre *materialidade da língua* e *materialidade do discurso*. Ainda que Foucault tenha muito cuidado em separar esses elementos, como veremos a propósito do enunciado, o autor não considera como sua problemática a articulação que apresentam, o que não deixa de ter consequências, como indicaremos.

3.1 O conceito de FD

O termo “discurso” não é um termo primitivo, mas um objeto de construção para a *Arqueologia*. Essa elaboração relaciona-o com a de FD: “chamaremos *discurso* um conjunto de enunciados na medida em que se inscrevem na mesma FD” (FOUCAULT, 1969, p. 153).

A análise do discurso (no sentido de Foucault) passa pela análise dos enunciados e das FD:

A análise de uma FD estudaria as *formas de repartição* [...], descreveria *sistemas de dispersão*. No caso em que se poderia descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão semelhante, os conceitos, as escolhas temáticas, uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos [...] que estamos diante de uma FD. Chamaremos de regra de formação as condições as quais se submetem os elementos dessa repartição. As regras de formação são as condições de existência (mas também de coexistência, de sustentação, de modificação e de desaparecimento) em uma distribuição dada. (FOUCAULT, 1969, p. 153).

A definição de FD como forma de repartição ou ainda de sistema de dispersão convida a situar a contradição entre a unidade e a diversidade, entre a coerência e a heterogeneidade no coração das FD, faz de sua *unidade dividida* “a lei mesma de sua existência” (op. cit., p. 197). O que Foucault (op. cit., p. 95) precisa da seguinte maneira: “se há unidade, não é na coerência visível e horizontal dos elementos formados; ela reside muito mais aquém, no sistema que torna possível sua formação”.

O conceito de FD parece, assim, reunir contraditoriamente *dois níveis distintos*, que constituem dois modos de existência do discurso como objeto:

a) *O nível de um sistema de formação de enunciados*, que se situa, "mais além da coerência visível e horizontal dos elementos formados", no plano das "regularidades pré-determinadas" (op. cit., p. 100). "Por esse sistema de formação é preciso entender uma rede complexa de relações que funciona como regra" (op. cit., p. 97). Intitularemos esse nível como *nível do enunciado*.

Se comparamos essas formulações às de Pêcheux, parece que um sistema de formação tal, que funciona como regra, se refere ao "que pode e deve ser dito" por parte do sujeito falante, a partir de um lugar determinado e em uma conjuntura, no interior de uma FD, sob a dependência do *interdiscurso* desta última. O nível de um "sistema de formação" coloca a constituição da "matriz de sentido", inerente a uma FD determinada, no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo.

b) *O nível de uma sequência discursiva concreta*, "estado terminal do discurso" (op. cit., p. 100), na medida em que esta manifesta certa "coerência visível e horizontal dos elementos formados", isto é, um *intradiscurso*. Toda sequência discursiva ou discurso concreto existe, assim, no interior do "feixe complexo de relações" de um sistema de formação: é, propriamente falando, "um nó em uma rede" (op. cit., p. 34); A esse nível chamaremos *nível da formulação*.

Isso implica que toda sequência discursiva deve ser considerada como objeto tomado dentro de um processo discursivo de reprodução/ transformação dos enunciados no interior de uma FD determinada: o *estudo do intradiscurso que tal sequência manifesta é indissociável da consideração do interdiscurso da FD*.

A aproximação que operamos anteriormente entre os níveis de um "sistema de formações dos enunciados" e do "interdiscurso", por

um lado, e do “estado terminal do discurso” e do “intradiscurso” por outro, nas problemáticas de Foucault e Pêcheux, não deve conduzir à ideia de que essas duas abordagens do conceito de FD podem ser traduzidas uma pela outra. Se os procedimentos mostram um isomorfismo na descrição dos níveis em jogo em uma FD (na medida em que mantenham uma certa relação de filiação, proveniente do conceito de FD do trabalho de Foucault), possuem, no entanto, uma especificidade que não pode ser reduzida: isso particularmente no que concerne às definições de enunciado e de sujeito na *Arqueologia*. Antes de entrar nisso, examinaremos a noção de enunciado em AD.

3.2 O enunciado em AD

É necessário dar conta da ausência, no campo da AD, de uma concepção especificamente discursiva de enunciado. Essa noção frequentemente recebe uma aceção vaga ou empirista que a subordina à problemática da língua. O enunciado em AD muito comumente designa a realização de uma frase na superfície; a designação “o enunciado seguido” refere-se a uma sucessão de frases em uma superfície discursiva cujos modos de encadeamento pouco foram estudados até agora. Por outro lado, inscreve-se em uma operação bipolar junto com a enunciação e denota, nesse sentido, o texto acabado e fechado, munido de sua estrutura linguística, caracterizável a partir de unidades discretas. Às vezes figura como proposição lógica; na AAD, o enunciado elementar designa um vetor indexado de categorias morfossintáticas que codifica um conteúdo proposicional.

Os enunciados representam, então, os “átomos”, os “grãos” de discurso, cujas combinações produzem o texto. Assim, ocorre que se lhe associe um suplemento pragmático destinado a comutá-lo em discurso.

Ao contrário das definições anteriores, Foucault situa de saída o enunciado em uma perspectiva discursiva: o que define o enunciado na *Arqueologia* é aquilo que o distingue das unidades que articulam os respectivos objetos da lógica, da gramática ou da Escola Analítica:

o enunciado não é nem a preposição, nem a frase, nem o ato de fala. “Encontramos enunciados sem estrutura proposicional legítima; encontramos enunciados ali onde não se pode reconhecer a frase; encontramos mais enunciados dos que se podem separar dos *speech acts* (FOUCAULT, 1969, p. 111). Ou, inclusive: “o enunciado não existe do mesmo modo que a língua, apesar de ser composto por signos que somente são definíveis, em sua individualidade, no interior de um sistema linguístico” (op. cit., p. 114).

A descrição do enunciado na *Arqueologia* – a “análise enunciativa” – põe em jogo a questão central para a AD sobre a relação entre materialidade da língua e materialidade do discurso; reencontramos aqui a dificuldade que assinalamos anteriormente: esses dois aspectos são cuidadosamente separados por Foucault, mas não articulados. A tripla distinção que executa indica, no entanto, pela negativa, que o discurso mantém uma relação privilegiada com a estrutura lógica, gramatical ou pragmática do sistema linguístico (dando aqui uma acepção ampla a esse termo). Ocorre o mesmo, segundo nosso ponto de vista, com a maior parte dos objetos da *Arqueologia*, sua utilização necessita de uma rearticulação, aquém das distinções que os fundam, em relação a uma problemática da AD. A releitura da definição de enunciado que faremos será nesse sentido.

3.3 O enunciado e o sujeito na *Arqueologia*

O enunciado é definido a partir de quatro propriedades que delimitam sua “função de existência”, “a função enunciativa”:

- O enunciado está ligado a um referencial;
- O enunciado mantém com o sujeito uma relação determinada;
- O enunciado possui um domínio associado;
- O enunciado tem uma existência material, distinta daquela da enunciação.

a) *O enunciado está ligado a um referencial*

O referencial do enunciado “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações postas em jogo pelo próprio enunciado. Define as possibilidades de emergência e de delimitação do que confere sentido à frase e que dá à proposição seu valor de verdade” (op. cit., p. 120-121); é em seu enunciado que se constitui a estabilidade referencial dos elementos do saber.

b) *O enunciado mantém com o sujeito uma relação determinada*

O sujeito em questão não é o sujeito gramatical, tampouco o sujeito da enunciação. “Não o descreveremos como o indivíduo que efetuou realmente as operações [...]. O sujeito do enunciado não pode ser concebido como idêntico ao autor da formulação [...]. Não é, de fato, causa, origem ou ponto de partida desse fenômeno que é a articulação escrita ou oral de uma frase” (op. cit., p. 124-126). O sujeito, na perspectiva foucaultiana não é reduzível a uma entidade linguística nem a uma subjetividade psicológica qualquer. Dentre as noções que o caracterizam, destacaremos a de *posição do sujeito*.

(1) *Posição do sujeito*

Se o sujeito do enunciado não pode ser concebido como idêntico ao autor da formulação é porque o sujeito do enunciado “é uma *função vazia* que pode ser preenchida por indivíduos até certo ponto indiferentes quando formulam o enunciado” (p. 123). Apontaremos, em princípio, que as noções aqui utilizadas são divididas nos dois planos ou níveis que separamos anteriormente: se o enunciado tem um sujeito, a formulação é a de um “indivíduo” ou de um “autor”. “Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que este disse [...], mas determinar qual é a posição que pode ou deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito dele” (p. 126). Essa função vazia consiste também em uma *proposição de sujeito*. Um exemplo ilustra a noção na *Arqueologia*: em um tratado de matemática, o autor ocupa no prefácio, no qual

expressa suas intenções, uma posição determinada (aparece ali como tal, dirige-se ao leitor, agradece a tal indivíduo...), em seguida, outra posição aparece no corpo do tratado, “posição neutra, indiferente ao tempo, ao espaço, às circunstâncias, idêntico a qualquer sistema linguístico” (p. 124).

(2) *Posição de sujeito e desdobramento da forma-sujeito*

O que Foucault postula pode-se expressar na problemática da *forma-sujeito* trabalhada por Pêcheux (1975) e depois por Henry (1977). Essa “função vazia” que descreve a *Arqueologia*, indiferente aos sujeitos enunciadores que possam vir a ocupá-la é o lugar do sujeito universal próprio de uma FD determinada, a instância sobre a qual se pode enunciar “cada um sabe ou vê que...”, para todo sujeito enunciador situado em um lugar determinado inscrito nessa FD em oportunidade de uma formulação. Esse é o ponto onde se ancora a estabilidade referencial dos elementos de um saber: esse lugar está vazio apenas em aparência: está preenchido, de fato, por um sujeito do saber próprio de uma FD dada e existe na identificação mediante a qual os sujeitos enunciadores encontram ali os elementos do saber (enunciados) pré-construídos dos quais se apropriam como objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses elementos do saber que asseguram uma coerência intradiscursiva a seus objetivos.

É nesse sentido que se poderia dizer, com Foucault, que o sujeito está em “descontinuidade consigo mesmo” (p. 74): em toda formulação o sujeito enunciador “encontra” o sujeito do saber, a seu modo, sob a forma de pré-construído e de articulação de enunciados e as modalidades desse encontro variam durante a formulação; será reinterpretado, dessa maneira, o exemplo do tratado de matemática, informando que o sujeito enunciador apaga no prefácio sua relação com o sujeito do saber para desaparecer por detrás do sujeito do saber no corpo do tratado. Aqui estamos no domínio da *forma-sujeito*, ou mais precisamente do *desdobramento da forma-sujeito* que introduz P. Henry (1977, p. 59):

Dever-se-ia conceber um processo de desdobramento do sujeito da enunciação, sendo um dos sujeitos identificado com o locutor e se encarregando supostamente dos conteúdos fornecidos; e o outro, duplo do primeiro, não se identificando mais com o locutor e assumindo por essa razão o estatuto de sujeito dito “universal”. Compreender-se-ia, então, que os conteúdos relacionados a esse segundo sujeito (pré-construídos) parecem investir-se desta espécie de evidência que é o atributo do sujeito dito “universal”, sujeito da ciência, ou do que se estabelece como tal.

Concebemos, então, a posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de uma FD dada. Essa relação é de identificação, cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que ali estão ligados constitui o domínio de descrição da forma-sujeito.

O antissubjetivismo de Foucault o leva, aqui, ao conceber uma posição de sujeito como simples intercambialidade dos locutores, a ignorar os processos de identificação segundo os quais o sujeito falante se constitui em sujeito ideológico de seu discurso; já distinguimos, nesse ponto da problemática da *Arqueologia*, o fato de que a obra exclui o mecanismo de assujeitamento. O trabalho de Foucault aproxima-se, no tocante ao sujeito, da relação da língua com a ideologia, mas limita-se a terminar em uma via paralela.

c) O enunciado possui um domínio associado

“De maneira geral, pode-se dizer que uma sequência linguística somente se constitui em um enunciado se ela estiver imersa em um campo enunciativo onde aparece como um elemento singular” (op. cit., p. 130). O enunciado possui um “campo enunciativo”, um “campo adjacente”, um “espaço colateral”, ou inclusive um “domínio associado”: esse domínio associado, sem a existência do qual a “função enunciativa” não pode ser exercida, consiste em uma rede

de formulações nas quais o enunciado se inscreve e integra. Esse domínio associado do enunciado compreende:

- 1) As formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e integra uma sequência discursiva; o enunciado se encontrará aí definido por meio da sua inscrição em uma *sequência horizontal* ou *intradiscursiva*.
- 2) As formulações “às quais se refere o enunciado (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para opor-se a elas, seja para falar delas em seu momento; não existe enunciado que, de uma maneira ou de outra, não reatualize outros” (op. cit., p. 130).
- 3) “O conjunto das formulações, as quais o enunciado prepara a possibilidade futura e que podem vir depois de outro como sua consequência, sua continuação natural ou sua réplica” (op. cit., p. 130).

O enunciado entra em uma *rede interdiscursiva de formulação*. E é aí, nos parece, que podem ser encontrados na *Arqueologia* os elementos teóricos que permitem conceber procedimentos de reunião e organização de materiais empíricos que rompem com o postulado de homogeneidade que domina as operações de constituição de *corpus* em AD, mesmo que Foucault não aborde essa questão como tal.

Destacaremos, a princípio, que o enunciado está situado, por um lado, em uma *relação horizontal* no tocante a outras formulações no interior do intradiscorso de uma sequência discursiva, por outro, em uma *relação vertical* no tocante às formulações detectáveis em outras sequências discursivas, no interdiscorso de uma FD: a definição do enunciado sublinha novamente a indissociabilidade dos dois modos de existência do discurso como objeto.

Por outro lado, nessa rede vertical, ou interdiscursiva, de formulações, um enunciado dado se encontrará dentro de um conjunto de formulações extraídas de sequências discursivas levantadas de outras CP do discurso, algumas das quais serão heterogêneas.

Efetivamente, o conjunto de termos “referir-se” (implicitamente ou não), “repetir”, “modificar”, “adaptar”, “opor-se” etc., indica que o enunciado insere-se em uma série de formulações, entre as quais algumas são dominadas *pela mesma FD* que aquela que domina a sequência discursiva de onde ele é extraído (produzidas em CP homogêneas), enquanto outras, às quais o enunciado deve se opor, referir-se implicitamente, modificar etc., podem ser produzidas em CP heterogêneas, isto é, *sob a dominação de uma ou várias FD, que mantêm com a primeira relações de contradição* (antagonismo, alianças, apoio, acobertamento etc.).

Isso permite adiantar que, no plano de constituição de *corpus*, a inscrição de um enunciado em um conjunto de formulações – como “um nó em uma rede” – deverá ser caracterizada a partir de uma pluralidade de pontos que constituem, ao redor de uma sequência discursiva tomada como ponto de referência, uma rede de formulações extraídas de sequências discursivas, cujas condições de produção serão, ao mesmo tempo, *homogêneas e heterogêneas*, com relação à sequência discursiva de referência.

Em seguida começaremos a abordar, mediante um exemplo, a forma de um *corpus* que corresponde ao que Foucault define como o domínio associado do enunciado, e a partir do qual possa ser detectado o interdiscurso de uma FD sob a forma das relações de repetição, refutação, transformação, redefinição etc., que se estabelecem entre enunciados provenientes de FD distintas, a partir de posições ideológicas dadas.

d) *O enunciado tem uma existência material, diferente daquela da enunciação*

Essa propriedade do enunciado conclui a definição de enunciado que se encontra na *Arqueologia*. Esta última opõe a materialidade da existência do enunciado à da enunciação: pode-se falar do *mesmo enunciado*, aí onde há *várias enunciações distintas*: “A enunciação é um evento que não se repete. Tem uma singularidade situada e datada que não pode ser reduzida” (op. cit., p. 134).

Se neutralizarmos a enunciação, seu tempo e seu lugar, o sujeito que a efetua e as operações que esse sujeito utiliza, “o que se destaca é uma forma que é *indefinidamente repetível* e pode dar lugar às enunciações mais dispersas” (op. cit., p. 134).

A dupla enunciado/enunciação funciona de forma diferente na *Arqueologia* e na tradição linguística a qual retoma a AD: se a noção de enunciação utilizada por Foucault está próxima da que se serve a AD (atividade de produção de um discurso por parte de um sujeito enunciador em uma situação de enunciação), o enunciado está, em compensação, ligado à noção de *repetição*. A existência do enunciado é da ordem de uma *materialidade repetível* que “se dirige, segundo uma dimensão de alguma maneira vertical, às condições de existência dos diferentes conjuntos significantes” (op. cit., p. 143). A oposição enunciado/enunciação permite aqui considerar o discurso na unidade e na diversidade, na coerência e na dispersão, na repetição e na variação; reparte esses modos contraditórios de existência do discurso como objeto nesses dois níveis, o do enunciado e o da formulação, que põe em jogo a descrição das FD: a existência vertical interdiscursiva de um sistema de formulação dos enunciados que asseguram ao discurso a permanência estrutural de uma repetição, corresponde à existência horizontal intradiscursiva da formulação, de onde a enunciação pode produzir uma variação conjuntural.

As duas últimas propriedades do enunciado que acabam de ser mencionadas apresentam, segundo nosso entendimento, um interesse maior do ponto de vista da definição teórica e da localização empírica de uma FD; no entanto, dão lugar a uma dificuldade que um exemplo ilustrará.

4. O nível do enunciado e o nível da formulação: um exemplo

Consideremos (1) um enunciado extraído do *corpus* de nossa investigação>

(1) *Nossa política em relação aos cristãos não tem absolutamente nada de uma tática de circunstância, é uma política de princípio.*

Esse enunciado provém de uma sequência discursiva que corresponde a CP determinadas: foi extraída de uma reportagem concedida ao jornal *La Croix* por Georges Marchais, secretário-geral adjunto do PCF (Partido Comunista Francês), publicado no número de quinta, 19 de novembro de 1970. Pode-se relacioná-la com um *sujeito enunciador*, que enuncia em uma *situação de enunciação* determinada, a partir de um lugar definido no interior de um aparelho e dentro de uma conjuntura caracterizada por certo estado das relações sociais.

Esse enunciado constituirá aqui um ponto de referência, escolhido arbitrariamente, a partir do qual queremos mostrar a possibilidade de que um enunciado se inscreva em uma rede de formulações.

Assinalamos antes que esse enunciado se localiza, junto com outras formulações, no intradiscurso da sequência discursiva no interior da qual foi produzido: o enunciado (1) figura dentro de um *contexto intradiscursivo de formulação*. Consideremos (2):

(2) (Pergunta da entrevista) *Qual é, no fundo, a razão da política dita da mão estendida? Trata-se de uma tática destinada a aumentar sua influência política? [...] Busca um reforço eleitoral?/ (Resposta de G. M.) (1)/ Em que se baseia? Baseia-se no fato de que [...]*

O enunciado (1) insere-se no interior da sequência discursiva constituída pelo texto da entrevista em um contexto intradiscursivo de formulação com o qual mantém uma relação particular (nesse caso, (1) é considerado como *efeitos de diálogo*, na medida em que constitui uma resposta a uma série de perguntas da reportagem...). Trata-se de uma relação horizontal, que provém de uma descrição do intradiscurso.

No entanto, (1) tece outros laços com formulações identificáveis no interior do processo discursivo inerente à FD que o domina, nesse caso, a FD "comunista": (1) existe, igualmente, em uma *rede interdiscursiva, ou vertical*, de formulações tais como (3)-(9):

- (1) Um pai de família, de Lille, católico praticante, escreveu em julho de 1936 que havia dado pouca importância ao primeiro apelo, que *podia cair em tentação de crer que era ditado pelo interesse eleitoral*. Não tinha dúvidas em manifestar sua concordância e em nos encorajar, comprovando, em seguida, nossa *inflexível perseverança*. (M. Thorez, outubro de 1937)
- (2) Novamente nos fizeram a censura tão pouco original de *manobrar, de enganar, de agir com falsidade*. (M. Thorez, outubro de 1937)
- (3) E se hoje confirmamos nossa posição de 1937, é que não se tratava, então, como pretendiam alguns, de uma *astúcia, de uma tática ocasional*, mas sim de uma *posição política* perfeitamente coerente com nossa doutrina: marxismo-leninismo. (Whochet, 13 de dezembro de 1944)
- (4) a) Para nós, a *união* não é a *única tática ocasional, uma manobra ligada a uma conjuntura*.
- b) *A luta pela união constitui uma constante, um princípio da política do nosso partido*.
- c) Nosso partido sempre se *empenhou com paixão e paciência para unir os operários, para reunir ao redor deles as vítimas do poder do dinheiro, todas as forças vivas da nação*.
- d) Nós propomos às distintas camadas sociais que se *unam, não na confusão, mas em uma base precisa*. (XXI Congresso do PCF, de 24 de outubro de 1974)
- (7) Os cristãos comprovam cada vez mais que a cooperação, a luta comum que lhes propomos não é uma *armadilha*, mas um *procedimento de princípio*. (Princípios da política do PCF, outubro de 1975)
- (8) Dizer isso é sublinhar até que ponto a *política de união* é para nós uma *política de princípio*. (XXII Congresso do PCF, 4 de fevereiro de 1976)

(9) Não, não é por *tática momentânea*, é na *confusão ideológica* que buscamos *apaixonadamente* fazer com que se reencontrem lado a lado todos aqueles que querem a libertação do homem – os comunistas porque é seu ideal socialista e os cristãos porque é seu ideal evangélico. (G. Marchais, 10 de junho de 1976)

Para agrupar as formulações (3)-(9) recorreremos a uma simples organização empírica: trata-se de uma série cronológica, extraída de diferentes sequências discursivas reunidas em *corpus*. Uma análise puramente intuitiva permite já fazer aparecer um conjunto recorrente de elementos (para os quais os termos grifados podem servir de indícios) que ligam essas formulações umas às outras, de maneira que cada uma delas aparece como uma reformulação possível de toda outra formulação pertencente à rede. Uma rede de formulações como esta parece, então, ser regida por uma espécie de princípio geral.

Se considerarmos novamente o enunciado (1) tomado como ponto de referência, teremos que indicar que a propriedade que manifesta, de figurar como “um nó na rede”, não se limita ao conjunto (3)-(9) das formulações pertencentes à FD comunista. As formulações (3)-(9), extraídas de sequências discursivas que ilustram um aspecto regional da FD comunista – o discurso comunista “dirigido aos cristãos” – só tem existência discursiva na contradição que as opõe ao conjunto das formulações (10)-(16), produzidas em CP heterogêneas às suas, isto é, a partir de posições de classe antagônicas:

(10) O comunismo é *intrinsecamente perverso* e sua colaboração não pode ser admitida em terreno algum. (Pio XI, 19 de março de 1937)

(11) É inútil que a Voz (de Thorez) torne-se tão ternamente suplicante como a da camponesa que chama a seus *pintinhos*: “Filhotes! Filhotes! Filhotes!” Eu me dizia “Não, é impossível que atendam” (F. Mauriac, *Le Figaro*, 18 de abril de 1937)

(12) Os cristãos se *permitem cair na armadilha* de uma filosofia vulgar da história. (R. Aron, o Grande Cisma)

(13) O católico não pode permanecer nem ingênuo, nem abandonado diante da *sedução* discreta, da *lenta impregnação* ou da *tentação organizada* do comunismo de hoje. (Mons. Fauche, bispo de Troyes, fevereiro de 1976)

(14) Os católicos são *tentados*, muitos são os que se deixam *prender*. (J. Boudarias, *Le Figaro*, 10 de junho de 1976)

(15) Haverá uma *galinha* católica para depenar? (Y. Levai, *Europa* 1, 11 de junho de 1976)

Os termos assinalados de (10)-(15) proporcionam, novamente, indícios intuitivos que permitem, na rede de formulações, distinguir a *repetibilidade* de certos elementos de um conjunto de variações; as duas séries conhecem um desenvolvimento paralelo que pode ser apreendido a partir da recorrência contraditória, no interior do processo discursivo inerente de cada FD, de elementos do saber opostos, e que permanecem estáveis em seu antagonismo, que uma fórmula como (16) poderia resumir de maneira aproximada:

(16) A união com os cristãos não é uma artimanha, *é um princípio da política dos comunistas vs. A política dos comunistas é uma armadilha na qual os comunistas não podem se deixar apanhar.*

A formulação (16) constitui uma aproximação dessas “formas indefinidamente repetíveis” que podem provocar “as enunciações mais dispersas”, que fizemos figurar nas séries (3)-(9) e (10)-(15); isto é, trata-se, segundo a *Arqueologia*, de uma relação contraditória entre os enunciados. E aí se encontra uma dificuldade maior na definição do enunciado: esse termo pode expressar na problemática de Foucault, *ao mesmo tempo*, uma expressão como (16) e uma formulação como (1). Os dois níveis de descrição de uma FD diferenciados na relação enunciado/enunciação se confundem na definição do enunciado a partir de seu domínio associado. A definição do enunciado não é fixa: essa indecisão deve assemelhar-se à concepção descrita anteriormente acerca de uma posição de sujeito como forma vazia, indiferentemente executada por locutores intercambiáveis.

Veremos os efeitos de retorno das perguntas cuja elisão produz a *Arqueologia*: as da relação do discurso com a ideologia e as da relação do discurso com a língua. O sujeito do discurso é ao mesmo tempo sujeito ideológico, em sua relação com o sujeito do saber, garante do enunciado, e sujeito falante, na medida em que pode enunciar os elementos desse saber na formulação. Portanto, nos parece fundamental, na análise das FD, distinguir o nível do enunciado e o nível da formulação, assim como produzir sua articulação, na qual se constituem o discurso e o sujeito.

| Referências

ALTHUSSER, L. *Idéologie et Appareils idéologiques d'État. La Pensée*, Éditions Sociales, Paris, n. 151, 1970. (*Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979)

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. *L'École capitaliste en France*. Paris: Maspéro, 1971.

COURTINE, J.-J. *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques em analyse di discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*. Thèse de Doctorat de 3^o cycle de Linguistique, Paris X-Nanterre, 1980.

FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: NRF, Gallimard, 1969. (*Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004)

GAYOT, G. Discours fraternel et discours polémique. In: RONBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris: A. Colin, 1973. (*Discurso amistoso e discurso polêmico. História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977)

GAYOT, G.; PÊCHEUX, M. Y a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme et du sociologisme? *Équivalences*. Bruxelles: Actes du colloque Politique linguistique, 1977. (Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? *Escritos* (3). Campinas: Labeurb/Nudecri, 1998, p. 5-16.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Didier/Larousse, Paris, n. 24, p. 93-106, 1971.

HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursives. *Langages*. Didier/Larousse, Paris, n. 37, p. 81-98, 1975.

LECOURT, D. *Pour une critique de l'épistémologie*. Paris: Maspéro, 1972.

PÊCHEUX, M. *Un exemple d'ambiguïté idéologique: le rapport Mansholt*. Paris: CNRS, 1974.

PÊCHEUX, M. *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975. (*Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988)

PÊCHEUX, M. *Remontons de Foucault à Spinoza*. Texte d'une communication à un congrès sur les idéologie. Université de Mexico, 1977.

PÊCHEUX, M.; WESSELIUS, L. À propos du mouvement étudiant et des luttes de la classe ouvrière: trois organisations étudiantes em 1968. In: ROBIN, R. *Histoire et Linguistique*. Paris: A. Cloin, 1973. (A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: 3 organizações estudantis em 1968. *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977)

ROBIN, R. Histoire et linguistique: premiers jalons. *Langue française*, Larousse, Paris, n. 9, p. 47-57, 1971.

Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente⁵⁵

Jacques Guilhaumou⁵⁶

55: Este texto foi publicado inicialmente na *Revista Ecos – Lingüística e Literatura* n° 3 da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT em janeiro de 2005. Tradução brasileira de Roberto Leiser Baronas e Nilton Milanez.

56: Pesquisador do Laboratório de Estudos do Político do CNRS – Lyon, França.

O exercício intelectual que consiste em sustentar uma reflexão sobre seu próprio trajeto de pesquisa em análise de discurso, estendendo-se ao longo de um período de mais de trinta anos, certamente não é fácil, mesmo se ele compreender o grupo dos primeiros historiadores do discurso. À primeira vista, pareceu-nos, apoiado em diversas pausas reflexivas desse trajeto, que a noção-conceito de *formação discursiva* muito presente em nossas primeiras pesquisas, desapareceu muito rapidamente logo no início dos anos 80 e de maneira definitiva no momento da volta efetiva, em 1983, no seminário “História e lingüística”, para nossos primeiros trabalhos.

Nosso objetivo presente é, então, questionar essa retirada da noção fundamental da análise de discurso da base das fontes de arquivo da análise da própria análise de discurso.

De fato, dispomos de dois tipos de fontes:

- a) De um lado, os textos iniciais dos historiadores, essencialmente Régine Robin e eu mesmo, sobre o discurso como objeto da história, no qual se formula, no início dos anos 70, a relação de nossos primeiros estudos concretos com a definição canônica de formação discursiva (Haroche, Henri, Pêcheux, 1971) em sua articulação com o marxismo.
- b) De outro lado, a retomada de críticas que se iniciaram no fim dos anos 70 em colaboração com Denise Maldidier, no quadro de uma história da análise de discurso.

A respeito dessa informação, não se trata de propor uma narrativa de transformação, que, ao entrelaçar a fonte inicial e a fonte crítica, nos faria caminhar pelas primeiras verdades marxistas até verdades mais atuais, emprestadas todas do pós-modernismo, trajeto que justificaria a não-operatividade da noção-conceito de formação discursiva no início dos anos 80 nos textos dos historiadores do discurso. Não se trata mais de saber se a noção de formação discursiva é consubstancial à análise do discurso, isto é, se ela faz parte das categorizações fundamentais dessa nova disciplina. Perguntamo-

nos mais sobre quais são os recursos interpretativos inicialmente veiculados por essa noção e focalizamos, então, nossa atenção sobre o que Julian Bourg (2002) chama, no momento em que ele caracteriza o espírito de maio de 68, a *transvaliação imanente*. Transvaliação no sentido de que valores de emancipação se transmitem no interior mesmo do deslocamento da noção de formação discursiva para seu esgotamento conceitual. Imanência na medida em que o gesto constitutivo da análise de discurso, sua inscrição na materialidade da língua, se faz sempre presente.

A mobilização inicial dos recursos do marxismo ao redor da noção-conceito de formação discursiva sofreu, então, metamorfoses em *alguma coisa* que não é sua negação, pelo fato mesmo de conservar a materialidade e as potencialidades de emancipação da análise de discurso.

No entanto, descrever a transmutação dos valores supõe o *emprego de uma narrativa* com o objetivo de manter permanente o percurso da narração do conceito na linha de horizonte do sujeito falante. Pareceu-nos, portanto, possível construir uma narrativa no interior do círculo restrito dos historiadores do discurso, na medida em que o *elemento formação-discursiva se desloca* para chegar ao momento do acabamento de sua operatividade na principal formulação do horizonte do sujeito falante em análise de discurso, com a expressão de “deslocamento tendencioso do sujeito”⁵⁷, enunciado por Michel Pêcheux.

1. A formação discursiva confrontada com a complexidade dos agenciamentos discursivos (os anos 70)

Tudo começa, para o historiador do discurso, com *História e lingüística* de Régine Robin, obra publicada em 1973, mas elaborada em condições particulares, às quais estou intimamente ligado. No

57 NT em francês: “*délocalization tenencielle du sujet*”

início, o contrato com Armand Colin foi assinado por Régine Robin e eu, quando acabava de sair meu trabalho de *maîtrise* sobre o discurso de *Père Duchesne*, de Hébert. Dedicamos o verão de 1971 para reunir os materiais da segunda parte intitulada “*Quelques méthodes d’approches des textes*”. Começo, então, a redigir dois capítulos, sobre a lexicometria e os campos semânticos. Depois, solicitado para preparar a agregação de história na ENS de Saint Cloud como ouvinte, renuncio a essa colaboração para me dedicar inteiramente à preparação do concurso.

Caberá, portanto, à Régine Robin refletir sobre a posição problemática do historiador do discurso, no capítulo 4, intitulado “*formação social, prática discursiva e ideologia*” – notaremos a ausência da noção-conceito de formação discursiva nesse título. Ela o faz em um longo comentário da principal citação de Haroche/Henry/Pêcheux de 1971 (“*As formações ideológicas comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito...*”), o que nos distancia de Foucault. Era o momento inaugural em que considerávamos as formações discursivas como componentes de formações ideológicas, ligadas a sistemas de representação, portanto, a suas condições de produção no interior de uma realidade social marcada pela ideologia dominante. A primeira aproximação crítica (GUILHAUMOU, MALDIDIER, 1979) desse desenvolvimento teórico inaugural sublinha que a espécie discursiva estava assim classificada em gênero ideológico e que a questão do sentido remetia-se a um exterior ideológico.

Falou-se, frequentemente, então, que esse fantasma da teoria do discurso existiu somente por um período muito curto, porque, desde *Les Vérites de la Palice* (1975), ele é significativamente evocado por Michel Pêcheux nos anexos em auxílio a uma correção que, destacadamente, nos interessa:

Seria absurdo pretender fundar uma “nova disciplina” ou uma “nova teoria”, “a teoria materialista do discurso”. Alguns de nós têm empregado repetidamente essa formulação, contudo, temos

dito que tal procedimento é muito mais para designar alguns elementos conceituais (por exemplo, formação discursiva) do que delimitar as fronteiras de uma nova “região” científica. (PÊCHEUX, 1975, p. 266).

Notemos aqui a designação explícita do caráter transvaliador da noção-conceito de formação discursiva, enquanto elemento julgado estável, na perspectiva de um dado imanente, a materialidade significante.

Régine Robin, por sua vez, destaca a relação com a conjuntura, portanto, o confronto das posições discursivas, certamente consideradas de maneira marxista com posições dos agentes no campo das lutas sociais e ideológicas. Ela firma sua posição em um texto de 1974, publicado em 1976, “discurso político e conjuntura”, no qual encontramos uma formulação programática em seu artigo *Dialectiques* (ROBIN, 1978, p. 29), com Michel Grenon sob a seguinte forma:

O estudo das formações discursivas em uma formação social, em suas relações de hegemonia, de alianças, de antagonismo e de seus deslocamentos estratégicos, em uma conjuntura dada, está em via de elaboração.

Opera-se, assim, um deslocamento maior da definição de formação discursiva no interior do discurso como objeto da história em direção de uma problemática das estratégias discursivas. Tinha igualmente notificado (1975a) esse deslocamento em meu primeiro artigo “sintético”, publicado no mesmo número de *Dialéticas*, sob o título de minha futura tese de 3^{ème} cycle, *Idéologies, discours et conjoncture en 1793* (1978a). Ao dar-lhe o subtítulo de *Quelques réflexions sur le jacobinisme*, designava, então, uma temática, o jacobismo, que nunca abandonei desde então, inclusive em sua relação com o marxismo, como prova o título de um artigo recente (2002): “Jacobinisme et marxisme : le libéralisme politique en débat”.

De fato, a noção-conceito de formação discursiva se complexifica nos trabalhos concretos dos historiadores do discurso com base nas noções de efeito de conjuntura e de estratégia discursiva. Certamente a formação discursiva está ligada, em meus primeiros trabalhos, a um interdiscurso jacobino que tento, na apresentação do nº 2 (1975) do *Bulletin d'analyse de discours de Lille III*, representar espacialmente, assimilando-o a uma visão matricial do discurso *montagnard* enquanto discurso dominante no seio do universo jacobino. Mas Régine Robin e eu introduzimos também a noção de formação retórica que tende a substituir aquela da formação discursiva para designar as estratégias discursivas descritas enquanto efeitos da conjuntura, manifestações do momento atual. Falo realmente da maneira mais extensiva de efeitos do momento da conjuntura e do acontecimento.

Não é, portanto, por acaso, se é nesse estudo, publicado em 1976 e conduzido conjuntamente por Denise Maldidier e Régine Robin, sobre um acontecimento de maio de 68, Charléty, que se formula mais claramente esse deslocamento:

Assim, colocando-nos ao nível estritamente formal e sem prejudicar processos semânticos em relação com a ideologia e o interdiscurso, vemos que, no aparelho imprensa, a formação retórica que é o editorial coloca em jogo efeitos de conjuntura que remetem a uma estratégia discursiva. (GUILHAUMOU, 1994, p. 62).

Trabalhando também com o aparelho imprensa, mas em uma conjuntura de 1793, faço nada mais do que descrever estratégias discursivas, conservando a perspectiva do interdiscurso jacobino. Um caso exemplar consiste na estratégia de mascaramento por efeitos populares do discurso jacobino do *Père Duchesne*, de Hébert, em contraste com a ideologia da “democracia direta dos jornalistas “raivosos”, em particular, Jacques Roux ao longo da Revolução francesa (GUILHAUMOU, 1975b).

Numa retomada crítica, escrevíamos, então, Denise Maldidier, Régine Robin e eu, em 1989:

Essa conceitualização – o interdiscurso – designa o espaço discursivo e ideológico no qual se deslocam as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição; ela encontraria nossas próprias interrogações a partir de pesquisas concretas nas quais estávamos engajados. Por isso, uma situação contraditória. Tentávamos utilizar todo aparelho conceitual da teoria do discurso. Mas toda taxionomia se chocava com a complexidade dos agenciamentos discursivos.

Citávamos, então, um extrato de um texto inédito sobre “Lingüística e análise do discurso. Leitura de uma crise”, do qual destaco o fato de querer “isolar no corpo complexo dos discursos dos elementos simples, tais como, “o discurso burguês/discurso feudal, discurso jacobino/discurso dos sem-culote”. Esse texto tinha sido dirigido em janeiro de 1978 em seguida ao seminário do México, de novembro de 1977, que introduz, iremos ver, um segundo deslocamento.

Mas terminemos num resumo, sob a pluma de Denise Maldidier, acerca do primeiro deslocamento:

Vindo da história, Régine Robin e Jacques Guilhaumou refletiam sobre a relação entre ideologia e discurso, mas confrontados, em sua prática de historiadores, com a materialidade complexa dos textos, acentuavam o intrincamento das formações discursivas. Falavam de estratégias discursivas, de enfrentamentos, de alianças. (PÊCHEUX, 1990, p. 55).

2. Uma transvaliação no horizonte da materialidade dos textos (os anos 80)

A sequência de nosso texto mostra como, no início dos anos 80, a transvaliação se realiza com o desaparecimento relativamente rápido da noção-conceito de formação discursiva em proveito de

uma nova maneira de fazer a história do discurso. Michel Pêcheux opera no México, em 1977, um retorno a Foucault em um texto intitulado “Remontons de Foucault à Spinoza” e republicado mais tarde (1990). Da minha parte (1978b), proponho uma análise sintética dos trabalhos sobre os discursos políticos contemporâneos que têm no seu centro o trabalho de Jean-Pierre Faye e suas noções de aceitabilidade do discurso e de efeito de narrativa que representam de agora em diante um papel decisivo nas análises discursivas do lado da história. Os historiadores do discurso criticam a partir desse momento o uso da noção-conceito de formação discursiva. Essa noção deixa um grande espaço, segundo eles, para a tentação taxionômica, tipológica; ela reproduz uma aproximação totalitária e extrema da formação discursiva dominante que contrasta totalmente com a maneira que Jean-Pierre Faye descreve os mecanismos de aceitabilidade da ideologia nazista (1972). Não é possível, portanto, se apoiar na caracterização das formações discursivas como sistemas de representação que somente fazem sentido no discurso dominante.

Em outros termos, já asseveramos anteriormente que a conexão entre fatos discursivos e práticas não discursivas foi limitada a homologias em referência a uma exterioridade. Com efeito, tenho lido trabalhos de estudiosos alemães sobre pragmática histórica textual, fortemente marcada pelas análises de Koselleck, acerca do que chamamos atualmente de a conexão empírica entre a realidade e o discurso (GUILHAUMOU, 2001).

Seguindo sempre Pêcheux, convinha acabar com uma concepção da formação discursiva como um bloco homogêneo relacionado a uma ideologia dominante: ela é tomada de agora em diante como não idêntica a ela mesma, em referência à categoria spinozista de contradição. Tratava-se, então, de colocar a questão da presença no seu interior da ideologia dominada. Enuncia-se, também, nessa nova conjuntura, um destaque na referência à tradição marxista: acentua-se mais a história dos grupos sociais subalternos, ao exemplo de Gramsci nos *Cahiers de prison* (GUILHAUMOU, 1979).

Por um aparente paradoxo, é no momento em que todos os elementos são reunidos para dessecar a operatividade inicial da

noção-conceito de formação discursiva, que encontramos, sob a pluma de Jean-Jacques Courtine (1981) e de Jean-Marie Marandin (1979), enquanto eles acabam de produzir uma descrição situada do discurso comunista em sua respectiva tese, um último esforço para precisar o que há do trabalho teórico sobre esse conceito. “Consideramos uma formação discursiva como heterogênea a ela mesma”, concluem eles em sua intervenção no seminário sobre as *Matérialités discursives* (CONEIN *et alii.*, 1981).

A noção-conceito de formação discursiva é, assim, tomada *in fine* no heterogêneo, ela não remete mais a lugares enunciativos referentes a um exterior ideológico. A descrição do deslocamento dos sujeitos, da passagem de um lugar enunciativo a outro se torna primordial. Assim, o metadiscorso sobre as posições enunciativas desaparece em proveito de uma atenção a que Pêcheux chama, na introdução do seminário *Materialités discursives*, “o deslocamento tendencioso do sujeito enunciator” no interior mesmo da materialidade dos textos. Essa formulação teórica se traduzirá em meus primeiros estudos empíricos sobre os porta-vozes jacobinos – do qual apresentamos uma primeira síntese em 1991 – por uma acentuação do contraste com a palavra dominante dos atores legítimos *a priori*. É, com efeito, ao longo dos anos 80 que conduzo uma vasta pesquisa nos arquivos departamentais dos Bouches-du-Rhône com o objetivo de restituir os recursos interpretativos dos próprios atores, cuja finalização é a publicação de minha obra sobre *Marseille républicaine* (1992).

Para dizer a verdade, a crítica do historiador do discurso remete, então, essencialmente, sobre o peso do metadiscorso que tende a colar o analista de discurso em uma exterioridade ideológica. Duvidosa em veicular insidiosamente esse metadiscorso, portanto, em tornar inacessível a materialidade própria dos textos, a noção de formação discursiva cai em desuso.

Além do caso dos historiadores do discurso, a formação do grupo de pesquisa “análise de discurso e leitura de arquivo”, em 1982, sob a direção de Michel Pêcheux, marca bem o momento em que essa

noção desaparece do campo de reflexão dos analistas do discurso sempre tão preocupados com a materialidade discursiva. Uma nova operação de leitura, *a leitura de arquivos*, retornando à concepção de arquivo para Foucault, é singularmente valorizada. Ela tem a vocação de validar, problematizando-o, o trabalho do arquivo dos historiadores do discurso. É a época em que, simultaneamente, chego ao fim de minhas pesquisas sobre a questão das subsistências no século XVIII, de um lado, e sobre a propagação das palavras de ordem na descrição discursiva, em 1793, ao redor de acontecimentos maiores, por exemplo, a morte de Marat, de outro lado, valorizando sua publicação sobre um longo período (1984b, 1986, 1989, 2000a), maneira de sublinhar sua importância.

Assistimos, portanto, a uma retirada do conceito de formação discursiva e de sua imposição externa em proveito dos recursos interpretativos internos ao arquivo: toda uma série de categorias descritivas toma o lugar do metadiscorso, entregue ao julgamento de saber da historiografia. Não se trata, em nosso caso, de um abandono da referência ao marxismo.

Ao contrário, a própria tradição marxista assume um valor de dimensão interpretativa, crescendo-se de suas primeiras formulações, portanto, da Revolução Francesa para o jovem Marx, pelo fato da tradutibilidade entre a linguagem política francesa e a filosofia prática alemã, como indiquei, em 1996, em um artigo-balanço significativamente intitulado: “*Révolution française et tradition marxiste: une volonté de refondation*”. Defino, então, um vasto campo de análise que se estende tanto sobre a filosofia alemã, de Kant à Marx, quanto sobre os próprios discursos revolucionários. A partir desse momento não há mais necessidade de um corpo de conceitos “marxistas” (*modo de produção, luta de classes, revolução burguesa, etc.*), vindos do materialismo histórico e aplicáveis de maneira mecânica à realidade da Revolução Francesa. São as categorias explicativas da história da Revolução Francesa tais como elas são elaboradas reflexivamente pelos pensadores contemporâneos do acontecimento revolucionário, tanto alemães como franceses,

depois traduzidas nos primeiros textos de Marx, que são levadas em conta no interior da leitura marxista do jacobismo. Trata-se das categorias de entusiasmo/simpatia de aspiração, de porta-voz/língua popular, de movimento popular/movimento revolucionário, e de terror/revolução permanente (GUILHAUMOU, 1996).

Reivindico, então, abertamente (GUILHAUMOU, 1993), minha participação na virada interpretativa e hermenêutica (DOSSE, 1995) sobre a base de uma leitura de Foucault, “novo arquivista” (DELEUZE, 1986), da referência maior à tradutibilidade das linguagens e das culturas para Gramsci. E de uma tomada de consciência, graças ao sociólogo Bernard Conein, que trabalha um período sobre a Revolução francesa (1981), da etnometodologia e de sua concepção da reflexividade das descrições sociais. Da formação discursiva ao enunciado de arquivo, trata-se do sujeito da enunciação, do objeto discursivo e da noção-conceito em uma relação intrínseca ao próprio enunciado. Todo discurso faz parte de um enunciado, a distinção entre texto e contexto perde sua pertinência.

Foi, então, quando minha intervenção de 1983, no seminário *História e lingüística* (1984a), se tornou significativa ao mesmo tempo pelo mecanismo de transvaliação presentemente descrito e pelo seu resultado, o eclipse não explicitado da noção de formação discursiva. Reescrevo, aqui, o itinerário de dez anos de um historiador do discurso sem nunca usar a noção de formação discursiva, na medida em que abordo a questão da redescoberta dos textos sob os auspícios de uma descrição empírica da materialidade da língua no interior mesmo da discursividade do arquivo.

Podemos assim constatar a seguinte evolução:

- a) De um procedimento de verificação de hipóteses já-lá com objetivo referencial, tendo como único objetivo situar, no nível discursivo, efeitos de conjuntura já repertoriados em uma história das ideologias;

b) de um procedimento de descoberta da historicidade mesma dos enunciados de arquivo sobre a base da noção do trajeto temático que abre um leque interpretativo na configuração dos recursos vindos da materialidade própria dos enunciados.

Situo, então, minhas pesquisas na articulação entre a descrição dos enunciados de arquivo que configuram um trajeto temático, na colocação em evidência dos efeitos de sentidos recuperáveis na análise de um momento de *corpus* e da valorização de uma série de categorias explicativas da Revolução francesa no interior mesmo da tradição marxista.

Reformula-se, então, com um aumento de vigor, e do lado dos linguistas, portanto, em colaboração estreita com Denise Maldidier, nosso interesse maior para funcionamentos linguísticos precisos, tais como, a coordenação, a tematização e a negação, a título de ancoragem do discurso na materialidade da língua. Essa preocupação está no centro da obra que publicamos, Régine Robin e eu, em 1994, sobre nossos trabalhos em comum com Denise Maldidier, seguida de seu desaparecimento brutal.

3. Conclusão

É preciso, portanto, concluir que voltar aos usos “antigos” da noção-conceito de formação discursiva não tem sentido na perspectiva presente do historiador linguista? De fato, essa noção, tendo representado um papel essencial no seu tempo, não está mais verdadeiramente em adequação com *a história linguística dos usos conceituais* (GUILHAUMOU, 2000b) tal como a concebo atualmente no horizonte de uma conexão empírica entre a realidade e o discurso. Uma conexão que destaca a distinção entre os fatos reais e os fatos do discurso, determinando que o conhecimento da realidade histórica passe pela descrição de suas condições languageiras de existência (GUILHAUMOU, 2001). Chegando à conclusão de formulação central de “deslocamento tendencioso dos sujeitos enunciativos”, sob a pluma de Michel Pêcheux, a noção de formação discursiva deixa, de

agora em diante, o lugar para o *sujeito empírico*, um sujeito ao mesmo tempo ancorado em blocos de realidade e tomado em seus efeitos discursivos transversos. A dimensão teórica da análise de discurso se investe de construções abstratas vindas de materiais empíricos – na ocorrência dos elementos da língua empírica – coletadas com base em um *espírito de pesquisa* junto aos atores históricos. Ela se articula, portanto, mais facilmente com uma *história das práticas languageiras*, evitando, assim, a taxionomia *a priori* dos discursos X, Y, Z que seriam a mesma coisa que formações discursivas.

Lembremos, mais uma vez, que não estamos aqui em uma narrativa de transformação. Não se trata de justificar o abandono de um conceito, inicialmente ligado à relação complexa entre Foucault e o marxismo, em proveito de uma única descrição dos recursos textuais em uma perspectiva hermenêutica, constatação do fato de que essas verdades iniciais estavam presas em um metadiscorso exterior aos textos. Ao contrário, nossa narrativa de uma transvaliação imanente aponta a parte imanente de uma análise histórica dos discursos, sua relação com a materialidade da língua, valorizando as configurações textuais de acontecimentos emancipadores, lá onde se auto-legitimam porta-vozes distintos dos atores legítimos *a priori*, portanto, sempre deslocados em relação a um posicionamento inicial. Ele sublinha somente que o encontro, *para dizer a verdade accidental*, entre Foucault e a tradição marxista, baseada na noção de formação discursiva, produziu mais efeitos sobre o devir da análise de discurso que de outras noções desse campo de pesquisa. Colocar a atenção sobre o fato mesmo da *accidentalidade* que gera um processo de deslocamento de valores consiste em romper com a concepção usual da construção científica de uma nova disciplina sobre a base de categorias necessárias.

Assim, ao encontro de uma análise de discurso como disciplina constituída que se interrogava sobre a necessidade de conservar tal ou tal de seus conceitos iniciais e, presentemente, aquele de formação discursiva, o historiador do discurso se inscreve mais em uma tradição interpretativa, construída ao redor do marxismo e,

mais amplamente, no espírito de maio de 68, no qual se conserva a importância emancipatória da análise de discurso em relação a sua forma transvaliada de um momento a outro de seu trajeto. Longe de qualquer desencantamento, ficamos, portanto, em uma narrativa de metamorfoses, de transmutações, no interior mesmo da tradução entre a teoria e a prática, resumindo, na transvaliação imanente que permitiu estabelecer um dispositivo relativamente estável da análise de discurso do lado da história, sem renúncia à postura marxista inicial. Ao encontro de todo estado de coisas existente, a descrição da materialidade dos textos focaliza nossa atenção sobre as práticas discursivas de sujeito de enunciação tomadas em relações de reciprocidade no horizonte de uma atividade livre, portanto, emancipatória. A atenção é colocada sobre a dimensão inventiva, portanto, interpretativa, do enunciado.

Quer-se dizer que ao redor do uso de conceitos, a respeito daquele de formação discursiva no horizonte do marxismo, existiram recursos interpretativos, uma tradução do conceitual na prática, que abriram possibilidades e permissões para novos experimentos discursivos. A palavra emancipada dos dominados está bem no final desse percurso. Tentei mostrá-lo em minha obra sobre *La parole des sans* (1998b). Mas seria preciso, então, levar a termo um itinerário complexo, mantendo os valores éticos da análise do discurso. Sempre me desviei do hábito de reproduzir o estado das coisas em proveito de um destaque da intencionalidade do analista de discurso, afirmada até na construção de sua problemática emancipatória com os recursos próprios dos atores, dos objetos e das noções-conceitos. Isso ocorre com o nosso presente trabalho, em colaboração com Béatrice Mesini et Jean-Noël Pelen (1999), sobre as “narrativas de vida” dos ditos excluídos da sociedade contemporânea e da relação com suas ações emancipatórias na tradição cívica originária da Revolução Francesa (DONZEL; GUILHAUMOU, 2001).

| Referências

BOURG J. Les contributions accidentelles du marxisme au renouveau des droits de l'homme en France dans l'après-68. *Les libéralismes au regard de l'histoire, Actuel Marx*, n. 32, p. 125-138, 2002.

CONEIN B. La position de porte-parole dans la Révolution française. *In : GLATIGNY, M.; GUILHAUMOU, J. (éd.). Peuple et pouvoir. Essais de lexicologie.* Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981. p. 153-164.

CONEIN, B.; PECHEUX, M. *et alii* (éd.). *Matérialité discursives.* Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

COURTINE J.J. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens, *Langages*, n. 62, 1981.

DELEUZE, G. *Foucault.* Paris: Editions de Minuit, 1986.

DONZEL, A.; GUILHAUMOU, J. Les acteurs du champ de l'exclusion à la lumière de la tradition civique marseillaise. *In : SCHNAPPER, D. (éd.). Exclusions au cœur de la Cité.* Paris : Anthropos, 2001. p. 69-100.

DOSSE F. *L'empire du sens. L'humanisation des sciences humaines.* Paris : La Découverte, 1995.

FAYE J.-P. *Langages totalitaires.* Paris : Hermann, 1972.

FAYE J.-P. *Qu'est-ce que la philosophie ?* Paris : A. Colin, 1997.

GRENON, M.; ROBIN R. Alice dans le droit chemin ou la transition dans les superstructures. *Dialectiques*, n. 24-25, p. 15-28, 1978.

GUILHAUMOU, J. Discours, idéologie et conjoncture en 1793. *Dialectiques*, n. 10-11, p. 33-58, 1975a.

GUILHAUMOU, J. Moment actuel et processus discursif : Hébert et Roux. *Bulletin du centre d'analyse de discours*, Presses Universitaires de Lille, n. 2, p. 147-173, 1975b.

GUILHAUMOU, J. *Discours, idéologies et conjoncture. L'exemple des discours révolutionnaires (1792-1794)*. Thèse de 3^{ème} cycle, Université de Provence, 1978a.

GUILHAUMOU, J. Les discours politiques contemporains (autour de Jean-Pierre Faye). *Cahiers d'histoire de l'Institut Maurice Thorez*, n. 28, p. 40-79, 1978b.

GUILHAUMOU, J. Hégémonie et jacobinisme dans les Cahiers de prison. Gramsci et l'histoire de la France contemporaine. *Cahiers d'histoire de l'Institut Maurice Thorez*, n. 28, p. 159-187, 1979.

GUILHAUMOU, J. Itinéraire d'un historien du discours. In: ACHARD, P. et alii. (dir.). *Actes du colloque Histoire et linguistique*. Paris: Editions de la MSH, 1984a. p. 33-42.

GUILHAUMOU, J. Subsistances et discours publics dans la France d'ancien régime (1709-1785). *Mots*, n. 9, p. 57-87, 1984b.

GUILHAUMOU, J. Description d'un événement discursif : la mort de Marat. In: BONNET, J. C. (éd.). *La mort de Marat*. Paris : Flammarion, 1986. p.39-81.

GUILHAUMOU, J. *La mort de Marat*. Bruxelles : Complexe, 1989 [1793].

GUILHAUMOU, J. Les porte-parole et le moment républicain (1791-1793). *Annales E.S.C.*, v. 4-91, p. 949-970, 1991.

GUILHAUMOU, J. *Marseille républicaine (1791-1793)*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences politiques, 1992.

GUILHAUMOU, J. A propos de l'analyse de discours: les historiens et le « tournant linguistique. *Langage et société*, n. 65, p. 5-38, 1993.

GUILHAUMOU, J. Révolution française et tradition marxiste : une volonté de refondation. *Actuel Marx*, n. 20, p. 171-192, 1996.

GUILHAUMOU, J. *L'avènement des porte-parole de la République (1789-1792)*. Lille: Presses du Septentrion, 1998a.

GUILHAUMOU, J. *La parole des sans. Les mouvements actuels à l'épreuve de la Révolution française*. Lyon : ENS Editions, 1998b.

GUILHAUMOU, J. Subsistances (pain, bled, grains). *Handbuch politisch-sozialer Grundbegriffe in Frankreich, 1680-1820*, Heft 19, Munich, Oldenbourg, p. 141-202, 2000a.

GUILHAUMOU, J. De l'histoire des concepts à l'histoire linguistique des usages conceptuels. *Genèses*, v. 38, p. 105-118, 2000b.

GUILHAUMOU, J. La connexion empirique entre la réalité et le discours. *Marges-linguistiques.com*, n. 1, 2001.

GUILHAUMOU, J. Histoire / discours, archive / configuration, trajet thématique, événement discursif / linguistique. *Dictionnaire d'analyse de discours*. Paris: Seuil, 2002a.

GUILHAUMOU, J. Jacobinisme et marxisme : le libéralisme politique en débat. Les libéralismes au regard de l'histoire, *Actuel Marx*, v. 32, p. 109-124, 2002b.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIÈRE D. Courte critique pour une longue histoire. *Dialectiques*, n. 26, p. 7-23, 1979.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIÈRE D. *Discours et archive. Expérimentations en analyse de discours*. Liège: Mardaga, 1994.

GUILHAUMOU J.; MALDIDIÈRE D. Jalons dans l'histoire de l'analyse de discours en France: un trajet des historiens du discours. *Discours social*, v. 3-89, p. 3-16, 1989.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER D. Sur la Révolution française. *Bulletin du Centre d'analyse de discours de Lille III*, n. 2, 1975.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PECHEUX, M. La sémantique et la coupure sausurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n. 24, p. 93-106, 1971.

MALDIDIER, D.; ROBIN R. Du spectacle au meurtre de l'événement. Reportages, commentaires et éditoriaux à propos de Charléty (mai 1968). *Annales E.S.C.*, 3-1976. Repris dans le chapitre 1 de GUILHAUMOU, J. ; MALDIDIER, D. ; ROBIN, R. *Discours et archive*. Liège : Mardaga, 1994 [1976].

MARANDIN, J. M. Problèmes d'analyse de discours. Essai de description du discours français sur la Chine. *Langages*, n. 55, 1979.

MESINI, B.; PELEN, J.-P.; GUILHAUMOU, J. *La résistance à l'exclusion. Récits de soi et du Monde (Marseille et la vallée du Tarn)*. Rapport pour la Mission du Patrimoine Ethnologique et le Ministère de la Culture, UMR Telemme, MMSH, Aix-en-Provence. A paraître aux Publications de l'Université de Provence, 1999.

PECHEUX, M. *Les vérités de la Palice*. Paris : Maspero, 1975.

PECHEUX, M. *L'inquiétude du discours*. Textes de Michel Pêcheux présentés par Denise Maldidier. Paris : Editions des Cendres, 1990.

ROBIN, R. *Histoire et linguistique*. Paris : A. Colin, 1973.

ROBIN, R. Discours politique et conjoncture. In: LEON, P. R.; MITTERAND, H. *L'Analyse du discours/Discourse Analysis*. Montréal: Centre éducatif et culturel, 1976. p. 10-21.

Formação discursiva, dialogismo e sociologia⁵⁸

Pierre Achard⁵⁹

58 Uma versão modificada deste capítulo foi publicada no número 117 da revista *Langages* em 1995. Agradecemos vivamente os responsáveis pela revista pela amável autorização para a tradução e publicação em português. A versão em francês deste texto pode ser acessada em: https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1995_num_29_117_1707. Tradução e revisão: Roberto Leiser Baronas e Julia Lourenço Costa.

59 Pesquisador do CNRS-INALF.

Apesar de uma longa tradição, os usos do termo *discurso* permanecem múltiplos. Essa diversidade de definições me autoriza a partir da minha própria “definição”: “Chamaremos ‘discurso’ o uso da linguagem em situação prática, considerado como ato efetivo e em relação com o conjunto dos atos (linguageiros ou não) do qual faz parte” (ACHARD, 1993, p. 10).

Nesse sentido o discurso não é um objeto ‘natural’, mas um objeto de conhecimento, um olhar teórico colocado sobre a linguagem em ato. Com essa definição não estamos muito longe da posição de Michel Pêcheux e de Denise Maldidier. No número 37 da revista *Langages*⁶⁰, Pêcheux define o seu “quadro epistemológico” como a articulação de três regiões do conhecimento científico (citado por Maldidier em PÊCHEUX, 1990, p. 31):

- o materialismo histórico como teoria das formações sociais e de suas transformações, incluindo a teoria das ideologias;
- a linguística como teoria tanto dos mecanismos sintáticos, quanto dos processos de enunciação;
- a teoria do discurso como teoria dos processos semânticos.

Pêcheux considera a AD como análise (que supõe um ponto de vista) do modo como o sentido chega às palavras (*os processos semânticos*) numa relação a ser estabelecida entre as formas (*a linguística*) e as práticas (*materialismo histórico*) cuja definição (*teoria das formações sociais e de suas transformações*) se aplicam à sociologia. O sentido só existe numa prática, da qual a linguagem faz parte (um discurso). Para essa escola (ao menos até o *Colóquio Materialidades Discursivas* e o ADELA), a referência ao materialismo histórico, independentemente da tomada de partido que ela representava, pressupunha a centralização sobre práticas políticas (os aparelhos ideológicos do *Estado*); estamos considerando o discurso num quadro epistemológico mais largo de uma sociologia geral da linguagem.

60 O número 37 da revista *Langages* pode ser acessado em: https://www.persee.fr/issue/lgge_0458-726x_1975_num_9_37.

Os “processos semânticos” não se esgotam num ponto de vista particular. Prática interdisciplinar, a análise do discurso se apoia sobre a correlação de disciplinas. Uma sociologia da linguagem que estuda o papel da linguagem nos processos sociais considera os “atos efetivos” e as “situações práticas” sob o ângulo da estruturação social: aquilo que, num ato, é social – mais do que “quais atos” são sociais. O ato de linguagem compreende muitos aspectos, por conta da pluralidade de séries em que se inscreve. Considerá-lo como ato social é “filtrar” sua estabilidade no sistema regulado das relações sociais, esse componente do seu sentido que o locutor partilha com os outros, numa série de atos análogos, em independência relativa da singularidade do locutor.

1. A organização social como organização discursiva

O objeto das “ciências sociais” só pode ser semiótico. Um fato só é psicológico, histórico, social ou linguístico se tomado no sentido, isto é, de maneira direta ou indireta, na linguagem. O próprio objeto de uma ciência social é uma significação, e a atividade científica só pode ser realizada com base em uma interpretação primeira, de ordem hermenêutica (THOMSON, 1987; GUILHAUMOU, 1993). Se as teorias e as condições de legitimação advêm de uma norma comum de cientificidade, é sobre a base de fatos elementares que o pesquisador desempenha *diretamente* o papel de aparelho de medição.

Nenhuma ciência humana pode se aprofundar sem encontrar a linguagem, precisar as suas relações no tocante à linguística e se definir como domínio coerente de funcionamento do sentido. Tal aprofundamento expressa o lugar do discurso na coerência do objeto. Essa problemática situa a sociologia da linguagem na sociologia geral.

Como fato bruto, o ato de linguagem encontra sua significação no sujeito, mas este somente existe como somador-limite de todas as dimensões. Analisar o discurso é abstrair, do ponto de vista de uma disciplina, um “pseudo-sujeito” reduzido, em um plano coerente. Isso que faz a sociologia falar de “atores sociais”, designando o sujeito como ocupando um lugar numa organização “institucional” (*lato sensu*). Segundo a fórmula althusseriana, o discurso “interpela o indivíduo em sujeito”: um ato de linguagem (legitimado) faz sentido em uma interdiscursividade de lugares construídos ou pré-construídos. Esse ato, realmente realizado, só tem “êxito” na medida em que os sujeitos “interpelados” se encarregam dele, situando-se praticamente em relação ao lugar que o discurso lhes atribui. O sentido, efeito de um discurso, é o modo (distribuído no espaço social) como ele é apreendido onde é recebido. Essas considerações que se aplicam sem dificuldade ao discurso da “propaganda” são também pertinentes na execução de tarefas práticas. Pense num comitê de redação (“é preciso escrever a um autor”), ou mesmo num nível mais elementar, nas várias marcações de espaço nas placas: “toque e entre”, “A4 → BP FLUIDE”, “SAÍDA DE EMERGÊNCIA (proibida em serviço normal)”, etc.

A instituição, objeto da sociologia, é a estrutura sincronicamente estável de tipos de atos com os lugares que lhe são associados; os sujeitos apenas podem se “moldar”⁶¹ nesses lugares por meio de uma construção significativa. A materialidade do social pode ser entendida como as materialidades discursivas, o tipo de ato reenvia a noção de registro e sua organização “em conjunto” às formações. Isso sem reducionismo linguístico: o discurso não é a “face languageira” do ato, mas a face interdependente da face languageira e da face prática.

61 “Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa”. FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

A face linguageira não é um simples “reflexo” da face prática. Se um ato discursivo pode às vezes ter uma “injunção ao fazer” (perlocutório), a interpelação dos atores-locutores aos lugares categorizados é um ato performativo.

2. O espaço das formas: coerção, meio, observatório

Uma formação discursiva (Foucault, Pêcheux) é a estruturação do espaço social por meio da diferenciação dos discursos. Essa diferenciação repousa sobre acumulações de “textos” de uma mesma vizinhança, o que chamarei de *registros discursivos*.

No entanto, esses registros discursivos funcionam com base nas regularidades relativamente independentes da colocação em ato das formas linguísticas: a análise dos “jogos de linguagem” não pode levar a uma “gramática”; ela está pressuposta. Ao registro poderá, portanto, ser associado um *gênero*⁶², isto é, uma distribuição desigual das formas. Diferentemente do ponto de vista variacionista (que visa ao sistema linguístico), essa distribuição não será considerada como arbitrária, mas como motivada por uma relação entre formas e funcionamentos sociais. Veremos essa motivação na enunciação.

2.1 As linguísticas da enunciação

A “enunciação” considera os fatos linguísticos do ponto de vista de uma dinâmica da significação em situação. As linguísticas da enunciação, como linguísticas, não visam ao discurso em si mesmo, mas às propriedades regulares dos processos formais, permitindo sua “embreagem” nas situações reais. Essas linguísticas têm duas fontes fundadoras: uma com Austin, que se interessa por uma classificação das relações entre enunciados e atos e a outra, com

62 Simonin (1984, p. 134) introduziu a distinção entre “tipos” de discursos e “tipos de texto definidos pelas suas características externas (= pela sua função social)”. Eu emprego “registro” no sentido de tipo externo e “gênero” no sentido de “tipo de uso da língua”.

Benveniste, centrada sobre as marcas formais das relações entre enunciado e situação.

A primeira tendência se opõe ao enunciado constativo, cuja relação com o mundo é referencial, o enunciado performativo que funciona no mundo como um ato direto e não como resultado de operações do tipo decodificação-consequências práticas: a promessa, o sermão solene, com o emprego de verbos performativos; enunciados como (“eu irei amanhã”) entrando no paradigma da promessa, geram confusão entre aquilo que eles fazem e sua articulação interna (illocutório); as ordens, ou as demandas, performativos diretos com o emprego de verbos, tais como, “ordenar” ou “demandar”, ou illocutórios pelas formas imperativas (“venha aqui”), interrogativas (“você tem horas?”), ou outros (“Le Monde!”). Diversos desenvolvimentos dessa pragmática existem na argumentação (Ducrot, Anscombe) ou no funcionamento dos atos (Grice, Sperber e Wilson).

A sociologia da linguagem retém, dessa tendência, a descoberta geral da performatividade. A sociologia geralmente se limita à dimensão comunicacional (análise de conteúdo) aplicada seja às produções naturais – imprensa, publicidade – seja, sobretudo, aos materiais de investigação – entrevistas semidiretas, questões abertas –, demanda-se ao material textual *o que ele diz*, seja do mundo, seja das representações dos atores; enquanto a análise do discurso, como a pragmática, trata o texto demandando *o que ele faz*. Contudo, a pragmática linguística apresenta um aspecto atômico (ela tem como objeto os enunciados) que limita seu escopo.

A segunda tendência está centrada sobre o aparelho formal da enunciação. Benveniste coloca a linguagem como atividade, os funcionamentos dêiticos⁶³ como centros organizadores e a língua como estrutura em que:

63 Diferentemente de Jakobson que parte do modelo da comunicação em que a linguagem é vista como um “código”, apresentada *como casos particulares* nos quais o código, ou a mensagem, relacionam-se ao código, à mensagem, ao receptor ou ao emissor.

- a partir de uma *origem* da enunciação, ponto de partida formalmente indeterminado interpretável no ato como o lugar de onde se fala, as operações de distanciamento se exercem.

- por uma *diferenciação primeira*, neutralizável e em uma relação de reciprocidade com a origem,

- por uma posição de *alteridade radical*, construindo a referência sem relação com a origem⁶⁴.

- sobre as dimensões da língua: a pessoa (eu, tu, ele); os tempos (agora, então, no dia 03 de março, 1937); o espaço (aqui, lá, alhures); o suporte (asserção, negação, interrogação), etc.⁶⁵ Essa abordagem da língua tem, em relação ao discurso, duas vantagens:

- ela está centrada não no enunciado, mas na situação;

- enquanto é difícil associar as tipologias austrianas às formas, a análise da enunciação que propõe Benveniste, seguida pela escola de Culioli, parte da língua como sistema de formas identificáveis, ligadas diretamente – mas não mecanicamente – aos atos.

O estudo das formas linguísticas concernentes à interlocução permite colocar em relação registros e gêneros que podem lhes ser associados por uma tipologia dos discursos (J. Simonin).

2.2 Operações e traços de operações

Essa problemática prolonga a oposição benvenistiana entre história e discurso, que diz respeito não somente ao *enunciado*, mas ao todo coerente de um *texto*. Como é destacado no livro *La langue au ras du texte* (cf. os artigos de Danon-Boileau e Simonin), a oposição

64 Simonin (1975) utiliza os índices: 0 para a origem (enunciador); 1 para a alteridade (co-enunciador) e v para a posição suspensa (não-pessoal).

65 De acordo com cada língua, essas distinções serão representadas lexicalmente, morfológicamente, sintaticamente ou pela entonação. Por exemplo, em morfologia, a análise benvenistiana do sistema temporal: o “passado simples” não é um “passado” que advém de uma operação de segundo tipo, mas um “aorístico” que vem de um terceiro. A interrogação pode ser realizada sintaticamente por inversão, ou oralmente pela entoação.

discurso/história não é equivalente, mas particular: a história é um discurso particular, e o “discurso” é o polo não marcado. A história não é um não-discurso, ela é construída por meio de operações locais de *suspensão* da enunciação.

A regularidade das marcas linguísticas pressupõe uma situação real permitindo sua interpretação. A emissão do enunciado, ato performativo, cria uma situação nova. Pela colocação de dados ou pré-construídos, os sujeitos, interpelados em atores, aceitam (parcialmente ou na totalidade) os lugares sociais que essas marcas constroem e a situação inicial que elas pressupõem. Chamaremos esse efeito de ligação, que se aproxima da máxima da cooperação de Grice, *ausência de marca ao assumir o comando*:

Em uma interlocução discursiva, todo elemento virtual do sentido de um enunciado é pressuposto ser tomado por todo participante do processo, de maneira não marcada; a não-tomada deve ser o objeto de um processo explícito de refutação. Esse processo explícito (marcado) pode se atualizar sob a forma de um ato linguageiro (enunciação) ou não linguageiro (não-cooperação no ato).

Antoine Culioli formaliza a distinção entre operação e indício de operação pelas letras gregas “de fôrma” e pelas “cursivas”: o autor representa pelas letras de fôrma (E = enunciador, T = tempo, Loc = lugar, etc.) as formas do enunciado; e pelas mesmas letras em modo cursivo (E, T, Loc, etc.) os lugares formais subjacentes. O pronome “eu” recebe como notação E_0 ⁶⁶ e se refere à origem da enunciação, nesse caso $E_0 = E_0$. O “presente narrativo”, cujo valor aorístico é a notação $T_0 = T_\omega$ (a letra de fôrma tem o mesmo valor da letra cursiva, um valor aorístico). Mesmo na ausência de marcas de primeira pessoa (*eu, nós*, instâncias de E_0 , em *letra de fôrma*), os “ele” ou os termos lexicais só podem funcionar em E_ω quando em relação suspensa com um E_0 *pressuposto*. Se representado pela *letra de fôrma*, o enunciador

66 Retomamos as notações com base em Simonin (1975). Para o uso desses índices, conferir a nota 24.

pode ser ausente (sem o pronome EU = {eu, me, meu,...}), quando representado pela *letra cursiva*, há linguisticamente sempre um Eu. O texto funciona *num ato* de tomada real desse lugar formal. A letra de fôrma e a letra cursiva concernem ao *enunciador*, a tomada real diz respeito aos *locutores*, pela interpelação do sujeito, como ator, a um lugar estável do campo social construído localmente (registro discursivo).

2.3 Primeiro exemplo: questionário

Estudamos uma entrevista telefônica por meio de questionário (ACHARD, 1994)⁶⁷. Dois locutores bastante distintos colaboraram na tarefa de obter nas entrevistas respostas “sinceras e verídicas” com base em uma série de questões do entrevistador, preparadas por uma equipe de elaboradores. Essa situação tem valor de registro, a partir da hipótese de que a situação faz parte de uma série socialmente estável, e tanto o entrevistador quanto o entrevistado reconhecem seus respectivos lugares. Como essa questão se traduz formalmente?

O entrevistador ocupa 80% do tempo de fala. O entrevistado é quantitativamente dominado; também no que se refere ao vocabulário, pois mais de um terço das palavras estatisticamente “específicas” do entrevistador são empregadas somente por ele, ao passo que o entrevistado não tem praticamente nenhum termo “exclusivo”. A interlocução assimétrica do registro é marcada no gênero discursivo pela forte presença do pronome *vós*, empregado pelo entrevistador (de longe a palavra mais utilizada por ele) e de formas de respostas interlocutivas por parte do entrevistado (suas palavras mais frequentes são *sim* e *não*). As formas da pessoa são distribuídas assimetricamente, com exceção do *on*⁶⁸:

67 Tais registros foram recolhidos ao longo da fase preparatória da entrevista (ACSF – Análise dos Comportamentos Sexuais na França), conduzida junto ao INSERM (*Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale*) sob a direção de A. Spira e N. Bajos, que coordenaram diversas equipes (27 pesquisadores e colaboradores). Um grupo de especialistas em ciências da linguagem (J. Richard-Zapella, B. Gardin, P. Achard, Y. Belbouab, Michel de Fornel, A. L. Tessoneau) reunido para examinar os problemas de formulação.

68 Nota da tradução: *On* é um pronome indefinido da língua francesa, sem marcação de gênero. É usado frequentemente para substituir o nós, podendo significar em português, por exemplo, *a gente, as pessoas, todo mundo, etc.*

	Entrevistador		Entrevistado	
EU (eu, me, meu, minha, meus, minhas)	15%		71%	
TU (tu, te)	0,2%		0	
on	4%		5%	
NÓS (nós, nosso, nos)	2,5%		0	
VÓS (vós, vosso, vos)	79%		23%	
TOTAL de marcas de pessoa	100%		100%	
	86%	9,5%	14%	06%
TOTAL CORPUS	80%	100%	20%	100%

O pronome “tu” está praticamente ausente. O entrevistador e o entrevistado não se tratam por “tu”⁶⁹. O emprego de vós (destinatário não marcado em situação não familiar) é uma das marcas que constroem o registro no espaço público.

Essa situação entre dois locutores envolve um discurso centrado no uso de vós (80% das marcas enunciativas), que responde um discurso centrado sobre o *eu* (71%). A reciprocidade não é, todavia, ausente, com 17,5% de *eu* ou de *nós* para o entrevistador e 23% de vós para o entrevistado, para quem notamos a ausência de *nós*. Uma análise mais fina de *nós* e de *on* (a única forma dividida simetricamente) faz emergir dois fenômenos.

Por um lado, uma estratificação de *nós* como “*eu estendido*”:

A – *nós universal* (“cada um de nós tem...”);

69 Nota da tradução: O uso do pronome “tu” em francês é considerado mais informal e, por isso, reservado às pessoas com as quais se tem maior proximidade. No texto original, Pierre Achard utiliza o verbo francês “se tutoyer”, que significa, em português, “tratar-se por tu”.

$B < A^{70}$ – nós “local” entrevistador + entrevistado (“nós vamos falar das diferentes pessoas que vós conheceis”); Esses dois nós são inclusivos;

$C < A$ – nós o conjunto responsável pela entrevista (“nós preferimos que não haja nenhuma resposta do que uma resposta falsa”);

$D < C$ – nós dos entrevistadores que se opõem ao dispositivo da entrevista – com dois campos possíveis: o instituto de sondagem (D1: “nós realizamos em colaboração com o INSERM...”); os entrevistadores em função específica, em geral (D2 < D1: “nós estamos preparando um questionário [...] e nós chamamos os números de maneira completamente aleatória”) – ou em particular (D3 < D2: “eu não sei onde foi parar este questionário! nós os usamos para dois”).

Além disso, o entrevistador ocupa dois lugares enunciativos distintos, que correspondem a dois lugares sociais: porta-voz do questionário, apresentado em “estilo direto livre” (as questões, vistas como citações textuais de uma instrução exterior, são enunciadas sem marcas de discurso reportado); pessoa singular em interação singular com o entrevistado. Os valores de *on* confirmam esse ponto de vista⁷¹.

A extensão do *nós* não são os tipos discretos, mas as relações *topológicas*, que se referem às proximidades (expansões) da origem da enunciação, organizadas pela inclusão. Seus valores são abertos e centrados em torno de uma origem (*eu*). As marcas de pessoa manifestam propriedades estáveis, características do gênero associado ao registro local “aplicação de questionário”.

Como discurso em ato, esse registro se caracteriza pelas distribuições de *eu* e de *vós*, traços de uma forte diferenciação entre E_0 e E_1 , origem e sucessor da enunciação, diferenciando fortemente os lugares dos locutores. No exemplo que vamos apresentar agora, o tratamento da enunciação se faz de maneira diferente.

70 Nota de inclusão.

71 *On* com valor de *nós* para o entrevistado. Há uma dualidade de sistemas: o *nós* empregado somente pelo entrevistador tem sua fonte no estilo empregado ou vem de instruções, esse sistema exclui do *on* o valor de *nós*. Esse último se constrói na oralidade da interação em curso.

2.4. Segundo exemplo: o discurso econômico

Num *corpus* de economia da educação dos anos 1960⁷² *eu* e *vós* estão ausentes; *nós* (nosso, nos) e *on* possuem frequências comparáveis ao do *corpus* da entrevista (0,7% para os dois termos). Em posição de sujeito, a única possibilidade para *on*, essas duas marcas se repartem em 70% para *on* e 30% para o *nós*. De acordo com o *corpus*, o discurso econômico comporta uma baixa presença de marcas de pessoa, não opondo enunciador e co-enunciador e se exprimindo preferencialmente com a ajuda da marca mais fraca em francês: o *on*.

As marcas ocasionais de pessoa, reveladas da dimensão *em fôrma*, permitem reconstruir a *cursiva* subjacente. O essencial do texto é aorístico (“objetivo”) para pessoa, cujas intervenções ocasionais se situam em E_0 / E_1 , oposição neutralizada.

Do ponto de vista dos registros, o *corpus*, representando o sub-registro *economia da educação*, é uma instância local de um registro fortemente institucionalizado: a disciplina econômica, ela mesma situada no registro englobante do discurso científico. Esse discurso é submetido a uma restrição geral do gênero, privilegiando o enunciado constativo do presente, na 3ª pessoa (ponto de vista do sujeito universal). As marcas de pessoa (*nós/on*) relativizam localmente a universalidade do registro (universalidade da interpelação) restringindo a extensão do campo discursivo, sem distinguir entre E_0 e E_1 (oposição neutralizada). Em geral tanto o *on* como o *nós* conduzem verbos de dizer, modalizados ou não. Todavia, com o *nós*, o passado composto é mais utilizado do que com o *on*. *On* é empregado excluindo o *nós*, para a introdução de dados ou de observações (“encontra-se...”). É também empregado com o verbo *poder* (“pode-se...”) no presente. Em contrapartida, o *nós* representa a

72 Cf. Achard (1989), bem como Achard (1967) e Achard (1993, p. 100-105).

posição particular do texto e o *on* a posição corrente da disciplina⁷³. *Nós* corresponde ao *Eu/Tu* expandido do trabalho em curso, o *on* é não marcado⁷⁴.

Além dessas diferenças, o *on* tem um emprego frequente (1/3 desses empregos) particularmente interessante. Ao passo que, para *nós*, a distinção entre o objeto de estudo e a origem da enunciação é sempre estrita, o *on* refere-se ao enunciador como ator no mundo (“quando se procura orientar a ação educativa...”). O economista não está mais, portanto, no lugar de produtor de saber sobre o mundo, mas em posição de intervenção a partir do lugar do Estado, que ele não assume diretamente, mas por co-enunciação: o que se pode chamar de *postura do especialista*. A alternância entre essas duas posturas, “científica” e do “especialista” está estruturalmente ligada ao registro da economia.

3. Dos registros às formações

Sem ser mecânico, a correspondência motivada entre gênero e registro pode ser colocada em evidência pela análise dos traços de operação como modos de interpelação. Essas características não são válidas somente nos espaços em que as marcas estão presentes, mas reenviam às restrições situacionais do registro no seu conjunto.

Do que dissemos até então, reteremos menos as técnicas – restritas à dimensão da pessoa, elas não deixam entrever a expansão tipológica dos gêneros e a complexidade da articulação entre gênero e registro – uma “filosofia” do ato linguageiro implica uma concepção epistemológica dos processos sociais.

Nessa concepção, o registro é a materialidade local que se apoia sobre a estabilização, por repetição, de uma interpelação

73 Um exemplo impressionante na citação: “Tradicionalmente, distingue-se... Pessoalmente, nós preferimos os termos...”.

74 A ausência de *eu* não tem o mesmo estatuto da ausência de *vós*: o *eu* pode representar uma posição singular do autor, sua ausência é um efeito da norma. A ausência de *vós* é uma restrição do gênero.

que recebe consistência institucional mais ou menos forte e que podemos formalizar como origem específica da locução do registro. Os diversos sistemas (cursivos) de operações enunciativas são então construções de desvios (dos cálculos), cujo sistema universal funciona independentemente da ancoragem. Essa universalidade é, todavia, uma abstração linguística, que *pressupõe* a ancoragem inicial. Todo locutor que toma a fala no registro se apresenta então como legítimo e seu discurso comporta traços da operação: a presença da *letra de fôrma* re-materializa a possibilidade de operar no registro e a efetividade do discurso atestado (sua circulação) coloca em xeque a pretensão de legitimidade desse discurso particular no registro. Por conta disso, cada atestação modifica de maneira infinitesimal o campo do registro, reforçando ou enfraquecendo a sua coerência, o que se pode representar no nível das formações discursivas como uma estrutura de atratores. Podemos então reformular de maneira menos psicossocial a noção de interpelação.

Um enunciado atestado interpela o conjunto das interdiscursividades possíveis. Os atratores se manifestam então como as restrições (de gênero e de ato) contribuindo para interpelar essa atestação como *mais ou menos* pertencente a tal ou tal paradigma interpretativo, isto é, como ato que toma lugar nas séries. Essa concepção se junta à noção de dialogismo (Volochinov-Bakhtin), cada atestação como ato não tem um *sentido próprio* (não é pré-interpretado numa série particular), mas é geralmente um ato de apropriação dos registros para os quais ele argumenta, e ato cuja interpretação é objeto de afrontamento entre apropriações possíveis. O discurso reportado e as marcas de alteridade (Authier-Revuz) são os traços desse afrontamento. Nessa perspectiva "topológica" (baseada em noções de local e de proximidade):

- propomos a hipótese de uma relação estável entre um discurso atestado (*corpus*, arquivo) e um registro (tipo de ato);

- essa relação será vista como virtualidade de um efeito de sentido legítimo desse discurso nesse registro;

- um efeito de sentido virtual (significação) poderá pertencer de maneira estável ao registro, sendo excluído de maneira estável ou se encontrar em uma situação instável;

- as situações instáveis se dividem em situações instáveis isoladas e situações de fronteira/contato;

- as situações de fronteira/contato podem ser estáveis ou instáveis.

O ato se situa nos afrontamentos sociais (as dinâmicas) de tratamento da fronteira, as situações estáveis do interior e do exterior estando em posição de pressuposição⁷⁵. A formação discursiva será então uma espécie de estrutura implicativa das afetações dos efeitos de sentido para os registros.

3.1 Exemplo da imprensa

A imprensa é um bom candidato ao estatuto de registro. É uma situação de interlocução cuja estabilidade é assegurada pela repetição densa (os mesmos leitores leem periodicamente o “mesmo” jornal). J. Simonin (*loc. cit.*) estudou as características do gênero procedendo por amostragem:

O *corpus* sobre o qual repousa este trabalho consiste em uma amostragem da imprensa cotidiana parisiense: [...], a estes se juntam alguns artigos retirados de outros números. Com exceção de indicações contrárias, todos os exemplos foram retirados dos números abaixo mencionados. Foram excluídos sistematicamente da análise os discursos indiretos ao discurso direto (os que estão entre aspas) considerando que não era esse o nosso foco ao lidar com o discurso da imprensa. Em contrapartida, foram incluídas todas as rubricas, com exceção dos pequenos anúncios, dos programas de espetáculos, rádio e televisão, publicidade, folhetins, os valores na Bolsa, os resultados de concursos e do correio de leitores.

75 Trabalhamos sobre uma formalização no sentido de “espaços estáveis” com base no modelo de conjuntos empíricos proposto por J. Bénabou (1988, 1990). Nos espelhamos assim no espaço social atrator que Culioli (1990) situa no espaço mental cognitivo.

Essa passagem torna palpáveis as operações que postulamos anteriormente. Para especificar o gênero linguístico (as marcas enunciativas) do discurso da imprensa, uma amostragem “representativa” desse registro é definida por uma sociologia discursiva em termos de descrição de formação⁷⁶.

Com base em um *centro atrator* (a imprensa cotidiana, parisiense), toma-se um *corpus* representativo de um espaço aberto (“ao qual se juntam alguns artigos retirados de outros números”). O registro pode, numa outra escala, ser considerado como formação (“foram incluídas todas as rubricas” - se poderia, então, por um “efeito de zoom”, tomar as rubricas como registros da formação do “discurso da imprensa”).

A delimitação do registro repousa também sobre um tratamento das *fronteiras* por uma série de recortes: exclusão do discurso reportado direto e de certas rubricas. A gestão desse recorte coloca em evidência, entre os textos que estão materialmente nos jornais, os graus de pertencimento (*discurso indireto, publicidade, cartas dos leitores*) ou de tipicidade (*resultados de concursos, programas de espetáculos*). O registro é também tomado numa formação englobante de acordo com gradientes geográficos (parisiense, de província, municipal, etc.), de periodicidade (diários, semanários, mensais, etc. até a imprensa não periódica: livros, coleções, etc.), de suporte (imprensa escrita, falada, televisada, mídias em geral), de temática (imprensa de informação, imprensa especializada), de funcionalidade (imprensa política, de lazer), de difusão (grande imprensa, imprensa de pouca difusão), etc. Outros graus atravessam também a imprensa: de esquerda ou de direita, “de qualidade” ou “popular”; tudo isso marcado pelas restrições de gênero⁷⁷, mas também nos discursos indiretos (revistas da imprensa, cf. FIALA, 1993).

76 Um trabalho aprofundado sobre este mesmo domínio pode ser visto em Bonnafous (1991) em sua obra sobre a imigração. Nota da tradução: BONNAFOUS, S. *L'immigration prise aux mots*. Paris: Éditions Kimé, 1991.

77 É preciso ver os gêneros como estruturas combináveis: como se combinam a princípio o gênero ligado ao discurso econômico e o gênero ligado à imprensa no gênero “imprensa econômica”. Os efeitos suplementares aparecerão, então, no registro correspondente.

3.2 Rearranjos, curvaturas e torções

Se centrar sobre um lugar particular permite descrever (cartografar) um registro como estrutura de atratores, se apoiando nos gêneros como observatórios. Descrever uma formação supõe acumular resultados, isto é, conectar os pontos. Para isso é preciso efetuar diversas operações: homogeneizar as escalas (tamanho do quadro e precisão das descrições); conectar as direções (tornar “os eixos” paralelos); tornar compatíveis as intersecções (rearranjos) fazendo aparecer as deformações (a fim de respeitar o dialogismo).

Esse último ponto é o mais importante. Simone Bonnafous (*op. cit.*) estuda a noção de “estrangeiro” nos artigos da imprensa, que tratam da imigração. Conectar esse estudo com um trabalho (hipotético) sobre os artigos de política estrangeira suporia levar em conta quatro noções do termo “estrangeiro”⁷⁸: nos artigos sobre imigração, nos artigos sobre política estrangeira, aqueles que são abandonados “esquecendo” a distinção entre os dois registros, aqueles que ocorrem quando os consideramos apenas artigos comuns. A deformação é a lacuna entre os valores que são abandonados ao nível das ligações ou das intersecções de *corpus* e as consequências das propriedades dos *corpora* iniciais, calculáveis a partir de uma combinatória de gêneros.

A sociologia deve se preocupar *essencialmente* dos efeitos remotos dessas deformações passo a passo. Mesmo se os efeitos locais podem ser “relativamente controlados” – os atores articulam uma camada estratégica com um *savoir-faire* local – os fenômenos de rearranjo, seus efeitos distantes e seus “fechamentos” se desenvolvem seguindo dinâmicas, que nenhuma instância reguladora controla⁷⁹. As torções podem ser vistas por meio dos seus efeitos. Por exemplo,

78 O valor dessa noção é tributário do campo enunciativo e em particular do “nós” ligado ao registro político.

79 As reflexões de Michel Pêcheux, no livro (*Les vérités de La Palice* – Nota da tradução: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1988), supõe uma análise próxima, que seja concernente ao modo contraditório da existência da ideologia ou sua estrutura na fita de Moebius.

os fenômenos nacionais na Europa, em que diferentes concepções de nação divergem pelo *status* dado aos critérios de solo, de filiação e de participação nos processos políticos, mas permanecem numa mesma estrutura de atração porque das relações internacionais que asseguram, ao menos, os rearranjos. Essa situação força o dialogismo: uma concepção prática não se impõe jamais como única, ela deve ser considerada em co-presença com as práticas concorrentes.

Os efeitos de rearranjo passo a passo são visíveis quando um conflito é resultado da circulação de uma mesma posição em circuitos diferentes: a ascensão de temas nacionalistas na Rússia vem confrontar uma posição esquematicamente pan-eslavista que privilegia a aliança do nacionalismo russo e os nacionalismos eslavos europeus, e uma posição designada de “eurasiana” que privilegia as “ligações” do povo russo com os povos da Ásia, pertencentes ao antigo império soviético.

4. Um programa de trabalho

Um trabalho coletivo foi realizado no quadro do *Grupo de Trabalho sobre Análise do Discurso, Linguagem e Sociedade* (Maison das Ciências do Homem) desde 1976, e se expandiu ao grupo de sociólogos da IRESCO em 1989⁸⁰. Um grupo mais restrito (SLADE: Sociologia da linguagem, Análise do discurso e Enunciação⁸¹) submeteu ao CNRS um projeto de laboratório. O programa desse grupo comporta três componentes:

- a elaboração de modelos conceituais e formais. Nesse sentido, nós indicamos alguns aspectos. A recente evolução da lógica matemática (teoria das categorias e *topos*, matemáticas não-padrão teoria dos modelos e construtivismo, conexionismo⁸² e teoria do

80 Nota da tradução: IRESCO é o *Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines* - Instituto de pesquisa sobre as sociedades contemporâneas. É situado em Paris.

81 P. Achard, F. Leimdorfer, E. Desbois, I. Fénoglio, G. Varro, P. Wald (CNRS) e M. Franchéo (ENS) Fontenay-Saint-Cloud). Esses pesquisadores estão associados também a C. Guillaumin (CNRS), M. Derycke (Saint Etienne), A. L. Tessoneau (Paris VIII) e J. M. Bertrand (Paris I).

82 Nesse ponto nos interessamos pelo modelo formal e não pela utilização cognitiva centrada sobre aspectos neurológicos. Podemos, com efeito, considerar o campo social como construtor de atratores por distribuição no espaço dos lugares.

caos) dão esperança de tratar alguns aspectos discursivos. Esses trabalhos convergem, de fato, nas rupturas menos brutais do que o formalismo hilbertiano entre discurso ordinário e elaboração matemática⁸³. Não se trata de forçar os fenômenos num jugo pré-estabelecido, mas, com base em um fundamento justificado chegar a métodos operatórios, notadamente estudando as relações entre o discreto-fechado das formas linguísticas e a estabilidade dos efeitos no contínuo-aberto dos atos⁸⁴. A topologia tem um papel essencial nesses modelos;

- uma atividade de difusão em direção à sociologia. Nosso projeto institucional se justifica pela necessidade de retirar as teorias discursivas de um gueto: a sociologia não assumiu realmente (contrariamente à história⁸⁵) a virada linguística⁸⁶. Essa atividade de “aplicação” será sistematizada por uma “cartografia” no sentido aqui esboçado. Devemos agir pelo ensinamento e pela colaboração com os pesquisadores exteriores – atividade de difusão que será conduzida no atual grupo de análise do discurso – em seminários abertos. Será tomado o cuidado de não repetir algumas falhas apresentadas nos laboratórios metodológicos. Está descartado poder elaborar métodos puramente gerais. A análise do discurso só faz sentido na reelaboração em relação direta com as hipóteses teóricas. O que supõe, de uma parte, que os pesquisadores não

83 A Análise do discurso (AD) é desenvolvida nos anos 60 à margem de concepções globalmente estruturalistas. No entanto, essa corrente é epistemicamente (no sentido foucaultiano do termo) a atualização em ciências humanas do formalismo hilbertiano. Nesse sentido, poderíamos traçar um paralelo entre AD em ciências humanas e as pesquisas de Gödel, Robinson, Kripke e outros em lógica matemática.

84 É, talvez, sobre esse ponto que o variacionismo laboviano mais contribuiu, mostrando que passar da oposição radical entre as regras e as mudanças contínuas no espaço (geográfico, social ou histórico) implica a divisão contínua dos graus de presença dessas regras. Graus que podemos descrever empiricamente por medidas estatísticas. Encontramos aí um ponto de passagem entre a análise do discurso e a sociolinguística.

85 Cf. Guilhaumou (1993), artigo citado.

86 É preciso lamentar que os discursivistas franceses, por razões, aliás, honoráveis, tenham frequentemente preferido considerar uma meta-sociologia crítica. Sem negar essa dimensão crítica, não pensamos ser possível, nem desejável; fazer da AD um domínio “politicamente correto” por construção. É preciso avaliar o papel da referência ao materialismo histórico, que não merece sem dúvida “nem esse excesso de honra nem essa indignidade”.

utilizem a “AD” como método exterior neutro, mas se apropriam da problemática do discurso e, de outra, que os discursivistas evitem se especializar em uma função de serviço – e tenham suas próprias pesquisas⁸⁷.

- um terreno privilegiado, objeto de trabalho coletivo: a sociologia das línguas e da variação. Com efeito, as línguas não são objetos naturais e os sistemas (localmente estabilizados) são eles mesmos regulados pela categorização social das práticas languageiras⁸⁸. Uma sociologia da linguagem não será completa sem essa “sociologia regional” em que a linguagem é vista como objeto do qual o discurso social tenta escapar. Essa “sociologia externa” da linguagem leva em conta os atos discursivos nos quais se constitui. O fechamento que esse tema impõe – pois o sistema do qual o discurso é tributário é ele mesmo produto de uma atividade sociodiscursiva⁸⁹ – é uma prova crucial para a perspectiva discursiva em sociologia.

| Referências

ACHARD, P. On the Methodology of Discourse analysis and Content Analysis. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, n. 13, jan. 1987.

ACHARD, P. *La passion du développement*. Thèse d’Etat des lettres et sciences humaines, Université de Paris VII, Paris, 1989.

ACHARD, P. *La sociologie du langage*. Paris: PUF (Coll. *Que sais-je?*), 1993.

87 Sociologia do desenvolvimento (P. Achard, F. Leimdorfer, E. A. L. Tessoneau), sociologia política e em particular relações de gênero (C. Guillaumin e M. Franchéo), sociologia da guerra (Desbois), categorizações sociais (P. Achard, C. Guillaumin e P. Wald). Terão um lugar à parte as preocupações de sociologia das línguas e da variação, em que os pesquisadores I. Fénoglio (discurso sobre a língua) e G. Varro (casamentos mistos) nos fornecem elementos originais para complementar com outras pesquisas (diglossia e francês da África, P. Wald ou história da língua, P. Achard). Uma visão panorâmica desses trabalhos será publicada sob a forma de artigos em “Sociedades contemporâneas”.

88 Noção atribuída a J. Boutet, P. Fiala e J. Simonin (1976).

89 Cf. Gadet e Pêcheux, 1981. NT: A língua inatingível. *O discurso na história da linguística*. Tradução Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2004.

ACHARD, P. Sociologie du langage et analyse d'enquêtes. De l'hypothèse de la rationalité des réponses. *Sociétés Contemporaines*, 1994.

ANSCOMBRE, J.-C.; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Bruxelles: Mardaga, 1983.

AUSTIN, J. *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV*, n. 26, p. 91-151, 1982.

BAKHTINE, M. *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit, 1977 [1929].

BÉNABOU, J. Théorie des ensembles empiriques. *Cahiers de poétique comparée*, deuxième série: documents de travail. Mezura, 1988-1990.

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966 e 1974.

BONNAFOUS, S. *L'immigration prise aux mots*. Paris: Kimé, 1991.

BOUET, J.; FIALA, P.; SIMONIN, J. Sociolinguistique ou sociologie du langage? *Critique*, n. 344, jan. 1976.

CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. *Matérialités discursives*. Lille: PUL, 1981.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation*. Paris: Ophrys, 1990.

DANON-BOILEAU, L. That is the question. In: GRÉSILLON, A.; LEBRAVE, J.-L. (org.). *La langue au ras du texte*. Lille: PUL, 1984.

DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

FIALA, P. (org.). Les tailleurs de l'information. *Langage et société*, n. 64, 1993.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris: Maspéro, 1981.

GRÉSILLON, A.; LEBRAVE, J-L. (org.). *La langue au ras du texte*. Lille: PUL, 1984.

GRICE, H. P. Logique et conversation. *Communication*, n. 30, 1979.

GUILHAUMOU, J. A propos de l'analyse de discours: les historiens et le tournant linguistique. *Langage et société*, n. 65, 1993.

JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.

LABOV, W. *Sociolinguistique*. Paris: Minuit, 1976.

LEIMDORFER, F. Le pouvoir de nommer et le discours juridique, un exemple d'acte de parole droit. *Sociétés Contemporaines*, 1994.

PÊCHEUX, M. (org.). Analyse du discours, langue et idéologie. *Langages*, n. 37, mar. 1975a.

PÊCHEUX, M. *Les vérités de la palice: linguistique, sémantique, philosophie*. Paris: Maspéro, 1975b.

PÊCHEUX, M. *L'inquiétude du discours*. Textes choisis et présentés par Denise Maldidier, Paris: Éditions des Cendres, 1990.

SIMONIN-GRUMBACH, J. Pour une typologie des discours. In: KRISTEVA, J.; MILNER, J.-Cl.; RUWET, N. (org.). *Langue, discours, société*. Pour Émile Benveniste. Paris: Seuil, 1975.

SIMONIN-GRUMBACH, J. Les repères énonciatifs dans le texte de presse. In: GRÉSILLON, A.; LEBRAVE, J-L. (org.). *La langue au ras du texte*. Lille: PUL, 1984.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance, Communication and Cognition*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1986.

SPIRA, A.; BAJOS, N. e o grupo ACSF. *Les comportements sexuels en France*. Paris: Documentatio française, 1993.

THOMPSON, J. Langage et idéologie. *Langage et société*, n. 39, 1987.

VARRO, G. Analyse de contenu et analyse de discours, à propos du prénom. *Sociétés Contemporaines*. 1994.

WALD, P. Juifs et Hongrois. Constitution discursive des catégories sociales dans un corpus de courrier des lecteurs. *Sociétés Contemporaines*, 1994.

Formação discursiva: uma noção bastante ambígua?⁹⁰

Sonia Branca-Rosoff⁹¹

90 Agradecemos vivamente à Sonia Branca-Rosoff pela autorização para tradução e publicação deste texto. Tradução Dilson Ferreira da Cruz.

91 Professora de Linguística na Universidade de Paris III, Sorbonne-Nouvelle (UFR de Línguas e Literaturas Francesas e Latinas).

Dando continuidade aos trabalhos de Michel Foucault e Michel Pêcheux, *formação discursiva* (FD) é uma expressão de aglutinamento cômoda para todos aqueles que procuravam, de um lado, articular posições históricas e funcionamentos linguísticos e, de outro, mostrar que os textos não podiam ser interpretados sem que se levasse em conta o conjunto no interior do qual interagiam.

Entretanto, essa noção parece-me problemática. Destacarei inicialmente duas concepções de formação discursiva e a afinidade de cada uma com seus objetos de análise preferenciais. Em seguida, invocarei rapidamente o deslocamento que se deu em direção às noções de interdiscurso e de interação, as quais estão no centro de minhas perspectivas de trabalho atuais.

| Da dispersão dos enunciados à sua inscrição em uma formação discursiva

De *A história da loucura na idade clássica* (1961) até *Das palavras e as coisas* (1966) e a *Arqueologia do saber* (1969), Foucault escreveu uma história das ciências do homem⁹² que se interessa tanto pelos procedimentos de validação dos enunciados utilizados pela comunidade científica, quanto por sua re-inscrição em diferentes lugares institucionais.

Nos anos 1970, pudemos apresentar essa empreitada como ligada ao estruturalismo. Como os estruturalistas, Foucault questiona o aspecto factual dos referentes⁹³ e considera que não há objetos preexistentes ao sistema que os coloca em jogo. Assim, a loucura não existe em si mesma; ela não se distingue do que é possível dizer dela em dado momento.

92 O próprio autor designava seu trabalho como uma *arqueologia do saber*.

93 Foucault emprega também *tema*.

De igual modo, um conceito não pode ser compreendido fora dos lugares que o unem a outros conceitos presentes em dado momento do campo intelectual. Desse ponto de vista, a noção de formação discursiva dá continuidade ao projeto de *As palavras e as coisas*, que, juntamente com a noção de episteme, procurava explicar como dois discursos podiam ser contemporâneos e quais eram as correlações entre, por exemplo, o discurso da gramática e o da economia. Foucault já supunha que no interior de uma episteme os enunciados constituíam uma rede que atravessava as fronteiras disciplinares.⁹⁴ De fato, a noção de episteme, definida como uma “relação complexa de deslocamentos sucessivos” (1968, reedição de 2001, p. 705), opera em um nível de grande generalidade:

*Uma **episteme** apresenta-se como um espaço de formação, de transformação, de correlação de enunciados que permite descrever não a soma de conhecimentos de uma época, o espírito de um século ou uma etapa do progresso contínuo da razão, mas o afastamento, as distâncias, as oposições, as diferenças, as relações de seus múltiplos discursos científicos... é um campo aberto e talvez indefinidamente descritível de relações. (COLLINOT, 2002, p. 55, citando FOUCAULT, 2001 [1968], p. 67).*

Em um nível abaixo — mas sempre em um espaço/tempo definido — a formação discursiva refere-se à densa rede de enunciados que entretém estreitas relações de repetição, de deslocamento ou de reviravolta polêmica.

As diferenças em relação aos estruturalistas são, todavia, numerosas e radicais e ainda hoje constituem as bases de uma história das ciências sociais quando articulam a reflexão sobre os objetos dessas ciências e o sujeito da ciência.

94 Os enunciados da *Grammaire Générale* (séculos XVII e XVIII) se articulam em torno de eixos como *atribuição e articulação, designação e derivação*, de que deriva a pluralidade de enunciados de diferentes gramáticos (2001, p. 716).

| Práticas e ciências humanas

Enquanto a vulgata estruturalista se apegava à ordem dos signos, Foucault procurava articular teorias, opiniões e práticas...

Em um primeiro momento, os enunciados constitutivos das formações discursivas não são objetos linguísticos. Foucault explica que o enunciado não tem nada que ver com as proposições dos linguistas, pois uma mesma frase, com o mesmo sentido, pode constituir enunciados diferentes, isto é, possuir condições de verdade diferentes que dependem da série de enunciados no interior da qual é produzida: *as espécies evoluem* pode ser dito por Darwin ou Simpson, mas esse enunciado é investido de maneira diferente de acordo com o campo em que aparece. O enunciado não é mais uma enunciação: várias enunciações podem repetir o mesmo enunciado (como faz a aeromoça que repete as instruções de segurança em várias línguas). O enunciado — voltaremos a esse ponto — é um acontecimento. Ele não se limita apenas aos suportes linguísticos: uma carta pode ser um enunciado.

Foucault (2001 [1966], p. 556) esvazia assim o problema da anterioridade da teoria em relação à prática: “De fato, trato, segundo o mesmo plano e segundo seu isomorfismo, as práticas, instituições e teorias, e procuro o saber comum que as torna possíveis, a camada do saber constituinte e histórico”.

A noção de sistema de formação procura articular a palavra e a ação em um período específico. A noção de cultura é então profundamente subvertida: de agora em diante, ela está relacionada às instituições que, enquanto tais, são constituídas de minúsculos dispositivos que regulam os detalhes dos comportamentos. Em *Vigiar e punir* são também os procedimentos de vigilância generalizada (o panoptismo) que prevalecem sobre o discurso para, em conjunto, disciplinar a sociedade e permitir a existência das ciências humanas. O livro faz o inventário dos gestos panópticos que tornam possíveis a medicina moderna, a sociologia, a psicologia... Em seguida, Foucault desenvolverá principalmente a análise das formas institucionais de poderes e colocará as formações discursivas um pouco de escanteio.

| Os enunciados associados

Por outro lado, Foucault não trata o enunciado dentro de um *corpus* fechado: o enunciado adquire sentido quando é confrontado com outros enunciados exteriores ao gênero em que figurava. Assim, o objeto “loucura” é obtido ao final de uma operação de identificação e montagem de um conjunto de enunciados que estavam dispersos em uma multiplicidade de domínios (que remetem às grandes instituições da sociedade: o discurso médico, jurídico, religioso etc.). A primeira tarefa da arqueologia do saber é tornar evidentes - de modo a superar a diversidade de gêneros e enunciadores - as relações que unem todos os enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva.

Tomando como exemplo o discurso clínico, Foucault dirá que sua unidade não é constituída segundo uma linearidade formal, sintática ou semântica, mas que é reconhecível em uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública etc.). Foucault (2001, p. 74) chama de “variação enunciativa” a regra de formação (das modalidades enunciativas) desses enunciados em sua heterogeneidade e mesmo em sua impossibilidade de se integrarem a uma única cadeia sintática.

Essas relações podem constituir reformulações, relações de implicação, mas sempre serão relações de oposição ou de exclusão:

O conjunto das formulações às quais o enunciado se refere (implicitamente ou não) seja para repeti-las, modificá-las ou adaptá-las, seja para a elas se opor, para falar em seu lugar. Não há enunciado que, de alguma maneira, não reatualize outros. (FOUCAULT, 1969, p. 130).

| O acontecimento

Enfim e acima de tudo, o estruturalismo esvaziou tanto quanto pôde a noção de acontecimento, apesar de o enunciado dele depender. Para Foucault, pode-se dividir, no interior de determinado espaço-tempo, o sistema de regras de formação que explica objetos, conceitos e opções teóricas subjacentes aos discursos. Entretanto, alguns enunciados transformam as formações discursivas. Segundo a feliz formulação de Dreyfus e Rabinow, esses enunciados são raros: não se trata de atos de discurso da vida cotidiana, mas de enunciados constitutivos da cultura de uma sociedade que só são validados quando uma comunidade de pesquisadores ou administradores os transmite, comenta ou transforma. Foucault se interessará cada vez mais por esses acontecimentos discursivos, portanto, pela dinâmica evolutiva e constitutiva do saber.

Assim, a noção de *formação discursiva* não remete a uma visão estruturalista: ela, sobretudo, permitiu a Foucault descartar conceitos que dominavam a história das ciências. Desse modo, ele rejeitou *ideologia* e *cultura*, porque minimizam a dimensão discursiva em prol de vagas "representações" e porque - tal como as noções de *concepção da ciência* ou de *teoria* - essas palavras supõem uma divisão entre ciência e erro. Foucault se opõe firmemente ao sonho de transparência de um saber que esteja isento das falsas representações; ele substitui a ideia de progresso pela de descontinuidade. As produções discursivas são, além disso, mais do que "concepções", pois constituem ferramentas efetivas de controle e de (trans)formação dos indivíduos. Os resultados da psiquiatria, por exemplo, não são falsos ou verdadeiros: eles existem!

A enunciação constrangida e a crítica da noção de sujeito

O primeiro resultado da abordagem de Foucault é o despojamento do sujeito do papel central que lhe fora atribuído pela tradição cartesiana. Ele não é um “eu” todo poderoso que assume os enunciados: são os enunciados da doxa que se lhe impõem em função das diferentes posições ocupadas pelo sujeito. De fato, os enunciados são produzidos em uma multiplicidade de lugares institucionais que os constroem fortemente:

A unidade de uma formação discursiva não é a manifestação majestosa de um sujeito que pensa, que conhece, que diz: é, ao contrário, um todo no qual se pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo. (FOUCAULT, 1969, p. 74).

O discurso individual é, portanto, transpassado pelas repetições, pelos enunciados preexistentes. O trabalho do arquivista consiste em atualizar todos esses enunciados em filigrana nos textos que lê, em relacioná-los aos códigos das formações discursivas às quais o sujeito é assujeitado cada vez que toma a palavra.

O próprio projeto de Foucault... é, por outro lado, uma história do condicionamento do indivíduo pelas instituições (DREYFUS; RABINOW, 1984, p. 155). O que chamamos de subjetividade surge como uma resultante das “disciplinas”: assim “o” sujeito moderno é construído sobre os dois eixos do domínio de si (aprendidos em aparelhos como a medicina e a escola) e do cuidado de si (relacionado à prática da confissão religiosa, ao exame de consciência e aos esforços de rememoração que eles acarretam)⁹⁵... em um nível menor de generalidade, pode-se interessar-se pelas figuras.

95 Substituídos, hoje, pela medicina e, em menor grau, pela psicologia.

| A difícil delimitação

Todavia, o problema da arqueologia - que se faz sentir ainda mais intensamente no vasto campo das epistemes - é a delimitação das formações discursivas. Foucault praticamente não apresentou um modelo que explicasse como proceder para constituí-las. Ele chega mesmo a escrever, não sem provocação, que para apreender uma formação discursiva é preciso conhecer todo o arquivo de uma época: "é necessário poder ler tudo, conhecer todas as instituições e todas as práticas" (FOUCAULT, 2001 [1968], p. 527).

As proposições de Foucault que dizem respeito à história das ciências humanas parecem-me, entretanto, fundamentais em mais de um título: deter-me-ei na orientação de uma pesquisa que alia as práticas controladas por instituições e as análises científicas; a reflexão sobre o que constitui as vozes autorizadas; o esforço para situar os diferentes objetos das ciências humanas em um todo articulado – enfim, o interesse pela maneira como aparecem e se estabilizam enunciados inéditos... Em certa medida, os problemas apresentados pela delimitação das formações discursivas podem ser abordados porque o campo das ciências sociais é organizado de tal maneira (revistas, sociedades científicas, modos de colação de graus...) que se pode esperar atingir os fenômenos transversais pertinentes. Todavia, os pesquisadores divergem sobre o modo de reagrupamento dos enunciados. A noção de *comunidade discursiva* proposta por Maingueneau enfatiza o posicionamento institucional dos discursos e renuncia de algum modo à exploração da multiplicidade de domínios do discurso: a unidade é, então, enunciativa. Guilhaumou, ao contrário, com a noção de trajeto temático, desenvolve um quadro que insiste no gesto do pesquisador que estabelece seu próprio arquivo a partir de uma diversidade máxima de fontes: a unidade se faz em torno de cadeias de transformação de enunciados.

| Os discursos adversos e a reinterpretação dialógica da noção de FD

Mesmo quando trata não da massa de textos arquivados, mas da maneira como o pesquisador os constitui em objetos de análise, Foucault se referia a “arquivos”. A arqueologia diz respeito a objetos estabilizados, institucionalizados, ligados aos mecanismos de poder que conseqüentemente são objeto de técnicas de conservação. É ainda possível trabalhar com a noção de formação discursiva quando a análise do discurso se interessa por outras vozes, menos legítimas, quando leva em conta outras materialidades (como a língua falada, que coloca em primeiro plano a dimensão interacional do discurso)?

A segunda acepção de *formação discursiva*, adotada em 1971 por Haroche, Henry e Pêcheux, pareceu realizar inicialmente um duplo deslocamento, necessário à sua utilização em análise do discurso - ao menos na análise dos discursos políticos. Os autores propõem uma teoria da leitura que busca reconhecer a ideologia em sua realidade de linguagem. Eles mostram que o dito é precedido, sustentado, articulado, pelas estruturas da língua, em particular pela ordem rigorosa de regras sintáticas. Por outro lado, relacionam o texto à sua determinação não linguística, às condições sócio-históricas - reduzidas a relações entre as classes sociais que se exprimem por meio de formações ideológicas, as quais, por sua vez, sustentam as relações de hegemonia. Uma formação discursiva determina o dizível: “O que pode ser tido (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma conferência, de um programa, etc.” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1990 [1971], p. 148).

Simetricamente, o sentido se constitui no interior de uma formação discursiva e as palavras mudam de sentido ao mudar de formação discursiva. Uma FD não tem sentido a não ser quando “delimitada” (portanto definida) pelo que lhe é exterior, de tal maneira que nas

fronteiras podem ser posicionados os pontos de enfrentamento polêmicos.

Por outro lado, as formações discursivas remetem ao conceito marxista de *formação ideológica*.

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento capaz de intervir como uma força que é confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento. Cada formação ideológica constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais nem “universais”, mas que se relacionam, mais ou menos diretamente, às posições de classes em conflito umas com as outras. [...] As formações ideológicas assim definidas implicam, necessariamente, formações discursivas como um ou vários de seus componentes. (PÊCHEUX, 1990 [1975], p. 148).

Nesse primeiro modelo, o campo discursivo - que se organiza de maneira binária, visto que remete à luta de classes - possui uma homogeneidade que permite supor a existência de linhas que demarcam claramente as formações adversas.

Rapidamente, a noção será desfeita: inicialmente, Pêcheux e Fuchs, referindo-se à problemática freudiana do inconsciente, vão sublinhar que o exterior de uma formação discursiva “é estritamente informulável, uma vez que a determina” (não somente o sujeito é coagido pela formação discursiva na qual inscreve seu discurso, mas ele a ignora). Em seguida, a partir de 1980, o emaranhado existente entre uma formação discursiva e seu exterior é sistematicamente explorado, passando-se a questionar até mesmo a possibilidade de fechamento do *corpus* (Marandin e Courtine). Sob a influência dos trabalhos de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade do discurso (e que têm como pano de fundo as teses de Bakhtin sobre o dialogismo), Courtine (1981) mostra que o discurso é perpassado pelo interdiscurso, que é inteiramente constituído por suas relações com outras vozes.

O trabalho se voltou para uma dimensão diacrônica que impede que a pesquisa se restrinja a uma dada conjuntura, pois os fragmentos produzidos anteriormente ao discurso inscrevem os enunciados em uma história.

No mais, quando se trata de discursos comuns, o pesquisador trabalha com *corpus*: a transversalidade dos discursos se torna, então, estritamente não controlável. O exterior do discurso não é mais limitado pelas instituições, pelos regulamentos: como observar o burburinho do mundo? Quais serão as coerências possíveis? Em meu caso, não trabalho com a noção de formação discursiva, mas sempre tenho interesse pelo interdiscurso.

O reagrupamento em torno de um termo

Ao renunciar à determinação de vastas unidades, a atenção se desloca para um termo, uma fórmula. Trata-se, então, de observatórios minúsculos, mas que permitem a exploração de vastos bancos de dados. Limitar-me-ei a alguns exemplos.

Nação: uma palavra em jogo no enfrentamento dos discursos

Durante a Revolução Francesa, quando os debates da Assembleia Nacional, realizados em 23 de dezembro de 1789, dividiram os Convencionais quanto ao estatuto a ser acordado aos carrascos, aos atores e aos judeus,⁹⁶ Clermont-Tonnerre, deputado de centro-direita, propôs que se concedesse cidadania a todo homem residente na França, desde que este satisfizesse às condições financeiras então exigidas e aderisse às leis e aos valores da nação. De seu lado, o abade Maury, um dos expoentes do campo realista, defendia o *status*

96 Carrascos, atores e judeus... formam um estranho grupo pelo qual se desculpa Clermont-Tonnerre. Esse grupo não é, entretanto, desprovido de sentido quando se trata a questão do ponto de vista das relações sociais: o carrasco encarna a violência da lei necessária à socialização; o ator, a necessidade de espetáculo na socialização dos indivíduos, tendo em vista que uma comunidade de cidadãos tem necessidade de se olhar celebrando a virtude; o judeu encarna o fato de que não se deve opor opção religiosa e cidadania.

quo discriminatório.⁹⁷ Os dois discursos formam um todo na medida em que foram reescritos posteriormente⁹⁸. Ora, parte dos debates dizia respeito à possibilidade de considerar os judeus uma nação. O caráter restrito da pesquisa permitiu recolocar a *lexia* “nação judia” em uma série textual aberta e heterogênea, que mostrava que essa era a maneira normal de se referir aos judeus como grupo. Mirabeau, por exemplo, utilizava esse designativo: “Quais motivos puderam levar os governos europeus a observar, por assim dizer, de comum acordo, procedimentos tão bárbaros em relação à nação judia?” (p. 62). Da mesma forma, Gregório (1788, p. 174): “a montagem de todos esses meios [de integração] imprimirá um movimento universal que abalará toda a nação judia”.

Com efeito, “nação” era bastante polissêmico. Pode-se usá-la para designar grupamentos fundados sobre um sentimento de filiação, religioso ou cultural ou ainda para designar uma forma jurídica de sociedade política. O lexicógrafo Féraud define, em 1787, “nação” em oposição a “Estado” (“Todos os habitantes de um mesmo Estado”), mas acrescenta: “Cada nação tem suas leis, seus costumes e seus modos”, supondo uma sobreposição entre as duas entidades que nada tem de evidente.⁹⁹

97 A França contava, então, com cerca de 40.000 judeus distribuídos em comunidades heterogêneas: no leste, 33.000 viviam miseravelmente e eram muito marginalizados. Excluídos das cidades na Alsácia e submetidos a taxas aviltantes como o “direito do casco fendido” os judeus subsistiam graças à mascataria e a empréstimos com garantias. Cerca de 3.500 “portugueses” de Bordeaux formavam uma rica comunidade muito bem integrada; em Avinhão eram 30.000 vivendo do comércio do tecido e da seda. Em Paris, eram, no máximo, 500 indivíduos.

98 Ao descer da tribuna, a maior parte dos oradores confiava seu manuscrito ao redator do Monitor presente à seção. Todavia, Maury improvisava e posteriormente redigia o discurso; Clermont-Tonnere também modificou seu texto. Os *arquivos parlamentares* assinalam que o discurso do Monitor está incompleto.

99 De 1694 a 1835, a Academia Francesa pensou *nação* de maneira mais restritiva que *Estado* (um governo, um território, uma língua que se pode considerar que é a língua do Estado em oposição aos dialetos) – “todos os habitantes de um mesmo Estado, de um mesmo país, que vivem sob as mesmas leis, falam a mesma língua”.

Clermont-Tonnerre só leva em conta esse sentido político ao raciocinar por dicotomias e declarar o que é e o que não é uma nação: “é preciso tudo recusar aos judeus como nação”, caso se queira incorporá-los à França. Do sentido de nação (a identidade cultural), ele invoca apenas o direito comunitário, o qual ele exclui, e a religião, assunto privado, segundo a Declaração dos Direitos do Homem. Clermont-Tonnerre age, portanto, logicamente na requalificação dos judeus, substituindo a tradicional palavra “nação” pela perífrase “os que professam uma religião”. Dissociar a religião e a comunidade, deslizar, por um ato performativo, de “nação” para “os que professam uma religião”, isto é, segundo sua definição, os “que entretêm uma relação privada com a crença de sua escolha” é fazer advir cidadãos modernos em lugar do povo antigo, o que torna possível uma política de emancipação dos indivíduos. Mas é também transitar em silêncio da nação “étnica”¹⁰⁰ para a nação cidadã.

De fato, a análise se opõe notadamente à posição dos representantes judeus da Alsácia, que desejavam conservar suas estruturas comunitárias¹⁰¹. Segundo os domínios cobertos, podia-se, de seu ponto de vista, pertencer simultaneamente à nação judia e à francesa. O direito privado podia estar sob jurisdição dos rabinos e tudo o que tocava à cidadania francesa ser da alçada do Estado francês. As duas entidades eram vividas cumulativamente. Já Maury reintroduz explicitamente o termo “nação” em seu sentido ambíguo, que acumula tanto a identidade estatal quanto a cultural: “a palavra judeu não é o nome de uma seita, mas de uma nação”¹⁰², o que permite excluí-los da nação francesa.

100 O termo *etnia*, embora anacrônico, tem a vantagem, sobre seu equivalente da época (“raça”), de não possuir conotações racistas; não se trata de se pronunciar sobre a existência biológica dessas distinções, mas de constatar que essas “distinções” têm uma existência social que valoriza ora os inimigos dos judeus, ora a própria comunidade judia.

101 Pois os judeus do sudoeste da França queriam antes de tudo a igualdade com os outros cidadãos.

102 Falando depois, Maury é obrigado a refutar as proposições de seu adversário e esse movimento é característico de seu discurso. Isso é observado quando trata dos carrascos cuja exclusão “não é absolutamente oriunda de um preconceito... [mas da] honra”, e dos atores “a opinião que os exclui não é absolutamente um preconceito.”

Com a palavra “nação”, estamos mais próximos da noção de formação discursiva: um significante polissêmico remete ao enfrentamento dos discursos em uma conjuntura histórica dada e aos discursos anteriores que constituem os elementos preexistentes sobre os quais se apoiam os locutores. Mas o observatório restrito a um termo não pressupõe a inexistência de enunciados que podem ser agrupados em formações discursivas.

Sociedade

Com “sociedade” pode-se seguir passo a passo as migrações de um termo que não mobiliza posições antagônicas. O funcionamento não é mais dicotômico. Trata-se somente de observar a maneira como a carga semântica das palavras se modifica e se amplia quando elas transitam de um espaço de comunicação a outro. Quando as palavras inserem-se em contextos sociais diferentes, passam a significar pensamentos novos, sem que se apague, na mesma medida, entre os letrados que as utilizam, a parcela que corresponde à herança inicial. Ao fazer a história dos diferentes sítios de emprego da palavra *sociedade*, com base em seu tratamento lexicográfico, observa-se, por exemplo, como - ao migrar do vocabulário comercial para o político - ela pôde levar consigo a memória das associações discursivas anteriores, que fornecerão toda uma matéria-prima variada para se pensar novos empregos. Ao final do século XVII, os dicionários descreviam, por exemplo, os usos jurídico-comerciais e seculares limitados a pequenos grupos. O primeiro dos dicionários monolíngues, o *Richelet* (1680), coloca no início do verbete a significação comercial:

SOCIEDADE. Contrato de boa fé pelo qual se coloca em comum qualquer coisa para dela tirar proveito honestamente (Entrar em sociedade com alguém. Romper o contrato de sociedade feito com um indivíduo).

Para esse emprego, Richelet utiliza o hiperônimo *contrato*, que significa o ato jurídico de fundação, indicando que *sociedade* tem

um sentido processual (também perceptível na expressão *entrar em sociedade*) de “estabelecer relações com alguém”, anterior ao sentido resultativo, atualmente dominante, de “associação comercial que resulta do ato que a instituiu”¹⁰³. Essas sociedades são constituídas com base nas relações entre particulares, o que se percebe inicialmente por sua dimensão - visto que a agregação de um indivíduo faz sentido como o mostra a expressão “entrar em sociedade com alguém”. Mas o papel central do indivíduo relaciona-se também à gênese da sociedade: sociedades são o produto da ação de indivíduos autônomos cuja relação é simétrica (um contrato supõe dois polos contratantes) e que, desse modo, procuram realizar objetivos individuais. Nos dicionários franceses do século XVII, a noção de contrato é limitada a essa acepção comercial. Entretanto, os juristas e depois os filósofos ingleses desenvolveram uma teoria do contrato político que em seguida será emprestada pelos franceses. Como se sabe, Rousseau dela se lembrará em sua teoria do contrato social.

Vê-se aqui que se renunciou a delimitar as formações discursivas e que não são conservadas senão as noções de pré-construído e de interdiscurso: os discursos originários em alhures perpassam a superfície dos que são trocados por Maury e Clermont-Tonnerre e criam a heterogeneidade. Com Rousseau, reencontramos sempre o traço de discursos anteriores aos quais se ligam efeitos de evidência, de anterioridade.

103 Esse segundo exemplo, derivado por processo regular, está no primeiro plano das definições do dicionário de *Furetière* (1690), ainda que o verbo e o particípio nominalizado “associado” lembrem o ato fundador:

SOCIEDADE. Se diz particularmente da que se faz entre comerciantes. Há três tipos de sociedades. A primeira se faz sob um nome coletivo entre duas ou mais pessoas [...] A segunda é a que se chama em comandita, que se faz entre pessoas; uma delas coloca apenas seu dinheiro na sociedade sem exercer nenhuma função de associado. A terceira, que se chama anônima, e é a que se faz entre pessoas que são associadas desconhecidas [...].

Os gêneros: a entrevista como formatação reflexiva da experiência

O termo formação discursiva parece ser mais adequado para designar a rede textual complexa que surge no cruzamento de práticas de coletas de dados orais e dos objetos de estudo que concernem a posicionamentos “ideológicos” (reivindicações comunitárias, discursos feministas, comunistas etc.)...

De maneira mais alusiva, partindo de uma pesquisa realizada por Langhans (1979) sobre os discursos identitários de habitantes de pequenas cidades da França, tentarei mostrar que mesmo os enunciados que poderiam ser descritos a partir da noção de formação discursiva (tal como a vislumbrava Pêcheux) também devem ser enfocados a partir de noções de interação e gênero: “o que pode e deve ser dito” resulta tanto do gênero da entrevista quanto do posicionamento dos sujeitos.

A narração como formatação da experiência

As narrativas pessoais recolhidas em entrevistas são um gênero particularmente interessante, pois fornecem matéria-prima para numerosas ciências sociais, como as análises do discurso, a história do tempo presente, as ciências políticas e a sociologia. Trata-se de produto misto, resultado, de um lado, da curiosidade do pesquisador e, de outro, das reflexões do entrevistado, que se vê confrontado a questões que ele talvez não tivesse se colocado antes da entrevista. Tomaremos como exemplo a narração recolhida por Langhans (1979) acerca da trajetória política de uma professora que votava nos socialistas em seu vilarejo e que explica por que posteriormente passou a optar por um prefeito de direita, oriundo de sua comunidade do interior. É preciso apreender essa narrativa no trabalho de articulação que une argumentos estabilizados e “fontes” mobilizadas pela circunstância. Por exemplo, a entrevistada Marie leva em conta, de forma bastante clara, a identidade da entrevistadora que ela sabe ser de esquerda. Seu discurso é literalmente invadido

por precauções, concessões, que tentam responder à desaprovação atribuída à sua co-enunciadora. Eis, por exemplo, como, no momento em que explica sua guinada para a direita, de antemão Marie cita sua filiação constitutiva (hereditária!) à esquerda: “eu que sou, **apesar de tudo**, uma mulher de esquerda, enfim, eu creio + com um pai que era socialista e tudo o mais” (MARIE, p. 72).

Ora, hoje Marie prefere sua “identidade local”, que julga ameaçada pelos recém-chegados (universitários que aportaram na cidade nos anos 1970 e por um tempo a administraram). Marie explica sua mudança pela conduta dos recém-chegados. Enquanto ela apoiava o candidato universitário/socialista, que procurava constituir uma lista comum, este último declarava em uma reunião fechada: “**se o prefeito não quiser** + o antigo prefeito + não quiser avançar conosco, isto é, não quiser: **se colocar em nossa lista + do alto de + de Ormeaux dominaremos Pourrières**” (MARIE, p. 61).

Marie constrói essa cena como um acontecimento que provocará ruptura em sua vida: “[...] sim, então, hummm + não mais + para mim nesse momento X¹⁰⁴ **dominaremos Pourrières + Pourrières era + era eu** X¹⁰⁵ + você compreende X” (MARIE, p. 61).

A cena é um fragmento que se destaca no contínuo da vida da vila (e da vida da narradora). Ela se entrega, assim, a um trabalho de formatação que opera uma clara ruptura entre um antes e um depois, que dá um novo sentido à sua vida.

Foi a partir desse momento que houve a ruptura + porque eu humm eu imediatamente senti sobretudo **após aquela frase + se eles não fazem uma lista comum, do alto de Ormeaux dominaremos Pourrières** isso eu gostaria bem que a mãe Roux o ouvisse perdão + e bem, humm ---Pourrières eu não tinha vontade porque

Mãe: sim porque hummm sim porque

Marie: **Pourrières era Pourrières** (LANGHANS, p. 61).

104 Risos.

105 Risos.

Reencontramos nas numerosas narrativas pessoais recolhidas pelos entrevistadores¹⁰⁶ essas mesmas características: inicialmente, uma operação de “enquadramento” temporal: a definição de um antes e um depois que isola um momento e lhe dá a pontualidade do acontecimento. Em segundo lugar, a fragmentação da situação e dos diálogos trocados, reduzidos ao enunciado que permite a rememoração. Em terceiro, o comentário dirigido ao entrevistador a quem é declarado que essa cena é fundadora, de modo que o acontecimento constitui uma unidade com o comentário que diz que se trata de um acontecimento. Finalmente, essa cena inicial é acompanhada de uma encenação emotiva. O afeto é aqui marcado pelos enunciados atributivos que vão da falsa tautologia à identificação: “Pourrières era Pourrières, Pourrières era eu”. A coesão do sentido comum é assegurada pelos símbolos coletivos positivos (o lugar, a identidade), pelos valores (a proximidade da filiação), cuja natureza é radicalmente diferente da das categorias que interessavam a Foucault. A lógica desenvolvida é uma lógica binária, que traça dicotomias entre o *nós* e os *outros*. Constatar essa concepção contrastiva do mundo permite superar o rol variável das categorias que servem de suporte aos raciocínios dos atores, ao menos, permite ter consciência do caráter estável de certos modos de estruturação do real que estão por trás dessas categorias.

Enfim, se o pesquisador não pode retornar aos discursos “outros” ele ao menos tem acesso aos que são atualizados sob a forma de intradiscurso (PÊCHEUX, 1975), no qual encontra - em primeiro plano - palavras que se reportam ao enunciado que é atribuído a outrem as quais são utilizadas ora como fonte autorizada, como nesse caso, ora para polemizar (com o candidato universitário que teria afirmado que “do alto dos Ormeaux dominaremos Pourrières”) ou ainda para se eximir, perante a entrevistadora, da responsabilidade pelo uso do designador *estrangeiro* para referir-se aos recém-chegados:

106 Trabalhamos recentemente com Lesort nas narrativas de jovens alunos reprovados em massa. Constatamos o mesmo fenômeno: todos contam uma primeira vez “fundadora” em que um professor, um estagiário, um servente os “humilhou injustamente”.

Atenção eu com os estran- o que se + o que vocês chamam os estrangeiros + para mim isso só pode se passar bem eu não tenho escolha de qualquer maneira + eu eu vou eu estou só nesse segredo + vocês irão ao fundo de minhas entranhas mas + humm: eu quero dizer que: + eu quero dizer / que, Ø / são pessoas que participam da quermesse que fazem tudo + que que são hummm porque eu eu eu não sei eu não sei ---- eu tento me adaptar (p. 82).

Nessa nova novena --- as pessoas + que são chamadas de estrangeiros visto que são chamados de estrangeiros + não participam + ou seja eles não participam de modo algum + seja eles participam verdadeiramente porque eles são muito crentes (p. 74).

Assim, Marie consegue delimitar um conjunto de pessoas como “estrangeiros” sem assumir o termo utilizado.



Abre-se, assim, uma linha de pesquisa que ao mesmo tempo é sensível tanto à dinâmica das emoções presentes no momento em que o sujeito constrói sua identidade social quanto à forma imposta pela entrevista. Entretanto, esta, e de modo geral os gêneros, não depende somente de uma taxionomia; não demora para que o pesquisador dê destaque à ordem operativa dos diálogos que altera as situações. A ênfase conferida aos sujeitos que realizam essas análises é antípoda do esforço de Foucault para depreender um pensamento anônimo e coercitivo que é o de uma época e de uma linguagem (e que faz parte das mesmas categorias utilizadas pelo mundo científico e técnico).

Outros pesquisadores se detêm em operações que constituem a identidade dos gêneros, mas para observar a tensão operada pelos novos enunciados que modificam esses gêneros — pois os receptores consideram que os enunciados desviantes pertencem ao gênero cuja descontinuidade manifestam de alguma forma, apesar

das metamorfoses. Ora, esses enunciados, ao contrário, constituem a emergência de novos gêneros, pois os receptores consideram que as mudanças ocorridas são verdadeiras mutações¹⁰⁷.

A noção de *formação discursiva* elaborada por Foucault para abordar um conjunto de textos fixados pela escritura, os quais são objeto de técnicas de conservação sofisticadas, é menos um conceito que se abre sobre uma metodologia precisa de análise do discurso do que um convite profícuo ao depreendimento de categorias da história das ideias e ao questionamento, em especial, das noções de objeto e de sujeito do discurso. A noção de *formação discursiva* elaborada por Pêcheux (no âmbito de um projeto de análise do discurso fundado na linguística) apresenta problemas de difícil superação, notadamente quando o analista deixa de trabalhar com escritos doutrinários ou administrativos bem estabilizados - o que ocasiona a impossibilidade da circunscrição de qualquer coisa que se possa chamar de *formação discursiva*. Nessa segunda configuração, resta a ideia primeira: a forte presença do interdiscurso, a consideração de que o discurso ocorre em reação; reatividade aos discursos que o delimitam - trabalho que consiste em capturar a presença da alteridade no cerne dos enunciados.

| Referências

AULARD, F.-A. *L'éloquence parlementaire pendant la Révolution française*, tomo I: Les Orateurs de l'Assemblée constituante. Paris: Hachette, 1882.

BRANCA-ROSOFF, S. À propos d'un affrontement entre Maury et Clermont-Tonnerre: Y a-t-il deux modèles d'éloquence parlementaire? Colóquio de Saarbrücke, 25-27 set.1998. In: *L'éloquence de la Révolution: studies on Voltaire and the eighteenth century*, 2002. p. 73-89.

107 O que se traduz pelo aparecimento de novos nomes de gêneros... Assim, não se fala em correspondência, mas em *e-mails* e no fato de que este não resulta apenas da transformação das condições materiais, mas, ao mesmo tempo, de uma série de operações que acabam por afetar a forma e o conteúdo do que é enviado por *e-mail*.

BRANCA-ROSOFF, S.; GUILHAUMOU, J. De "société" à "socialisme": l'invention néologique et son contexte discursif. Essai de colinguisme appliqué. *Langage et société*, "Lexicographie et colinguisme", n. 83-84, 1998.

CLERMONT-TONNERRE, S. Discours contre la discrimination à l'égard des bourreaux, des comédiens, des protestants et des juifs. 23 dez. 1789. In: FURET, F.; HALEVY, R. (org.). *Orateurs de la Révolution Française*. Tomo 1: Les constituants. Paris: Gallimard, 1989. p. 242-249.

COLLINOT, A. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (dir.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002. Edição brasileira: *Dicionário de Análise do Discurso*. Coord. da tradução: Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COURTINE, J.-J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. À propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62, p. 9-127, 1981.

COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. Quel objet pour l'analyse du discours?. Comunicação apresentada no Colóquio "Matérialités discursives", ocorrido na Universidade de Paris X, Nanterre, França, 1980. Lille: Presses de l'Université de Lille, 1980. p. 21-33.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris: Gallimard, 1984. Edição brasileira: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Tradução de V. P. Carrero. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

FURET, F.; HALEVY, R. (org.). *Orateurs de la Révolution Française*. Tomo 1: Les constituants. Paris: Gallimard, 1989.

FOUCAULT, M. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Plon, 1961. Edição brasileira: *História da loucura*. Tradução J. Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966. Edição brasileira: *As palavras e as coisas*. Tradução de S. T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969. Edição brasileira: *A arqueologia do saber*. Tradução L. F. B. Neves. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994, reeditado em 2001. Edição brasileira: *Ditos e Escritos*. Tradução V. L. A. Ribeiro. v. I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

GRÉGOIRE. *Essai sur la régénération physique, morale et politique des Juifs*, Metz, de l'imprimerie Claude Lamort, Devilly; Paris, Belin; Strasbourg, Librairie Académique. 1788. (reimpresso em *La Révolution française et l'émancipation des Juifs*, tomo 3. Paris: Edhis, 1968).

LANGHANS, B. *La construction discursive des identités: analyse linguistique d'entretiens en milieu "rurbain"*. Tese (Doutorado). Université de Provence, Provence, 1979.

MAINGUENEAU, D. *Le contexte de l'œuvre littéraire: énonciation, écrivain, société*. Paris: Dunod, 1993. Edição brasileira: *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MALDIDIER, D. (ed.). *L'inquiétude du discours: textes de Michel Pêcheux, choisis et présentés par D. Maldidier*. Paris: Editions des Cendres, 1990. Edição brasileira: *A Inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução E. P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAURY, J. S. Discours sur les "exécuteurs", les comédiens et les Juifs. 23 dez. 1789. In: FURET, F.; HALEVY, R. (org.). *Orateurs de la Révolution Française*. Tomo 1: *Les constituants*. Paris: Gallimard, 1989. p. 538-541.

MICHAËLIS, J. D. *Mosaisches Recht*. Frankfurt am Main: J. G. Garbe, 1770-1774.

MIRABEAU (conde Honoré Gabriel de Riqueti). *Sur Moses Mendelssohn. Sur la réforme politique des Juifs: et en particulier sur la révolution tentée en leur faveur en 1753 dans la grande Bretagne*, Londres. 1787. (reimpresso em *La Révolution française et l'émancipation des Juifs*, tomo 1. Paris: Edhis, 1968).

PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969. Edição brasileira: *Análise automática do discurso (AAD-69)*. Tradução E. P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução B. S. Mariani et al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse du discours. *Langages*, 37, p. 7-80, 1975. Edição brasileira: A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. Tradução P. Cunha. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução B. S. Mariani et alii. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-252.

ROUSSEAU, J.-J. Sur le gouvernement de Pologne. 1771. *Sur l'économie politique, Considérations sur le gouvernement de Pologne, Projet pour la Corse*. Paris: GF Flammarion, 1990.

THIÉRY. *Dissertation sur cette question: est-il des moyens de rendre les Juifs plus heureux et plus utiles en France?* 1788. Paris: Knapen et Veuve Delaguet et Fils. (reimpresso em *La Révolution française et l'émancipation des Juifs*, tomo 2. Paris: Edhis, 1968).

Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva¹⁰⁸.

Sophie Moirand¹⁰⁹

108: Agradecemos vivamente à Sophie Moirand pela autorização para tradução e publicação deste texto. Tradução Nilton Milanez e Roberto Leiser Baronas.

109: Professora da Universidade de Paris 3, Sorbonne Nouvelle, Paris, França.

Neste texto, gostaria de mostrar como a descrição de dados empíricos recolhidos na imprensa, baseados em critérios diferentes, relativos ao domínio ou ao tipo de acontecimentos ou ao gênero discursivo, levou-me a rever a noção de *formação discursiva* da maneira como a tinha retrabalhado Jean-Jacques Courtine (1981, 1989) – um dos *raros* pesquisadores que souberam guardá-la das derivas taxionômicas, conservando sua dimensão histórica (MALDIDIÉ, 1990, 1993). Essas análises, realizadas desde 1996, acerca do discurso **da** ciência, depois, em torno do discurso **sobre** a ciência, relativo à midiatização recente da ciência e da tecnociência, levaram-me a reviravoltas metodológicas, depois teóricas, a propósito das relações entre memória, saber, discurso, história e ideologia. Revisitei, portanto, a noção de formação discursiva, que tinha há muito evitado, interrogando-me, primeiro, sobre o que eu chamo a *textura enunciativa dos textos*, isto é, a atualização das diferentes formas de inscrição do *dialogismo* na materialidade textual, a partir das noções de intertexto e de interdiscurso, e questionando-me, em seguida, sobre as diferentes formas de representação da explicação, e mais recentemente a argumentação, em suas relações com a noção de memória interdiscursiva (LECOMTE, 1981; MOIRAND, 1999a, b, 2002, 2003a, b, c, d).

Desde que abordei o tratamento pela imprensa ordinária de *momentos discursivos*, tais como, a crise da *Encefalopatia Espongiforme Bovina*, a questão dos Organismos Geneticamente Modificados, o efeito estufa e as mudanças climáticas..., tive que relativizar o resultado de trabalhos anteriores sobre os discursos da difusão da ciência, bastante marcados pela tradição lexicológica francófona e/ou a representação clássica do discurso da vulgarização científica, concebida como a tradução destinada a um público principiante nos textos científicos por um enunciador intermediário¹¹⁰. Foi-me preciso, desde então, reportar os fatos observados na materialidade textual e semiótica aos domínios mais

110 Ver o número 21 de *Langue française*, organizado por Mortureux, em 1982, assim como o número 64 da mesma revista, organizada por Peytard, Jacobi, Petroff, em 1984, ou ainda Jacobi, 1999.

ou menos “mostrados”, às classes de enunciadores mencionados ou escondidos, assim como “ao tempo longo e ao tempo curto das discursividades”, para retomar uma das questões centrais que coloca a *memória discursiva*, da forma como a introduziu Courtine na análise do discurso político – que discutirei posteriormente. Esses questionamentos sucessivos, centrados aqui em torno da noção de formação discursiva, serão abordados em dois tempos: primeiro, a partir da noção de intertexto, em suas relações com o contexto e os gêneros discursivos; em seguida, a partir da noção de interdiscurso, e das memórias de lembranças que constituem as diferentes formas da alusão, no tratamento midiático de fatos científicos ou tecnologias de caráter científico.

1. Da construção do intertexto às noções de *mundo social* e de *comunidade linguageira*

A análise do discurso francesa dos anos 1970 finalmente pouco se interessou pelo discurso da ciência: como o lembra Courtine (1989, p.19, nota 24), “ao se considerar, com efeito, a totalidade dos trabalhos de análise do discurso efetuados desde os anos 69-70, o peso das descrições de *corpora* políticos é considerável e o leva largamente às análises de discursos pedagógico, científico e sobre diversos *corpus* tratados por historiadores”. No entanto, poderíamos ter considerado a comunidade científica como um exemplo de “formação social”, que implica a presença de posições ideológicas, e falar, então, de formações ideológicas, no sentido de Pêcheux, cada uma constituindo

[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações sociais que não são nem “individuais” nem “universais” e comportam “necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais formações discursivas interligadas, que determinam o *que pode e deve ser dito* (articulados sob a forma de uma arenga, de

um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada: [...]” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971 [texto fundador retomado em MALDIDIER, 1990, p.148]).

Mas nos anos 1960-1970, acredita-se ainda nas virtudes do progresso e não se recoloca em causa a soberania da ciência.

1.1. A difusão dos saberes estabelecidos

Do lado da difusão das ciências, em todo caso, o consenso é a regra: atenuam-se os afrontamentos, explica-se mais os saberes estabelecidos, aqueles reconhecidos pelo conjunto da comunidade dos sábios. Desde a Revolução, a ciência, livre das coerções religiosas e crenças diversas, se constrói sobre a razão.

Assim, quando os linguistas se debruçam sobre os discursos da vulgarização científica, a questão se opõe em termos de tradução intralingual do vocabulário e da análise da re-enunciação dos discursos primeiros, aqueles da comunidade científica, em discursos segundos destinados a públicos menos sábios, e não mais em termos de interrogação sobre a natureza desses discursos primeiros. E se nos anos 1980, já se procura menos estudá-los em termos de reformulação lexical do que em termos de paráfrase, metalinguagem, dialogismo, eles ainda não são pensados em termo de inter- ou de intra-discurso, em termos de comunidades ou de formações discursivas e não se coloca em evidência a unidade da comunidade científica. Há o discurso da ciência, que fala de uma única voz, há o discurso de um grupo híbrido de mediadores (científico vulgarizador, professor, jornalista especializado...) que se caracteriza por uma heterogeneidade seja mostrada seja constitutiva (AUTHIER-REVUZ, 1982a, b), e o discurso dos públicos mais ou menos principiantes, que dão conta das diferentes formas de re-enunciação.

É, portanto, muito natural, pela via do *dialogismo*¹¹¹, que eu tenha abordado os discursos de transmissão de conhecimentos, mas interrogando-me, para além do estudo de suas diferentes formas, sobre a natureza e a função dos segmentos heterogêneos recuperados: quem são os enunciadores originais? Quais são os lugares de origem? Em quais gêneros discursivos eles apareceram primeiro? Como e por que eles são inseridos nos discursos sobre a ciência nas mídias?

1.2. O intertexto monologal da difusão das ciências do universo

Um primeiro tipo de dados foi reunido a partir de critérios referentes à diversidade dos gêneros discursivos produzidos em um mesmo domínio científico, aquele da astronomia e da astrofísica, ciência da observação que tem desde sempre uma forte propensão à vulgarização de públicos diversos (crianças, adultos, amadores esclarecidos, etc.), e que continua hoje, na linha aberta do século XIX por Camille Flammarion com a *Astronomie populaire* (JEANNERET, 1997), com uma produção abundante de enciclopédias, de revistas para crianças ou adolescentes, de CD-roms, programas de rádio ou de televisão, de *sites* na internet, de artigos ou rubricas especializadas, inclusive na imprensa comum.

111 Conceito emprestado pela análise do discurso do Círculo de Bakhtin. Para a necessidade dos discursos de transmissão dos saberes e de *savoir-faire*, distinguem-se duas formas de *dialogismo mostrado*: aquela que faz explicitamente referência a discursos anteriores, discursos fontes ou discursos primeiros, e aquele que faz explicitamente referência aos discursos que se empresta aos destinatários (ou as sobredestinatários). Ora, esse duplo dialogismo parece de fato participar à visada pragmática de não importa qual gênero de texto, quando o dizer dos outros (dizeres anteriores ou dizeres imaginados pelo interlocutor) vem justificar ou autenticar o dizer do locutor, ou servir de apoio a uma contra-argumentação. Mais recentemente, o funcionamento da explicação nos discursos midiáticos me levaram [...] a reconsiderar essas noções e a propor um desdobramento do dialogismo constitutivo, distinguindo os discursos enterrados em uma *memória interdiscursiva* midiática (dialogismo intertextual constitutivo) e as interações imaginadas com um *sobredestinatário* forçosamente presente em um discurso interior dos enunciadores, cuja presença deixa os traços no discurso produzido (dialogismo interacional constitutivo). Enfim, nos discursos sobre as ciências na mídia, propõe-se distinguir um dialogismo intertextual de ordem *monologal* de um dialogismo intertextual *plurilogal*, de acordo com o empréstimo ao texto de uma comunidade científica ou de várias comunidades languageiras (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p. 175-178).

Ora, contrariamente ao que declarava Dominique Wolton (1997, p. 9) a respeito da midiaticização da ciência, sabendo que estaríamos em face de uma situação de interação complexa na qual interviriam múltiplos atores, “ao menos quatro, a ciência, a política, a comunicação, os públicos; e cada um [sendo] ele próprio freqüentemente dividido em vários subgrupos”, o político parece freqüentemente ausente dos discursos de difusão das ciências do universo. Se certas marcas de dialogismo parecem antecipar aqui e lá as questões dos destinatários¹¹², as marcas de *dialogismo intertextual* são emprestadas aqui essencialmente dos dizeres dos especialistas, astrônomos e astrofísicos, muito presentes nas propostas reportadas ou mencionadas, nas entrevistas, nas explicações dadas; além disso, os segmentos emprestados provêm de gêneros discursivos “normalizados” por essa comunidade (revistas, obras de referência, comunicações especializadas, atos de colóquios, entrevistas, etc.), comunidade que participa muito ativamente na difusão dos trabalhos de seu domínio¹¹³:

1.a Os cometas não assustam mais [...]. Para os astrônomos, os cometas não seriam mais que “bola de neve salgada” assim como o propunha, em 1950, o americano Fred Whipple? Pois na origem dessas espetaculares aparições vindas das regiões periféricas do sistema solar, de suas caudas e cabeleiras brilhantes, **não há nada mais que** o aquecimento pelo sol de minúsculos – por volta de uma dezena de quilômetros – núcleos de gelo e de poeira. Os cometas são bem mais que isso: verdadeiros fósseis, contemporâneos da formação do Sol e dos planetas, **eles poderiam nos dar informações “de primeira mão”** sobre a origem do sistema solar. Melhor ainda: **para certos pesquisadores**, as

112 O que corresponde à visada pragmática clássica dos discursos de vulgarização e às formas atualizadas de dialogismo interacional, típica dos discursos de transmissão de conhecimento (MOIRAND, 1988, 1999a, b, 2001a, 2003c).

113 Somos nós que sublinhamos as marcas em negrito nos exemplos, os itálicos do original foram aqui reproduzidos. Na série dos exemplos 1, estão assim sublinhados os traços que reenviam explicitamente tanto aos dizeres quanto às atividades dos membros da comunidade científica de referência (verbos ou nominalizações como observar/observação, deduzir/dedução, estudar/estudo...).

moléculas cometárias poderiam ter **representado um papel importante na formação da atmosfera** dos planetas e dos oceanos sobre a Terra, até mesmo na aparição da vida sobre a Terra. [*La Recherche* n°271, p. 1272, dezembro de 1994].

1.b Em termos científicos, isso se chama determinar a constante de Hubble – constante que indica o ritmo da expansão do Universo – e **isso consiste em efetuar uma cascata de observações de suposições...** autorizando posteriormente disputas de especialistas. **Como proceder?** Primeiro, **observando** estrelas (cepheides) das quais se sabe que o brilho absoluto flutua em um ritmo que justamente depende de tal brilho. Em contrapartida, **isso permite avaliar** a distância da estrela: da mesma maneira que se pode descobrir a distância na qual [...] basta somente [...]. **As deduções** não param aí. **Os astrônomos** se voltam em seguida para galáxias vizinhas de M 96. **Nova dedução: pode-se então avaliar** a distância [...]. Felizmente, as incertezas abundam. Não se conhece bem [...] Não se sabe muito [...] O mistério se intensifica. [*Libération*, 19/09/1995].

Assistimos aqui à inserção de um intertexto monológico, que mostra os pesquisadores se questionando, possibilitando uma *démarche* cognitiva por meio da descrição de suas atividades. Mesmo que as observações ou explicações são às vezes incertas e as hipóteses sobre as origens do universo controversas, a comunidade das ciências do universo, na França, fala por uma mesma voz desde que ela se liberou dos entraves do religioso e se distinguiu da astrologia. Ela se mostra reunida, em um racionalismo exposto, até mesmo reivindicado, quando participa da promoção e da difusão do domínio junto ao público, ela veicula sempre uma representação positiva da ciência e apresenta a busca do conhecimento (com suas incertezas¹¹⁴) como um valor. É assim, em todo caso, que o intertexto a mostra, inclusive na imprensa quotidiana ordinária (ex. 1.b), e é por isso que se pensou um tempo a comunidade das ciências do

114 Isso testemunha a presença de modalidades como *poder* e/ou a utilização do condicional. Ver sobre esse ponto preciso Mourlhon-Dallies, 1999.

universo como uma formação discursiva totalmente à parte, que diz “o que se pode e se deve dizer” nas circunstâncias nas quais ela é solicitada (MOIRAND, 2000a).

No entanto, certos enunciados deixam entrever, às vezes, que existiria uma outra comunidade, que a astronomia e a astrofísica fingem ignorar, mas que se interessa pelos astros, e que poderia constituir uma outra formação discursiva, aquela dos astrólogos, (o que, em contrapartida, justificaria a existência da primeira)¹¹⁵.

1.c • “11 de agosto foi uma ocasião extraordinária, despertando interesse no conjunto de nossos concidadãos **pela parte racional do céu**”, declara o presidente da Associação francesa de astronomia [*Le Monde*, 31/09/1999]

• **Os astrólogos** de todo lado tirarão disso, sem dúvida, pretexto para catástrofes por vir; **os astrônomos** apenas tirarão prazer. [*Le Monde*, 18/04/1999]

Mas o encontro discursivo entre as duas comunidades supõe a constituição de *corpus ad-hoc*: as controvérsias “provocadas”, por exemplo, quando dos programas de televisão que divulgam a ciência e para-ciências são levados a debate¹¹⁶ (DOURY, 1997), ou ainda os discursos da comunidade “sombra”, aquela dos astrólogos, que se posicionam a partir de argumentos emprestados da comunidade científica “reconhecida” (CUSIN-BERCHE, 1999).

Ora, em discursos de difusão das ciências do universo na França, prefere-se insistir sobre a racionalidade da ciência e não há mais que raras e rápidas alusões (irônicas ou condescendentes) a outra comunidade: não se situam nunca os trabalhos da astrofísica em relação aos intertextos dos astrólogos. Os objetivos, pois, das duas comunidades estão tão distanciados (para um, a pesquisa visa a

115 Ver igualmente nos exemplos 1.a os cometas *não assustam mais ou não há nada mais que...*

116 Mas o debate não parece facilmente se estabelecer, isso testemunha o próprio título da obra de Marianne Doury, 1997: *Le débat immobile*.

produzir conhecimentos novos sobre o universo, para outro, trata-se de previsões elaboradas a partir da influência suposta dos astros sobre os humanos) que elas não podem constituir duas formações discursivas que se interessem pelos mesmos objetos, a existência de um pressupondo, então, a presença mostrada ou escondida de outro. Trata-se mais de duas *comunidades languageiras* diferenciadas, uma que destaca o mundo científico com seus rituais languageiros, outra do mundo societário com outros rituais que se atualizam em gêneros discursivos e modos de difusão diferentes¹¹⁷.

Se existe, no mundo científico, formações ideológicas antagônicas, é no interior de suas próprias comunidades translanguageiras, como aquela da astrofísica, que se pode tentar atualizá-las: interrogar-se sobre a origem do universo recoloca, por exemplo, em questão a crença em uma criação divina e revive o velho debate entre a ciência e a religião, fonte e efeito inevitáveis de posições ideológicas no interior mesmo da comunidade científica mundial, em razão mesmo das diferenças culturais que a atravessam¹¹⁸. Mas isso parece pouco, atravessar a comunidade dos astrônomos e dos astrofísicos na França, na medida em que o racionalismo foi constitutivo de sua ruptura epistemológica e, portanto, da constituição do domínio enquanto ciência.

1.3. O intertexto plurilocal dos acontecimentos tecnocientíficos de caráter político

Ao invés de se ligar a um domínio científico bem balizado como aquele das ciências do universo, um segundo tipo de *corpus* reuniu textos produzidos, então, do tratamento de momentos discursivos de caráter científico ou tecnológico, tendo todos uma ligação com

117 Ver, por exemplo, o horóscopo, tal como o define o *Dictionnaire de notre temps*, Hachette, 1992: «1. Document astrologique [...] 2. Prédiction que certains prétendent tirer de ce document». [N.T. "1. Documento astrológico [...] 2. Predição que alguns pretendem tirar desse documento"]

118 Da mesma forma que nas comunidades languageiras das ciências da medicina, acontece em certas culturas duas formações discursivas se afrontarem: a medicina dita "moderna", e "ocidental", que se apoia sobre a química para elaborar seus medicamentos e as medicinas suaves "tradicionais", ambas "reconhecidas" pelo mesmo motivo pelas autoridades sanitárias do país.

a saúde, o ambiente, a alimentação... Desta vez, a hipótese de D. Wolton citada mais acima era confirmada quanto à existência de uma situação de interação complexa na qual interviriam múltiplos “atores”, cada um deles se dividindo em vários subgrupos, porque com a questão do sangue contaminado, depois aquele da vaca louca e as controvérsias sobre os OGM, se acomodava uma certa desconfiança do cidadão em relação à ciência. Mas quem são esses subgrupos? Como eles se inscrevem no discurso da mídia? Especialistas de ciências da comunicação, D. Wolton não se preocupa com isso. Não é a materialidade textual que lhe interessa. Ora, é justamente através dela que gostaríamos de situar a ideologia, porque, como o precisam C. Haroche, P. Henry e M. Pêcheux, depois dos dois pontos que seguem a primeira definição da formação discursiva citada mais acima, *“o ponto essencial aqui é que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como indicamos mais acima, as palavras mudam de sentido segundo as posições tomadas por aqueles que as empregam; pode-se precisar agora: as palavras “mudam de sentido” passando de uma formação discursiva a uma outra”* (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971 [texto fundador retomado em MALDIDIER, 1990, p.148]). Resta perguntar se esses grupos de atores e, portanto, para nós, essas classes de locutores, da qual fala D. Wolton, constituem ou não formações discursivas...

Na tradição dos trabalhos anteriores, analisamos, primeiro, o tratamento na imprensa escrita ordinária desses momentos discursivos particulares que constituem os acontecimentos científicos ou tecnologias de caráter científico (a crise da vaca louca, a questão recorrente dos OGM, o efeito estufa) da forma como aparecia nos textos de “enunciação objetivada”: os textos de informação, os croquis, os glossários, as caixas de texto que apresentam definições ou explicações ou cronologias. Nesse conjunto de textos – que se encontram divididos em uma página, uma página dupla, até mesmo

um caderno especial – duas formas de inscrição de dialogismo intertextual permitem distinguir conjuntos textuais característicos do discurso sobre a ciência na mídia: textos com forte coloração didática, que se caracterizam por uma homogeneidade enunciativa aparente e que se assemelham aos gêneros dos manuais escolares ou paraescolares, vêm completar os textos de informação “científica”, que se caracterizam pela presença de segmentos heterogêneos “mostrados” (destacados por *verba discendi*, aspas) e *situados* (isto é, referenciados) com mais ou menos precisão. Mas, à diferença dos textos de imprensa recolhidos no domínio da astrofísica, é *uma construção plurilocal* do intertexto que se assiste aqui, um intertexto constituído de vozes diversas, trechos emprestados de enunciadores ou classes de enunciadores diferentes, gêneros discursivos diferentes, produzidos em condições de enunciação diferentes:

2.a. Crusada anti-milho transgênico no Drôme

A colheita selvagem [título p. 1]

[...] Fim de julho, **José Bové tinha advertido** os poderes públicos. Seu sindicato prometia destruir as culturas transgênicas em campos abertos, se o próprio ministério da Agricultura não o fizesse antes do meio de agosto: “O princípio de precaução cara ao ministro da Agricultura Jean Glavagny não é aplicado hoje, fazem experimentações ao vento como se não tivesse nenhum risco para o ambiente e os consumidores”, **relembra na semana passada René Louial**, porta-voz da Confederação. Ele se apoiava **sobre o estudo da AFSSA** (Agência Francesa de Segurança Sanitária dos Alimentos) **que estabeleceu que** organismos geneticamente modificados estivessem presentes **“a um teor muito fraco”** (da ordem de 0,1%), mas em **“um número significativo”** de amostras de sementes tradicionais analisadas na França [...]. **Um problema que não nega o ministro da Agricultura. Em uma entrevista publicada ontem pelo *Journal du Dimanche*, ele se diz pronto a “dialogar com todos os oponentes dos OGM” e a “tomar medidas suplementares”, que concernem notadamente às experimentações de plantio de OGM em campos abertos [...].**

Aberto ao diálogo, o ministro denuncia, entretanto, as “ações *commandos* [...] passíveis de perseguições judiciais [...] que podem levar à prisão”. **Roger-Gérard Schwartzberg**, seu colega encarregado da Pesquisa, **abominou essas destruições** que não contribuem para “sair da incerteza” científica. [...] **“Delinqüência”**. A ilegalidade das destruições é colocada com antecedência pelos semeadores. **Em um comunicado, ontem, Monsanto fala de atos de “deliquência pública”**. **Suas organizações profissionais (CFS, GNIS, UIPP) denunciam atos “fora da lei”,** cometidos por “ativistas” que podem provocar **uma fuga da “pesquisa francesa no estrangeiro”**. [...] [Libération, 27 de agosto, 2001, p. 2].

2.b. Os produtores de OGM defendem seu direito à pesquisa [título]

“TERRORISTAS”, “obscurantismo”, “démarche totalitária”. **As palavras não eram suficientemente duras, sob a pluma do diretor geral do grupo Limagrain,** para comandar as destruições de três parcelas de milho transgênico, a semana passada, no sul do Drôme (*Le Monde* de 16 de agosto). [...]

Os produtores de plantas OGM, os americanos Monsanto, DuPont ou Dow, o suíço Syngenta e os franceses Aventis ou Limagrain, pensavam ter encontrado um *modus vivendi*, na França, depois que o governo tinha decidido tornar pública a lista de experimentações em campos abertos, com a preocupação comum de mais “transparência”. Eles tinham também notado, com alívio, o fraco eco encontrado pela jornada mundial anti-OGM de 17 de abril. Mais ainda, eles tinham ouvido, com prazer, **a ONU incitar, em 8 de julho, os países ricos a esquecer seus temores dos OGM** para ajudar os países em desenvolvimento a explorar o potencial das biotecnologias, **em seu relatório 2001 sobre o desenvolvimento humano**. Enfim, **os recentes projetos da Comissão europeia sobre a etiquetagem e a traçabilidade dos OGM** os asseguraram, em parte, sobre o futuro comercial de seus produtos.

A destruição, na noite de 10 a 11 de agosto, das experimentações de Meristem Therapeutics, um start-up de Clermond-Ferrand [...] provocou um eletrochoque. [...] **“Uma vez que não existe**

um núcleo 'certo', o álibi terapêutico não justifica mais a perseguição de um tal processo como as 'necrotecnologias agroprodutivistas'", tinha explicado a organização que reivindicou a operação. "Ao atacar conscientemente os OGM destinados a lutar contra as doenças, os oponentes mostram até onde eles podem ir: não há mais limites!", estima François Thiboust, diretor das relações exteriores do grupo Aventis CropScience France, e porta-voz dos profissionais da semente e da proteção das plantas [...] [Le Monde, 25 de agosto de 2001, artigo central, p. 12].

Esses diferentes grupos de atores/locutores, assim mencionados no fio das sequências reportadas e das ilhas textuais citadas (José Bové e a confederação paisana, a agência francesa de segurança dos alimentos, os ministérios da agricultura e da pesquisa, as organizações profissionais de sementeiros no exemplo 2.a, os produtores de OGM, o governo, a ONU, a Comissão europeia, os oponentes dos OGM, o porta-voz dos profissionais da semente no exemplo 2.b, foram assimilando o tempo a "formações discursivas", correndo o risco denunciado por Maldidier das derivas taxionômicas ou tipológicas (MOIRAND, 2000a).

Prefere-se hoje falar de *mundos sociais* diferentes (o mundo político, o mundo associativo, o mundo industrial e comercial, o mundo agrícola, o mundo científico, o mundo tecnológico, o mundo midiático), que seriam eles próprios constituídos por comunidades languageiras diversificadas¹¹⁹, constituindo *instituições que regulam*

119 A noção recorta em parte aquela de comunidade discursiva, tal qual foi apresentada no *Dictionnaire d'analyse du discours* (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) por Dominique Maingueneau, que a tinha proposto desde 1984: "a noção de comunidade discursiva permite sobretudo caracterizar os locutores que destacam posicionamentos (um jornal, um partido político, uma escola científica...) que são correntes em um mesmo campo discursivo [...]. Pode-se ampliar essa noção a toda comunidade de comunicação restrita organizada em torno da produção de discursos, qualquer que seja a natureza: jornalística, científica etc. Seus membros compartilham um certo número de modo de vida, de normas etc.: nesse caso, as divergências entre posicionamentos são colocadas em segundo plano". Mas são justamente os posicionamentos desse "segundo plano" que afloram nos discursos tidos como traços de **posicionamentos ideológicos** que nos permitem entrelaçar *comunidade languageira e formação interdiscursiva* (ver em 2. acima); e a preferência por "languageiro" à "discursivo" é porque esses traços não colocam em relevo somente o código verbal, mas o plurisemiótico (o que não desenvolveremos aqui, mas que os desenhos de imprensa deixam, no entanto, entrever da mesma maneira que os debates na televisão, por exemplo).

as práticas languageiras, às quais se submetem os membros do grupo, que se atualizam em gêneros discursivos próprios à comunidade, cujas normas são implícitas ou explícitas: o governo, a comunidade europeia, a ONU, a Assembleia nacional, os partidos... para o mundo político; o CNRS, as universidades, o INRA, o OMS... para o mundo científico; as multinacionais da agroalimentação, as organizações profissionais, os agricultores, a grande distribuição... para o mundo industrial e comercial. Sem dúvida, porque a ciência não traz mais respostas, nem mesmo interrogações satisfatórias, não se pode mais, com efeito, falar aqui de discursos científicos fontes, pois eles são diluídos, filtrados pelas diferentes comunidades e os diferentes mundos sociais que se amparam neles, e os trechos de dizeres mencionados ou citados são originários de gêneros discursivos que pertencem às práticas languageiras ritualizadas das diferentes comunidades convocadas por esse intertexto em várias vozes, característica dos textos de informação midiática. Pode-se, assim, veicular no fio de uma mesma página de jornal, inclusive um mesmo artigo, os mundos e as diferentes comunidades convocadas, assim como os diferentes gêneros discursivos evocados (MOIRAND, 2000a, p. 55).

Se há preferência em se falar de *mundos sociais* e das *comunidades languageiras* que as compõem, é porque a circulação interdiscursiva que parece se estabelecer entre as palavras utilizadas por esses diferentes grupos se caracteriza por *uma grande instabilidade semântica*, e não pela repetição, ou mesmo o uso da paráfrase, em uma estabilidade que seria inerente a uma mesma formação discursiva: os locutores não sabem mais muito bem de onde vêm seus saberes e o que transportam as palavras, as formulações e as construções sintáticas em suas memórias, como se mostrou alhures a respeito do que se chamou de noções emergentes originárias desses acontecimentos e que, desde então, viajam através de outros acontecimentos.

Os trabalhos empreendidos sobre os trajetos discursivos de *princípio de precaução, traçabilidade, transparência...* atualizaram

essa circularidade constitutiva do mundo midiático, que acaba por invadir os diferentes mundos sociais convocados por esses acontecimentos. Formulações, como o princípio de precaução¹²⁰, nascidos da origem de um grupo, com um estatuto preciso, em uma época precisa, se difundem na ocasião desses momentos discursivos e, em particular, desde a dita crise da vaca louca, em relação a outros mundos: o mundo político que, desde então, usa e abusa, por exemplo, do famoso “princípio”, a respeito das inundações prováveis ou dos incêndios inevitáveis no meio do verão ou riscos eventuais de atentados; ou o mundo industrial e comercial, utilizando “a traçabilidade” e “a precaução” como tantos argumentos de venda em seus escritos promocionais. Essas formulações retornam, portanto, com uma “memória” diferente e outras colorações na mídia, remetendo-as a circuitos revestidos dos sentidos recentemente adquiridos, mas amputados pelos sentidos que se perderam pelo caminho, a serviço da visada pragmática ou argumentativa dos gêneros em “enunciação subjetivizada”, que parecem ter “esquecido” seus sentidos de origem (MOIRAND, 2002).

Os estudos empreendidos sobre as hesitações (desejadas ou não), que concernem ao terceiro elemento da sigla OGM (“modificado” ou “manipulado?”), mostraram que “manipulado” era mesmo um termo de origem da comunidade científica (a respeito disso fala-se desde sempre de manipulações) e, portanto, o sentido primeiro dos dicionários de uso, enquanto “modificado”, tinha sido retido por Bruxelas, os mundos políticos, industriais ou comerciais, que preferem utilizar “modificado”, parecem (ou fingem) atribuir o primeiro aos ecologistas e aos adversários dos OGM, que não são inocentes e empregam os dois indiferentemente. Com isso, segundo as

120 Nascido na Alemanha, nos anos 70, era então uma ferramenta jurídica para “assegurar a compensação de ataques à vida humana devidas ao efeito dos produtos químicos, cuja nocividade para a saúde humana foi conhecida apenas depois de dois ou três décadas. A compreensão do risco foi reportada em tempo a um ponto tal que os modos clássicos de imputação de responsabilidade (por culpa ou sem culpa) não eram mais aplicáveis. Esse princípio foi progressivamente ampliado em direito nacional e internacional aos efeitos a longo prazo dos produtos químicos, dos dejetos industriais e dos produtos sanitários.” (R. Lascounes na revista *Esprit*, p. 132, nov. 1997).

circunstâncias, vê-se o mesmo locutor ou locutores que pertencem a uma comunidade “hesitar” entre as duas caracterizações, porque o termo científico parece colorido negativamente (sentido 2 dos dicionários de uso); mas, consequência imprevista dessas hesitações: “modificado”, quando caracteriza um OGM, acabou por tomar a mesma coloração negativa que “manipulado”... Enfim, quando um locutor, qualquer que seja, fala de “colza contaminada por OGM”, ou até mesmo de “colza ‘poluída’ pelos OGM”, pode-se ver, atrás do termo “contaminado”, desfilarem a questão do sangue “contaminado”, e a construção “X” à “Y” inscrever em sua memória a história da “carne de vaca com hormônios” ou aquela mais recente da “galinha com dioxina” (MOIRAND, 2001c, 2002, 2003b).

Quanto às caracterizações que denunciam certas ações ou certos grupos na origem dessas ações, como se pode entrevê-lo nos exemplos 2a e 2b (ações comandadas, delinquência pública, atos fora da lei, ativistas, terroristas, obscurantismo, démarche totalitária...), se elas são bem marcadas por uma memória, assegura-se que os locutores que os empregam não são forçosamente conscientes do que essas palavras carregam de sua história, e que, como mostraremos abaixo em 2, eles parecem atravessar mundos e comunidades cujas posições não são *a priori* idênticas (poderes políticos, científicos, profissionais do agroalimentar...).

Assim, as palavras mudam de sentido, não segundo as únicas posições ocupadas pelos enunciadores, mas à vontade de suas viagens discursivas através das diferentes comunidades e dos diferentes mundos convocados pela mídia, e no interior de um mesmo mundo ou de uma mesma comunidade; igualmente, e isso de maneira mais evidente ainda, quando se amplia a análise de outros gêneros discursivos encontrados sobre o espaço da página, os gêneros em “enunciação subjetivizada”, que tínhamos abandonado, porque pareciam mais distanciados do discurso sobre a ciência, mas que participam fortemente dos debates sobre esse tipo de acontecimentos científicos de caráter político, representando, em seguida, um papel fundamental na circulação interdiscursiva de

certas palavras e formulações. Os editoriais, as crônicas, os desenhos dos jornais, os comentários parecem, com efeito, menos fraturados pelas palavras dos outros; eles funcionam, entretanto, em lances de ilusões a discursos anteriores e inscrevem, então, no fio horizontal do texto, os *discursos transversais* que reenviam a domínios de memória diferentes; é, portanto, a análise desses gêneros midiáticos particulares que me faz reencontrar a noção de *formação discursiva* em suas relações com a *memória interdiscursiva*...

2. Do interdiscurso às noções de memória e de formação interdiscursivas

Os gêneros da imprensa em enunciação subjetivizada, que utilizam a alusão mais do que a citação, funcionam sempre “em eco” de outros gêneros divididos sobre o espaço da página, no interior do número e ao fio dos números de um mesmo título, ou de outro tipo de mídia. De onde a hipótese emitida, a propósito desse tipo de acontecimento, da construção de domínios de memória específicos da mídia, que se constroem de um acontecimento a outro em uma mesma família de acontecimentos, depois entre famílias de acontecimentos: uma memória que se inscreve nas palavras, nas formulações, nas construções sintáticas, nos pré-construídos e outros lugares de ancoragem do interdiscurso na materialidade textual. Essa memória daria um sentido social (a tomada de consciência social do risco) a uma família de acontecimentos que, para pesquisadores, não tem nada de comum (a contaminação do sangue pelo vírus da AIDS não pode ser assimilada à transmissão do príon ao homem pela contaminação ou à transformação genética das plantas) e a famílias de acontecimentos diferentes (os riscos alimentares, os atentados políticos com ressonância internacional, as catástrofes ditas naturais...).

Mas, ao me interrogar sobre a inscrição do *tempo curto das discursividades* nas materialidades textuais que tratam desse tipo de acontecimentos, eu reencontrei a *inscrição do tempo longo das discursividades*, em suas relações com os posicionamentos ideológicos inerentes ao que penso serem as formações interdiscursivas que, para mim, atravessam os mundos sociais e as comunidades languageiras que as compõem. Foi, assim, que, depois de ter emprestado de Courtine a sua noção de memória discursiva, da maneira como ele a tinha introduzido no discurso político,

- “Introduzimos, assim, a noção de *memória discursiva* na problemática da análise do discurso político. Essa noção nos parece subjacente à análise das FD [Formações Discursivas], efetuadas na *Arqueologia do saber*: toda formulação possui em seu ‘domínio associado’ outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, nega... isto é, em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos, mas toda formulação entretém igualmente com as formulações com as quais coexiste (seu ‘campo de concomitância’, diria FOUCAULT) ou que lhe sucedem (seu ‘campo de antecipação’) relação na qual a análise inscreve necessariamente a questão da *duração* e aquela da *pluralidade dos tempos históricos* no coração dos problemas que coloca a utilização do conceito de FD.

Isso reúne certas preocupações das pesquisas históricas contemporâneas a propósito da multiplicidade dos tempos: assim, o ‘acontecimento discursivo’ que tomamos como exemplo se inscreve em um *tempo curto*, ‘à medida que indivíduos, da vida quotidiana, de nossas ilusões, de nossas tomadas rápidas de consciência – o tempo por excelência do cronista, do jornalista’ (BRAUDEL, 1969, p.46). Para o historiador, entretanto, um tal acontecimento ‘testemunha, às vezes, sobre movimentos muito profundos [...], ele anexa um tempo muito superior a sua própria duração. Extensível ao infinito, ele se liga, livremente ou não, a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, para separar, então, uns dos outros.” (COURTINE, 1981, p. 52)

Eu a retrabalhei, a partir das diferentes sub-categorias do dialogismo que eu tinha proposto (nota 2), a respeito dos dados recolhidos em torno do discurso sobre a ciência e as tecnociências na mídia. E se o estudo do tempo curto das discursividades me levou a preferir a noção de formação discursiva àquelas de *mundos sociais* e de *comunidades languageiras*, eu mostrarei aqui como o estudo da construção simultânea de domínios de memória a curto e a longo prazo me leva a retomar a noção de formação discursiva em perspectivas diferentes.

2.1. A construção de domínios de memória a curto prazo

No tempo recente das discursividades de uma mesma família de acontecimentos, as palavras são portadoras de memória: elas são, como o disse Bakhtin, “habitadas” pelos sentidos e pelos contextos que elas já encontraram. Assim, o caso do colza contaminado pelos OGM surgiu em maio de 2000 nos jornais diários franceses, na edição de uma hora, do jornal *Le Monde*, no qual o título principal *A Europa na armadilha do colza transgênico* sobrepõe um desenho de Plantu, que parece mostrar dois norte-americanos semeando: um, o vírus da informática *I love you*, o outro, OGM em pequenas cidades europeias, inscrevendo, assim, na história das manipulações genéticas os antagonismos econômicos tradicionais entre os Estados Unidos e a Europa¹²¹:

- 3 • A Europa na armadilha do colza transgênico
- Os ecologistas exigem **a destruição das plantações “contaminadas”**

121 Outro domínio de memória construído no fio do tempo e reativado pela questão dos OGM, compreende, portanto, os balões dos desenhos da imprensa: inserido em uma página dupla do *Le Monde* que anuncia, na edição de uma hora, *Alimentos transgênicos: A Europa hesita / Os Estados Unidos, primeiros produtores se opõem a todo “princípio de precaução”*, um desenho de Pancho representa um norte-americano que, sobre as questões dos europeus *E se os OGM provocassem doenças?*, lhe responde cinicamente *Isso poderia apenas desenvolver os mercados farmacêutico e hospitalar*, apontado sua régua em direção ao quadro no qual está escrito: OGM = \$ (*Le Monde*, 24 de junho de 1999).

SEMENTES de colza geneticamente modificadas foram utilizadas em vários países europeus sem o conhecimento dos agricultores [...] Sexta-feira, 19 de maio, associações ecológicas européias exigiram de seus respectivos governos que eles destruíssem os 15.000 hectares, dos quais 600 na França, de **plantações "contaminadas"** [...]

Esse debate se desenvolveu desde que, quarta-feira, dia 17 de maio, os governos suecos e britânicos **revelaram a contaminação**. [*Le Monde*, 21/05/2000, p. 1: título + texto de informação + desenho de Plantu]

- Em 3 de abril, a sociedade Advanta Seeds descobre que sementes de colza que ela exportou para quatro países europeus estão contaminadas pelos OGM. [...] Desde quando as autoridades francesas conhecem a existência **dessa contaminação acidental?** [...] Sexta-feira, dia 19 [artigo de comentário, p. 2, Benoît Hopquin]

- O episódio do colza "poluído" dos OGM não é, como afirma o ministro francês da agricultura, Jean Glavany, uma *"tempestade em um copo d'água"* [...] [artigo de comentário, p. 2, Hervé Kempf]

Seguir o termo "contaminado" em alguns desses trechos do mesmo número do *Le Monde* permite notar a caracterização, primeiro aspeada (no artigo de informação principal, que começa na página um e se estende à página 2), parece atribuído, primeiro, aos ecologistas (comunidade linguageira do mundo político). Mas a palavra "contaminada" perde suas aspas no momento em que se nominaliza em "contaminação", ao aparecer na página 2 em textos de comentário¹²².

Ora, "contaminado", para um leitor francês, faz ressoar o caso do sangue contaminado, de um lado, e entra em equivalência, de outro lado, com "poluído", palavra semanticamente marcada que reenvia a outros domínios de memória, perdendo ela também suas aspas no fio dos artigos consagrados na imprensa a esse mesmo caso. Enfim, a lembrança explicita casos recentes do mesmo tipo (a vaca louca, os

122 Encontraremos em Moirand 2003b e 2003d uma descrição mais precisa das formas repertoriadas.

frangos com dioxina) se manifesta igualmente através da construção na qual se inscreve, em particular, nos textos de comentário: “o colza ‘poluído’ dos OGM” entra em uma sequência paradigmática particularmente produtiva a respeito dos riscos alimentares, aquele da vaca com hormônios, dos ovos com salmonela e dos frangos com dioxina:

4. • O GOVERNO francês resolveu: [...] decidiu, em 25 de maio, como a Suécia, fazer proceder à **destruição dos campos de colza “poluído” dos OGM** [Le Monde, 27/05/2000, p. 39]
- Matignon decide arrancar os 600 hectares poluídos [Libération, 26/05/2000, p. 2]
 - “UMA TEMPESTADE em um copo d’água?” Não, senhor Glavany, é só a ponta do iceberg OGM! **O caso do colza “poluído” dos organismos geneticamente modificados (OGM)** constitui uma grande virada da **saga das plantas transgênicas** [...] A crença dos cidadãos se estendeu, essencialmente, desde 1997, sobre os eventuais riscos de plantas transgênicas para a saúde. Por associação com a “vaca louca” e os frangos com dioxina, espalhou-se a idéia de que os OGM poderiam, eles também, ser perigosos para aqueles que deles se alimentassem. [Le Monde, 28/05/2000].

Entreve-se aqui como parece se construir uma memória interdiscursiva midiática, que colocam em relação fatos recentes ligados à alimentação, ao ambiente, à saúde por meio de palavras como *contaminação, poluição*, cujo semantismo acaba por colorir a sigla OGM e, conseqüentemente, tudo o que é *modificado, transformado, manipulado...*

Mas se pode entrever, para além dessa família de acontecimentos, a inscrição de um outro domínio de memória, que é aquele das relações antagonistas entre a Europa e os Estados Unidos, domínio que reenvia as posições ideológicas que se afrontam sobre o fundo de mundialização a respeito da ecologia e da economia, atravessando, como veremos mais adiante, as próprias comunidades científicas, em

nome de uma oposição, tão velha quanto o mundo, entre a ciência e a natureza. A inscrição de domínios de memória se manifesta, portanto, em dizeres antagonistas “simulados” ou “evocados”, características dos gêneros de comentários (ver o desenho de Pancho reportado acima, nota 12), dizeres contraditórios que não reproduzem verdadeiramente as falas pronunciadas por diferentes comunidades languageiras evocadas, mas que, entretanto, poderiam ter sido “ditas” e são, portanto, dessa maneira apresentadas:

5. OGM ou Pandora ACABA-SE de abrir uma inquietante caixa de Pandora em matéria de ecologia? [...]

A comunidade científica, no estado atual dos conhecimentos, está, na verdade, dividida. Não se pode saber exatamente quais serão as conseqüências dessas novas culturas: elas vão, **como dizem José Bové e os ecologistas**, criar danos irreversíveis em nosso quadro natural **ou** contribuir para colocar fim à utilização dos pesticidas e a ajudar o terceiro-mundo a sair de suas crises de fome? **O Parlamento europeu parece estar alinhado um pouco facilmente demais sobre a posição americana.** Depois de ter tão ardentemente defendido “o princípio de precaução” em matéria alimentar, ele foi subitamente esquecido e tomou-se uma decisão que evita aos produtores e aos industriais prestar a menor atenção ao caso. [...]

Na realidade, o que legitima a inquietude da opinião, mesmo para eles que não compartilham inteiramente as visões simpáticas de José Bové, é que **aquele caso lembra infelizmente outros** de memória sinistra: a dissimulação dos riscos de irradiação **depois da catástrofe de Tchernobyl, o caso do sangue contaminado e aquele da vaca louca.** Em todos os casos, a opacidade foi a regra [...] Isso porque **a decisão da União européia** deixa um mal-estar. **Porque renunciar sem precaução na posição de vigilância que ela tinha mantido até então e que a distinguia daquela dos Estados Unidos?** A Europa embarcou com uma grande leveza científica em uma aventura que pode lhe custar muito caro; [O Figaro, 16/04/2000, editorial, Jean-Marie Rouart]

Aqui, posições antagonistas são explicitamente reportadas no *fio horizontal* do discurso (a sequência *como dizem José Bové e os ecologistas*, por exemplo, parece inscrever o ponto de vista dos defensores da natureza ao opô-la a uma outra posição, inserida depois de outro elemento de coordenação *ou*), posições que reenviam ao *fio vertical* do discurso, a discursos transversos, que não são sempre explicitamente referenciados: *a comunidade científica*, que estaria *dividida*? *a posição de vigilância* a qual a Europa parece ter renunciado em proveito *daquela dos Estados Unidos*? e no fio desse editorial, *aquela dos industriais da agroalimentação*? *a posição americana*? *aqueles que defendem os efeitos benéficos dos OGM*?

De fato, o que é dito, sem estar situado, nem nominalmente atribuído nem fielmente reproduzido, reenvia a um *interdiscurso*, argumentação difusa, por exemplo, desde junho de 1998, pelas multinacionais da agroalimentação nas publicidades diárias da imprensa ordinária no momento da Conferência dos cidadãos sobre a questão dos OGM, argumentação que se apoia sobre a posição de uma parte da comunidade científica: “os OGM podem ajudar o terceiro-mundo a sair da fome e das dificuldades climáticas”. Ora, essas posições antagonistas atravessam as diferentes comunidades convocadas pela mídia, como tinha se podido entrever no fio dos diferentes *corpora* analisados. Este interdiscurso que se apoia, como se mostrou antes, sobre construções sintáticas diversas – incisos, nominalizações, interrogações, tematizações, coordenações... (BRES, 1998, 1999; SITRI, 1998; MOIRAND 2002, 2003b, 2003d), finalmente nos reenvia ao tempo longo das discursividades e a posicionamentos ideológicos ancorados por nós no que se chama a *memória das palavras*, *ilustrando* exemplarmente aqui em um outro domínio e sobre outros suportes o que a análise do discurso francês tinha conseguido fazer emergir em sua abordagem do discurso político, e que André Lecomte tinha, assim, resumido em sua abordagem do discurso explicativo:

[...] pesquisas contemporâneas (Foucault, de Certeau) deram destaque ao heterogêneo, sobre a existência, às vezes, contraditória do objeto discursivo (Courtine), sobre os fenômenos de incisão, de discurso transversal (Pêcheux), de interdiscurso. Novo eixo, de alguma forma, que emerge, no projeto de relevância da perspectiva dos processos discursivos: eixo vertical que vem interferir discursos já tomados, discursos antagonistas ou discursos vizinhos, eixo enfim no qual se autoriza localizar *uma memória*, entendendo-a não como a faculdade psicológica de um sujeito falante, mas o que se encontra e o que permanece fora dos sujeitos, nas palavras que eles empregam [...]. Essa memória que Michel de Certeau (p. 163) nos descreve como uma "arte" e da qual nos diz que "é regulada pelo jogo múltiplo da *alteração*, não somente porque ela se constitui apenas por ser marcada pelos encontros externos e colecionar esses brasões sucessivos e tatuagens do outro, mas também porque essas escrituras invisíveis são apenas 'relembradas' em novas circunstâncias", o que nos parece querer dizer *que ela é aquele tipo de jogo sutil que consiste em enriquecer objetos que o discurso carrega, ao acaso de seus encontros com outros e em utilizar o máximo possível, seguindo as circunstâncias, as colorações que o objeto terá assim adquirido.* [Lecomte, 1981, p. 71-72]

2.2. A construção de domínios de memória a longo prazo

Revisitamos, então, o conjunto dos *corpora* recolhidos sobre a questão dos OGM desde o número de *Libération* de novembro de 1966, e seu título, na edição da uma hora, *Alerta ao soja louco*, que nos tinha colocado sobre a via dessas relações interdiscursivas entre acontecimentos (o caso da vaca louca tinha surgido, relembramos, no início do mês de março do mesmo ano). Mas, procuramos desta vez abarcar, ao lado dos domínios de memória a curto e a médio prazo, os domínios de memória a longo prazo, que surgem das palavras produzidas por diferentes classes de locutores, que nos parecem reenviar a posições ideológicas marcadas, independentemente das comunidades languageiras e dos modos aos quais eles pertencem:

6.a. – A chegada no mercado europeu do primeiro alimento geneticamente modificado mostra que a lição da crise da vaca louca – **não se brinca impunemente com a natureza** – não foi ainda aprendida pela União europeia. Dúvidas sérias, pois, persistem sobre a inocuidade a respeito do homem e do ambiente desses alimentos. **Mas o “mercado” faz pressão e, como ontem a respeito da vaca louca,** ele encoraja a União a se abrir largamente a essas novas tecnologias, fontes potenciais de lucro [...] [*Libération* 01/11/96, p. 3, Jean Quatremer, correspondente em Bruxelas]

6.b. Depois da vaca louca e do chumbo na água, sem falar, em um outro domínio, **do sangue contaminado,** torna-se difícil, para os governantes, autorizar, sem **um incrível luxo de precauções,** a entrada em circulação de **alimentos manipulados.** [...] No entanto, a intervenção humana sobre as culturas – e, portanto, sobre os alimentos – é velha como... a humanidade. [...] **O que se chama hoje manipulação – termo armado que desqualifica as novas técnicas antes de qualquer debate – em tempos mais otimistas se chamava simplesmente progresso.** Os cientistas e os engenheiros agrícolas contradiziam a natureza? **É a coisa mais... natural do mundo.** Por isso, é preciso aceitar de bom grado a decisão de autorizar a cultura do milho transgênico: ela abre uma era nova na disciplina das técnicas agrícolas, o que não favorece somente as multinacionais da agroalimentação, mas também os consumidores de todos os países. Sob a condição, é claro, de respeitar esse famoso “princípio de precaução” [*Libération*, 28/11/97, editorial, Laurent Joffrin]

Assim, dois jornalistas de *Libération* (mundo midiático, mesma comunidade languageira) parecem desenvolver com alguns meses de intervalo posições contraditórias sobre as relações entre a ciência e a natureza: *não se brinca impunemente com a natureza*, o primeiro desliza por meio de uma incisão, o segundo sustenta, em resposta à pergunta que se coloca *Os cientistas e os engenheiros agrícolas contradizem a natureza?*, que *É a coisa mais... natural do mundo*; isso a partir de uma reflexão que inscreve de maneira mais ou menos alusiva os mesmos domínios de memória a curto prazo: *a lição da*

vaca louca [...] não foi aprendida pela União europeia (ex. 6a); depois da vaca loca e do chumbo na água sem falar, em um outro domínio, do sangue contaminado... (ex 6b).

Mas o mundo comercial está, também, dividido, refletindo ao mesmo tempo as hesitações do mundo político, os receios do público e os antagonismos entre os Estados Unidos e a Europa, entre os multinacionais e os outros atores do mundo industrial e comercial; enquanto as multinacionais são levadas a desenvolver a argumentação da necessidade dos OGM para vir em ajuda dos países pobres, reunindo, assim, a posição de um certo número de cientistas (os quais, não esqueçamos, são peritos junto a essas multinacionais ou do mundo político), certos profissionais, certos estabelecimentos de grande distribuição tomam a defesa dos consumidores, em nome de um pacto que teria acontecido entre cientistas e industriais (ex. 7a), do qual a mídia se apodera a sua maneira. (ex 7b):

7.a. A ciência deu os OGM à agroalimentação. Mas os consumidores devem dar seu corpo à ciência?

A revolução genética diz respeito de agora em diante à nossa alimentação. Conscientes de suas responsabilidades, os poderes públicos regulamentaram a etiquetagem dos produtos vindos de OGM (organismos geneticamente modificados) [...] **Para os centros Leclerc, essa iniciativa é insuficiente.** [...] Tudo se passa assim [...] atizados pela enorme riqueza de um mercado anunciado de 25 milhares de dólares, **pesquisadores e industriais tentavam agilizar poderes públicos** condenados a deixar o mercado a **representar o papel de um laboratório experimental.** **Essa precipitação alimenta a serenidade do debate: ela faz a cama dos aiatolás sempre também prontos a denunciar o progresso e a atizar os medos alimentares.** Para os centros E. Leclerc, a questão é antes de tudo científica: **sim ou não pode garantir a inocuidade dos OGM, seu impacto positivo sobre o ambiente, seu interesse pelos consumidores?** Uma vez que se tenha respondido positivamente a essa questão, somente então se poderá regulamentar [...] **Na falta,** a criação de uma dupla fileira que necessita dos investimentos de separação e de

controle, **acarretará apenas aos consumidores pagar mais caro** pelos produtos naturais e convencionais! O cúmulo! [Página publicitária de E. Leclerc, *Le Monde* 01/06/1999]

7. b. OGM, a guerra planetária [título da edição da uma hora]

O mercado das culturas transgênicas, novo eldorado das multinacionais, suscita cada vez mais oposições [subtítulo da edição da uma hora]

O melhor dos mundos será transgênico. Apesar de um debate agitado em torno das plantas geneticamente modificadas, **esses famosos OGM ou “Frankenstein Food”**, as maiores multinacionais da agroalimentação conservam todas suas esperanças no fundo das provetas. Elas são um golpe (dez) para quem a revolução do terceiro milênio já está [...]. Todos americanos ou europeus. [p. 2]

A Europa, adubo da resistência [título, p. 5]

Os Estados Unidos e as empresas produtoras de plantas transgênicas precisam se preocupar. A cada dia, a oposição aos OGM cresce. [...]

O caso francês. Um diálogo urgente, pois, na França principalmente, a derrocada continua. **A cada dia, novos industriais e distribuidores clamam a decisão** de não mais propor produtos contendo OGM. A Federação dos produtores de legumes (FNLP) **acaba de escrever** ao ministro da Agricultura, Jean Glavagny para que ele pese “o peso de uma moratória sobre a utilização de OGM”. [...]. **Quinta, os Centro Leclerc anunciaram** comercializar de agora em diante **dezoito produtos garantidos sem OGM**, sob o rótulo “*marque repère*”. A insígnia se explica por querer “corresponder ao medo dos consumidores.” [p. 5] [*Libération*, 21/09/1999]

Assim, as controvérsias entre comunidades languageiras se constroem sobre *uma orientação argumentativa* que se inscreve em posicionamentos enunciativos, atos de fala reportados (reais ou simulados), na memória de certas palavras e formulações empregadas como, por exemplo, *aiatolás, guerra planetária, o melhor dos mundos, resistência, Frankenstein* assim como *mentiroso,*

atiçados pela grande riqueza de um mercado anunciado, novo eldorado das multinacionais... E deixam pouco a pouco o debate (que parece menor) sobre os produtos com ou sem OGM aos políticos dos países desenvolvidos e às associações de consumidores, é sobre a argumentação (mais nobre?) do progresso da ciência e do que ele traz aos países pobres que parecem, então, encontrar os cientistas, os pesquisadores e os industriais da agroalimentação (e certos ministros), como se pode entrever nos exemplos 5 e abaixo nos títulos dos exemplos 8 e 9:

8. • Os produtores de OGM defenderam o direito à pesquisa
[título, *Le Monde*, 25/08/2001]

• **Os cientistas saem de seu silêncio para reclamar o direito de continuar serenamente suas pesquisas** [título, *Le Parisien*, 08/09/2001]

• **A luta contra os OGM testemunha a anticiência?** A mudança climática é imaginária? O mundo está cada vez melhor? Três jornais polêmicos atacam e estimulam a vulgata ecologista [*Le Monde*, intertítulo, 28/09/2001]

• **O OGM ou a fome?** [título]

É preciso passar pelos organismos geneticamente modificados para lutar contra a fome? [subtítulo]

Argumento dos “biotecnólogos”: a população mundial cresce 90 milhões por ano enquanto um quarto do planeta se desertifica [título da página dupla]

“As novas tecnologias são uma chance” [título p. 4 do mesmo caderno]

[*Libération*, 13/10/2001, caderno de 4 páginas consagradas à alimentação]

9. • Roger-Gérard Schwartzenberg, ministro da Pesquisa: “Face aos OGM, beira-se ao irracionalismo” [título]

Ministro da pesquisa, **Roger-Gérard Schwartzenberg não hesitou nesse verão a falar de “obscurantismo” e de “irracionalismo”** para comentar o arrancamento das plantas transgênicas, conduzidas por militantes da Confederação paisana. [...] [nota Ciências, *Libération*, 07/09/2001]

• **OGM: a fala dos pesquisadores** [título da página]

“É um comportamento de anarquistas”, afirma o pesquisador nascido em Lyon (CNRS e Inra) **Christian Dumas** [...]. “Essas ações colocam em perigo os resultados de inúmeros anos de trabalho”, **adverte Alain Topan, coordenador dos pesquisadores de Biogemma, uma das empresas de ponta em biotecnologias** [...] Os cientistas adiantam resultados já realizados. Segundo Alain Topan, “estatísticas americanas mostram que os agricultores que recolhem variedades de OGM utilizam menos pesticidas, portanto, poluem menos o ambiente”.

“Nem idealizar nem diabolizar”, Roger-Gérard Schwartzberg, ministro da pesquisa [título de uma entrevista, *Le Parisien*, 08/09/2001]

Na análise empreendida da construção dos domínios de memória a longo prazo, é finalmente a perenidade de controvérsias que reenviam a posicionamentos ideológicos velhos como o mundo (ciência vs. natureza, ciência vs. religião, ciência vs. humanidade/sociedade, razão vs. irracionalidade, etc.), que se pode atualizar, em torno de dois funcionamentos diferentes da interdiscursividade: trata-se de artigos escritos por profissionais da mídia (os editoriais, por exemplo) ou artigos de comentário (pontos de vista, crônica pontual), confiados a não profissionais da mídia (cientistas, sociólogos, epistemólogos, que fazem parte da comunidade languageira do mundo dos intelectuais e/ou peritos). Isso veio, de um lado, confirmar nossa hipótese inicial, aquela de que as formações ideológicas não se confundem com os grupos constituídos por diferentes mundos sociais ou comunidades languageiras que a compõem. Isso permitiu igualmente se interrogar sobre o papel do “sujeito” em diferentes gêneros discursivos de “enunciação subjetivizada” encontradas na mídia, o que permite às vezes a hipótese desenvolvida de uma assimilação da noção de formação discursiva àquela de gênero, denunciada como uma deriva taxionômica das concepções de Pêcheux por Malidier (1993).

Nos editoriais, gêneros “normatizados” do mundo midiático, os jornalistas que não são especialistas da ciência (raramente são jornalistas científicos que escrevem os editoriais da imprensa comum),

são coagidos pelos limites do gênero (o espaço compartilhado e as relações necessárias com o acontecimento, o fato do dia, isto é, os outros artigos de informação sobre a questão); as questões que são, então, colocadas, destacam um mundo societal e funcionam, por meio da coerção midiológica, sobre o modo único da alusão, inscrita em palavras ou construções, como lembranças conscientes ou não de temas, de estereótipo e de pontos de vista diversos, que retomam os argumentos das diferentes comunidades languageiras convocadas pela atualidade, imbricando, então, domínios de memória a curto prazo (como a lembrança da vaca louca), a médio prazo (como a lembrança dos antagonismos entre os Estados Unidos e a Europa) e a longo prazo (os partidários da ciência e aqueles da natureza) – argumentos que antevimos nos exemplos 5 e 6b, que sublinhamos aqui abaixo:

10.a O joio e o trigo

[...] O papel que poderá assumir o gênio genético nas produções vegetais ou animais provoca vertigem. Seria conveniente, aqui ou lá, manter a razão para colocar em equilíbrio **os frutos do progresso e seus estragos; nessa nova caixa de Pandora**, pode-se encontrar tanto uma cornucópia **(o mais velho sonho da humanidade, alimentação sã, gostosa e barata para todos)** quanto possíveis flagelos **(Frankenstein fugiu disfarçado de vendedor de pipoca)**. Não se pode **separar o joio do trigo transgênico** se continuarmos a economizar um debate público que inventará os necessários parapeitos [...] Ora, o debate agrogenético é muito mais complexo, pois está inteiramente intrincado a uma **briga comercial** na qual cada um, como se deve, luta como pode. **Os dois agricultores mais miliardariamente subvencionados do mundo, o europeu e o americano, se entregam a um braço de ferro**, no qual os argumentos científicos e os princípios morais têm somente uma parte relativa. O grito do bigodudo do Larzac terá tido o mérito de acordar a opinião na hora certa [...][*Libération*, 21/09/1999; editorial de Gérard Dupuy]

10.b Controlar os OGM

A pedido da Confederação paisana, plantas transgênicas cultivadas em campos abertos acabam de ser destruídas. Outras ações idênticas seguirão. [...]

Certos pesquisadores se pronunciam no escândalo e denunciam nessas destruições o retorno do obscurantismo. Em novembro de 2000, mil cientistas italianos, dentre eles o Prêmio Nobel de medicina Rita Levi-Montalcini, **assinaram um apelo à “liberdade de pesquisa científica”** em matéria de OGM. No dia 10 de julho, **o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) definiu as biotecnologias como “a única e a melhor ferramenta” do desenvolvimento das agriculturas das regiões desfavorecidas e considera que **os OGM representam um avanço essencial ao desenvolvimento humano**.**

Essas destruições de plantas transgênicas seriam apenas a expressão de uma desconfiança em relação à ciência, reforçada pela suficiência egoísta dos ricos? Assegurar a alimentação de seis milhões de pessoas é um desafio. Mas em nome dessa causa, indiscutivelmente prioritária, **é imperativo examinar os erros cometidos nas sociedades desenvolvidas a fim de não cometer outros. Para produzir mais rápido**, rentabilizar as criações, oferecer uma carne menos cara a um número de consumidores sempre maior, **cientistas e industriais encontraram soluções: eles alimentaram ruminantes mansos com proteínas animais. E ainda tem continuação**. [...] [*Le Monde*, 23/08/2001]

Nos textos escritos não por profissionais da mídia, mas por cientistas, universitários, historiadores ou sociólogos, epistemólogos... e publicados em páginas ou rubricas especiais (destaques, pontos de vista, debates), que dispõem geralmente de um espaço maior que os editores, os posicionamentos são explicitados e justificados pela história das ciências e da ciência, e as mesmas temáticas são recolocadas, para além dos acontecimentos próprios das mídias, na história a longo termo; aqui, por exemplo, no que se refere à destruição dos OGM (plano de acontecimentos atuais), na história das relações entre ciência e sociedade, ciência e religião, ciência e Estado, e isso desde a Revolução, o que permite, por exemplo,

reencontrar a memória das palavras pelas diversas comunidades para caracterizar as ações e os autores da ação anti-OGM, da maneira como são reportados nos artigos de informação (ver, por exemplo, ex. 2):

11. Os OGM e os novos vândalos

JOSÉ BOVÉ e a Confederação paisana começaram, portanto, a colocar em execução sua ameaça de destruir um por um as experimentações de organismos geneticamente modificados (OGM) na França. **Destruição total, sistemática, cega**, como se pôde ver no saque de uma tentativa que visava encontrar um remédio contra a mucovisidose. **Ao exemplo de Attila**, José Bové decidiu que nenhum OGM crescerá sob seus pés. **Esses atos, anunciados, parecem até o presente momento cometidos com toda impunidade.**

Eles são, no entanto, de uma excepcional gravidade. [...] **Eles tocam o próprio fundamento de nossa República, em relação à ciência que se construiu no momento da Revolução, pacto renovado sob a III República com a afirmação do princípio de laicidade.**

Esses atos de destruição dos OGM são **atos de vandalismo, no sentido em que o Abbé Gregoire pôde inventar a palavra durante o período mais gélido do terrorismo revolucionário.** José Bové e seus partidários da Confederação paisana se engajam, com todo conhecimento de causa, em experiências científicas. Experiências científicas enquadradas, controladas, conduzidas em toda legalidade, autorizadas por um governo que reconheceu que eles não eram perigosos, experiências que são conduzidas em nome do princípio de precaução [...]

José Bové ataca as experimentações de OGM com a mesma vontade que os “vândalos”, que, sob o Terror, destruíam, queimavam, saqueavam, profanavam os “monumentos das artes e das ciências” [...]

[Ponto-de-vista, por François Ewald e Dominique Lecourt¹²³, *Le Monde*, 04/09/2001, p. 1 e 15]

123 “François Ewald é professor no Conservatório nacional de *arts e métiers* [...] Dominique Lecourt, filósofo, é professor na Paris VII-Diderot [...]” [*Le Monde*, 04/09/2001, p.1]

Ora, a própria comunidade intelectual parece dividida sobre esse ponto, se considerarmos, em todo caso, a resposta ao texto precedente de um cientista conhecido, Jacques Testart¹²⁴, em um outro suporte e alguns meses mais tarde:

12. Os OGM, um vandalismo liberal

A decisão tomada, e aplicada por várias associações, de destruir sistematicamente as plantações de organismos geneticamente modificados (OGM) deu um novo rumo ao debate sobre os OGM. Não somente porque os oponentes reivindicam, assim, claramente uma forma certa de violência, mas sobretudo porque as parcelas destruídas são qualificadas de “experimentações” com objetivo científico. **Trataria-se, então, de um crime de lesa-ciência, cometido por “novos vândalos” como denunciam François Ewald e Dominique Lecourt** (*Le Monde*, 4 de setembro). Parece-me que depois de ter por muito tempo se embrenhado no exame sanitário (os OGM são perigosos à saúde?), o debate aborda, enfim, a base: os procedimentos de disseminação dos OGM estão conformes às regras científicas, de um lado, e às regras democráticas, de outro?

Como reconhecer “a ciência” nas experimentações cujo objetivo é saber se o acaso fez bem às coisas, conferindo as qualidades esperadas a vegetais bricolados, isto é, experimentações que se limitam a avaliar qualidades comerciais? [...]

Assim, ao desprezo da opinião pública, os jogos são feitos, **sob a pressão de alguns fortes lobbies defendidos por um punhado de pesquisadores, eles próprios rendidos por um punhado de intelectuais freqüentemente abusados pelos discursos triunfais da tecnociência**. E são esses últimos que amalgamam os atos da Confederação paisana e de Attac com aqueles do Terror revolucionário, por uma confusão que, extraordinariamente, não reclama da democracia, mas da ciência e da “liberdade da pesquisa” [Destaque, *Libération* 07/12/2001, artigo de Jacques Testart]

124 “Jacques Testart é biólogo, diretor de pesquisa no Inserm e presidente da Comissão francesa do desenvolvimento durável” [*Libération*, 07/12/2001, p.6]

É nesses textos de enunciação subjetivizada, nos quais se pode notar o retorno do sujeito como elemento característico da escritura, que se inscrevem explicitamente todas as clivagens ideológicas que se sentia despontar a propósito desses acontecimentos e que, aqui, ressurgem em torno de uma questão central: o destaque, em nome da democracia, da liberdade da ciência... Isso se dá porque, ao se aderir à noção de formação discursiva (a qual gostaríamos de reformular para *formação interdiscursiva*), é nesses posicionamentos antagonistas fundamentais que atravessam as comunidades profissionais, as comunidades languageiras e os mundos sociais que ela atualizaria, para mim, nas relações que estabelece entre *discurso, memória e saber*.

Assim, um acontecimento sem grande gravidade (comparada ao que se passará alguns dias depois: a destruição das torres do World Trade Center em Nova York!); a destruição de plantas transgênicas “em experimentação”, revivem uma velha polêmica (há muito tempo a Igreja censurou a ciência em nome da religião, depois os próprios revolucionários hesitaram sobre o estatuto a lhe dar), polêmica que se tinha “esquecido”, mas que está aí: é preciso ou não controlar a atividade científica? Se sim, em nome de que hoje? Da democracia? Se não, em nome de quê? Da necessária liberdade de pesquisa? E aqui, explicitamente nos textos dos intelectuais ou especialistas, implicitamente em outros, no desvio de uma frase ou construção (“Se não nos deixam fazer pesquisa, onde iremos?”, é a proposta de um ministro citado pelo *Libération*) e até nas palavras empregadas sem saber o que elas carregam em sua memória (tal... “obscurantismo”, por se tratar do enunciado citado por um historiador das ciências, de um membro do governo ou do diretor geral de uma multinacional).

As conclusões às quais cheguei serão, aqui, brevemente evocadas a partir dos dados colhidos pela constituição dos *corpora*, da noção de sujeito da forma como atualiza a diversidade dos gêneros discursivos encontrados e, enfim, das relações que se pode colocar em análise do discurso entre comunidade languageira e formação interdiscursiva de um lado, entre língua, memória, saber, de outro.

A propósito da colheita dos dados submetidos à análise, eu gostaria de assinalar uma nota aparecida em rodapé da apresentação dos trabalhos de Courtine por M. Pêcheux (1981, p. 6), na qual ele lembra que se a análise do discurso na origem “implicava brutalmente uma homogeneidade do *corpus* discursivo, enquanto fundamento do repetível”, a releitura das teses de Foucault efetuada por Courtine “sublinha o fato de que o caráter repetível do enunciado [...] não deve ocultar a heterogeneidade estrutural de toda formação discursiva”. Isso não impede que, desde o recolhimento dos dados, escolhasse muito frequentemente, parece-me, colocar a existência de uma “formação discursiva” *a priori* (o discurso comunista, o discurso colonial, o discurso racista, o discurso feminista, o discurso anti-sionista, até mesmo o discurso dos astrólogos...), o que inscreve forçosamente nas materialidades textuais a formação discursiva antagonista. Assim, como precisa o próprio Pêcheux, a releitura de Foucault por Courtine “mantém uma identidade da formação discursiva sob a forma ‘há uma formação discursiva comunista’. Ora, acrescenta-se pertinentemente, “qual é o estatuto desse ‘há’?”.

Partir da hipótese de que há um discurso científico fonte destacava o mesmo tipo de pressuposto na abordagem que se pôde fazer da linguística aplicada (MOIRAND, 1988) ou da difusão das ciências do universo (BEACCO, 1999). Mas partir de *momentos discursivos* particulares tais como os tratam a mídia (o eclipse do sol do verão de 1999 e, mais ainda, a crise da vaca louca ou a questão dos OGM) para recolher os textos empíricos submetidos à análise coloca uma heterogeneidade multimorfe (enunciativa, textual, semiótica) que exclui a colocação de uma formação discursiva *a priori*. Isso constrange o enfrentamento da diversidade de discursos que circulam no mundo midiático: trata-se, então, “de enfrentar a diversidade do arquivo, de trabalhar sobre os traços da memória e, notadamente, sobre essa ‘memória da história’ que sulca o arquivo não escrito dos discursos subterrâneos”, para retomar a interpretação que faz Denise Maldidier dos últimos textos de Pêcheux (MALDIDIER, 1993, p. 116), memória que se inscreve nas próprias formas da língua, o semantismo

das palavras já ditas, o traço das construções anteriores, do qual o mediador como também os locutores das enunciações reportadas esqueceram o enunciador. É isso que se quis perseguir a partir das diferentes formas de dialogismo que, pacientemente, se deu a ver através da diversidade dos gêneros discursivos encontrados e ao grado dos momentos discursivos sucessivamente analisados.

Mas enfrentar a heterogeneidade enunciativa leva a repensar a noção de “sujeito” em função dos gêneros discursivos encontrados. Se o enunciador parece se apagar dos gêneros em “enunciação objetivizada”, atrás dos saberes que ele transmite e os enunciados citados dos especialistas do domínio, pode-se, entretanto, pensá-lo como “sujeito” responsável da colagem de fragmentos citados do intertexto plurilógico que ele constrói a partir das diferentes vozes que a informam e que elas próprias veiculam dos elementos discursivos já-lá (ver, por exemplo, as designações¹²⁵ citadas que caracterizam os atores das destruições dos OGM... e emprestadas, conscientemente ou não, da história). Ora, nem os enunciadores dos quais citamos as palavras, nem os mediadores responsáveis pela informação têm consciência da diversidade semântica dos fragmentos de memória e do que carregam as palavras ou os enunciados evocados e emprestados de classes de enunciadores diferentes, que pertencem a mundos sociais diversificados¹²⁶.

Assim, a escritura pode parecer “objetivizada”, mas a enunciação nunca o é completamente, porque a memória das palavras, das construções e dos posicionamentos enunciativos escapa parcialmente ao enunciador. Quanto aos gêneros em “enunciação subjetivizada”, se a subjetividade parece aqui manifesta, é menos na escolha das alusões, elas tão “queridas” mas igualmente “submetidas”

125 Isso deveria ser citado nos conceitos de P. Siblot a propósito da alteridade na nomenclatura: ver, por exemplo, Siblot (1998, p. 27-43).

126 Um locutor pertence, assim, a várias comunidades linguageiras, como o atestam certos enunciados encontrados de ministros que pertencem ao movimento ecológico, mas igualmente ao governo da França: sobre a questão dos OGM, isso reenvia a posicionamentos enunciativos diferentes que se manifestam nos empregos concorrentes ou misturados de “modificado” ou “manipulado”.

(AUTHIER-REVUZ, 2000), que na visada pragmática do texto que, contrariamente aos precedentes, não busca somente “informar”, mas igualmente propor uma explicação, um ponto de vista, uma análise. Quando a ordem do texto visa a implicar o outro, as formas do intradiscorso, às quais se ligam os discursos transversos, são traços de memória interdiscursiva que funciona sem o conhecimento dos enunciadores, mesmo se esses pontos de ligação participam voluntariamente da orientação argumentativa da proposta. Nessa circulação interdiscursiva constitutiva do mundo midiático, não é, portanto, a repetição que é importante, mas a modificação dos elementos retomados: os objetos de discurso se transformam, não somente no intradiscorso, mas de um discurso a outro e em função da plurilogalidade das vozes que se entrecruzam, explicitamente ou não, de um gênero a outro de uma mesma página ou de uma mesma emissão, de um documento a outro de uma mesma mídia, de uma mídia a uma outra, de um acontecimento a outro...

Assim, o sujeito enunciator do discurso midiático efetua um ato de utilização da língua, não “individual” como o disse Benveniste, mas “singular”, e um ato global de utilização conjunta da língua, dos saberes e da memória... “Singular”, isso não implica a individualidade, isso implica o pertencimento, para mim, a classes (não classes sociais da época marxista da análise do discurso...), mas classes de enunciadores que podem ser múltiplos ou singulares: *as comunidades languageiras*, as quais se deve seus posicionamentos sociais e as formas ritualizadas dos gêneros nos quais se inscrevem seus dizeres, aos quais se tem consciência de pertencer (pode-se mesmo reivindicá-lo), e classes de enunciadores ideologicamente marcados que seriam essas *formações interdiscursivas*, às quais não se têm forçosamente consciência de pertencer e que, no entanto, influenciam a utilização que se faz dos saberes, da memória e da língua em torno de *posicionamentos ideológicos* antagonistas, que concernem, por exemplo, as relações entre razão e afeto, ciência e religião, ciência e natureza, religião e democracia, ciência e

democracia... (a lista não está fechada), condicionando as posições enunciativas que se adota nos discursos que se produz¹²⁷.

| Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV, Revue de linguistique*, v. 26, p. 91-151, 1982a.

AUTHIER-REVUZ, J. La mise en scène de la communication dans des discours de vulgarisation. *Langue française*, v. 53, p. 34-47, 1982b.

AUTHIER-REVUZ, J. Aux risques de l'allusion. In: MURAT, M. (éd.). *L'allusion dans la littérature*. Sorbonne: Presses universitaires de Paris-Sorbonne, 2000. (coll. Colloques de la). p. 209-235.

BEACCO J.-C. (éd.). *L'astronomie dans les médias. Analyse linguistique de discours de vulgarisation*. Paris: Presses de la Sorbonne nouvelle, 1999.

BRAUDEL, F. *Ecrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.

BRES, J. Entendre des voix: de quelques marqueurs dialogiques en français. *L'autre en discours*, Université de Montpellier 3, p.1 91–211, 1998.

BRES, J. Vous les entendez? Analyse du discours et dialogisme. *Modèles linguistiques*, XX-2, p. 71-86, 1999.

127 Resta se perguntar como a pesquisa de uma metodologia de análise, que implica aqui levar em conta grandes *corpus*, complexos e heterogêneos, e utilizar, conseqüentemente, meios informatizados de tratamento dos dados, pode pensar as relações entre esses diferentes conceitos operatórios (comunidade languageira, memória interdiscursiva, formação interdiscursiva) e a necessidade de colocar em evidência as noções descritivas necessárias à descrição dos funcionamentos discursivos (objeto de discurso, operações enunciativas, subcategorias do dialogismo... e outras ainda).

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU D. (éd.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.

DE CERTEAU, M. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1978.

DE CHEVEIGNE, S. (éd.). *Sciences et médias. Hermès 21*. Paris: CNRS éditions, 1997.

COURTINE, J.-J. (éd.). *Analyse du discours politique. Langages*, v. 62, 1981.

COURTINE, J.-J. *Corps et discours: éléments d'histoire des pratiques langagières et expressives*. Présentation d'une thèse d'Etat sur travaux, Université Paris X–Nanterre, 1989.

CUSIN-BERCHE, F. *L'astrologie en quête de légitimité: les astrologues et leurs discours. L'astronomie dans les médias*. Sorbonne: Presses de la Sorbonne nouvelle, 1997. p. 257-303.

DOURY, M. *Le débat immobile. L'argumentation dans le débat médiatique sur les parasciences*. Paris: Kimé, 1997.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

GRANGER, G.-G. *La science et les sciences*. Paris: PUF, 1993.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D., ROBIN, R. *Discours et archive*. Liège: Mardaga, 1994.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PECHEUX, M. *La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. Langages*, v. 24, p. 93-106, 1971.

JACOBI, D. *La communication scientifique*. Grenoble: Presses universitaires de Grenoble, 1999.

JEANNERET, Y. L'astronomie pour tous. Analyse d'une constellation éditoriale. In: BENSAUDEVINCENT, B.; RASMUSSEN, A. (éd.). *La science populaire dans la presse et l'édition au XIXe siècle*. Paris: CNRS éditions, 1997. p. 69-85.

LECOMTE, A. Comment Einstein raconte comment Newton expliquait la lumière... *Revue européenne des sciences sociales et Cahiers Vilfredo Pareto*, XIX, v. 56, p. 69-93, 1981.

LEVY-LEBLOND, J.-M. *La pierre de touche. La science à l'épreuve*. Paris: Gallimard, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Mardaga, 1984.

MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés*. Paris: Editions des Cendres, 1990.

MALDIDIER, D. L'inquiétude du discours. Un trajet dans l'histoire de l'analyse du discours: le travail de Michel Pêcheux. *Semen*, v. 8, p. 107-119, 1993.

MOIRAND, S. *Une histoire de discours...* Paris: Hachette, 1988.

MOIRAND, S. Les dimensions dialogiques d'une catégorie discursive: l'explication. In: GAMBIER, Y.; SUOMELA-SALMI, E. (éd.). *Jalons 2*. Finlande: Université de Turku, 1999a. p. 71-87.

MOIRAND, S. Éléments de théorisation d'une linguistique du discours. *Modèles linguistiques*, v. XX-2, p. 5-21, 1999b.

MOIRAND, S. Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse écrite. *Cahiers de praxématique*, v. 33, p. 145-184, 2000a.

MOIRAND, S. Variations discursives dans deux situations contrastées de la presse ordinaire. *Les Carnets du CEDISCOR*, v. 6, p. 45-62, 2000b.

MOIRAND, S. Du traitement différent de l'intertexte selon les genres convoqués. *Semen*, v. 13, p. 97-117, 2001a.

MOIRAND, S. Que reste-t-il des «textes de spécialité» dans les discours sur la science dans les médias?. In: MOIRAND, S. *Linguistik als Kulturwissenschaft*. Frankfurt/M: Peter Lang, 2001b. p. 185-198.

MOIRAND, S. Le choc des sens inscrits dans la mémoire des mots, exposé au *Séminaire de Dea de Sciences du langage*, Université de Montpellier III, document électronique, 2001c.

MOIRAND, S. Les lieux d'inscription d'une mémoire interdiscursive, à paraître dans un ouvrage collectif sur les médias chez l'Harmattan, 2002.

MOIRAND, S. Communicative and Cognitive Dimensions on Science in the French Mass Media, à paraître dans *Discourse Studies*, Londres, Sage, 2003a.

MOIRAND, S. La circulation interdiscursive comme lieu de construction de domaines de mémoire par les médias, communication au *Colloque sur Les frontières du discours rapporté*. Université Libre de Bruxelles, nov. 2001, à paraître chez Duculot, 2003b.

MOIRAND, S. Une modèle dialogique de l'explication, communication au *Colloque L'explication*, Université Paris V, nov. 2001, à paraître dans un ouvrage collectif, 2003c.

MOIRAND, S. Le texte de presse et ses contextes, communication au *Colloque Catégories descriptives pour le texte*, Université de Dijon, juin 2002, à paraître dans les Actes, 2003d.

MORTUREUX, M-F. (éd). La vulgarisation. *Langue française*, v. 53, 1982.

MOURLHON-DALLIES, F. La divulgation d'un savoir non encore établi. *L'astronomie dans les médias*. Paris: Presses de la Sorbonne nouvelle, 1999. p. 167-193.

PECHEUX, M. (éd.) Analyse du discours, langue et idéologies, *Langages*, n. 37, 1975.

PECHEUX, M. L'étrange miroir de l'analyse de discours. *Langages*, n. 62, p. 5-8, 1981.

PEYTARD, J.; JACOBI, D.; PETROFF, A. (éd). Français technique et scientifique: reformulation et enseignement. *Langue française*, n. 64, 1984.

SIBLOT, P. De l'un à l'autre. Dialectique et dialogisme de la nomination identitaire. *L'autre en discours*, Université de Montpellier, v. 3, p. 27-43, 1998.

SITRI, F. *Un modèle d'objet de discours dialogique, entre thématization et reprise*. Thèse de doctorat, Sciences du langage, université de la Sorbonne Nouvelle, Cediscor-Syled, à paraître aux Presses de la Sorbonne nouvelle en 2003 sous le titre *L'objet du débat*, 1998.

WOLTON D. De la vulgarisation à la communication. *Hermès*, v. 21, p. 9-14, 1997.

Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas¹²⁸.

Dominique Maingueneau¹²⁹.

128: Agradecemos vivamente ao Dominique Maingueneau que gentilmente nos cedeu seu texto para tradução e publicação em português. Tradução Fábio César Montanheiro e Roberto Leiser Baronas.

129: Professor na Université de Paris IV – Sorbonne.

Na história da análise do discurso francófono, a noção de formação discursiva, inicialmente fundamental, conheceu um visível declínio a partir dos anos 1980, sem contudo desaparecer. Ela continua, ao contrário, muito utilizada, mas com um estatuto que não é mais tão evidente. A partir dessa constatação, abre-se uma alternativa: a) constatar esse “declínio”, prognosticando o desaparecimento progressivo de uma noção fluida, que pertenceria a um tempo ultrapassado da análise do discurso; b) ou então sustentar a causa da formação discursiva, apesar de todos obstáculos. Neste caso, necessário seria desenvolver uma crítica da evolução recente da análise do discurso que permitisse mostrar que a marginalização da noção de formação discursiva testemunha um distanciamento dos princípios que lhe dão sentido. Por trás dessas duas opções deixam-se entrever duas formas muito diferentes de considerar a análise do discurso. Pessoalmente, esforçar-me-ei em adotar uma terceira via, que consiste em propor uma zona de variação mais limitada à noção de formação discursiva, que diz respeito a uma reflexão sobre a natureza das unidades às quais se entregam os analistas do discurso e, além disso, sobre a natureza da própria análise do discurso.

Esse tipo de esclarecimento não é dispensável. A análise do discurso tornou-se, com efeito, um campo de pesquisa não apenas extremamente ativo, mas cada vez mais ativo no mundo todo. Mas ela sofre de uma lacuna de legitimidade aos olhos de muitos, particularmente por parecer como extremamente heterogênea em seus conceitos e em seu percurso. Isso pode ser entendido por se tratar de um campo de pesquisa recente e que agrupa correntes muito diversas, e também pelo fato de que a análise do discurso não é uma disciplina de aplicação (como a linguística aplicada ou a tradução automática) que poderia se legitimar pelos serviços que presta a este ou àquele setor da sociedade. Isso evidentemente não quer dizer que não haja aplicações para a análise do discurso. A análise do discurso apresenta, além disso, a particularidade de não ser expressão de um gesto fundador – nada de Lavoisier ou de

Durkheim –, mas sim a convergência progressiva, ao longo dos anos 1980 e 1990, de correntes europeias e anglo-saxãs que surgiram e se desenvolveram independentemente umas das outras. Essa “convergência” significa, todavia, que se criou um campo de trocas globalizado, o que não significa que esse campo seja homogêneo.

1. Uma dupla paternidade

Quando somos confrontados à noção de formação discursiva, somos obrigados a situá-la em relação aos dois tipos de categorias atualmente privilegiadas: uma gira em torno do “posicionamento”, da construção e da manutenção de uma identidade enunciativa em um campo discursivo, a outra em torno do “gênero” (de texto, ou de discurso, como queiramos), ou seja, de dispositivos de comunicação característicos de uma sociedade dada. O problema é que a noção de formação discursiva oscila de maneira incontrolável entre essas duas categorias, e outras mais.

A partir daí, constataremos que essa noção admite – ou se beneficia de, segundo a forma como encaramos o problema – uma dupla paternidade. Por um lado a de Michel Foucault, que apesar de a ter introduzido, em 1969, n’*A arqueologia do saber*, não pleiteia direitos sobre a análise do discurso; por outro, a de Michel Pêcheux, que fez dela a unidade de base daquilo a que denominamos “Escola francesa de análise do discurso” em sentido restrito, ou seja, uma corrente que busca sua inspiração no marxismo althusseriano, na psicanálise lacaniana e na linguística estrutural.

No caso de Michel Foucault, dizer que é difícil fixar o valor de “formação discursiva” é pouco, pois essa noção se transforma incessantemente ao longo d’*A arqueologia do saber*. O leitor oscila constantemente entre uma interpretação em termos de “regras” e outra em termos de “dispersão”, ao ponto de se perder um pouco nesse meio. Isso é observável no capítulo II, “As formações discursivas”, em que Foucault parece obedecer a duas injunções contraditórias, do que resultam estranhas formulações, como esta:

Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição [...] descreveria *sistemas de dispersão*.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como, “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 1997, p.43).

Nessa passagem, a formação discursiva é apresentada simultaneamente como um conjunto de enunciados submetidos a uma mesma “regularidade” (2º parágrafo) e “dispersão” que excede toda “coerência” (1º parágrafo). Essa linguagem dupla, condensada em algo que talvez se queira como um oxímoro (“sistema de dispersão”), dá trabalho aos exegetas da obra de Foucault, e não faltarão soluções engenhosas para resolver essa dificuldade. Mas é preciso reconhecer que aquele que se envereda pelas ciências humanas ou sociais fica um tanto perplexo.

Para Michel Pêcheux, dispomos de uma formulação muito mais clara no artigo escrito em 1971 em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry, “A semântica e o corte saussuriano”. O termo parece emprestado de Foucault, mas na verdade ele se inscreve na rede conceitual do althusserianismo invocada por Pêcheux, que usa constantemente termos como “formação social” e “formação ideológica”. A referência aos “clássicos do marxismo” e às “formações ideológicas” lhe permite definir a formação discursiva como “determinando *aquilo que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) a partir de uma posição dada no interior de uma dada conjuntura” (PÊCHEUX *et al.* in MALDIDIER, 1990, p. 148).

Vemos surgir nesse trecho a “posição” e o gênero, por intermédio de exemplos dados no parêntese, que são todos gêneros de discurso. Entretanto, essa noção de “posição” não corresponde de forma alguma àquela de “posicionamento” no sentido que este termo tem correntemente em análise do discurso. O posicionamento se define no interior de um campo discursivo, ao passo que a “posição” de que fala Pêcheux se encontra inscrita fora do universo do discurso, no espaço da luta de classes; ela se situa sobre um outro plano que não os gêneros de discurso.

O parêntese aberto na passagem de Pêcheux (“articulado sob a forma...”) pode *a priori* submeter-se a uma dupla leitura, segundo destaquemos “aquilo que pode e deve ser dito” ou “articulado sob a forma de uma arenga...”. Na primeira leitura, a menção de diversos gêneros de discurso é acessória; para a segunda, o discurso só pode ser “articulado” por intermédio de um gênero, sendo então preciso pensar a relação entre “posição”, por um lado, e “arenga”, “sermão”, etc., por outro. O *itálico* de insistência sobre “aquilo que pode e deve ser dito”, mas também o conhecimento que temos da problemática de Pêcheux incitam a optar pela primeira leitura, que relega ao segundo plano a problemática do gênero. É a “posição” da luta de classes que é então determinante. Já o gênero de discurso não parece ser outra coisa do que o lugar onde se manifesta um conteúdo que está oculto por sua natureza, seguindo nisso o modelo psicanalítico dominante na época.

Vemos então que a articulação entre “formação discursiva” por um lado, e o par “gênero” / “posicionamento” por outro, não é de fato feita nem por Foucault nem por Pêcheux. A noção de formação discursiva aparece dividida entre duas problemáticas muito diferentes, que não lhe dão contornos muito claros. Ademais – e é um ponto importante quando se trata de análise do discurso –, os *corpora* de referência dos dois autores são muito diferentes: Foucault extrai exemplos na história das ciências, Pêcheux na luta política (veremos que os gêneros citados no parêntese privilegiam claramente os gêneros com finalidade ideológica manifesta). O valor de “formação discursiva” é consideravelmente afetado com isso.

1.1. A confusão atual

Atualmente, os analistas de discurso – ao menos na França – empregam raramente o termo “formação discursiva” com uma definição precisa, inspirada por Foucault ou Pêcheux. À diferença de “gênero” e de “posicionamento” – ou de seus avatares terminológicos, cujas definições são abundantemente discutidas –, esse termo é empregado mais frequentemente sem elaboração precisa, como sendo algo evidente. A título de exemplo, podemos considerar o manual de Jean-Michel Adam, *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes* (1999). A seção 2 do capítulo 3 intitula-se “Genres, interdiscours et formations discursives”. O leitor imagina ver definidas essas três noções, o que é de fato o caso para as duas primeiras. Contudo, para a terceira, encontramos isto:

Segundo a definição d’A *arqueologia do saber*: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 1997, p.135). Os discursos se formam de maneira regrada no interior do espaço de regularidade que constitui um interdiscurso. Essas regularidades não são outras senão os gêneros próprios a uma formação sociodiscursiva”. (ADAM, 1999, p.86).

Aparentemente, o autor tem necessidade dessa noção de formação discursiva para nomear uma coisa que não seria redutível ao gênero nem ao posicionamento. O termo é destacado no título, mas sua explicitação permanece pouco clara: é “discurso” que é definido em relação à “formação discursiva”, conceito dado como evidente. Ademais, Adam desliza de “formação discursiva” para “formação sociodiscursiva”, sem que saibamos exatamente se os dois termos são sinônimos. Segundo os contextos de emprego de “formação sociodiscursiva” em seu livro, podemos pensar que se trata verdadeiramente de sinônimos, que seriam um equivalente de “tipo de discurso”. Assim sendo, o capítulo 8 estuda “uma mudança de formação discursiva” (título da página 175), reformulado para

“mudança de formação sociodiscursiva”, o qual se revela como sendo a passagem de um assunto cotidiano a um poema, do discurso jornalístico ao discurso poético. Evidentemente uma interpretação como essa não corresponde nem à problemática de Foucault nem àquela de Pêcheux.

Essa dificuldade não é de forma alguma exclusiva de Adam. Na mesma época, ao redigir o verbete “Formação discursiva” para o *Dicionário de análise do discurso* que eu co-dirigi com Patrick Charaudeau, eu mesmo tive tendência a aproximar “formação discursiva” de “posicionamento” pela incapacidade em que me encontrava para lhe atribuir um estatuto claramente definido.

Seria preciso elaborar notas sistemáticas dos empregos de “formação discursiva” nos trabalhos de análise do discurso para circunscrever mais precisamente seu campo de utilização, sua margem de variação, segundo as vias tradicionais de análise lexicológica. Intuitivamente, minha experiência de leitor me diz que a empregamos a maior parte do tempo “por falta”: quando o analista se encontra em contato com um conjunto de textos que não corresponde a uma categoria definida, ele tem tendência a falar de “formação discursiva” para se eximir da dificuldade, de onde provém, certamente, o sentimento de instabilidade que esse termo oferece.

Podemos encontrar uma ilustração disso numa obra de pragmática textual, *Diction et mention*, de Annie Kuyumcuyan. O conceito de formação discursiva não é aí definido, sendo contudo empregado várias vezes, como neste enunciado:

Certamente parecerá incongruente tratar da interação narrativa literária na seqüência de observações relativas à análise dos diálogos, sendo dadas as diferenças múltiplas (de gênero, de disciplina, de intenção...) que separam suas respectivas formações discursivas. (KUYUMCUYAN, 2002, p. 250).

O autor, devendo opor narração literária e conversação autêntica, aplica o termo “formação discursiva” certamente porque ele é vago, porque evita noções mais claramente especificadas mas que aqui seriam inadequadas, como “gênero” ou “tipo de discurso”.

2. Dois grandes tipos de unidades

Nós o dissemos: a questão que assim se coloca por intermédio dessa noção de formação discursiva é aquela da natureza das unidades sobre as quais trabalha o analista do discurso. O ponto mais marcante é seu caráter heterogêneo. Mas parece que podemos agrupá-los em dois grandes tipos: **tópicos** e **não-tópicos**.

2.1. As unidades tópicas

Entre as unidades tópicas, distinguiremos unidades **dominiais** e unidades **transversas**. Para as primeiras – ainda que se coloquem constantemente os clássicos problemas de delimitação que encontramos em ciências humanas e sociais –, as fronteiras não são estabelecidas pela atividade de pesquisa. Supõe-se serem impostas ao pesquisador pelas práticas languageiras. As segundas, por sua vez, como seu nome o indica, atravessam as unidades pertencentes a um domínio, mas são estabilizadas sobre uma cartografia linguística ou comunicacional.

2.1.1. As unidades dominiais

As unidades que poderíamos dizer *dominiais* correspondem a espaços já “pré-recortados” pelas práticas verbais. Pode tratar-se de *tipos de discursos*, associados a certo setor de atividade da sociedade – discurso administrativo, publicitário, político... – com todas as subdivisões que queiramos. Esses tipos englobam *gêneros de discursos*, entendidos como dispositivos sócio-históricos de comunicação, como instituições de fala reconhecidas. Mesmo os gêneros que são definidos por seu autor, como ocorre frequentemente em literatura ou filosofia, são-no no interior de práticas verbais

instituídas. Tipos e gêneros de discurso são tomados numa relação de reciprocidade: o tipo é um agrupamento de gêneros; todo gênero só o é quando pertencente a um tipo.

Dito isso, a noção de tipo de discurso é heterogênea; trata-se de um princípio de agrupamento de gêneros que pode corresponder a duas lógicas diferentes: a do co-pertencimento a um mesmo *aparelho* institucional e a da dependência em relação a um mesmo *posicionamento*. Com efeito, não é de forma alguma a mesma coisa falar de “discurso hospitalar” e “discurso comunista”. O “discurso hospitalar” é a interação dos diversos gêneros de discurso em um mesmo dispositivo, o hospital, no caso (reuniões de serviço, consultas, receitas médicas, etc.). O “discurso do surrealismo”, ao contrário, é a diversidade de gêneros de discursos produzidos por um posicionamento determinado no interior de um *campo* literário (poemas, panfletos, manifestos, etc.). No primeiro caso, encontramos numa lógica de *funcionamento* de dispositivo, de aparelho ideológico. No segundo, numa ótica de *luta ideológica*, de delimitação de um território simbólico contra outros posicionamentos, em que os gêneros se agrupam em dois níveis: o do posicionamento e o do campo de que esse posicionamento depende. Mas nada impede de abordar também um discurso de posicionamento como discurso de dispositivo de aparelho ideológico: uma igreja, por exemplo, é ao mesmo tempo uma instância que se posiciona no campo religioso e uma organização, cuja existência implica certo número de gêneros de discurso.

2.1.2. As unidades transversas

Trabalhamos também com unidades que poderíamos dizer *transversas* aos gêneros e aos posicionamentos. Poderíamos falar aqui de *registros*, definidos a partir de critérios puramente linguísticos (a), funcionais (b) ou comunicacionais (c).

- a) Os registros definidos sobre bases *linguísticas* podem ser de ordem enunciativa, como a famosa tipologia estabelecida por Benveniste (1966) entre “história” e “discurso”, que se tornou

posteriormente complexa, particularmente por Simonin-Grumbach (1975) ou Bronckart (BRONCKART *et al.* 1985). Existem também tipologias fundamentadas em estruturas textuais, como as “sequências” de Adam (1999) e ainda outras sobre a associação estatística de marcas linguísticas (cf. os trabalhos de Biber, 1988).

- b) Outros registros repousam sobre critérios *funcionais*; paralelamente ao celeberrimo esquema das seis funções de Jakobson, outras tipologias se esforçam em classificar os textos, aproximando-os de diversas funções de ordem psicossociológica: lúdica, informativa, prescritiva, ritual...
- c) Outros, enfim, combinam traços linguísticos e funcionais para definir registros de tipo propriamente comunicacional: “discurso cômico”, “discurso de vulgarização”, “discurso didático”... Por mais que esses registros se invistam em alguns gêneros privilegiados, eles não podem ser reduzidos a isso. A vulgarização, por exemplo, é a finalidade fundamental de algumas revistas ou manuais, mas ela aparece também nos jornais televisivos, na imprensa cotidiana, etc.

Os dois primeiros tipos de registro são os que têm mais consistência, e isso por diferentes razões. O primeiro porque se situa aquém do nível propriamente textual, e o segundo porque é abstrato. Por outro lado, os registros “comunicacionais” encontram as dificuldades habituais nesse domínio. Com efeito, a partir do momento que intentamos delimitar registros apoiando-nos em critérios comunicacionais, muitos candidatos se apresentam. Mas visto a diversidade dos fatores em jogo numa atividade comunicacional, é extremamente difícil traçar linhas divisórias claras, decidir o que é um registro e o que não é, e onde se encontra a fronteira entre este ou aquele registro.

2.2. As unidades não-tópicas

2.2.1. As formações discursivas

As unidades “não-tópicas” são construídas pelos pesquisadores independentemente das fronteiras estabelecidas (o que as distingue das unidades “dominiais”) e agrupam enunciados profundamente inscritos na história (o que os distingue das unidades “transversas”). Unidades como “o discurso racista”, “o discurso colonial”, “o discurso patronal”, por exemplo, não podem ser delimitadas por outras fronteiras que não aquelas que o pesquisador estabeleceu, e devem ser historicamente especificadas. Os *corpora* aos quais elas correspondem podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros de discurso, de campos e de posicionamentos, de registros enunciativos ou comunicacionais. Podem inclusive, segundo a vontade do pesquisador, misturar *corpora* de arquivos e *corpora* construídos para a pesquisa (sob forma de testes, entrevistas, questionários...). É para este tipo de unidade que o termo “formação discursiva” me parece poder convir.

2.2.2. Os percursos

Em análise do discurso praticamos também agrupamentos de unidades (lexicais, proposicionais, textuais (em geral fragmentárias) que não visam construir espaços de coerência, nem constituir totalidades: o pesquisador busca, ao contrário, desestruturar as unidades instituídas, definindo *percursos* inesperados: a interpretação se apoia assim sobre a atualização de relações insuspeitas no interior do interdiscurso.

Podemos considerar percursos de tipo formal (tal tipo de metáfora, tal forma de discurso citado, de derivação sufixal...). Mas nesse caso, se não trabalharmos sobre um conjunto discursivo bem especificado (um gênero de discurso ou um posicionamento em particular), voltaremos à análise puramente linguística. Podemos igualmente considerar percursos fundamentados sobretudo em

materiais lexicais ou textuais (por exemplo, a retomada ou as transformações de uma mesma fórmula numa série de textos, ou ainda as diversas recontextualizações de um “mesmo” texto). Na atualidade, os percursos são consideravelmente facilitados pela existência de programas de análise automática, que permitem tratar *corpora* muito vastos.

Esses “percursos” suscitam reações ambivalentes. Com efeito, é muito sedutor atravessar múltiplas fronteiras, circular no interdiscurso para nele fazer aparecerem relações invisíveis, particularmente propícias às sábias interpretações. Mas o reverso da medalha é a dificuldade em justificar as escolhas realizadas e, portanto, o risco daquilo a que denominamos comumente “delírio interpretativo” ou, mais simplesmente, risco de encontrar na chegada aquilo que havíamos proposto na partida.

Se retomarmos os diversos tipos de unidades que evocamos, chegamos a um tipo de quadro como este:

Unidades tópicas		Unidades não-tópicas	
<i>Dominiais</i>	<i>Transversas</i>	Formações discursivas	Percursos
Tipos / Gêneros de discurso ----- a) Gêneros dependentes de campos b) Gêneros dependentes de aparelhos	- Registros linguísticos - Registros funcionais - Registros comunicacionais		

Entre essas unidades, as que mais facilmente levantam suspeita são as não-tópicas: “formação discursiva” e “percurso”. Compreendemos

a razão: elas não são estabilizadas por propriedades que definem fronteiras *pré-formatadas* (independentemente da origem dessa formatação), de modo que o princípio que as agrupa está essencial e unicamente ao encargo do analista.

Não seria necessário, contudo, exagerar o distanciamento entre unidades tópicas e nômades. Por um lado, as unidades tópicas tentam inutilmente ser de certo modo “pré-formatadas”, elas apresentam múltiplos problemas de delimitação ao pesquisador, como sempre nas ciências humanas ou sociais. Por outro, a construção de formações discursivas ou de percurso não está submetida ao capricho único dos pesquisadores: existe um conjunto de princípios, de técnicas que regulam esse tipo de atividade hermenêutica. É verdade que essas “regras da arte” permanecem frequentemente implícitas, que elas são adquiridas por impregnação, mas podemos pensar que, com o desenvolvimento da análise do discurso, a construção das unidades não-tópicas será cada vez menos arbitrária.

Essa rápida recensão das unidades de análise do discurso não toca apenas em questões de método, ela toca na própria identidade da análise do discurso. Alguns pesquisadores – a maior parte, na verdade – são tentados a se limitar às unidades tópicas, únicas suscetíveis de serem objetivadas; outros, ao privilegiar uma visão radicalmente “interpretativa”, são tentados, ao contrário, a retroceder às únicas unidades “não-tópicas”. Na verdade, parece-me não poder existir ali análise do discurso – no sentido de uma disciplina associada a garantias empíricas e apoiada nas ciências humanas – se não trabalharmos as unidades tópicas, aquelas que se inscrevem em cartografias dos usos languageiros. Mas também ali não pode existir análise do discurso se houver exclusão das formações discursivas e dos percursos, isto é, das unidades que confundem as fronteiras preestabelecidas. Encerrar a análise do discurso sobre as únicas unidades territoriais, isso seria denegar (no sentido psicanalítico) a realidade do discurso, que é posta em relação permanente pelo *discurso* e pelo *interdiscurso*: o interdiscurso “trabalha” o discurso, que em retorno redistribui perpetuamente esse interdiscurso que

o domina. É dessa clausura impossível que me parece testemunhar a persistência da noção de formação discursiva: se não houvesse agrupamentos de enunciados circunscritos por fronteiras, não haveria análise do discurso, a qual não saberia, contudo, se satisfazer com essas unidades.

Somos, portanto, obrigados a aceitar isto: estamos envolvidos com uma disciplina que é corroída por uma falha constitutiva, que não pode se fechar em si mesma. É impossível fazer a “síntese” entre uma abordagem que se apoia sobre fronteiras e uma outra que se nutre dos limites pelos quais a primeira se institui. Entre as duas há uma assimetria irreduzível. Os partidários das fronteiras triunfaram ao destacar o risco de delírio interpretativo que espreita os partidários do nomadismo, os quais triunfaram ao mostrar que uma infinidade de relações atravessam as unidades mais tópicas, que a sociedade está atravessada por aglomerados de falas às quais não podemos atribuir lugar e que não são menos eficazes. O sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e das forças que ultrapassam toda localidade. Essa situação é acima de tudo desconfortável, pois vemos se justapor e até mesmo, às vezes, se misturar, na mesma pesquisa, duas formas de abordagem heterônimas. Eu havia estabelecido, há cerca de doze anos, a distinção entre abordagem “analítica” e abordagem “integrativa” (MAINGUENEAU, 1991, p.26), o que foi uma maneira de salientar – na conjuntura da Escola francesa de análise do discurso dos anos 1960 e 1970 – essa falha que impede a análise do discurso de se encerrar em si mesma. Nessa perspectiva, não existe nada de surpreendente que se tenha desenvolvido algo como uma “análise crítica do discurso”, que conceda um grande espaço às unidades não-tópicas. Essa análise “crítica” prolonga, com bases profundamente diferentes, a Escola francesa dos anos 1960-70.

Existe, certamente, uma solidariedade tácita entre um percurso tópico e outro não-tópico, que acentua precisamente processos que agem sobre fronteiras. Para dizer as coisas de maneira paradoxal: se não houvesse unidades não-tópicas, não haveria análise do discurso, a qual não saberia, contudo, se restringir a esse tipo de unidades.

Cada um a seu modo, tanto Foucault quanto Pêcheux procuraram preservar, ao mesmo tempo, o caráter tópico das unidades às quais a análise do discurso toca e sua “dispersão”, sua “inconsistência”... A problemática de Pêcheux fazia coexistir uma visão do discurso de inspiração psicanalítica que acentuava os processos de deslocamento, de condensação ou a presença do interdiscurso no discurso, e uma visão cartográfica em termos de “posição de classe”, de “formação ideológica”. Num outro registro, Foucault também apresentava uma visão dupla da discursividade, consistente e inconsistente ao mesmo tempo: sistema de regras e dispersão. Podemos tirar uma lição disso: a análise do discurso é trabalhada por uma falha constitutiva, que a impede de se encerrar num espaço compacto. É melhor assumir isso.

| Referências

ADAM J.-M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

BENVENISTE, E. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

BIBER, D. *Variation across Speech and Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BRONCKART, J.-P. et al. *Le fonctionnement des discours*. Neuchâtel-Paris: Delachaux et Niestlé, 1985.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (éd.). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002.

FOUCAULT, M. *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

HAROCHE, C.; HENRY P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne. *Langages*, n. 24, p. 93-106, republicado em Malidier (éd.) (1971).

KUYUMCUYAN, A. *Diction et mention*. Berne: Peter Lang, 2002.

MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours*. Introduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette, 1991.

MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Editions des Cendres, 1990.

SIMONIN-GRUMBACH, J. Pour une typologie des discours. *In*: KRISTEVA, J. *et al.* (éd.). *Langue, discours, société*. Paris: Seuil, 1975.

Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo

Atilio Butturi Junior¹³⁰

130 Professor Adjunto IV da Universidade Federal de Santa Catarina. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (que coordena) e do Mestrado Interdisciplinas em Ciências Humanas da UFFS. Líder do Grupo de Estudos no Campo Discursivo (CNPq/UFSC).

1. Introdução¹³¹

Em minha dissertação de mestrado, escrita em 2008 e publicada na forma de um livro – *Metafísica e Discurso: Foucault, Pêcheux e a pós-modernidade* (BUTTURI JUNIOR, 2009) –, eu parti de uma hipótese, digamos, ousada: a de que seria possível ler, segundo o problema da comensurabilidade das teorias, a análise do discurso que se produziu na França nas décadas de sessenta e setenta do século XX. Mais detidamente, eu propunha um corte entre dois modelos, a saber: o desenvolvido por Michel Pêcheux e a escola da Análise de Discurso Francesa (ADF) e a arqueogenealogia de Michel Foucault.

No meu esforço cesuralista, uma noção cara a ambos os projetos fez funcionar minha hipótese: a de formação discursiva. Sobre ela, dediquei uma seção, intitulada *A revolução dos bichos* (BUTTURI JUNIOR, 2008, 2009). Resumidamente, tratei de: i) indicar que a discussão da paternidade partilhada (BARONAS, 2004; MAINGUENEAU, 2011, 2008 entre outrxs) traria um problema temporal e um teórico, visto que Foucault já discorria textualmente sobre o conceito em 1968¹³²; ii) instaurar um corte entre a sobredeterminação em última instância pela formação ideológica, em Pêcheux (datas) e o caráter de dispersão em Michel Foucault; iii) descrever a relação de crítica e autocrítica que a AD travou com o conceito de Foucault (COURTINE, 1981¹³³, 1999; PÊCHEUX, 1975, 1978, 1983; GUILHAUMOU, 2004), até a constatação de Pêcheux (1983, p.56) de que seu uso trouxe “[...] a idéia [sic] de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade

131 Agradeço ao CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ2), processo 304252/2019-0.

132 Na entrevista *Sobre a arqueologia das ciências*, Foucault (2005 [1968], p.106) menciona o conceito de formação discursiva e aponta suas distinções em relação ao marxismo: “[...] é um sistema regado de diferenças e dispersões”. Ver mais detalhadamente em Butturi Junior (2008, 2009).

133 “[...] Relire Foucault, ce n’est pas l’appliquer à l’AD, c’est faire travailler sa perspective à l’intérieur de l’AD (COURTINE, 1981, p. 40).

desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobreinterpretação antecipadora”.

Retomo meu texto por motivos teórico-metodológicos. Primeiro, porque parece-me que hoje, à luz do tempo e da injunção pelos interstícios e pelas ambiguidades, é mais interessante buscar pontos de contato do que divergências. Digo, de outro modo: talvez a sugestão de Kuhn (1998) de que a transposição do problema da incomensurabilidade para as ciências humanas e sociais tenha seus efeitos práticos. Não parece heurísticamente produtivo, inclusive, imaginar que a discussão – hoje anacrônica – sobre modernidade e pós-modernidade pode dar conta nem das distinções teóricas entre os modelos de Pêcheux e de Foucault e nem das relações bastante específicas que eles construíram com a língua e a linguagem, conforme lidas pela Linguística ou pela Filosofia.

O segundo dos motivos aparece na esteira do precedente e está inscrito numa ironia de Michel Foucault: a presença de certa preocupação marxiana em seus textos que, conforme ele mesmo gostava de dizer, muitas vezes passava despercebida aos marxistas mais ortodoxos (FOUCAULT, 2006)¹³⁴. É certo, não quero aqui afirmar que se trata de um Foucault marxista e nem defender, como em Lecourt (1970), que o erro de Foucault estaria em sua insuficiência de marxismo – o que, no limite, indicava que faltava à arqueologia um problema de classe¹³⁵. No entanto, interesse-me aqui pelo

134 “Eu cito Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles não são capazes de reconhecer os textos de Marx, eu passo por ser aquele que não cita Marx. Será que um físico, quando faz física, sente a necessidade de citar Newton ou Einstein? Ele os utiliza, mas não tem necessidade de aspas, de notas em pé de página ou de aprovação elogiosa que prove a que ponto ele é fiel ao pensamento do mestre.” (FOUCAULT, 2006, p. 173).

135 Gostaria de citar dois momentos, ao menos, em que Foucault trata especificamente de problemas de classe. Em “A vontade de saber”, ao descrever a distribuição do dispositivo sexual, o autor distingue dois fenômenos: a moralização do corpo dos pobres e o projeto de “valorização do corpo” da burguesia, atinando para uma divisão de classe nos deslocamentos da tecnologia de governo biopolítico (FOUCAULT, 2009, p.135-137). O segundo, produto de uma intervenção coletiva em 1972, quando da criação do Grupo Informação Saúde – por médicos críticos ao sistema de saúde francês. Intitulado *Médecine et lutte de classes*, o texto relaciona poder médico, divisão de classes e capitalismo biopolítico, fazendo notar as relações entre os corpos e liberalismo (discurso sobre o qual se estabelecem os médicos contra os proletariados (RODRIGUES; FRANCISCO, 2016). Nos dois casos – assim como em muitos outros –, trata-se não de assimilar Foucault ao pensamento marxiano, mas de fazer notar que a relação, mais ou menos tensa, a depender do período, é de deslocamentos e retomadas.

deslocamento arqueológico no tratamento dado à linguagem e às relações não-discursivas, como descreverei adiante. É este problema da relação discursivo e não-discursivo, jamais solucionado em Foucault, que me interessa – não em suas lacunas, mas em sua produtividade analítica.

Tomando os dois motivos como precauções, gostaria de levar em consideração justamente essa relação entre práticas discursivas e não-discursivas, com o objetivo de interrogar uma questão menos abrangente, mas que materializa aquela ambiguidade que ora me interessa: **o espaço de aparecimento do conceito de formação discursiva em Michel Foucault**, tendo em vista, a um só tempo: i) a inscrição do conceito numa problematização sobre o ser da linguagem; ii) a assunção de uma filosofia político-discursiva por Foucault.

Antes, um breve parêntese panorâmico, com efeitos de justificativa. Como se sabe, as formações discursivas (FDs) têm recebido uma série de leituras, desde os finais da década de sessenta do século XX. No campo dos estudos do discurso, elas permanecem objeto de problematização e, como relatava Maingueneau (2011), continuam amplamente utilizadas¹³⁶. Já Courtine (1999) apontava o acontecimento da proliferação do campo de estudos do discurso, para além do althusserianismo que prevaleceria até o final da década de setenta, que teria promovido o deslocamento de seus conceitos e uma transformação das práticas de análise – entre os quais, o de FD. Encontrada nos trabalhos seminais da ADF¹³⁷ e em discussões tão díspares quanto as de Dominique Maingueneau (2008, 2011) e Norman Fairclough (2008), a história do conceito é conhecida: passa

136 Basta fazer uma breve pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da CAPES para observar a capilaridade do conceito, seja na Linguística, seja em outros ramos das Ciências Humanas.

137 Na ADF, uma definição canônica de FD é dada em 1971 por Pêcheux, Haroche e Henry, no número 24 da revista *Langages*, a partir do conceito de formações ideológicas: “As formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de exposição, de um programa, etc.).”

por uma série de críticas a partir dos finais da década de setenta; permanece como questão de pesquisa teórica e metodológica, sobre a qual ainda se debruçam os pesquisadores.

No Brasil, vários trabalhos têm se dedicado à questão (GREGOLIN, 2004, BARONAS, 2004, 2011; BUTTURI JUNIOR, 2008, 2009; VOSS, 2015; SARGENTINI, 2007; NARZETTI, 2019), seja para interrogar a “paternidade compartilhada” da origem, seja para inventariar linhas de articulação e de distensão entre os projetos teóricos de Pêcheux e Foucault. É com os olhos voltados para essa presença da FD como questão de pesquisa e como aparato metodológico de análise, ainda ubíquo, que inscrevo este meu texto, portanto. E fecho o parêntese.

Para desenvolver meus argumentos, divido este capítulo em duas breves seções. Na primeira, *Um modo de ser da linguagem*, defendo a tese de que há uma teoria da linguagem esboçada em Michel Foucault, notadamente política e constituída no interstício entre o discursivo e o não-discursivo. Na segunda, *Política e dispersão*, sugiro que no conceito de FD materializam-se tanto a teoria da linguagem proposta quanto o jogo político. Dividida em duas partes, a seção se ocupa das regularidades e, depois, do papel do não-discursivo na produção do conceito de formação discursiva. Por fim, as *Considerações Finais* trazem três autores (Negri, Irerra e Agamben) para apontar para o ainda importante papel que o conceito de FD pode desempenhar.

2. Um modo de ser da linguagem

Michel Foucault, em 1968, concedeu uma entrevista em que afirmava um desconforto em relação à posição de acadêmico especializado na linguagem. Admitindo um “frio na barriga”, o próprio gesto da entrevista dava a ele uma “desconfiança quase moral” diante dos modos de habitar a linguagem que eram exigidos pela ordem do discurso – comunicação, significação ou confissão (FOUCAULT, 2016). É sabido seu desejo de desfazer uma “moral de estado civil” na escritura (FOUCAULT, 2012); ou de romper com a “soberania do significante”, esta forma antropocêntrica sobre a qual se instituem os saberes e seus regimes de enunciação (FOUCAULT, 2002).

Não obstante a desconfiança que revela ao entrevistador, a linguagem foi objeto das problematizações de Foucault, a ponto de Veyne (2011) afirmar em que ele participou de uma espécie de *linguistic turn* ampliado – solo compartilhado por Nietzsche, Wittgenstein e Austin. Para Veyne, o debate travado se dava sobre as relações entre mundo e linguagem. Aqui, gostaria de atentar para a zona de reciprocidade entre mundo e linguagem que, na *Arqueologia*, vai ser formulada a partir do par discursivo e não-discursivo – e depois adensada sob outras formas.

Volto, antes, à linguagem como questão foucaultiana. Num texto de referência, Roberto Machado (2005) trouxe à tona o papel que ela ocupa: na arqueologia, de modo mais presente, inclusive na incursão pela literatura e pela experiência da transgressão; na genealogia, com mais parcimônia e segundo um crescente abandono. Não obstante esse “silêncio” com relação à literatura, é mister lembrar, nas décadas de setenta e de oitenta, que muitos de seus escritos partiam de um objetos como as *lettres de cachet* ou o dizer verdadeiro, a *parrêsia*. Dito de outro modo, tanto a hermenêutica de si como as práticas de liberdade e as resistências continuaram se inscrevendo e buscando resposta na linguagem – tomada como discurso ou como modalidade de subjetivação.

É de um desses modos de ser da linguagem, o discursivo, que me ocupo aqui – por razões óbvias¹³⁸. Esse ser da linguagem é assim descrito por Michel Foucault, em 1969: **“A linguagem, na instância do seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado.** Como tal, se apoia numa descrição que não é nem transcendental, nem antropológica.” (FOUCAULT, 2012, p.138, grifos meus). A citação é do capítulo “O enunciado e o arquivo”, sobre o qual muito já se falou. É preciso, porém, trazer à tona o que justifica as negativas do autor, a saber: o enunciado não é nem uma proposição, nem uma frase e nem um ato de fala. Ele não é o resultado feliz da existência de um sujeito e nem garante o acesso à verdade. Sua instância de aparecimento é a do jogo e a da relação – *relação*, aliás, é a palavra que mais se repete no texto da *Arqueologia*.

138 Para uma leitura da linguagem como transgressão e liberdade, ver Butturi Junior (2018).

É mister lembrar que Foucault (2012) negava ao texto de *A Arqueologia do Saber* um caráter de metodologia e exigia para si um espaço de liberdade. Justamente por isso, desde o primeiro capítulo, *As Regularidades Discursivas*, ele trata de colocar em suspenso as unidades antropológicas: *obra, sujeito, livro*. O que resta dessa manobra são “outros tipos de relações” (FOUCAULT, 2012, p. 35) dispostas como um jogo e uma dispersão. Esses “jogos de relações”, destaque-se, dizem respeito a um campo preciso de aplicação, qual seja, os discursos que ele chama de “ciências do homem”, uma forma da positividade.

Interessa ir adiante no texto para observar que é nas formações discursivas que o francês encontra a possibilidade de descrever os enunciados na sua ontologia da linguagem como discurso. Depois de considerar que não tem ainda um “modelo teórico rigoroso” (p.140), ele determina as condições do enunciado, definido como uma função relativa a um referente, a um sujeito, a um campo associado de outros enunciados e a uma materialidade. As FDs, nessa topologia em que a distinção entre o linguístico e o não-linguístico não é pertinente, são grupos de enunciados que estão relacionados de formas diversas – sobre as quais me deterei adiante. Importante, porém, é destacar que, não obstante se formularem como um conjunto dedutivo, enunciado e FD constituem uma só coisa: FDs são uma lei de coexistência de enunciados, sob a condição de serem também enunciados que respondem por uma “modalidade de existência” (p.143) específica.

A descrição do ser da linguagem – o enunciado – ainda se vale de outro elemento axial: a luta política. Sobre esse tema, muito tem se falado sobre o papel que ocupa a aula inaugural no *Collège de France* como ponto de viragem genealógico, pelo qual Foucault estabelece uma viragem política definitiva¹³⁹. Ora, novamente menos cesuralista,

139 Refiro-me, aqui, especificamente ao seguinte trecho: “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 2002, p.10). A interpretação de um deslocamento da arqueologia à genealogia se deve, em muito, a Eribon (1990), cujo texto relaciona a presença de Foucault em Vincennes e sua militância a uma viragem em direção ao poder.

quero fazer notar aquilo de Deleuze (2005, p.21) chamava de “esboço de filosofia política” na *Arqueologia do Saber*, quando se estabelece o “espaço complementar” das formações não-discursivas. Deleuze toma o cuidado de, porém, não procurar a causalidade entre o não-discursivo e o discursivo, tampouco uma hierarquia de coerções. Na relação estabelecida, assim como acontecia com o espaço colateral dos enunciados ou com o espaço correlativo de sujeitos, objetos e conceitos, na diagonal:

A diagonal impõe, porém, um terceiro caminho: *relações discursivas com os meios não-discursivos*, que não são em si mesmos internos nem externos ao grupo de enunciados, mas que constituem o limite de que falávamos há pouco, o horizonte determinado sem o qual tais objetos de enunciados não poderiam aparecer [...] (DELEUZE, 2005, p.21, grifos do autor).

Deleuze propõe a inversão, um tanto foucaultiana, da passagem da diagonal de empecilho à prática. Diferente do que fazia Lecourt (1970), em sua crítica à lacuna foucaultiana em relação à ideologia e à infraestrutura, na assunção de uma política arqueológica o que vemos é mesmo a exigência de pensar outros modelos de relação e de causação – que, como tentarei mostrar adiante, vai interferir diretamente na formulação de Foucault sobre a liberdade dos níveis que sustentam uma FD. Para Deleuze (2005), era a própria conjunção entre o dizível e o visível (aqui, lidos como o discursivo e o não-discursivo) uma impossibilidade que também implicava numa luta¹⁴⁰. O que interessa, afinal, é pensar como a teoria das práticas discursivas formulada na *Arqueologia*, ao assumir a exterioridade como elemento fulcral, condiciona sua entrada ao problema – genealógico, dir-se-ia – do poder. Leiamos mais um recorte:

140 Para Deleuze (2005), a arqueologia era voltada ao dizível, mais intransitiva, enquanto a genealogia operava segundo a transitividade solicitada pelo papel central das relações de poder.

[o discurso] aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que se coloca, por conseguinte, **desde sua existência** (e não simplesmente em suas ‘aplicações práticas’), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 2012, p.148-149).

Trata-se não de um epifenômeno, mas de uma condição de existência do discurso que ele seja político. Então, retomemos: i) o discurso é definido como “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva [...]” (FOUCAULT, 2012, p.143); ii) o enunciado materializa a natureza da linguagem, política; iii) a economia do discurso, como conjunto de enunciados, coloca sempre o problema de uma luta política.

Cabe questionar Foucault sobre o que, nessa época, ele entende por política. Para tanto, volto-me a um texto contemporâneo, uma entrevista à *Esprit*, de 1968, cujo tema é, ainda, os efeitos de *As Palavras e as Coisas*. Lida há pouco tempo em um artigo de Galantin e Ribas (2019), nela o autor coloca em xeque a política como “garantia de um fundamento” ou como “teleologia transcendental” (FOUCAULT, 1994a, p.687) e solicita um espaço para pensar os discursos em seu funcionamento e de acordo com condições específicas de exercício, já anunciando o que descreverá na *Arqueologia*:

Existe atualmente um problema que **não é sem importância para a prática política**: ele diz respeito ao status, às condições de existência, ao funcionamento, à institucionalização dos discursos científicos. Veja então que tenho um projeto de análise histórica – ao escolher os discursos que têm não a estrutura epistemológica mais forte (matemática ou física), mas o **campo de positividade** mais denso e mais complexo (medicina, economia, ciências humanas). (FOUCAULT, 1994a, p.688, tradução e grifos meus).

No caso da entrevista de 1968, o que se observa é a ligação entre uma política da linguagem e uma política dos saberes, nas quais a luta é um ponto fulcral – um jogo aberto de poder e de deslocamentos. Dois pontos me interessam na citação, a fim de arrematar essa apresentação inicial da linguagem em Foucault, na modalidade de uma história dos conceitos¹⁴¹ e de descrever o que o autor propõe na *Arqueologia*. Primeiro ponto: a política, assim como o discurso (FOUCAULT, 2012), é definida na forma de uma prática. Parece lícito, em ambos os casos – e tendo em vista a crítica na *Esprit* da metafísica política –, lembrar que a prática se define segundo “um conjunto de regras anônimas” e determinam “as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2012, p.144).

Segundo ponto: a positividade. Analisar a linguagem em seu modo de existência de discurso “É estabelecer o que eu chamaria de bom grado, **uma positividade**.” (FOUCAULT, 2012, p.153, grifos meus). Elas são um elemento relacionado tanto à política da linguagem quanto à sua materialização na forma de FD. Assim é que, ao estabelecer a distinção entre a positividade e a disciplina, Foucault trará como exemplo a gramática geral, a fim de distingui-la do modelo da ciência. Esse conjunto de práticas – algumas vezes, pouco discerníveis no texto da *Arqueologia* –, em sua positividade, receberá o nome de saber.

Volto-me com mais acuidade ao conceito de positividade, naquilo que ele aponta como agonística. Agamben (2014) vai retomá-lo das lições sobre Hegel ministradas por Jean Hypollite. Ao distinguir a religião natural e a religião positiva, Hegel forjou a positividade para dar conta daquele “[...] elemento histórico, como toda sua carga de regras, ritos e instituições”. Agamben, todavia, aponta que, em Foucault, o esforço conciliatório hegeliano entre o natural e o positivo teria sido substituído pelo tensionamento radical dos elementos: de um lado, a vida natural; de outro, a captura pelas regras e pelas instituições

141 Com isso, quero retomar o que é próprio do itinerário de seu pensamento e que sucintamente mencionei: um deslocamento conceitual relativo à linguagem, que passa de possibilidade heterotopológica à tecnologia de subjetivação ou hermenêutica.

– pelos dispositivos, aos quais me remeterei na próxima seção. É essa luta, novamente, que configura o estatuto da positividade que, como se lê em Foucault, está no cerne da arqueologia.

Ora, o problema da positividade como tensionamento e cisão com a dialética, em Foucault, vai ao encontro daquilo que funciona como condição de possibilidade de sua filosofia linguístico-política. Então, vejamos: se a condição de descrever as positivities é precedida da problematização da linguagem como política na *Arqueologia* e se há uma implicação entre aquilo que é discursivo e aquilo que não é discursivo, na forma de uma diagonal constitutiva, é lícito ler no texto de 1969 um objetivo central, qual seja:

[...] **mostrar que falar é fazer alguma coisa** – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também, de colocar em ação as estruturas de uma língua; mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso que implica condições (e não somente uma situação, um contexto, motivos) e que comporta regras (diferentes das regras lógicas e linguísticas de construção) [...] (FOUCAULT, 2012, p.252).

A linguagem, aqui, só pode ser lida em seu modo de produção, mas desde que devidamente articulado ao universo dos outros enunciados e, ainda, ao das condições não-discursivas que regem seu aparecimento. É nesse espaço limítrofe que funcionam as formações discursivas, sobre as quais me detenho na seção seguinte.

3. Política e dispersão

Giorgio Agamben (2014) comenta que há termos definidores das filosofias, conceitos essenciais para a sua inteligibilidade. No caso da Análise do Discurso e do vasto campo dos estudos discursivos, ao que parece, o conceito de *formação discursiva* poderia ser elencado como uma peça-chave, tanto por sua força de irrupção teórico-metodológica, quanto pela série de deslocamentos, debates e críticas

que suscitou e ainda parece suscitar. Se a proposta arqueológica para a linguagem implica uma luta política e uma relação diagonal com o não-discursivo, como até aqui venho defendendo, essas exigências trazem no bojo a proposta de pensar como se dá a regulação daquilo que se apresenta na modalidade da dispersão e, depois, como esse não-discursivo emerge no discurso do arqueólogo. É nesse interstício que aparecem as FDs e é com ele que inicio esta seção.

3.1 Regular a dispersão

Tomo a liberdade de fazer um breve excuro sobre o tema da regularidade. Quando, no início do capítulo *As regularidades discursivas*, Foucault nega as formas de continuidade do pensamento, sugere que um “novo domínio” está liberado, qual seja:

Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (que tenham sido falados ou escritos), em sua **dispersão de acontecimentos** e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca de unidades que aí se formam. (FOUCAULT, 2012, p.32, grifos meus).

Antes de me deter na relação entre FDs e dispersão, gostaria de retomar, de modo sucinto, o aparecimento das regularidades nas positivities descritas por Michel Foucault. Assim, por exemplo, ocorre em *As Palavras e as Coisas* (FOUCAULT, 2000). Como se sabe, o livro tem como objeto o deslocamento das *epistemes* e a produção de condições de produção de aparecimento da Economia Política, da Linguística e da Biologia como modelos antropológicos para inventar o homem como um duplo empírico-transcendental.

Dessa perspectiva, o prefácio já faz notar que tomar a dispersão – a sintaxe em ruína – aparece como uma espécie de tarefa para um pensamento heterotópico, cuja busca é pelas regras que se estabelecem na descontinuidade. O conceito de *episteme*, sobre o qual Foucault (2012) estabeleceu uma autocrítica¹⁴², pretendia dar conta da formação das regularidades que tornavam possíveis “sistemas de simultaneidade” históricos e escandiam certos discursos e certas práticas (FOUCAULT, 2000, p. XIX).

O problema da regularidade não aparece apenas em *As palavras e as coisas*. Aqui, me detenho num texto anterior, no qual a terminologia é ainda imprecisa, *O nascimento da clínica*. Foucault anuncia que sua pretensão é “[...] determinar as condições de possibilidade da experiência médica, tal como a época moderna a conheceu.” (FOUCAULT, 1994b, p. XVIII). Para tanto, ele vai descrever “[...] o *a priori* histórico e concreto do olhar médico [...]” (FOUCAULT, 1994b, p.222) na forma de um *código do saber*, ou da *redistribuição* ou *estrutura do visível e do dizível*. Aqui, interessa-me menos a imprecisão conceitual e mais a relação que o autor estabelece entre visível e dizível, sobejamente debatida em Deleuze (2005). A “estrutura do visível” aparece de várias maneiras no texto, ao gosto do não-discursivo: é a tecnologia do quebra-crânio, é a espessura do corpo morto como primeira condição de possibilidade do saber sobre o homem; são as práticas médicas e seu *status* que ganham força; são os hospitais que aparecem como lugar de cura, pela primeira vez na história. Aliás, é ainda nesse cadinho de objetos não-discursivos que irrompe uma relação diagonal com os discursos: a doença e o hospital coincidem como “[...] o pensamento político reflete o problema da assistência.” (FOUCAULT, 1994b, p.19).

Se Foucault ainda aborda o tema segundo a ordem do reflexo, sugerindo a causalidade externo-interno que criticará na *Arqueologia*,

142 A *episteme* não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 2012, p.231).

o que se inscreve no texto da clínica é da ordem da sua concepção de linguagem de 1969: um enunciado político, para o qual concorrem e no qual travam lutas e relações variáveis o discursivo e o não-discursivo. O fundamental, novamente, é retomar que é no deslocamento genealógico que aparecerá o conceito-chave de dispositivo, utilizado até o final da década de setenta do século XX e cuja característica é materializar aquilo que se vislumbrava na arqueologia: uma ordem de positividade e de regularidade instaurada por relações entre os enunciados e por relações entre os enunciados e o mundo. É nessa dispersão que apareciam, na Arqueologia, certos sistemas históricos – as formações discursivas. Mais tarde, o dispositivo se ocupará das relações positivas entre o linguístico e o não-linguístico (FOUCAULT, 2009; AGAMBEN, 2014)¹⁴³ e de seus efeitos políticos, seja no que tange à produção de regularidades no saber quanto no que se refere à produção de regularidades na produção de subjetividades.

Não pretendo me estender no debate sobre o dispositivo em Foucault. Apenas marco uma espécie de genealogia possível do conceito nas incursões anteriores do francês, que passam pelo conceito de FD. É finalmente tempo de deter-me sobre ele.

3.2 Os sistemas de dispersão

Logo no início do capítulo *Ciência e saber*, Foucault (2012, p.214), chama a positividade e a formação discursiva de “termos um pouco bizarros”, por sua suposta ineficácia epistemológica. É porque as práticas discursivas não se confundem com as ciências, afirma ele, que a pergunta sobre a cientificidade ou sobre a cisão entre ciência e ideologia não são pertinentes para o arqueólogo que procura pelas práticas históricas em sua relação com as práticas discursivas, permitindo que certos discursos apareçam, raros, e regulando a dispersão. É esse estranhamento de perspectiva que, bizarro, Foucault defende.

143 Conforme Negri (2016, p.101), “O dispositivo é uma operação não apenas epistemológica, mas também ontológica, que reconstrói o real a partir de baixo, em situação, segundo uma pragmática orientada.”

Se nos voltarmos à citação da *Arqueologia* que define a FD, de antemão somos obrigados a adensar o problema do mesmo e do outro, da regularidade e do acontecimento. As questões que Foucault coloca no capítulo *As regularidades discursivas*, quando apresenta a FD em sua complexidade relacional, reverberam em outras, a saber: i) o que é um sistema de dispersão? ii) de que sistematicidade possível nos fala o arqueólogo quando pretende descrever sua FD? Trata-se sempre de um recorte complexo e relacional, cuja capacidade explicativa está em relação diretamente proporcional à mobilidade. Inicialmente, assim a FD aparece na letra foucaultiana:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante **sistema de dispersão**, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências [sic], inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como, “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2012, p.47, grifos meus).

Foucault ensina que o objetivo é deslindar “ilhas de coerência” possíveis e estudar as formas de repartição dos enunciados e dos discursos. Essas ilhas de coerência dizem respeito a regras que se formulam segundo a ordem do discurso e segundo a ordem da política. Além disso, como já afirmado aqui, são forjadas no próprio exercício da função enunciativa. Essa repartição, porém, não tem como característica nenhum “todo complexo dominante” relacionado a formações ideológicas. Foucault diverge do althusserianismo, porque não há nenhum sistema heterogêneo (como a ideologia) central e determinante em última instância. Na FD foucaultiana, o jogo de relações não se esgota. Teorias do poder distintas, portanto, que exigem a centralidade do Estado e a luta de classes, de um lado, e uma microfísica do poder, ubíquo, do outro. Além disso, vai contra

o hábito e observa lacunas e emaranhados. Sua análise demanda “a ideia de descrever dispersões” (FOUCAULT, 2012, p.46). Uma FD pode ser vislumbrada segundo alguns parâmetros arqueológicos: *as regras de formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias* (BUTTURI JUNIOR, 2009).

Exemplifiquemos o que Foucault pretende na *Arqueologia* com a descrição dos quatro níveis: os *objetos* da psicopatologia do século XIX não guardam uma relação direta entre palavras e coisas, mas se configuram em práticas históricas; as *modalidades enunciativas* se deslocam também relacionalmente e, assim, no século XIX assiste-se ao aparecimento do discurso médico tanto pelo surgimento de instituições quanto pela modificação do *status* da medicina, de forma também dispersa; por sua vez, a formação dos *conceitos* dessa psicopatologia não obedece ao regime de “mais inteligibilidade” dedutiva, mas se funda num “anonimato uniforme”, sem teleologia ou progresso; por fim, as *estratégias*, entendidas como “temas”, não são determinadas, mas fruto de encontros e desencontros, aproximações e disjunções relativas à exterioridade e, de forma mais direta, às relações de poder.

Na *formação discursiva* de uma psicopatologia, em que se pese as regularidades e as dispersões encontradas entre objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias, não há em Foucault nenhuma determinação vertical, sendo os elementos intercambiáveis em sua possibilidade de dominância: “Os níveis não são pois livres, uns em relação aos outros, e não se desenvolvem segundo uma autonomia sem limite: da diferenciação primária dos objetos à formação das estratégias discursivas, existe toda uma hierarquia de relações.” (FOUCAULT, 2012, p.87). Ademais, ele afirma que se há uma regulação dos discursos e dos enunciados¹⁴⁴ em relação à FD, o mesmo não se pode afirmar quanto à anterioridade: o sistema de dispersão (a FD) e os discursos são da mesma natureza. Estão numa “lei de coexistência”: não há nada além ou aquém dos discursos e as FDs, justamente por isso, são sempre móveis.

144 Adiante, discutiremos os conceitos de *enunciado* e de *discurso* em pormenor.

Ora, cabe finalmente descrever o aparecimento das relações não-discursivas, como elemento de “disjunção positiva” entre os níveis e como ponto nodal das preocupações políticas já presentes na *Arqueologia do saber*. Tomo inicialmente a *formação dos objetos*, cujo regime de existência depende de uma *superfície de emergência*, de uma *instância de delimitação* e de uma *grade de especificação*. Uma *superfície de emergência* equivale a elementos tão díspares quanto a normatividade da arte, a sexualidade e a penalidade e Foucault (2012, p.50) menciona uma operação linear: surgimento e, apenas depois, designação e análise. Diríamos que se trata de um acontecimento, limite não-discursivo. Já a *instância de delimitação* tem seus contornos assegurados na linguagem e se assemelha à constituição do que, mais tarde, leremos como uma disciplina (uma polícia do verdadeiro). Por fim, aparecem os “sistemas”, considerados grades de especificação, responsáveis pela escansão, classificação e reagrupamento dos objetos do discurso: a vida, o corpo e até o “jogo das correlações neuropsicológicas” (FOUCAULT, 2012, p.520).

Depois de elencar essas condições de surgimento, na intrincada relação entre discursivo e não-discursivo, Foucault tratará das implicações “numerosas e importantes”, sempre em “um feixe complexo de relações”, devidamente “[...] estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 2012, p.54-55). Ao que chama “campo de exterioridade” o autor dá mais uma característica: é formado por relações primárias (digamos, não-discursivas, ou “reais”) e de relações secundárias ou reflexivas, “formuladas no próprio discurso” (FOUCAULT, 2012, p.55). No entanto, o que ele propõe é que há relações “propriamente discursivas” que é preciso deslindar, nem internas e nem externas ao discurso – no limite, nem primárias nem secundárias. São essas relações as práticas discursivas; são elas que embaralham a distinção entre linguagem e as coisas e sustentam uma descrição possível da emergência de objetos numa FD.

Passo às *modalidades enunciativas*. Trata-se na arqueologia de pensar sobre o *status* social e político de quem fala, de perscrutar os “lugares institucionais” (biblioteca, laboratório, hospital) do enunciador, ambos elementos que dizem respeito à luta pelo discurso, política. A eles soma-se a *posição de sujeito*, mais ou menos estabilizada: ora uma posição tomada como “situação que lhe é possível ocupar” (FOUCAULT, 2012, p.63), ora como deslocamento em formas de classificação e documentação – digamos, mais passíveis de repetição e cuja materialidade vincula-se à linguagem.

No caso da *formação de conceitos*, parece que estamos no campo mais estabilizado do discursivo. Foucault (2012) apresenta-os a partir de *formas de sucessão*, de *formas de coexistência* (*presença, concomitância, memória*) e por *procedimentos de intervenção*. São esses últimos que trazem à tona a relação entre os enunciados e as tecnologias, como formas de fazer temporais. Podem ser processos de reescrita, métodos de transcrição e de tradução, métodos de sistematização. O que eles colocam mais uma vez em funcionamento no edifício arqueológico é o interstício que relaciona o enunciado à exterioridade – corpórea ou maquínica.

Por fim, *a economia das estratégias*, para as quais Foucault dedica a menor das seções do capítulo. Inicialmente, ele considera que é mister inquirir sobre os “pontos de difração do discurso”, segundo suas compatibilidades, equivalências ou sistematização. Assim, se as estratégias correspondem a temas históricos mais gerais, são elas que permitem “arquiteturas diversas” (p.78) do discurso. Depois da difração, o arqueólogo revela a necessidade de estudar “*a economia da constelação discursiva*” (p.79) em relação aos demais discursos, sua força estratégica, seu poder de exclusão. É nesse momento que Foucault enuncia o não-discursivo como uma terceira instância. Leiamos:

Essa instância se caracteriza, de início, pela *função* que deve exercer, o discurso estudado **em um campo de práticas não discursivas** [...] Essa instância compreende também o *regime e*

os processos de apropriação do discurso [...] Finalmente, essa instância se caracteriza pelas *posições possíveis do desejo em relação ao discurso*. (FOUCAULT, 2012, p.80, itálicos no original, meus destaques em negrito).

Um outro recorte, dessa vez de *A ordem de discurso* – a aula que supostamente marca a genealogia do poder como projeto –, pode lançar luzes sobre o problema do poder e do jogo com o não-discursivo explicitado nas estratégias das FDs. Peço licença para uma outra citação, ubíqua e um tanto gasta:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de **procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade**. (FOUCAULT, 2002, p.8-9, grifos meus).

O primeiro grupo de procedimentos que menciona Foucault é formulado a partir da relação entre o desejo e o poder. Não me deterei neles, mas quero marcar que, na *Arqueologia*, as estratégias de uma FD (ou comum a várias FDs) dizem respeito a uma *função específica* numa prática específica e têm uma relação com o desejo. São, pois, uma questão de política enunciativa. Como na formulação posterior do dispositivo, são as estratégias – nos limites não-discursivos – as responsáveis funcionais pela resposta às urgências históricas. Sobre elas, Foucault (2012, p.82) ainda assevera: não são elementos secundários e é delas que dependem as FDs para se individualizarem.

Diante desse itinerário de presença do não-discursivo na descrição das formações discursivas, seria possível objetar, com Foucault (2012, p.91), que a injunção é a de permanecer “[...] na dimensão do discurso”. Todavia, como tentei apontar na seção precedente, o próprio do discurso é a sua composição heteróclita, mais ou menos estável, num jogo sempre aberto com a exterioridade. Sua topologia, arrisco dizer, é a mesma do corpo: topia incontornável de uma

inscrição, mas espaço que exige uma abertura e uma possibilidade de transgressão do mesmo (FOUCAULT, 2013). Ao mencionar o corpo, ratifico a posição de uma FD lida na condição de sua exterioridade incontornável e complexa, que deixa uma série de inquietações – ainda – para os analistas do discurso.

4. Considerações finais

Termino este escrito solicitando a presença de três autores e de três leituras possíveis para o problema do não-discursivo em Foucault. O primeiro, Antonio Negri (2016, p.212-213), que no seu *Quando e como li Foucault*, descreve um deslocamento na ontologia depois de Heidegger, de acordo com “[...] um agenciamento linguístico, prático e cooperativo, como tecido da práxis.”. Se, para Heidegger, a técnica moderna redundava em uma *waste land* para o sujeito, o que fazem Foucault e Nietzsche é restabelecer a ontologia a partir do presente e da vida, tarefa similar a de Marx. A diferença entre Foucault e Marx, nesse caso, residiria no ímpeto foucaultiano de historicizar a luta de classes e de considerar “a força de trabalho vivo nas lutas e adequação dos corpos produtivos.” (NEGRI, 2016, p.216).

Valho-me de Negri para retomar o início deste capítulo, no qual eu apresentava uma espécie de drama de origem e de tensão do conceito de formação discursiva no campo da análise do discurso. Ao que parece, trata-se atualmente de pensar no papel positivo das formas de subjetivação, mais ou menos livres; no interior do debate conceitual sobre o discurso, no qual se inscrevem as FDs, tentei pensar o problema da exterioridade, marcado no texto da *Arqueologia do saber* e em outros escritos de Foucault a partir da tensão entre o discursivo e o não-discursivo.

Essa preocupação conceitual esbarra em uma outra, do segundo dos autores. Em texto recente, Irrera (2019) levantou em Foucault uma aproximação pouco comum: entre o conceito de ideologia, utilizado em cursos de 1964 e 1969, e o conceito de dispositivo. Em todos os casos, o objetivo era estabelecer vínculos entre o discursivo e o não-

discursivo, por um lado, e as formas de produção de regularidades (e seus efeitos) de outro. Irrera (2019, p.137) encerra seu texto afirmando que “[...] a ideologia – constitui na realidade o que podemos de forma justa nomear a pré-história do dispositivo [...]”. Ora, como afirmei no início do texto, talvez haja pontos de confluência ainda a investigar entre discussões que muitas vezes pareciam “incomensuráveis”. Dito de outro modo, é na condição de lugar limítrofe entre relações de linguagem e relações da vida e do mundo, corporificadas e políticas, que as ontologias do presente de Marx e de Foucault podem ser lidas produtivamente nas análises do discurso – como fizeram Negri e Irrera, entre muitos outros, no campo da filosofia.

Não obstante esse horizonte teórico, gostaria uma última vez de destacar a problemática que Michel Foucault inaugura ao descrever a formação discursiva, o enunciado e o dispositivo. Tomo, para isso, o *Homo Sacer*, onde Giorgio Agamben (o terceiro dos autores destas considerações abertas), entre outras questões, lê a linguagem na ordem da soberania. A equação agambeniana é simples, mas eficaz: se a soberania é a capacidade de produzir exceção, como queria Carl Schmitt, o funcionamento da linguagem opera na mesma ordem, desde Saussure. No caso da linguagem, a aproximação com o direito e a exceção se dão pela expulsão do referente na fundação da norma que, no entanto, a espreita; “A linguagem é o soberano que, em permanente estado de exceção, declara que não existe um fora da língua, que ela está sempre além de si mesma. A estrutura particular do direito tem seu fundamento nesta estrutura pressuposta da linguagem humana.” (AGAMBEN, 2014, p.28).

As formações discursivas, conforme aqui as apresentei, apontam para o paradoxo da presença constante dessa expulsão arbitrária, sobre a qual se produziram os saberes, a verdade, a racionalidade – como uma violência que reivindica uma luta. É dessa luta que se trata quando, ainda hoje, travamos batalhas teóricas e analíticas com as FDs.

| Referências

AGAMBEN, G. *Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua*. Tradução Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

AGAMBEN, G. *O amigo. O que é um dispositivo*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2014.

BARONAS, R. L. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. *In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. (org.). M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: ClaraLuz, 2004. p. 45-63.

BARONAS, R. L. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault e Michel Pêcheux: notas de leitura para discussão. *In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, V, Porto Alegre, 2011. Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2011b. Disponível em: <http://bit.ly/2lCyghE>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BUTTURI JUNIOR, A. *Metafísica e discurso: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92078>. Acesso em: 2 jan. 2020.

BUTTURI JUNIOR, A. *Metafísica e discurso: Pêcheux, Foucault e a pós-modernidade*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

BUTTURI JUNIOR, A. (Contra)positivismo, linguagem e resistências *In: BUTTURI JUNIOR, A.; SEVERO, C. G. Foucault e as linguagens*. Campinas: Pontes, 2018. p. 189-216.

COURTINE, J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). Tradução Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 6, p. 5-18, abr./jun. 1999.

COURTINE, J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* 62, Paris, p. 9-129, jun. 1981.

DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

ERIBON, D. *Michel Foucault*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UnB, 2008.

FOUCAULT, M. *O belo perigo: conversa com Claude Boonefo*. Tradução Fernando Scheibe. Rio de Janeiro: Autêntica, 2016.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. São Paulo: Graal, 2009.

FOUCAULT, M. Entrevista sobre a prisão: o livro e o seu método. *In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos – Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 159-174.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências: resposta ao Círculo de epistemologia. *In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 82-118.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. Réponse à une question. *In*: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. v. I. Paris: Éditions Gallimard, 1994a. [1968]. p.673-395.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994b.

GALANTIN, D. V.; RIBAS, T. F. Política e análise do discurso na arqueologia de Foucault. *Cadernos de ética e filosofia política*, n. 35, p. 186-199, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/38LykX9>. Acesso em: 20 dez. 2019.

GUILHAUMOU, J. Où va l'analyse de discours? Autour de la notion de formation discursive. *Texto!*, juin 2004. Disponível em: <http://bit.ly/38Gp1aZ>. Acesso em: 30 maio 2012.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages* 24, Paris, p. 93-106, dez. 1971.

IRRERA, O. As práticas de liberdade e a ideologia como pré-história do dispositivo. *In*: BUTTURI JUNIOR, A. *et al. Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites*. Campinas: Pontes, 2019. p. 117-138.

KUHN, T S. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5. ed. São Paulo: Perspectiva: 1998.

LECOURT, D. *Sur l'archéologie du savoir* (à propos de Michel Foucault). [artigo publicado em *La Pensée*, n. 152, 1970]. Disponível em: <http://bit.ly/39McyDZ>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008.

MAINGUENEAU, D. Pertinence de la notion de formation discursive en analyse de discours. *Langage et société*, n. 135, p. 87-99, 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2wQ3382>. Acesso em: 3 dez. 2019.

NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2W7UMak>. Acesso em: 30 out. 2019.

NEGRI, A. *Quando e como eu li Foucault*. Tradução Mario A. Mariano. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. *Remontemos de Foucault a Spinoza*. Tradução Maria do Rosário Gregolin. Circulação restrita. 1977.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

RODRIGUES, H. de B. C.; FRANCISCO, A. Foucault nas lutas estratégicas no campo da saúde. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 15, p. 37-55, maio-ago. Disponível em: <http://bit.ly/2xsjebT>. Acesso em: 3 maio 2017.

SARGENTINI, V. M. de O. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso. In: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. p. 215-222.

VOSS, J. *Foucault na formação discursiva da análise de discurso: um autor, um conceito, uma positividade*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2W8gkDI>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Analisar formações discursivas: reflexões teórico- metodológicas aplicadas a um *corpus* sobre palmada

Claudiana Narzetti¹⁴⁵

145 Professora Adjunta no Curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da UEA (Mestrado).

| Introdução

Neste artigo, apresentamos resultados de uma investigação¹⁴⁶ recentemente concluída sobre o conceito de formação discursiva. A pesquisa teve dois objetivos interdependentes: a) ampliar os conhecimentos já existentes no campo da AD francesa sobre a história epistemológica do referido conceito; b) aplicar o conceito em análises de discursos concretos, a fim de, por um lado, verificar seu poder heurístico e, por outro, pensar metodologias que permitam e favoreçam descrições de FDs.

De nosso ponto de vista, há um conjunto de aspectos ainda não elucidados acerca da história epistemológica do conceito de FD, dentre eles: Quais as bases epistemológicas determinantes da sua produção? O conceito passou por retificações que alteraram profundamente sua configuração? Qual o lugar do conceito no interior da teoria do discurso? Há um único conceito de FD na AD francesa, ou mais de um? Esses problemas, ainda que já abordados em trabalhos basilares da AD, nos pareciam ainda carentes de uma maior elucidação.

Outras questões também foram investigadas: mesmo diante de declarações como a de Pêcheux (1997, p.315): “Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, [...] e talvez também a de formação discursiva”, que, aliás, parecem desencadear diversas outras, como as de Branca-Rosoff (2008), de Garnier (2008) e de Guilhaumou (2007), ainda é possível empreender pesquisas que privilegiem análises de FDs, isto é, que pressuponham ser este um objeto não esgotado? Alguns dados alcançados no momento teórico-epistemológico de nossa investigação (NARZETTI, 2018) sinalizaram para um abandono precoce de um conceito muito pouco explorado no campo da AD francesa. Por esse motivo, concluímos pela pertinência de

146 Essa investigação foi possibilitada pela Universidade do Estado do Amazonas através de Auxílio-Gratificação de Produtividade Acadêmica.

desenvolver pesquisas tendo como escopo a descrição de formações discursivas. Nesse sentido, outra questão importante foi refletir sobre orientações metodológicas pertinentes ao intuito visado.

Este artigo é voltado, portanto, a socializar os resultados do momento empírico da pesquisa: o da análise de discursos concretos. Um *corpus* numericamente significativo de textos sobre a chamada Lei da Palmada e da palmada enquanto recurso pedagógico foi constituído a fim de verificar a existência de possíveis FDs. O pressuposto é que a metodologia deve estar assentada na teoria; desse modo, fazemos uma abordagem articulada de questões teóricas e metodológicas no momento mesmo em que descrevemos/interpretamos os discursos em questão.

Em consonância com o acima exposto, o presente artigo aborda questões teóricas do conceito de FD correlacionadas a questões metodológicas. Desse modo, inicialmente, tratamos sucintamente de aspectos históricos e epistemológicos do conceito de FD; em seguida, fazemos uma breve contextualização do tema da pesquisa; e, por fim, apresentamos os resultados da análise realizada: os sentidos de “palmada”; a unidade relativa de cada FD identificada; as relações interdiscursivas e de interconstituição, momento em que descrevemos aspectos metodológicos que nos encaminharam para as conclusões elaboradas.

1. A Análise do discurso francesa e o conceito de formação discursiva

A análise do discurso francesa é um campo de investigação acerca do discurso, concebido (muito mais do que como efeito de sentido entre interlocutores) como a instância em que se articulam língua e ideologia. Esse campo de investigação, heterogêneo, constitui-se de um conjunto de projetos ou tendências de abordagem do discurso desde a sua emergência na década de 1960. No atual momento, há diversas propostas de desenvolvimento de outras tendências de AD.

Das principais tendências que marcaram o surgimento da AD francesa, aquela empreendida por Michel Pêcheux e seu grupo (também chamada materialista ou da “articulação teórica”, conforme MALDIDIER, 2003) marcou-se por propor uma articulação teórica entre Linguística, Marxismo e Psicanálise, do que resultou um corpo conceitual permitindo a análise e descrição do discurso e do sentido. Um dos principais conceitos elaborados nesse movimento é o de FD, sobre o qual discorreremos a seguir.

Na história da AD francesa, o *conceito* de formação discursiva é divulgado pela primeira vez em 1971, no artigo “Língua, linguagens, discurso”, publicado no jornal *L’Humanité*, sendo retomado nas principais obras subsequentes, onde é reiterado, mas também ampliado, refinado ou até mesmo retificado em alguns pontos.

Conforme Pêcheux (2011, p.73, grifo nosso):

Apoiando-nos em grande número de observações contidas no que chamamos de “os clássicos do marxismo”, nós sustentaremos a ideia de que as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* [...], a partir de uma dada posição numa dada conjuntura: o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que essas construções determinam a significação que essas palavras terão.

Como se vê, Pêcheux define a formação discursiva a partir de três aspectos: a) como um componente das formações ideológicas, relacionado à materialidade discursiva das ideologias; b) como aquilo que determina “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura dada”; e c) como a matriz do sentido das palavras e expressões, isto é, como o lugar em que as palavras e expressões ganham um sentido. Essa definição não é alterada em

trabalhos posteriores, caracterizando-se, por assim dizer, como seu núcleo conceitual.

Em artigo de 1975, Pêcheux e Fuchs (1997) destacam que as FDs, assim como as formações ideológicas das quais são componentes, possuem um caráter regional e uma tendência de classe. O caráter regional é o que permite que se fale de “coisas” diferentes (Deus, a liberdade). A tendência de classe é o que permite que se fale das mesmas “coisas” sob a modalidade da divisão, isto é, da contradição, que marca as relações sociais. Essa tese será retomada em Pêcheux (1990). Avança-se, assim, um pontual refinamento que permitiria elaborar critérios de delimitação de FDs, mesmo sendo elas objetos de natureza não discreta, mas dialética (cf. PÊCHEUX; FUCHS, 1997).

Na obra *Semântica e discurso*, publicada também em 1975, Pêcheux sustenta que as FDs são conjuntos de enunciados em relação de paráfrase. Essa formulação, a nosso ver, refina a tese de que as FDs determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em dada conjuntura, na medida em que elucida a definição – as FDs são conjuntos de enunciados que podem e devem ser ditos por sujeitos historicamente situados, em dadas situações de comunicação e a partir de um lugar (enquanto deputado de determinado partido na câmara, enquanto pai de família, enquanto chefe ou empregado ou colaborador, etc.). Os discursos então produzidos são a atualização desse conjunto de enunciados “cedidos” pela FD. A FD, nesse aspecto, estabelece um campo do dizível e enunciável assim como também uma zona do que não se pode dizer/sustentar.

O conceito de FD torna-se central na teoria do discurso, pois, por meio dele, se faz a articulação entre discurso e ideologia, portanto, entre discurso e história. A análise de discursos concretos levaria a identificar FDs, isto é, um conjunto de enunciados em relação de paráfrase; permitiria apontar o(s) sentido(s) de palavras e expressões; permitiria descrever processos discursivos (conjuntos de relações de substituições, sinonímias, paráfrases, entre elementos significantes); permitiria a elaboração de uma análise não subjetiva (isto é,

não centrada no sujeito) do discurso e do sentido; possibilitaria, enfim, relacionar discursos e posicionamentos a grupos sociais determinados, isto é, como grupos sociais representam, por via do imaginário, suas relações com suas condições de existência. Parecem convergir no conceito de FD as maiores ambições dessa vertente da AD francesa¹⁴⁷.

Ainda em *Semântica e discurso*, são elaborados outros conceitos que permitem uma elucidação mais ampla da natureza e do funcionamento da FD – interdiscurso, pré-construído e discurso transversal. Segundo Pêcheux (1988, p. 62), “Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das formações discursivas”, isto é, o interdiscurso. Ainda segundo o autor, a forma-sujeito “[...] tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como puro “já-dito” do intradiscurso” (PÊCHEUX, 1988, p.166). Esses conceitos implicam o início de uma importante retificação do conceito de FD: “uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadido’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FDs)”, em suma, do interdiscurso (PÊCHEUX, 1997, p.314).

No início dos anos 1980, a AD passa a conceber que a FD, antes de ser o lugar da repetição, homogeneidade e fechamento, é, na verdade, o lugar de heterogeneidade, abertura, instabilidade, contradição. As reflexões de Courtine (2009) e de Courtine e Marandin (2016) nos ajudam a entender como se deu essa mudança de concepção.

Revisitando os primeiros trabalhos em AD, Courtine e Marandin (2016) destacam que até se supunha que os discursos eram homogêneos e marcados pela repetição, pelo mesmo. A AD identificava “zonas de imobilidade”, “pontos de identidade” nos discursos (COURTINE; MARANDIN, 2016, p.27); a FD era concebida como “um bloco de

147 Ainda nessa obra, Pêcheux amplia o conceito de FD, relacionando-o à constituição do sujeito do discurso. Devido ao objetivo deste trabalho não desenvolveremos esse ponto.

imobilidade, um espaço fechado de retomadas, uma repetição isolada” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p.39).

Os primeiros trabalhos (1969-1971) objetivavam descrever, por exemplo, o discurso de um partido (MARCELLESI, 1971), de uma organização estudantil (PÊCHEUX; WESSELIUS, 1977), de uma organização de camponeses (ROBIN, 1977), da imprensa (MALDIDIER, 1971). As análises feitas confirmavam o pressuposto da homogeneidade e do fechamento do discurso, gerado por uma “maquinaria discursiva estrutural”, uma vez que se buscavam detectar “sítios de identidades parafrásticas intersequenciais (isto é, entre fragmentos de sequências saídas de discursos empíricos diferentes)” (PÊCHEUX, 1997, p.312) – quer dizer, detectar a repetição-reprodução em sequências discursivas que apresentam variações linguísticas de superfície.

Segundo Courtine (2009), novas análises empíricas realizadas após essas primeiras traziam algumas novidades, colocando ênfase nas relações entre FDs: analisavam-se e contrastavam-se, por exemplo, discursos de dois sindicatos (GARDIN, 1976), de dois partidos políticos (COURDESSES, 1971; MARCELLESI, 1976). Conforme o autor, essas análises ainda partiam do pressuposto da homogeneidade e do fechamento das FDs, pois elas eram abordadas em sua unidade diferencial – cada FD era descrita como uma unidade fechada que se constituía independentemente da outra, fora de qualquer relação de interdeterminação. O contraste discursivo, segundo Courtine (2009), supõe o encontro de dois mundos que primeiro se constituem e depois entram em confronto.

Ainda de acordo com Courtine (2009), o pressuposto da homogeneidade da FD teria advindo do fato de que a AD, ao longo de seus primeiros anos, restringiu-se a analisar apenas um tipo de discurso: o discurso político, de partido, notadamente do partido comunista¹⁴⁸. Segundo o autor, esse discurso seria homogêneo e

148 Essa afirmação do autor parece não ser totalmente fiel à história da AD – muitos trabalhos empíricos do período de 1969 a 1979 abordaram outros discursos políticos, como o do partido socialista (MARCELLESI, 1971), assim como discursos que não eram de partidos políticos, como o discurso da imprensa (MALDIDIER, 1971), o discurso de sindicatos (GARDIN, 1976), o discurso da maçonaria (GAYOT, 1973).

por analisar apenas ele, a AD estendeu para o discurso em geral (objeto abstrato) esse traço de um discurso particular (concreto). Isso aparecia inclusive nos métodos empregados, que visavam sempre a identificar o mesmo, a repetição.

Já Pêcheux (2009), concordando com Courtine que o pressuposto da homogeneidade da FD era falso, atribui a causa dele não a uma natureza do discurso político de partido, mas a uma forma de funcionamento desse discurso – o de que ele simularia a homogeneidade, encobrendo a contradição interna (no discurso dos porta-vozes de partido haveria uma homogeneização operada sobre a heterogeneidade real).

Outro problema da AD francesa em relação ao conceito de FD, conforme Guilhaumou (2007), é que as FDs eram abordadas com base em critérios extradiscursivos, sociológicos: o aparelho ideológico, a instituição, o grupo social, o partido político, e não na própria materialidade discursiva. A consideração do critério extradiscursivo também encaminhava para a ideia de homogeneidade.

Como dissemos acima, no início dos anos 1980, a AD opera uma mudança na maneira de conceber o conceito de FD. Algumas forças estão, a nosso ver, diretamente relacionadas a esse processo de mudança que culmina na sua concepção como lugar da heterogeneidade, da abertura, da instabilidade.

Em primeiro lugar, a elaboração dos conceitos de interdiscurso, pré-construído e discurso transversal (PÊCHEUX, 1988), como mencionamos anteriormente, apontando para o não fechamento do discurso e da FD.

Em segundo lugar, as enfáticas intervenções de Pêcheux no artigo de 1977, "Rémontons de Foucault à Spinoza", acerca da necessidade tanto de se colocar a primazia da contradição sobre os contrários quanto de se analisar as relações de aliança, confronto, dominação e subordinação entre FDs, ao invés de apenas propor classificá-las ou descrevê-las isoladamente (Cf. PÊCHEUX, 1990).

Em terceiro lugar, a tese da heterogeneidade constitutiva do discurso, proposta por Jacqueline Authier-Revuz, a partir de investigação sobre o funcionamento de fenômenos como o discurso citado, a ironia, as aspas e a conotação autonímica (tendo por base, por um lado, a problemática da AD francesa e, por outro, conceitos do Círculo de Bakhtin e da Psicanálise):

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos 'outros discursos' e pelo 'discurso do Outro'. O *outro* não é um *objeto* (exterior, do qual se fala), mas uma *condição* (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69).

Conforme a estudiosa, o discurso-outro está por toda parte, e o exercício do discurso está condicionado pela necessária encenação de uma separação entre um dentro e um fora, um interior e um exterior: "[...] o locutor, quando marca explicitamente por formas da distância – pontos de heterogeneidade em seu discurso –, delimita e *circunscreve o outro*, e, fazendo isso, *afirma que o outro não está em toda a parte*" (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.72).

Por fim, a perspectiva da primazia da contradição sobre os contrários adotada por Courtine (2009) em sua análise do discurso comunista endereçado aos cristãos é também uma força na nova concepção de FD. Conforme o autor, FDs contraditórias (antagonistas) não se constituem independentemente, vindo depois a entrar em confronto: constituem-se mutuamente como as duas unidades de uma totalidade. Essa relação de constituição mútua é materializada linguisticamente no discurso: uma vez que certos objetos de discurso de uma FD (o "assunto" de que elas falam) têm origem em outra FD, conseqüentemente, palavras empregadas em uma são cedidas-impostas por outra(s); certas estruturas sintáticas típicas de uma FD não raro são determinadas pelas relações com outra(s) FD(s). A heterogeneidade seria internamente marcada nas FDs.

Nessa perspectiva, segundo o autor, a própria repetição (à qual tanto se dedicou a AD em seu momento inicial) seria encarada como uma marca da relação contraditória:

Se os discursos são repetidos, eles não são retomados 'termo a termo', 'ao pé da letra'. Por serem repetidos no infinito da fala e a fala disseminá-los em enunciados que, por serem repetições, não são nem reformulações literais nem recriações ao acaso. Não há uma identidade de um discurso ou de formação discursiva que venha reinscrever-se de forma anônima nas tomadas de palavras individuais; há tomadas de palavras individuais que, por força de divergir, convergem. (COURTINE; MARANDIN, 2016, p.46).

Mas, além disso, deve-se considerar a organização da repetição em função da luta ideológica: por um lado, o que se repete, se lembra; por outro, o que se esquece, o que se apaga, o que se denega.

Courtine (2009) propõe, dessa maneira, que a FD seja concebida como um objeto não discreto, isto é, possuindo fronteiras não eternamente estabelecidas e fechadas, mas que se deslocam em função da luta ideológica; ainda, como objetos passíveis de mudanças, em função dessa mesma luta e das relações com outras FDs; e, sobretudo, como formações não homogêneas ou cristalizadas, isto é, como formações em cujo interior irrompem elementos de outras FDs, do interdiscurso. Em suma, uma FD possui descontinuidades e contradições que convivem com as repetições.

Em relação a esse último aspecto, Courtine e Marandin (2016) enfatizam que a FD seja abordada como heterogênea e contraditória. Uma vez que a FD colhe elementos do interdiscurso (isto é, enunciados e objetos de discurso) e os articula com os elementos que lhe são próprios, a combinação nem sempre resulta coerente, mas frequentemente contraditória, incoerente.

A partir de então, isto é, dessa retificação conceitual, não seria mais possível supor uma FD sem relação com outras. Sua análise deveria

passar pela consideração dessa relação constitutiva. Acontece, porém, que o passo seguinte esperado não é dado – a formulação de metodologias que permitissem essa nova forma de abordagem da FD. O que acontece é uma mudança de rumo – no horizonte da terceira época da AD a indicação de um abandono do conceito, que não seria mais pertinente ou heurístico. A ascendência da alteridade sobre a identidade colocaria em causa o conceito de FD (PÊCHEUX, 1997). Além disso, a descoberta de certo tipo de sequências discursivas (que, afetadas por uma “vacilação discursiva”, não se deixariam relacionar a uma FD específica, isto é, não permitiriam determinar por qual FD seriam engendradas) também colocaria em causa o referido conceito (Cf. PÊCHEUX, 1997).

Após esse longo percurso, chegamos de volta ao nosso ponto de partida – retornar ao conceito de FD para perscrutá-lo um pouco mais, considerando que ele não está esgotado. Diante de tais mudanças no conceito (sofridas principalmente a partir do início dos anos 1980), qual estado conceitual seria pertinente assumir para a análise de discursos concretos? Seria a primeira definição de FD incompatível com a segunda a ponto de dever-se optar por uma delas? A nosso ver, não. Pensamos ser possível uma articulação entre os vários aspectos do conceito. A tese da heterogeneidade e da contradição constitutiva não implica uma rejeição da FD como a matriz do sentido de palavras e expressões, como família parafrástica e como componente de formações ideológicas.

Sendo assim, o conceito de FD que sustenta nossa análise leva em conta: a) o fato de a FD determinar o sentido das palavras e expressões, isto é, ser a matriz do sentido; b) o fato de FDs distintas falarem das mesmas “coisas” (a palmada, a criança, a comunicação) sob modalidades contraditórias; c) o fato de serem conjuntos de enunciados em relação de paráfrase; d) o fato de serem objetos não completamente fechados em suas fronteiras (o que não significa que não possam ter certa unidade que pode ser apontada, demonstrada), nem constituídos fora de sua relação constitutiva com o seu exterior, o interdiscurso.

Como se pode notar, nossa abordagem propõe que não só o conceito de FD é central nas análises (o objetivo da pesquisa é descrever/interpretar formações discursivas), mas também que os traços constitutivos do conceito, elaborados ao longo dos anos 1970, sejam articulados e não se abandonem alguns em prol de outros.

O intuito da descrição das FD constituídas em torno da palmada como recurso pedagógico é mostrar sua unidade (supondo que ela possa ser encontrada), mas não exatamente para fazer uma classificação, e sobretudo: a) demonstrar as contradições existentes; b) demonstrar as relações interdiscursivas (a presença do exterior constitutivo), partindo da tese cara à AD de que os discursos não se constituem independentemente vindo depois a entrar em contradição, mas se constituem uns em relação aos outros.

2. O tema dos discursos em questão – a palmada e a lei da palmada

A “Lei da Palmada”, que tem como nome oficial “Lei Menino Bernardo”, alterou e acrescentou dispositivos no Estatuto da Criança e do Adolescente, incidindo especificamente sobre os artigos 18 e 70.

A lei foi sancionada em junho de 2014, pela então Presidenta Dilma Rousseff, após um longo processo que se iniciou ainda em 2003. O período que separa a apresentação do projeto de lei e a promulgação da lei (onze anos) foi marcado por muitos debates no Legislativo e na sociedade civil e por alterações no texto do projeto original.

O âmago dos debates residia no fato de que se propunha proibir o uso de castigos físicos que resultassem em dor como forma de educação de crianças e adolescentes, incluídos aí a palmada, os beliscões e os puxões de orelha. Debatia-se se o Estado possui legitimidade de intervir em questões consideradas de foro íntimo, como a escolha da forma de educação dos filhos.

Após os anos de debates e entradas e saídas do projeto de lei das pautas do Legislativo, a lei teve seu texto alterado, com a retirada de expressões como *palmas* e, finalmente, foi sancionada. O texto da lei diz o seguinte:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I – castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão;

II – tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou

b) ameace gravemente; ou

c) ridicularize.

Apesar de o texto não incluir palavras como *palmas*, *beliscões*, mas uma expressão de sentido largo (castigos físicos), as discussões que novamente apareceram na sociedade em geral quando da sanção da lei continuaram incidindo sobre a *proibição das palmas*.

Portanto, ao lado do debate em torno da legitimidade dessa lei, surge outro debate, objeto de um investimento discursivo infinitamente maior, aquele sobre a *palma* como recurso educativo. O debate acerca da *legitimidade da palma*, para nós, configura-se como um acontecimento discursivo na medida em que *formações discursivas* (FD) contraditórias emergem e se delineiam em torno dessa questão.

3. As formações discursivas em torno da palmada como recurso pedagógico

3.1 Aspectos metodológicos da pesquisa

O *corpus* da pesquisa constitui-se de um conjunto de textos publicados em jornais, revistas (de informação e especializadas) e *blogs*, tendo por tema a “Lei da palmada”. São notícias, reportagens e artigos de opinião publicados no período entre 2006 e 2014, sendo a maioria do ano de 2014, nos meses que coincidiram com a aprovação pelo Legislativo e com a sanção pelo Executivo da referida Lei. O *corpus* caracteriza-se, assim, como constituído de diversas sequências discursivas ou enunciados (e não um único), produzidas por sujeitos diferentes, a partir de posições ideológicas heterogêneas.

A coleta do *corpus* foi feita por meio de *sites* de buscas com as expressões “palmada”, “lei da palmada”. Houve, portanto, a escolha de palavras-chave ou termos-pivô como critério de seleção do *corpus*. Após as buscas, os textos foram salvos em computador pessoal. Após a coleta, foi feita a leitura dos textos em sua totalidade, com o objetivo de encontrar regularidades no *corpus*. Dentre essas, identificou-se que os textos frequentemente tratavam de temas relacionados à palmada, como a criança e a comunicação. Dessa forma, enunciados em torno desses três temas foram selecionados. Este conjunto de enunciados consistiu no *corpus* específico da pesquisa.

A abordagem do *corpus* deu-se a partir de uma perspectiva sincrônica, isto é, que busca evidenciar as configurações mais estáveis dos discursos analisados. Ainda que os textos do *corpus* tenham sido produzidos ao longo de aproximadamente oito anos, não foram notadas mudanças de discurso que exigissem uma abordagem diacrônica, isto é, evidenciando mudanças discursivas importantes em cada formação discursiva identificada.

Como se pode notar, adotamos nesse momento da análise a mesma metodologia dos primeiros trabalhos de AD – constituição do *corpus* a partir de termos-pivô ou palavras-chave: foram selecionados enunciados ou sequências discursivas contendo as palavras-chaves estabelecidas.

3.2 A FD como matriz do sentido: o sentido de *palmada* em duas FDs

Como dissemos acima, toda uma série discursiva constituiu-se em torno da “Lei da palmada”, caracterizando, de acordo com nossa análise, duas formações discursivas bem definidas no que tange à maneira de conceber determinados temas, dos quais a palmada como recurso educativo é o principal. Como dissemos acima, também o tema da criança e da comunicação é constitutivo dessas FDs, sendo temas que podemos considerar transversais.

Levando em conta a tese de Pêcheux de que “[...] as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva a outra” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p.26), podemos afirmar que as FDs em questão podem ser definidas e delimitadas a partir do sentido que dão à palavra “palmada”. Cada sequência discursiva do *corpus* pode ser referida a uma dessas FDs conforme o sentido que palmada aí receba. Já aqui a modalidade da contradição aparece de forma relevante.

Nossa conclusão da existência de duas FDs sustenta-se em outra tese de Pêcheux, a de que as FDs se definem por tratarem de temas diferentes ou por tratarem dos mesmos temas, mas sob a modalidade da divisão (Cf. PÊCHEUX; FUCHS, 1997; PÊCHEUX, 1990). Ao encontrarmos várias sequências discursivas sobre um tema – a palmada como recurso educativo de crianças – o passo seguinte era saber se havia uma ou mais FDs. Como “palmada” recebia diferentes sentidos, aparecendo sob a modalidade da divisão, concluímos haver duas FDs.

A identificação dos sentidos atribuídos em cada FD à palavra em questão foi feita com base nos procedimentos comuns da AD nos seus inícios (as relações de seleção, substituição e de combinação): a partir do levantamento das palavras usadas para substituir “palmada” e das palavras e expressões a ela combinadas, pudemos identificar que sentido a palavra recebia em cada FD.

As duas FDs identificadas foram definidas em função de sua questão em comum: o uso da palmada como recurso educativo de crianças, sendo, portanto, duas FDs relativas à educação de crianças. Uma FD foi nomeada de “FD da palmada como educação” enquanto a outra foi nomeada como “FD da palmada como violência”.

A “FD da palmada como educação” institui os seguintes sentidos de palmada: educação, limite físico, disciplina, disciplina corporal, forma de comunicação, comunicação corporal. Em suma, palmada é educação e disciplina. Nessa FD, a palavra-chave aparece com algumas variantes: “palmadinha”, “palmada leve”, “palmada pedagógica”, “tapa leve”. Essas variantes ou estão na forma diminutiva ou são acompanhadas de um adjetivo que sinaliza para uma sutileza do ato da palmada.

Citamos a seguir alguns enunciados do *corpus* como ilustração do que acabamos de afirmar.

“A palmada [...] possui [...] uma *função educativa e limitadora*.”

“[...] um tapa leve pode ter grande valor de *instrução e proteção*.”

“É incoerente punir pais que usam palmadinhas [...].”

“Psicóloga pela PUC-SP [...] defende o direito dos pais a uma palmadinha [...]”.

“[...] a *linguagem corporal*, muito mais direta e clara que a verbal, pode ser mais apropriada em algumas situações.”

“Faz-se necessário que tanto o Legislativo quanto a sociedade apreendam a fundamental diferença entre o limite físico (*palmada*) e a agressão física (*violência*).”

Nos enunciados acima, sublinhamos a palavra-chave e suas variantes e colocamos em itálico as palavras e expressões que sinalizam para o seu sentido no âmbito da FD. O último enunciado é representativo do *corpus* – as palavras entre parênteses afirmam o sentido legítimo que aquela FD institui para “palmada”.

A “FD da palmada como violência” institui os seguintes sentidos de palmada: violência, castigo físico, agressão, punição física, desrespeito.

Vejam-se alguns enunciados do *corpus*:

“A palmada é uma forma de *violência* contra a criança.”

“O designer gráfico [...] e sua mulher [...] são contra qualquer tipo de *agressão física*.”

“Considero que a palmada é antes de tudo um *ato de covardia*.”

“O ato de bater para educar [...]. São séculos de *desrespeito* às crianças.”

“Fora que com o tapa e com essa *falta de respeito* iniciamos um embate [...]”

Esses exemplos ilustram a tese da AD segundo a qual em cada FD uma palavra pode ser substituída apenas por um grupo muito específico de sinônimos. No caso da FD da palmada como violência, são esses os sinônimos (castigo físico, violência, agressão). A FD da palmada como educação jamais poderá usar esses sinônimos em casos em que queira fazer as chamadas substituições lexicais. A palavra “palmada” muda de sentido quando passa de uma FD a outra: de “educação” à “violência”.

3.3 O interdiscurso e as relações interdiscursivas

Como dissemos acima, o conceito de formação discursiva sofreu reformulações e deslocamentos. Um desses deslocamentos foi causado pela proposição do conceito de interdiscurso, definido

como “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1988, p.162). Esse novo conceito é contemporâneo de uma nova problemática na AD, na qual o objetivo das análises passa a ser não mais meramente contrastar discursos, mas mostrar suas relações de constituição mútua.

A partir do conceito de interdiscurso, analisamos as relações de confronto, aliança e dominação entre FDs. Inicialmente, enfocamos as relações de aliança (apontamos quais FDs fornecem uma série de pré-construídos dos quais as FDs em questão se servem na formação de seu intradiscurso). Em seguida, enfocamos as relações de confronto e de dominação (evidenciamos as relações que as duas FD em tela estabelecem entre si). Desse modo, avançamos mais um passo na descrição de FDs – após a etapa do contraste e da delimitação segue a etapa das interrelações de constituição.

3.3.1 Relações de aliança

A FD da palmada como educação estabelece relações de aliança com o discurso da tradição e dos costumes (experiências pessoais ou de conhecidos), com o discurso religioso cristão e com o discurso científico (da Psicologia e da Pedagogia). Isso é ilustrado nos seguintes enunciados:

“Desde que o mundo é mundo, cabe aos pais agir de forma repreensiva com o objetivo de formar o caráter [...]”;

“[...] sei de vários casos bem sucedidos de pessoas educadas com palmadas”;

“Se apanhei foi com razão [...]. Foi chamada de atenção, tapa no bumbum. Esse tipo de palmada não me fez mal nem física nem psicologicamente.”

“A Bíblia recomenda o uso da palmada pedagógica (Provérbios 13:24; Provérbios 22:15) na educação de crianças para a glória de Deus.”

“Os psicólogos e pedagogos são quase unânimes em afirmar que a palmadinha, aquela tradicional e moderada [...] pode ser positiva na educação infantil.”

A FD da palmada como violência apoia-se mais no discurso científico. Em primeiro lugar, no discurso da História e da Antropologia. Ela tenta localizar historicamente o uso de castigos físicos como forma de educação ou disciplina, apontando os exemplos da cultura grega, por um lado, e da cultura dos povos tradicionais que habitavam o território que hoje é o Brasil, por outro. Nesse sentido, surgem enunciados tais como:

“Esse comportamento anacrônico” [o uso de palmada].

“O ato de bater para educar é meramente cultural. São séculos de desrespeito às crianças.”

“Por que essa ‘educação’ faz parte da nossa cultura?”

A FD em questão interpela os sujeitos a historicizarem ou a relativizarem os costumes que lhe parecem naturais, evidentes, universais. Respondendo à pergunta do terceiro enunciado acima citado, sustenta que os índios não usavam palmadas, que o europeu é que as introduzira.

Essa FD também estabelece relação de aliança com a Psicologia:

“Criança é um ser em constante desenvolvimento, em constante aprendizado. Mas é criança, e reagir, contestar, desobedecer fazem parte do seu *comportamento normal*.”

“A palmada ‘corretiva’ pode gerar estresse e não causar o efeito pretendido [...]”

Várias sequências discursivas do *corpus* constituem-se do relato de pesquisas cujos resultados apontavam para um ciclo de reprodução da violência por crianças que sofreram violência.

A análise das relações interdiscursivas revela um funcionamento importante das duas FDs aqui cotejadas. Ambas estabelecem relações de aliança com o discurso científico, especificamente o do campo da Psicologia, porém buscam nesse campo os enunciados que lhe são pertinentes e os apresentam como consensuais. Nesse gesto, constroem uma imagem do campo tal como se fosse homogêneo em sua configuração, esquecendo/apagando sua contradição interna. Cada FD estabelece, assim, um domínio do que pode e deve ser dito e do que não pode/deve ser dito em relação ao campo da Psicologia.

A FD da palmada como educação universaliza os fatos: apresenta a palmada como um recurso educativo válido para todos em qualquer época e lugar; desse modo, apresenta-se como uma FD conservadora, que busca a manutenção dos costumes já estabelecidos, da sabedoria. Essa FD, inclusive, representa o discurso da FD contrária como um discurso “da moda”, como um discurso que faz eco ao movimento do “politicamente correto”.

“A educação brasileira vive hoje sob a tirania do politicamente correto.”

A FD da palmada como violência, contrariamente, historiciza os fatos, mostrando sociedades que empregavam esse recurso, como a grega, e sociedades que não empregavam, como as indígenas brasileiras antes da chegada do colonizador, a fim de relativizar o absoluto apresentado pela FD contraditória. Apresenta-se a si mesma, portanto, como uma FD transformadora, renovadora, que busca uma mudança de paradigmas educacionais.

Como dito anteriormente, as FDs, porque não são fechadas e homogêneas, mas sim fronteiras em movimento, constituem-se na relação com um exterior que existe internamente, o interdiscurso, por meio de seus pré-construídos.

3.3.2 Relações de confronto/contradição

Tratamos aqui das relações de interconstituição entre as FDs. Uma vez que as FDs analisadas se constituem ao redor de um mesmo tema (a palmada), posicionando-se contraditoriamente em relação a ele, elas se constituem e se definem uma em relação à outra. Cada FD não se constitui isoladamente, mas na relação. O confronto entre ambas se materializa em alguns enunciados, como os que seguem:

“Faz-se necessário que tanto o Legislativo quanto a sociedade apreendam a fundamental diferença entre o limite físico (palmada) e a agressão física (violência).”

“A palmada, portanto, (jamais a surra, o espancamento, a agressão) possui, nessa fase da vida da criança, uma função educativa e limitadora.”

“Caso seja necessário, uma palmadinha resolve. Repito que isso é diferente de uma cintada, socar, surrar uma criança. Isso nunca.”

Os enunciados acima testemunham a relação de confronto que se estabelece entre as FDs em questão. A FD da palmada como educação responde a outra dizendo que a palmada não é, como aí se concebe, um ato de violência (que a violência é a surra, o espancamento), na tentativa de desassociar “palmada” de “violência” (associação própria da outra FD). Trata-se de afirmar que ali não se concebe estar usando a violência, mas disciplina, limite, proteção. Os enunciados expressam isso em sua materialidade – a recorrência do adjetivo “diferente” (“é diferente...”) e do substantivo “diferença”, bem como dos advérbios de negação “jamais”, “nunca”, “não” são alguns exemplos.

Vejamos outro conjunto de enunciados:

“O ‘limite’, até onde seja possível nomear essa falta de moderação, ultrapassa cada vez mais a linha moral e do bom senso dentro e fora dos lares brasileiros.”

“Por que essa ‘educação’ faz parte da nossa cultura?”

“A palmada ‘corretiva’ pode gerar estresse e não causar o efeito pretendido [...]”

Nesses enunciados, provenientes da FD da palmada como violência, é mobilizado o recurso das palavras entre aspas. Como demonstrou Authier-Revuz (2004), o uso das aspas sobre palavras ou expressões é uma das marcas mais comuns da presença do Outro no Um. As aspas encontradas nos enunciados acima são marcas de rejeição e de questionamento ostensivo das palavras próprias da FD contraditória. Em suma: a FD questiona a legitimidade de usar palavras como “limite” e “educação” como sinônimas de palmada, uma vez que atribui a essa palavra outro(s) sentido(s). A todo momento, há um questionamento do discurso da outra FD.

O problema da comunicação entre adultos (pais) e crianças (filhos) também é objeto de confronto entre as duas FDs em tela. Para a FD da palmada como educação, a comunicação verbal não é eficaz com crianças pequenas porque estas ainda não desenvolveram completamente sua capacidade simbólica. A criança pequena é incapaz de compreender argumentos, especialmente se estiver em situação de estresse. Nesses casos, a linguagem corporal, física, é necessária: a palmada é “o uso físico do NÃO”.

“A palmada não deve ser punitiva, e sim educativa [...]. O ensinamento acontece mediante a associação da palavra [não] com a palmada.”

“Crianças têm um limite de compreensão argumentativa, pouca noção temporal e de causalidade.”

Já na FD da palmada como violência, a linguagem verbal e a argumentação podem ser compreendidas, sim, pela criança. A comunicação verbal sempre é eficaz, mesmo nos momentos de birra, isto é, de estresse. O problema em relação ao uso da linguagem verbal, quando acontece, não tem sua origem numa incapacidade

da criança, mas na do adulto: geralmente, o adulto é que não sabe se comunicar com a criança e por isso ela não o entende; além disso, os adultos não têm empatia – não conseguem entender o que as crianças estão comunicando nos episódios de teimosia e birra.

“Talvez a ‘palmada pedagógica’ seja fruto da inabilidade na comunicação com o outro.”

Por fim, além do confronto sobre os sentidos legítimos de “palmada” e sobre a eficácia da comunicação verbal com crianças, há um outro, que diz respeito às consequências do não uso da palmada para o comportamento futuro da criança.

“É preciso colocar limites senão teremos crianças mimadas e nós, com os cabelos brancos, vamos pagar o pato.”

O enunciado acima é um indício do modo como a FD da palmada como educação recebe o discurso da FD contraditória. Para aquela, condenar a palmada como violência e, portanto, excluí-la como recurso educativo significa necessariamente deixar de interpor limites às crianças. Essa pretendida não interposição de limites e disciplina estaria diretamente relacionada à geração de crianças mimadas e mal-educadas, que dominam os pais, e de adultos indisciplinados, marginais, tiranos. Sem o recurso da palmada, os pais ficariam reféns das vontades das crianças, não conseguiriam impor limites e regras, bem como autoridade.

“Mas quando o NÃO não funciona, resta aos pais a demonstração física do não. E esta demonstração é exatamente a palmada.”

A autoridade dos pais e a disciplina das crianças, nessa FD, depende do domínio físico, do domínio do corpo da criança, do exercício da força. Há um apagamento das outras formas de limite e disciplina (como castigos não físicos, estabelecimento de regras em família, etc.). Portanto, educação “sem palmadas” significa “sem educação” e “sem limites”: os pais não teriam mais condições de exercer a autoridade sobre os filhos, mostrando quem manda.

Como dissemos anteriormente, o aspecto da contradição na análise de FDs implica a existência de um ponto em comum entre os contrários que se constituem mutuamente. Nas FDs analisadas, esse ponto consiste no “consenso” de que as crianças devem ser educadas e disciplinadas – cabendo essa tarefa aos pais, e não a outras pessoas (como professores, avós, irmãos, vizinhos, etc.). O que se nota na materialidade linguística dos discursos sustentados pelos mais diversos sujeitos concretos é que a palmada é sempre discutida em relação a seu uso pelos pais, nunca pelos professores ou cuidadores, apesar do fato de que a Lei da Palmada (que gerou o debate) estabelece que pais, professores e cuidadores estão proibidos do uso de castigos físicos como forma de educação. As duas FDs concordam tacitamente que professores, por exemplo, não podem lançar mão desse recurso.

| Considerações finais

Em nossa análise, identificamos duas FDs definidas em torno dos sentidos atribuídos ao elemento significante “palmada”. Essa delimitação de fronteiras sustentou-se em dois critérios articulados: o primeiro foi a própria materialidade linguística, conforme orientações de Guilhaumou (2007) acima referidas; e o segundo foi a natureza regional e de classe das FDs (PÊCHEUX; FUCHS, 1997) – o que permite que duas FDs falem das mesmas coisas (a palmada) sob a modalidade da divisão, isto é, sob uma forma contraditória (palmada como educação *versus* palmada como violência), ligadas a posições de classe em conflito.

O uso desses dois critérios articulados, entretanto, não permitiu relacionar com clareza as duas FDs encontradas a alguma formação ideológica da qual seriam componentes, nem mesmo a um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1980). Se o critério sociológico e extradiscursivo, criticado por Guilhaumou, pode conduzir a encarar FDs como homogêneas, por sua vez, os critérios linguístico-discursivo e regional/de classe não permitiram reinserir as FDs na conjuntura

mais ampla da formação social. Temos aqui um impasse que requer novas investigações.

As duas FDs identificadas mantêm entre si relações de contradição e confronto – nascem juntas a partir de uma contradição motriz (a educação de crianças) e se diferenciam e se constituem em relação, cuja natureza é a do confronto.

As duas FDs são heterogêneas, uma vez que são atravessadas por objetos vindos do interdiscurso, da FD contraditória e de FDs aliadas. Essas FDs nem sempre dissimulam sua dependência em relação ao interdiscurso, na medida em que com frequência apelam para enunciados alheios sem necessariamente absorver o interdiscurso no intradiscurso. Mas cada FD configura-se como um ponto de estabilidade no interior dessas relações, configurando-se a si mesma como objetos contendo uma unidade-identidade bem definida em relação a seu exterior – condição necessária para o exercício da prática discursiva, conforme mostrou Authier-Revuz (2004).

No *corpus* analisado, não encontramos enunciados divididos ou com tamanho grau de ambiguidade-vagueza que não pudessem ser remetidos a uma ou a outra FD. Também não encontramos no *corpus* enunciados que fossem contraditórios entre si, colocando em xeque a existência de uma FD. As duas FDs identificadas, ao contrário, apresentam um funcionamento caracterizado pela coerência.

A respeito do *corpus*, vale frisar que ele foi constituído de uma massa de textos empíricos produzidos por sujeitos empíricos diversos e isso permitiu empreender uma análise não subjetiva do discurso, isto é, que não coloca o sujeito como a fonte do sentido e do próprio sujeito. A análise de um *corpus* dessa natureza, a nosso ver, propicia melhores condições de uma análise não subjetiva do que um *corpus* constituído de textos de um único sujeito concreto determinado, ou de um único texto. Diversos sujeitos concretos (os autores dos textos) sustentam um ou outro discurso sobre a palmada (como violência ou como educação), reunindo-se em dois grupos sociais distintos. São dois grupos de sujeitos que prezam pela educação das

crianças, mas que se posicionam contrariamente sobre a melhor estratégia ou ferramenta para alcançar esse objetivo. Isso confirma a tese central da AD de que os discursos não são individuais, mas sociais.

Finalizando, pode-se afirmar que, longe de ser uma realidade ilusória, as formações discursivas, na verdade, apresentam-se como tecidos tenazes de evidências, retroalimentando-se, e desse modo agrupando os sujeitos em função do posicionamento que assumem. Retomando Courtine e Marandin (2016), pode-se afirmar que convergimos para divergir. A identificação da unidade de uma FD e sua oposição a outra não implica supor que esta seja um bloco homogêneo ou que se constitua independentemente de outras FDs. Conforme Possenti (2004), o princípio da unidade de uma FD não está nela mesma, mas em um “conflito regrado” com outras. Desse modo, é possível propor a existência da unidade relativa de uma FD.

| Referências

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado. Posições 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 47-101.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In: AUTHIER-REVUZ, J. Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004. p. 11-80.

BRANCA-ROSOFF, S. Formação discursiva: uma noção excessivamente ambígua? *In: BARONAS, R.; KOMESU, F. (org.). Homenagem a Michel Pêcheux*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 127-148.

BRASIL (2014). Lei 13.010/2014, de 26/06/2014. Lei da Palmada ou Lei Bernardo CÂMARA DOS DEPUTADOS, Projetos de leis e outras proposições. Disponível em: <http://bit.ly/33jOaqU>. Acesso em: 03 mar. 2019

COURDESSES, L. Blum et Thorez en mai 1936 : analyses d'énoncés. *Langue française*, Paris, n. 9, p. 22-33. 1971. Disponível em: <http://bit.ly/2vG9BWN>. Acesso em: 30 out. 2011.

COURTINE, J.-J.; MARANDIN, J.-M. Que objeto para a análise de discurso? *In*: CONEIN, B.; COURTINE, J.-J.; GADET, F.; MARANDIN, J.-M.; PÊCHEUX, M. (org.). *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.

COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

GARNIER, S.; SITRI, F. Problemas epistemológicos em análise do discurso: o caso do enunciado concessivo. *In*: BARONAS, R. L.; KOMESU, F. (org.). *Homenagem a Michel Pêcheux*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. p. 93-106.

GUILHAUMOU, J. Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. *In*: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João, 2007. p. 105-117.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João, 2007. p. 13-32.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: reler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, D. Le discours politique de la guerre d'Algérie: approche synchronique et diachronique. *Langages*, Paris, n. 23, p. 57-86, 1971. Disponível em: <http://bit.ly/38MhBCZ>. Acesso em: 06 mai. 2010.

MARCELLESI, J.-B. Analyse de discours à entrée lexicale (application à un corpus de 1924-1925). *Langages*, Paris, n. 41, p. 79-124, 1976. Disponível em: <http://bit.ly/38Hupub>. Acesso em: 22 mai.2010.

MARCELLESI, J.-B. Éléments pour une analyse contrastive du discours politique. *Langages*, Paris, n. 23, Le discours politique, p. 25-56, 1971. Disponível em: <http://bit.ly/3aMuL4g>. Acesso em: 03 mar. 2019.

NARZETTI, C. Para uma história epistemológica do conceito de formação discursiva. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, v. 18, n. 3, p. 647-663, set./dez. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2TImNDy>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). *Legados de Michel Pêcheux*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-76.

PÊCHEUX, M. O estranho espelho da Análise do discurso. In: COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 21-26.

PÊCHEUX, M. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, D. *L'Inquiétude du Discours*. Paris: Cendres, 1990. p. 245-260.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 311-319.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 163-252.

PÊCHEUX, M.; WESSELIUS, J. A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: três organizações estudantis em 1968. *In: ROBIN, R. História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 265-282.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 353-392.

ROBIN, R. *História e linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

Foucault, Pêcheux e a formação discursiva

Cláudia Rejanne Pinheiro Granjeiro¹⁴⁹

149: Professora de Linguística na URCA - Universidade Regional do Cariri – Ceará. Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Câmpus de Araraquara.

Uma das questões mais relevantes no escopo da chamada Análise do Discurso de linha francesa talvez seja a noção de formação discursiva (doravante FD), visto que esta se relaciona diretamente com a problemática do Sujeito, um dos temas sempre pulsantes nas ciências humanas. Partindo desse pressuposto, discutimos a noção de formação discursiva verificando a forma pela qual essa noção se relaciona com a constituição da(s) identidade(s) do Sujeito, através da colocação em diálogo de dois teóricos basilares dessa disciplina: Michel Pêcheux, seu fundador, e Michel Foucault, cujas elaborações, como uma “flecha no coração do presente” contribuíram muito significativamente para esse campo do saber, no sentido de pensar a relação entre o discurso, o Sujeito, os poderes e a História¹⁵⁰.

Tais diálogos não foram tranquilos, perenes, ao contrário, surgiram no bojo de um caldeirão cultural fervente, num momento de fissuras, de profundos questionamentos, deslocamentos, em que tanto as aproximações quanto os distanciamentos não poderiam deixar de ser tanto esquivos, tensos e transversos quanto necessários.

1. Discurso e formação discursiva em Foucault

Falamos a sua língua mas
não entendemos seu sermão
(Nando Reis)

A formulação do conceito de formação discursiva (FD) em Foucault está desenvolvida, principalmente, na *Arqueologia do Saber*, publicado em 1969. Em trabalhos anteriores, como a *História da Loucura* e o *Nascimento da Clínica*, ele já havia analisado os mecanismos de constituição do saber da medicina e da loucura. Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault analisa a mudança dos saberes

150 O diálogo entre esses dois autores no tocante a diversos outros aspectos da Análise do Discurso estão desenvolvidos, entre outras obras em: GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2004.

da época clássica para a época moderna (passagem do século XVIII ao século XIX) com relação aos temas da vida, do trabalho e da linguagem. Através dessa análise, ele aponta as relações entre dizer e fazer. Distanciando-se tanto da ideia de que a palavra é a coisa, como da concepção platônica de linguagem como representação, Foucault defende que a palavra institui a coisa, ou seja, se a linguagem se coloca em movimento pelos discursos, então, são esses discursos que instituem os objetos de que falam; é a discursivização, o falar sobre que constitui o “referente”. Assim sendo, ele não procede a sua análise partindo do sujeito ou do objeto porque, para ele, esses elementos não existem *a priori*. Eles só vão existir a partir do momento em que forem constituídos por uma prática dentro de uma sociedade, como por exemplo, o corpo. Na Idade Média, o corpo do homem não era visto da mesma forma que no século XVIII, pelo fato de encontrar-se naquele momento histórico bastante determinado pelo teocentrismo, pelas superstições etc., diferentemente do século XVIII, no qual, com a descoberta da patologia, o corpo passa a ser visto como um conjunto de órgãos e a Medicina passa a discursivizá-lo, a fabricar práticas/dizeres sobre ele.

Esses diferentes saberes nasceram, pois, de práticas, de formas de organização. É nessa perspectiva de abordagem em que se inserem as ideias desenvolvidas na Arqueologia do Saber, as quais, a princípio, constituiriam o prefácio de *As palavras e as coisas*. A Arqueologia do saber é um livro de caráter teórico-metodológico, em que o autor reflete sobre seus trabalhos anteriores e sistematiza uma série de conceitos basilares para a abordagem do discurso. Sua preocupação fundamental, nesse momento, é a de analisar as condições de possibilidade dos discursos. Assim, para a construção do conceito de formação discursiva, Foucault vai operar construindo os conceitos pela negativa, tendo sempre em vista seu objetivo de descrever os mecanismos de constituição das “ciências do homem”. Interessava-lhe, pois, saber o que são esses domínios, essas massas enigmáticas que chamamos a Medicina, a Gramática, a Economia política etc.

É, pois, da colocação de tais questões de onde vem o conceito de formação discursiva de Foucault (1997). Para ele, os discursos são uma dispersão, ou seja, são formados por elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade *a priori*, cabendo à Análise do Discurso descrever essa dispersão, buscando as “regras de formação” que regem a formação dos discursos. Assim, para o autor:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva. (FOUCAULT, 1997, p. 43).

Em Foucault, as regras que determinam uma formação discursiva apresentam-se, pois, como um sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias. Todos esses elementos caracterizam a formação discursiva em sua singularidade, possibilitando a passagem da dispersão para a regularidade¹⁵¹.

Para Foucault, a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria etc. Isso quer dizer que o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é a sua linearidade formal – sintática ou semântica –, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública etc.). Michel Foucault chama de *écart* enunciativo a regra de formação (as modalidades enunciativas) dos enunciados na sua heterogeneidade, na sua impossibilidade de se integrar a uma única cadeia sintática.

151 Na *Arqueologia do Saber*, a colocação do conceito de formação discursiva aí não se esgota. Ele vai, em seguida, esmiuçar cada um desses elementos componentes da noção de FD: formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, das estratégias etc.

Foucault estabelecia as relações entre os dizeres e os fazeres, apontando para a não-autonomia das práticas discursivas, não abordando as questões de luta de classes e ideologia na mesma perspectiva do marxismo. Para o marxismo, o motor da história é a luta de classes, cujos embates ocorrem continuamente até ocorrer uma revolução que promoveria uma ruptura na estrutura da sociedade, cujo resultado último seria o desaparecimento da classe dominante enquanto tal. Para Marx (1998), a construção de uma sociedade comunista (sociedade sem classes, portanto, sem exploração do homem pelo homem) seria o grande desafio (fim) histórico da classe trabalhadora. Foucault, por sua vez, contesta essa concepção de história como continuidade, discorda da ideia de ruptura, concebendo a ideia de acontecimento histórico não como “ruptura”, mas como “irrupção”. Ao invés de ideologia, ele trabalha com a constituição de saberes/poderes, os quais, segundo ele, não passariam necessariamente pela questão das classes sociais e não estariam necessariamente determinados, nem mesmo em “última instância” pelos fatores econômicos:

La noción de ideología me parece difícilmente utilizable por tres razones. La primera es que, se quiera o no, está siempre en oposición virtual a algo que sería la verdad. Ahora bien, yo creo que el problema no está en hacer la partición entre lo que, en un discurso, evidencia la cientificidad y la verdad y lo que evidencia otra cosa, sino ver históricamente cómo se producen los efectos de verdad en el interior de los discursos que no son en sí mismos ni verdaderos ni falsos. Segundo inconveniente, es que se refiere, pienso, necesariamente a algo como a un sujeto. Y tercero, la ideología está en posición secundaria respecto a algo que debe funcionar para ella como infraestructura o determinante económico, material, etc. Por estas três razones, creo que es una noción que no puede ser utilizada sin precaución”. (FOUCAULT apud GALLARDO, 1989, p. 1, grifos nossos).

Assim, Foucault concebe as formações discursivas não em termos de ideologia, termo profundamente marcado historicamente

pelo viés marxista de posições no tocante à luta de classes, mas em termos de saberes/poderes. Ele refuta tanto o termo **ideologia** como **cultura**, os quais minimizariam a dimensão discursiva em prol de vagas “representações”. Além disso, assim como as noções de “ciência” e de “teoria”, essas palavras evocam de uma ou de outra forma uma tendência a pares opostos do tipo **ciência/verdade**, **ideologia/erro** ou algo a que concebia como o sonho de uma transparência do saber livre de “falsas representações” ou “falsas consciências”. As produções discursivas para Foucault são muito mais do que “representações” visto que são elas as ferramentas efetivas de controle e de (trans)formação dos indivíduos.

Tal perspectiva foucaultina era contestada pelos marxistas authusserianos. Dominique Lecourt, por exemplo, em *Sur l'archéologie du savoir. À propos de Michel Foucault* (1970) critica o filósofo no tocante ao que chama de “pontos de fuga” acusando-o de desenvolver um discurso paralelo¹⁵².

Nesse sentido, é somente considerando esse contexto epistemológico, teórico e político tenso, que se torna possível compreender as questões mais profundas que estavam na base das diferenças em torno da questão da formação discursiva entre Foucault e o grupo de Michel Pêcheux.

1.2 Sujeito e identidade em Foucault

Chame nome
Rasgue o verbo
Somos todos
figuras de linguagem
(Flora Fontelles)

Na esteira da questão da formação discursiva em Foucault está a relação desta com o discurso e o Sujeito. Embora tenha discorrido

152 Leia-se discurso paralelo em relação ao que denominavam de “o grande método”: a dialética, no seio do paradigma marxista. Pêcheux também utilizava essa designação para referir-se à dialética. Em *A Língua Inatingível* (2004, p. 33), citando Bertold Brecht, assim se pronunciam Gadet e Pêcheux: “não se pode aceder ao **grande método** sem humor” (grifos nossos).

em toda a sua obra sobre a problemática dos poderes/saberes na sociedade, sua preocupação não era propriamente com o poder. O objetivo central dos seus estudos foi “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura”. Assim, sua abordagem em torno dessa questão está diretamente relacionada com a sua crítica às chamadas “analíticas da finitude”, quais sejam: a fenomenologia, o positivismo e o marxismo, as quais se propuseram a definir o homem por meio da análise de seu corpo, da história da produção ou das suas relações empíricas como responsáveis pelo que ele é em sua “essência”. Para Foucault, a perspectiva dessas analíticas da finitude acabou por cair num “sono antropológico”, ou seja, o sujeito é constituído, mas a filosofia até o século XIX quis apresentá-lo como constituinte, como um cogito de tipo cartesiano, um sujeito agenciador, senhor dos seus atos. Contrariamente, para ele, o sujeito foi sendo constituído por longos, árduos e conflituosos acontecimentos discursivos, epistêmicos e práticos. Assim, como seu propósito era construir uma história do presente, constrói uma arqueogenealogia do sujeito, analisando três modos de objetivação deste, a partir de certas práticas: a) práticas objetivadoras, as quais permitem pensar um sujeito normalizável como objeto da ciência; b) práticas discursivas que cumprem o papel de fundadoras epistêmicas e c) práticas subjetivadoras, por meio das quais o sujeito pode pensar-se enquanto tal, tais como, a prática da confissão, da psicanálise etc.

Nesse sentido, para Foucault, o sujeito não existe *a priori*, nem na sua origem, nem sua suposta essência imanentista. Não há, pois, nenhum tipo de essência identitária *per se*. A identidade do sujeito é uma construção histórica, temporal, datada e como tal, fadada ao desaparecimento. O sujeito, para Foucault, é disperso, descontínuo, é uma função neutra, vazia, podendo adquirir diversas posições, inclusive a de autor: “somos seres de linguagem e não seres que possuem linguagem” (FOUCAULT, 2000, p. 20-21).

O primeiro efeito da abordagem foucaultiana é, pois, o de desapaosar o sujeito do papel central que lhe era atribuído na

tradição cartesiana. O Sujeito já não é mais um *je tout-puissant*, que assume os enunciados. São, inversamente, os enunciados que se impõem a ele em função das diferentes posições que ocupa. Os enunciados são, portanto, produtos de uma multiplicidade de lugares institucionais que coagem fortemente o seu dizer:

A unidade de uma formação discursiva não é a manifestação majestosamente desenvolvida de um sujeito que pensa, que conhece e que diz: é, ao contrário, um conjunto onde se pode determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo. (FOUCAULT, 2000, p. 74).

O projeto mesmo de M. Foucault é, aliás, uma “história do condicionamento do indivíduo pelas instituições.” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 155). Assim, o que ele chama de **subjetividade** aparece como o resultante das “disciplinas”, mediante as quais o Sujeito moderno se constitui por intermédio das práticas objetivadoras que o fundam como objeto de saber/poder/dizer, e o cuidado de si (ligado às práticas de confissão religiosa, de exame de consciência etc).

2. “Foucaultear o que há de bom” ou de como as paralelas se encontram na infinita *highway* da AD

Quando Pêcheux, segundo ele próprio, traz para a AD a noção de formação discursiva, ele faz as readaptações relacionando tal conceito à questão da ideologia e da luta de classes. Tratava-se, segundo o próprio Pêcheux, de extrair da noção de Foucault o que “ela tinha de materialista e revolucionária” (1990), justamente a concepção de discurso como prática. Assim definem Haroche, Pêcheux e Henry (1971), a formação discursiva: “é aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)”.

Aqui, são bastante perceptíveis duas bases epistemológicas fundamentais na teoria de Michel Pêcheux: por um lado, a necessidade de pertencimento às teses althusserianas que associam as condições do dizível diretamente à luta de classes e à ideologia, e por outro, a perspectiva de fulcro na Linguística, onde se faz presente a questão dos gêneros do discurso, um dos componentes da materialidade linguística. A noção de FD em Pêcheux *et al.* (1971), embora abra visivelmente espaço para a questão do gênero do discurso, o foco continua sendo o aspecto da “posição” do sujeito na (da) FD.

No entanto, observa-se, também, uma reelaboração das teses althusserianas, principalmente no que diz respeito à interpelação do sujeito pela ideologia. Em *Les Verités de la Palice* (1975)¹⁵³, Pêcheux coloca a problemática da teoria materialista dos processos discursivos sob o signo das condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção. Ao acentuar a questão da transformação, ele está operando claramente um redimensionamento das teses althusserianas, no sentido da não-univocidade da FD, apontando para a sua heterogeneidade. Em *Rémontons de Foucault a Spinoza* (1990), Pêcheux (1990, p.54) rediscute a noção de ideologia, abrindo espaço para a questão das fronteiras maleáveis da formação discursiva:

Naquilo que concerne à ideologia, corresponde ao fato de que os aparelhos ideológicos do estado são por sua própria natureza plurais: eles não formam um bloco ou uma lista homogênea, mas existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação tais que suas propriedades regionais (sua especialização, nos domínios da religião, do conhecimento, da moral, do direito, da política, etc) contribuem desigualmente para o desenvolvimento da luta ideológica entre as duas classes antagonistas, intervindo desigualmente na reprodução ou na transformação das condições de produção.

153 PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et alli*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

Pêcheux opera, pois, com a categoria marxista da contradição dos “dois mundos em um só”, de que “o gérmen do novo está dentro do velho”, ou na reformulação de Lênin: “o um se divide em dois”, o que significa que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, ela só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, *op. cit.*, p.55).

Isso quer dizer que a FD é uma unidade dividida, a qual, embora seja passível de descrição por suas regras de formação, por suas regularidades, ela não é una, mas heterogênea, não de forma accidental, mas constitutiva. Assim, no interior de uma mesma FD coabitam vozes dissonantes que se cruzam, entrecruzam, dialogam, opõem-se, aproximam-se, divergem, existindo, pois, espaço para a divergência, para as diferenças, pois uma FD é “constitutivamente freqüentada por seu outro” (PÊCHEUX, 1997a, p.57).

A grande consequência da instalação do outro na FD é justamente a concepção de sujeito que daí decorre. O intuito de Pêcheux era constituir uma teoria não subjetivista do sujeito para a qual operam necessariamente a ideologia e o inconsciente.

De acordo com essas afirmações, verifica-se ainda, uma forte tendência althusseriana de colar o sujeito na formação discursiva, apontando para uma unicidade entre o sujeito e a FD. Entretanto, em outro capítulo do mesmo livro, Pêcheux (1997a) introduz outras modalidades de tensão entre o sujeito e a formação discursiva, modalidades das tomadas de posição, quais sejam:

A superposição entre o sujeito do discurso e o sujeito universal que revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD, a qual marca a reduplicação da identificação. Essa superposição caracteriza o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o sujeito;

Situação em que a tomada de posição do sujeito contrapõe-se ao sujeito universal. Essa modalidade consiste em uma separação

(distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta em relação à forma-sujeito);

A desidentificação, ou seja, uma tomada não subjetiva que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito. Trata-se, segundo Pêcheux (1997a), de um processo subjetivo no qual a interpelação ideológica continua a funcionar, mas contra si mesma.

Assim, para o autor, essa desidentificação funciona como uma espécie de interpelação ideológica às avessas. Para Pêcheux (1975, p.269), “essa desidentificação não implica num apagamento do sujeito: o sentido não ‘morre’, o sujeito não desaparece. A repercussão consiste num trabalho na e sobre a forma-sujeito do discurso”.

O que se observa nesses postulados pecheutianos acerca do sujeito e da FD é uma ferida na univocidade do sujeito. Ou seja, no interior de uma mesma FD há espaço para o confronto, a divergência, a contraidentificação do sujeito, o que confirma a sua heterogeneidade constitutiva. O sujeito, aqui, já se encontra clivado, atravessado constitutivamente pelo outro e não totalmente assujeitado como em Althusser.

De acordo com Guilhaumou (2004), a noção de FD sofreu um declínio no escopo da Análise do Discurso, na década de 80. Tal fenômeno possivelmente esteja relacionado ao movimento de “desmarxização” das ciências humanas desse período. Somente agora, 20 anos mais tarde, ele vem sendo novamente tema de debates no interior da AD tanto na França como no Brasil¹⁵⁴. Um movimento fundamental, nesse sentido, foi feito por Courtine, cujo trabalho de 1981 vai operar uma leitura tanto de Pêcheux como de Foucault no tocante a questões basilares desse campo.

Aproximando, pois, as duas abordagens de FD feitas entre Pêcheux e Foucault, Courtine (1981) concebe a formação discursiva como

154 O II SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso) realizado na UFRG, Porto Alegre, em 2005 teve, por exemplo, um Simpósio exclusivo com este tema, cujos artigos estão disponíveis nos ANAIS deste evento.

fronteiras que se deslocam e cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva, propondo, pois, a articulação entre dois modos de existência do discurso como objeto de análise:

a) o nível do enunciado que diz respeito ao sistema de formação dos enunciados que englobam “um feixe complexo de relações funcionando como regra. Nesse sentido, tal sistema determinaria “o que pode e deve ser dito” por um sujeito falante inserido num determinado lugar, numa determinada conjuntura, no interdiscurso de uma FD. Esse nível, para o autor é o lugar da constituição da “matriz do sentido” de uma dada FD no plano dos processos históricos de formação, transformação e reprodução dos enunciados. Esse nível se situa, ainda, no plano das “regularidades pré-terminais”, aquém da coerência horizontal, visível, dos elementos formados e

b) o nível da formulação que se refere ao que o autor denomina “estado terminal do discurso” onde os enunciados manifestam certa “coerência visível horizontal”. Trata-se do intradiscurso em que a sequência discursiva existe como discurso concreto no interior do “feixe complexo” de relações de um sistema de formação. (COURTINE, 1999, p. 18).

Nessa perspectiva, segundo o autor, os discursos devem ser analisados articulando o intradiscurso e o interdiscurso, noção profundamente importante para a AD, visto estar relacionada com outras questões cardeais, tais como: a memória discursiva, que aprofunda a relação da linguagem com os processos sócio-históricos e também com a questão da não-evidência do sentido.

É, pois, na perspectiva aberta por este autor, que consideramos adequado falar de formação discursiva, no entanto, com as “precauções” pertinentes. Pensamos que as abordagens de ambos os autores não se excluem, ao contrário, complementam-se, dependendo do *corpus* a ser analisado e dos objetivos do analista. Em *Rémontons de Foucault a Spinoza* (1990), Pêcheux fala da FD, com base nos princípios leninistas dos complexos co-dominantes, da divisão de dois mundos em um só. No entanto, as relações sociais no mundo contemporâneo

se complexificaram. Os mundos são muito mais que “dois”. Entre as classes sociais existem muitos extratos de classes e outras questões identitárias que envolvem os processos de identificação ideológica. E o discurso, como materialidade desses processos ideológicos, é constantemente atravessado, entrecortado por outros discursos, pelo discurso do Outro, que afeta constantemente o sujeito, o qual deslinda-se, desliza, se vela, se mostra, se mascara, se transforma, como um camaleão, não sendo nunca idêntico a si mesmo, nem à sua formação discursiva, senão como **efeito de identificação**.

O próprio Pêcheux vai refletir sobre essas mudanças de materialidades discursivas, como, por exemplo, em *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1997b), aprofunda a questão da instabilidade da FD, analisando o enunciado *on a gagné*, tradicional grito de guerra das torcidas organizadas de futebol na França, pronunciado por ocasião e em comemoração à vitória eleitoral de François Mitterand, em 1981. Pêcheux analisava, nesse momento, os deslizamentos dos sentidos nessa operação, que demonstravam os mecanismos pelos quais o discurso político começava a incorporar elementos do discurso midiático, apontando para a sua “espetacularização”, e colocando a necessidade de se compreender os regimes contemporâneos de discursividade, quando as “línguas de madeira” da política, por exemplo, começavam a absorver elementos das “línguas de vento” (discurso da mídia, da publicidade etc.).

Tendo em conta, pois, a complexidade da noção de FD, guardando as devidas diferenças epistemológicas entre Pêcheux e Foucault, mas levando em consideração alguns pontos de interseção oriundos dos diálogos entre ambos, julgamos pertinente falar de **formações discursivas** do ponto de vista de um certo “posicionamento” ideológico, concebendo, no entanto, a ideologia como elemento constitutivo dos processos de produção dos sentidos, e não como “visão de mundo” ou em oposição à ciência. É nesse sentido que podemos falar de “discurso misógino”, “discurso anti-comunista” (GRANGEIRO, 2007), considerando, no entanto, que essas “tomadas de posição” não são, em absoluto, fechadas, ao contrário, todos

esses discursos relacionam-se entre si, clivam-se, cindem-se, traspassam-se, interpenetram-se, num processo ininterrupto de interdiscursividade.

3. Considerações finais

No cotejo entre as concepções de formação discursiva de duas das pilstras da chamada Análise do Discurso francesa, observamos que, no caso de Michel Foucault, se percebe que, ao discutir a questão do enunciado relacionando-o à noção de arquivo, da prática discursiva e, ao propor uma concepção de FD numa perspectiva de descontinuidade e dispersão, apontando, no entanto, a possibilidade concreta de se encontrar regularidades nessa dispersão, Foucault toca diretamente nas questões nevrálgicas do discurso, como por exemplo, a posição do Sujeito da/na FD. Tanto assim o é que o próprio Pêcheux vai trabalhar com base na sua formulação, mantendo, no entanto, o “materialismo histórico no posto de comando”.

No que diz respeito a Michel Pêcheux, o que se percebe ao longo dos seus textos, é um lento e paulatino deslocamento das teses althusserianas. Na verdade, Pêcheux nunca abandonou totalmente a tese da interpelação do sujeito pela ideologia, nem a categoria inerente a esta concepção que é a categoria marxista da luta de classes. No entanto, ao apontar para a perspectiva do não-fechamento da FD, do atravessamento da formação discursiva pelo “outro” e dos demais aspectos pertinentes às questões da interdiscursividade, e em seu último texto *Discurso: estrutura ou acontecimento*, ao apontar para a necessidade de se por na “escuta do ordinário dos sentidos”, Pêcheux aproxima-se das perspectivas historiográficas contemporâneas (Michel de Certeau, por exemplo) e abre um imenso leque de possibilidades para a Análise do Discurso. Uma das questões que julgamos pertinentes e atuais para a AD trata-se da noção de ideologia, em sua relação, por vezes considerada direta, com a formação discursiva, apontando um pouco na direção à qual nos propusemos inicialmente, que é a do hodierno tratamento dos conceitos.

Contemporaneamente, é difícil conceber uma relação direta entre formação ideológica e formação discursiva, como algo do tipo: “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva”. Considerando, ainda, que as fronteiras da FD não são fixas, a multiplicidade das materialidades e a hegemonia do interdiscurso, com as diversas formações discursivas cada vez mais se interpenetrando, não é suficiente atestar, na materialidade do discurso, a presença de outras FDs. Necessário se faz uma análise mais apurada sobre o tipo específico de relação que uma FD estabelece com a outra, e quais os efeitos de sentido advindos dessa relação, visto que a sociedade contemporânea, denominada por alguns de “pós-moderna”, continua preche de “línguas de madeira”, as quais se utilizam, diuturnamente, das “línguas de vento”. É comum a apropriação do discurso publicitário, em larga escala, por exemplo, pelo discurso político, religioso, advindo daí profundas transformações dos regimes enunciativos desses campos.

Nessa perspectiva, é possível, desejável, necessário, para a Análise do Discurso, reelaborar o conceito de ideologia, numa perspectiva discursiva, sem opô-la à verdade ou à ciência? É possível utilizá-lo “com precauções” ou deve ser definitivamente descartado, aceitando-se, finalmente, o fim das ideologias? Por outro lado, é possível pensar em dominação ideológica, hoje, momento em que as relações sociais se complexificaram, com a *prise de parole* de diversos outros elementos identitários como as questões étnicas, de gênero, etc., com o(s) poder(es)/saber(es) entranhados em todos os aspectos da cultura, capazes de serem lidas no corpo?

A partir dos elementos apontados, podemos verificar que a aura de evidências em torno dos conceitos pertinentes a este campo do saber deve ser desfeita, particularmente, no tocante às relações entre formação ideológica/sujeito/ideologia. Acreditamos, pois, que qualquer trabalho sério em qualquer campo de pesquisa deve voltar-se continuamente para as suas bases epistemológicas no sentido de uma constante interrogação/elaboração/reelaboração, como dizia Michel Pêcheux, de “suas questões imperdoáveis”.

| Referências

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Languages*, Paris: Larousse, n. 62, 1981.

COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. O sujeito e o poder In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. *O que é um autor*. Lisboa: Veja, 1992.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A língua inatingível*. Tradução Betânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Paris: Larousse, n. 24, p. 93-106, 1971.

GALLARDO, S. *Foucault y la ideologia*. Estudos filosofia-história-letras, 1989. Disponível em: <http://bit.ly/33acw6m>. Acesso em: 04 jun. 2006.

GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2004.

GUILHAUMOU, J. Où va l'Analyse du discours? Autour de la notion de formation discursive. *Revue Texto*. 2004. Disponível em: http://www.revue-texto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html. Acesso em: 23 jan. 2006.

GRANGEIRO, C. R. P. *Discurso político no folheto de cordel: a "besta-fera", o Padre Cícero e o Juazeiro*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

LECOURT, D. Sur l'archéologie du savoir. A propos de Michel Foucault. *La pensée*, Paris, n. 152, 1970.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

PÊCHEUX, M. *Les Verités de la Palice*. Paris: Maspero, 1975.

PÊCHEUX, M. Rémontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, D. *L'Inquiétude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et alli*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997b.

Formação(ões) discursiva(s) e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas *versus* burgueses¹⁵⁵.

Damon Mayaffre¹⁵⁶.

155 Este texto foi publicado originalmente em francês na Revista Eletrônica *Texto ! Textes et Cultures*, Institut Ferdinand de Saussure, 2004, p.1-11. O original em francês pode ser acessado em: <http://bit.ly/33dSoQK>. Tradução brasileira de Nilton Milanez e Roberto Leiser Baronas. Agradecemos vivamente ao autor por gentilmente ter cedido este texto para tradução e publicação.

156 Pesquisador do CNRS, Nice, França.

A noção de *formação discursiva* parece particularmente adaptada ao discurso político sob condição certa de defini-la ou, em sua ausência, circunscrever o nível no qual ela é, para nós, operante. Apesar da “plasticidade” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, p.271) original do termo ou de sua onda *arqueológica*, M. Pêcheux e os analistas franceses do discurso, influenciados pelo marxismo althusseriano, parecem ter utilizado a formação discursiva para indicar, no processo do discurso, o lugar social do locutor ou sua ancoragem ideológica. Tampouco uma formação discursiva pode ser confundida com um registro, um gênero ou um subgênero discursivo (oral / escrito, prosa / verso, comédia / tragédia, discurso jornalístico / discurso parlamentar, etc.) nem com um domínio discursivo (discurso administrativo/ discurso político/ discurso literário, etc.); ainda menos com uma temática (discurso sobre o poder/ discurso sobre a economia, etc.).

Uma formação discursiva é precisamente o que faz com que de um lado e de outro do domínio, do gênero, do registro ou do tema, de um lado ou de outro da articulação sob “a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p.102) dois discursos se assemelhem [quais estigmas linguísticos comuns?, quais “*regularidades discursivas*” (DÉTRIE; SIBLOT; VERINE, 2001, p.126) partilhadas?] e que essa semelhança linguística testemunha o posicionamento ideológico-social da instância enunciativa.

Queremos demonstrar, aqui, que no interior do vasto domínio da fala política contemporânea dois tipos discursivos se distinguem para se afrontar: o falar comunista ou revolucionário e o falar burguês ou republicano. Estimamos que isso se trate de duas formações discursivas bem estabelecidas por três razões:

Primeiro, porque esses tipos de discursos aparecem muitos mais marcados do que os consideramos tanto no nível das formas gráficas empregadas (as “palavras”), do vocabulário utilizado (os lemas), quanto das estruturas retórico-gramaticais constitutivas dos discursos: a

nova versão de *Hyperbase* – que permite um tratamento estatístico da superfície material dos discursos, do texto lematizado e de sua composição gramatical – confirmará esses diferentes patamares da análise, para fornecer uma rede de provas convergentes.

Em seguida, porque os traços típicos dos falares republicanos vs. revolucionários são suficientemente robustos em sua originalidade respectiva para resistir à evolução cronológica, às mudanças temáticas ou às coerções genéricas que pesam necessariamente sobre as diferentes ocorrências discursivas de um vasto *corpus* que se estende sobre mais de 10 anos (1928-1939): as identidades comunistas vs. burguesas, de aproximadamente 1000 discursos-ocorrências estudados, se tornam pregnantes e primordiais apesar das variações conjunturais ou formais das condições de produção dos discursos.

Enfim, sobretudo porque esses dois tipos de falar parecem corresponder “em última instância”, em nosso corpo de texto, a um “afrontamento de classes” (GUESPIN, 1976, p.9)¹⁵⁷ evidente, a uma clivagem ideológica forte, a uma divisão social atestada entre esses interlocutores estudados (Blum, Flandin e Tardieu), que se inscrevem no regime capitalista e republicano (prestes a querer, como Blum, reformá-lo), e aquele (Thorez) que exige violentamente aboli-lo; entre esses, que vêm da elite universitária e burguesa parlamentar, sendo seu porta-voz, e aquele que encarna o mundo operário e o ideal proletário.

1. Duas formações discursivas que não recortam a clivagem esquerda/ direita

De um ponto de vista discursivo, a verdadeira cesura do mundo político de entre-duas-guerras não se situa entre a esquerda e a direita, mas entre os comunistas e os republicanos. Trata-se, no fundo, da principal conclusão histórico-linguística de nossa tese (MAYAFFRE,

¹⁵⁷Trazendo nuances, Louis Guespin, nesse artigo (p.9), parece admitir que são frequentemente *in fine*, “os afrontamentos de classes (que estão) na origem de clivagens discursivas”.

2000) suscetível de recolocar em causa a velha dicotomia política herdada da Revolução Francesa.

Efetivamente, o estudo comparado dos discursos de quatro locutores que representam quatro famílias políticas diferentes, cobrindo o essencial do espectro político francês (Maurice Thorez pelo PCF, Leon Blum pela SFIO, Pierre Etienne Flandin pela direita orleanista ou moderada, André Tardieu pela direita bonapartista ou nacional)¹⁵⁸ afirma uma clivagem clara entre o primeiro e os três outros. Dito de outra maneira, esse estudo sublinha a proximidade discursiva entre o representante da esquerda reformista (Blum) e os representantes da direita moderada e conservadora (Flandin e Tardieu).

A análise fatorial de síntese efetuada alhures sobre o conjunto das formas gráficas do discurso¹⁵⁹ ou, aqui, mais pertinentemente, sobre o conjunto dos lemas mostra essa clivagem claramente (Figura 1).

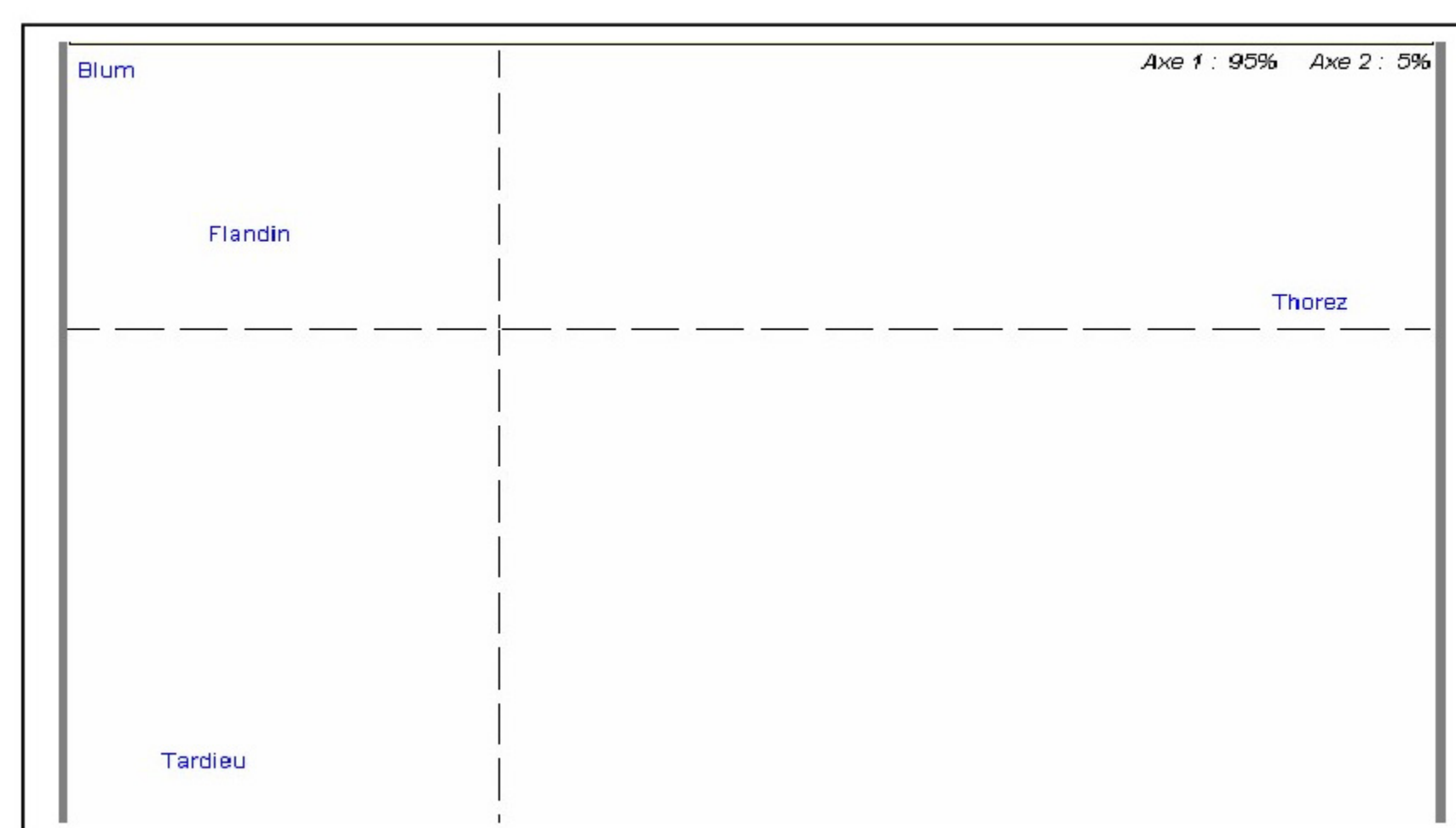


Figura 1. Análise fatorial dos lemas

Fonte: Mayaffre (2000, p. 397) ou Mayaffre (2002, p. 520)

158 O *corpus* estudado conta com 832 discursos, 1.600.000 ocorrências e cobre o período de 1928-1939 (particularmente a década de 1930). Compreende o maior número (às vezes, exaustivamente) dos discursos (orais e escritos) dos quatro locutores mencionados. Para mais detalhes, ver D. Mayaffre (2000, p.42-51).

159 Encontraremos esse gráfico em nossa tese ou nos atos dos JADT 2002: Mayaffre (2000, p.397) ou Mayaffre (2002, p.520).

O eixo 1 que concentra o essencial de (95%) da informação lexical contida no *corpus* é, na verdade, bastante significativo, opondo Thorez aos três locutores republicanos.

Evidentemente, esse resultado surpreende tanto ao atualizar a originalidade do discurso de Thorez quanto ao sublinhar o perfil comum, no que se refere ao essencial e em comparação com a originalidade, sub-dita, entre o discurso de Blum e aqueles de Flandin e de Tardieu.

Os lemas responsáveis por essa forte clivagem são indicados pelo estudo das *especificidades* dos diferentes discursos, cujos indicadores exaustivos serão encontrados em *Les poids des mots* (MAYAFFRE, 2000). São todos os vocábulos marxistas, operários ou revolucionários; todas as palavras também com forte carga ideológica ou política. Assim, "operário(a)(s)" (sobrenome e/ou adjetivo), "trabalhador(es)" (sobrenome), "burgueses", "classe" ou "povo", "luta", "greve", "reivindicação" ou "combate", "fascismo", "comunista", "socialista(s)" (sobrenome e/ou adjetivo) ou "capitalismo", etc. pertencem estatisticamente a Thorez e são praticamente tão subutilizadas pelo representante socialista quanto pelos líderes conservadores.

Uma análise fatorial sobre aproximadamente trinta lemas, selecionados pela sua significatividade, permite visualizar essa realidade lexical dicotômica e desequilibrada.

<p>parecer 1 <i>Blum</i> monetário 3 governo 2 maioria 2 moeda corrente 2 programas de rádio - tv 2 debate 2 <i>Flandin</i> EU 5</p>	<p><i>Eixo 1 : 67% Eixo 2 : 22%</i></p> <p>NÓS 5 operário 3 fascismo 2 classe 2 luta 2</p>
<p>equilíbrio 2</p> <p>orçamento 2 crédito 2 estado 2 finanças 2</p> <p><i>Tardieu</i> ministério 2 deputado 2 emigrante 2 eleito 2 eleitor 2 século 2</p>	<p><i>Thorez</i> burguesia 2 comunista 3 comunista 2 operário 2 socialista trabalhador 2 povo 2</p>

Figura 2. Análise fatorial dos lemas
(1=verbo, 2=substantivo, 3=adjetivo, 5=pronome)
Fonte: Elaboração própria

Face ao discurso de consonância operária e de ressonância ideológica do partido comunista opõe-se um discurso republicano, parlamentar, muito mais consensual e inexpressivo em sua substância lexical. São os termos institucionais dos mecanismos do debate democrático que dominam ou aqueles da gestão econômica e governamental: "debate", "opinião", "pensamento", "eleito" (sobrenome), "deputado", "governo", "finanças", "moeda corrente", "orçamento", etc.

Evidentemente, como será demonstrado mais adiante, esses traços do discurso republicano não são somente determinados pelo papel ministerial que os locutores de direita ou que Blum foram conduzidos a representar: mesmo na oposição, simples deputado

ou simples jornalista, Blum, Flandin ou Tardieu falam de “eleito(s)” ou “ministro(s)”, de “moeda corrente”, de “debate” ou “de opinião”; inversamente, mesmo na maioria da Frente Popular e membro oficiais do governo, Thorez rechaça esses termos para continuar a falar de “classe” e de “operários”.

Do ponto de vista do vocabulário, portanto, se distinguem duas práticas discursivas em coloração totalmente oposta. Essa constatação sobre o substrato lexical dos discursos é nesse ponto marcada, qualitativamente como quantitativamente, sendo já o suficiente para se suspeitar de duas formações discursivas distintas.

O estudo da composição gramatical dos discursos confirma a clivagem registrada no domínio lexical. A análise fatorial feita a partir de 7 das principais categorias gramaticais da língua francesa (os verbos, os substantivos, os adjetivos, os determinantes, os pronomes, os advérbios, as conjunções) reproduz com muita exatidão, em sua forma, aquela realizada sobre o vocabulário (Figura 3).

Aqui, também, sobre o eixo 1 (84% da informação), o discurso comunista, único, se marginaliza pela superutilização massiva dos determinantes, dos substantivos e dos adjetivos. Ao contrário, o discurso republicano se caracteriza pela superutilização dos pronomes, dos verbos ou das conjunções.

ADVÉRBIOS Blum CONJUNÇÕES Flandin	Eixo 1: 84% Eixo 2: 15% ADJETIVOS DETERMINANTES
VERBOS PRONOMES Tardieu	Thorez SUBSTANTIVOS

Figura 3. Análise fatorial das categorias gramaticais
Fonte: Elaboração própria

Temos nessa análise, portanto, dois tipos de discursos: um cheio de substância (ou de substantivos), teórica, axiológica, normativa, ideológica, outro cheio de ação (ou de verbos), prática e pragmática, performativo.

Discursos que são evidentes quanto ao conteúdo por parte dos partidários da ideologia dominante, cuja preocupação é mascarar os verdadeiros jogos ideológicos do debate para se concentrar somente sobre as modalidades e a realização de um programa (tático) do governo; discurso, repetimos, essencialmente pragmático, não teorizado, não nominalizado, mas fortemente modalizados pelos verbos frequentemente performativos e dos advérbios.

Discurso de denúncia ou de desconstrução da sociedade, lugar ocupado por Thorez que aponta seu adversário e deixa claro quando ele está se apresentando de maneira enganosa. Discurso teórico também de (re)construção de um contra-modelo de sociedade. De maneira bastante problemática, efetivamente, pela atualidade imediata do PCF dos anos 30, o jogo do discurso não está situado sobre a realização insurrecional ou a passagem ao ato revolucionário (sem verbo ou advérbio de modalidade), mas ainda e sempre sobre a conceitualização teórica ou linguística de uma sociedade futura sonhada com seus princípios, seus ideais, seus atores.

Enfim, aqui, para confirmar que temos dois tipos de funcionamento discursivo, é preciso lembrar o regime enunciativo fundamentalmente diferente dos discursos comunistas vs. republicanos. Lucile Courdesses, em um estudo notável (COURDESSES, 1971) efetuado sobre as bases da tipologia proposta por Jean Dubois, demonstrou que, na verdade, desde muito tempo o discurso comunista era um *discurso didático* que repousa sobre uma retórica enunciativa original e fulminante em relação à arte oratória parlamentar tradicional. Suas principais características são:

- o apagamento do locutor real como o ilustra a figura 2, uma *quase* ausência do “eu” (apagamento também, simétrico, do auditório: ausência de “vocês”);

- uma enunciação apaziguada, totalizante, e até mesmo totalitária, sobre o modo de um “nós” (figura 2) onipotente, englobante e, também, fagocitária;

- um grande distanciamento pelo locutor de seu próprio enunciado, que é apresentado como universalmente reconhecido (ausência de verbo enunciativo e performativo, ausência de advérbio modalizador).

Simetricamente, o discurso republicano parlamentar é um *discurso polêmico* que coloca fortemente em cena o locutor em toda sua individualidade (“Eu”, cf. figura 2). Esse “eu” do discurso assume de maneira militante seu enunciado, participando daquilo que ele diz (verbos enunciativos, advérbio de modalidade) e criando forte tensão com seu auditório (oposição “eu”/ “vocês”, verbos performativos) para ilustrar o discurso polêmico republicano, Lucile Courdesses escolheu um discurso de Blum (discurso no congresso da SFIO, em 31 de maio de 1936), que possibilitou a conclusão de que “Blum utiliza para se exprimir o modelo sócio-cultural da burguesia liberal” (COURDESSES, 1971). É a uma grande escala (271 discursos para o nosso *corpus*-Blum, 166 e 206, em contraponto, para o *corpus*-Flandin e o *corpus*-Tardieu) que se pode, hoje, confirmar essas propostas.

Em 1976, em um número da *Langages* que não teve continuidade, Louis Guespin, Bernard Gardin e J.-B Marcellesi tinham empreendido uma reflexão sobre a “Tipologia do discurso político”. Três modos de classificação pareciam, então, entrar em concorrência: uma aproximação substantiva sobre o conteúdo lexical dos discursos, uma aproximação discursiva sobre seu funcionamento gramatical e uma aproximação retórica em relação com o regime enunciativo. A *hyperbase* permite de agora em diante trazer uma resposta estatística nesses três patamares de descrição – complementares, portanto, e não concorrentes¹⁶⁰ - para mostrar que o discurso burguês e o discurso comunista se opõe sistematicamente.

160 Assim, seremos menos pessimistas que L. Guespin, que duvidava do empreendimento tipológico: “Pode-se, no entanto, se perguntar se os especificadores de formações discursivas examinadas, que atravessam as categorizações da gramática e do léxico, podem levar a generalizações satisfatórias.” (GUESPIN, 1976, p. 11).

Não cabe aqui tentar compreender como e porque o lugar social e ideológico do locutor determina os traços linguísticos registrados¹⁶¹, mas devemos constatar que um posicionamento diferente tanto no que concerne ao regime econômico-social, que repousa ou não sobre a propriedade privada, quanto o que concerne ao regime político, fundado ou não sobre a democracia parlamentar, produz práticas discursivas radicalmente opostas tanto no nível do vocabulário utilizado, da composição gramatical dos discursos quanto de sua encenação enunciativa.

2. Variação cronológica, gênero e formação discursiva

Face a essa constatação, três tipos de objeções podem ser produzidas e todas referem-se à pertinência do *corpus* estudado.

Podemos, primeiramente, sublinhar que os outros locutores são, sobretudo, representativos deles mesmos, e que não têm legitimidade para concluir sobre eventuais formações discursivas políticas além de quatro casos individuais particulares. Essa objeção parece particularmente válida para Thorez que tem a responsabilidade, em nosso estudo, de encarnar o conjunto da fala comunista.

No entanto, todos os estudos já conduzidos sobre o falar comunista deixavam pressentir nossos resultados. D. Labbé sobre o discurso comunista da era Marchais, D. Peschanski sobre o mesmo período que a nossa, mas sobre um locutor coletivo (*a Humanidade*), R. Benoit sobre os *Cahiers du bolchevisme* (1932-1946), J.-J. Courtine sobre uma temática particular (o discurso dos cristãos), Lucile Courdesses sobre um discurso de Thorez dado (14 de maio de 1936), ou ainda hoje

161 Seria conveniente retornar sobre as origens e a identidade “subsocietal” do fenômeno comunista na França com sua dupla influência bolchevique e jacobina, russa e francesa. Leremos sobre isso, sobretudo, Annie Kriegel, *Aux origines du communisme français 1914-1920*. Paris: Ed Sociales, 1964 e *Les communistes français*. Paris: Seuil, 1968 (reed. 1970, 1974, 1985). Simetricamente, seria preciso estudar a forma parlamentar que abarca, muito frequentemente, o debate político na França desde a revolução burguesa de 1789.

André Scarparo¹⁶² encontraram a forte nominalização do discurso, sublinharam sua forte substância ideológica, reconheceram essa retórica particular sobre o modo do “nós”. Nesse sentido, nosso *corpus* serve, portanto, unicamente de confirmação e a *hyperbase* dá hoje, enfim, os meios para confirmar sistematicamente e em vários níveis o que já tinha sido pressentido de maneira esparsa.

Da mesma maneira, simetricamente, os estudos sobre os locutores republicanos já sublinharam os traços linguísticos registrados aqui no que diz respeito a Blum, Flandin e Tardieu. A riqueza adverbial de Mitterand ou de Gaulle foi, assim, constatada por Dominique Labbé (LABBÉ, 1990) e a retórica polêmica que Lucile Courdesses descreve a partir de um único exemplo aparece como natural em um regime parlamentar para ser compartilhada pela maioria dos oradores republicanos do século XX, inclusive Jean Jaurès (MULLER, 1994).

A segunda objeção concerne à estaticidade do *corpus*. O estudo foi feito por uma aproximação sincrônica e globalizante de um período de mais de 10 anos. Ele descreve, portanto, com grandes traços talvez mais uma realidade linguística “média” que uma constância nas práticas ideológico-discursivas de nossos homens. Ora, é necessário para falar de formação discursiva que os traços de discurso se reencontram sempre a partir de um momento em que o posicionamento de classe permanece constante para um locutor (que é o caso de nosso estudo).

Por essa razão, sem mesmo fazer referência, sobre um tempo longo, a outros trabalhos, convêm colocar em movimento a análise por meio de um estudo diacrônico fino, e verificar que o clichê sincrônico do conjunto se encontra, de maneira diacrônica, em

162 D. Labbé, *Le discours communiste*. Paris: FNSP, 1977; D. Peschanski, *Et pourtant ils tournent : vocabulaire et stratégie du PCF (1934-1936)*. Paris: Klincksiek, 1989, R. Benoit, « Le lexique communiste (1932-1946) », *Mots*, n. 3, p. 65-78, 1981; J.-J. Courtine, *Langages*, n. 62, « Analyse du discours politique », 1981; Lucile Courdesses, *art. cit.* ; et A. Scarparo, « Le P.C.F. et son intégration à la vie politique française: Analyse du discours thorézien de 1945 à 1947 », *Mémoire de Maîtrise*, Nice, 2002.

todos os momentos, isto é, em todo lugar no *corpus*: se for o caso, a demonstração será particularmente probatória tanto quanto se diz que os anos 30 são um período conturbado durante o qual os acontecimentos – suscetíveis de modificar, ao menos lexicalmente, os discursos – são fortemente marcados (crise de 29, chegada de Hitler ao poder, manifestação de 6 de fevereiro de 1934, constituição da Frente popular, guerra da Espanha, Munique, declaração de guerra...).

O corpo do texto foi, portanto, dividido anualmente segundo os 10 anos do decênio de 1930 que ele abarcava. Assim, 40 sub-*corpus* (Thorez-1930, Blum-1939, Flandin-1930, Tardieu-1930, Thorez-1931, Blum-1931... até Thorez-1939, Blum-1939, Flandin-1939, Tardieu-1939) puderam ser comparados. E nesse novo caso ilustrativo, dois cenários parecem possíveis: seja a clivagem entre as duas formações discursivas, sobre a base de um posicionamento de classe diferente, tornando importante qualquer que seja o ano estudado, visto que a introdução do tempo (portanto, da temática) dos discursos perturba a análise por desorganizar a clivagem ideológico-discursiva constatada, até aqui, globalmente.

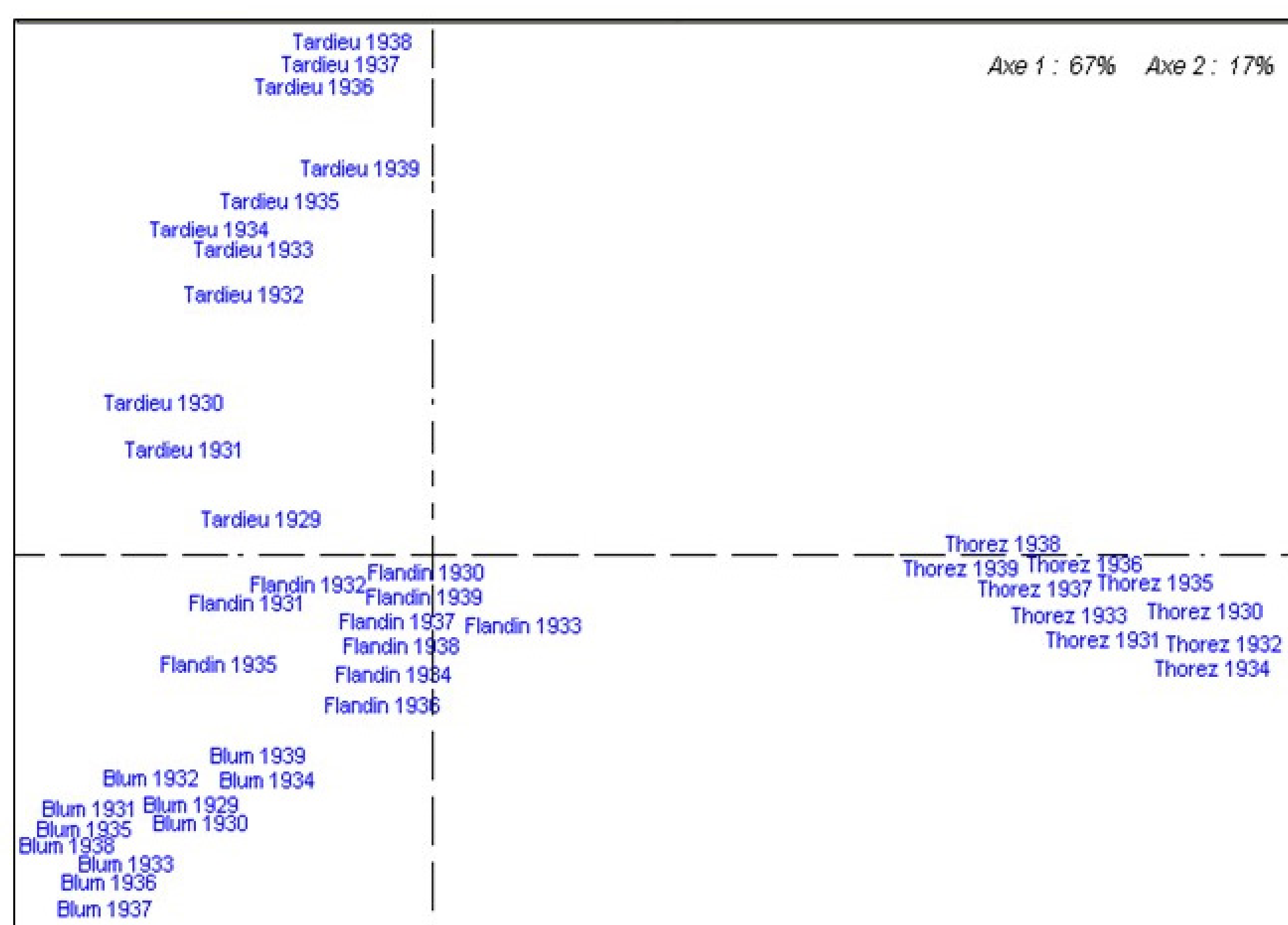


Figura 4. Análise fatorial dos lemas
Fonte: Elaboração própria

Sobre a figura 4 (análise fatorial dos lemas) e seu eixo 1 (67% da informação lexical contida no *corpus*) a constatação é evidente: apesar dos graves acontecimentos que agitam os anos 30, apesar das trajetórias individuais consideráveis de cada um (que se torna deputado, que se torna ministro depois deixa de sê-lo, que passa da oposição para maioria...), as duas formações discursivas se opõem com constância. Em 1930 como em 1939, no momento da crise econômica ou às vésperas da guerra, sobre temas temáticas tão diferentes quanto o aumento do desemprego ou o aumento do fascismo, o discurso comunista contrasta com o discurso republicano. Observaremos, por exemplo, que em 1936, Thorez e Léon Blum fazem parte de um mesmo movimento (a Frente popular) e apoiam o mesmo governo, mas seus discursos não se encontram, como se a postura política superficial e tática não contasse face ao posicionamento ideológico estratégico fundamental.

Precisemos, para concluir, que a demonstração feita aqui sobre os lemas poderia, como anteriormente, ser confirmada pelo estudo da distribuição das formas gráficas, dos códigos gramaticais ou do regime enunciativo dos discursos.

Terceira objeção, enfim, o *corpus* e sua segmentação não levam em consideração até aqui a variável genérica, cujos recentes estudos mostraram a importância nas produções discursivas¹⁶³. E há talvez algo ilegítimo em reagrupar no interior de mesmos *corpus* dos discursos parlamentares e artigos de jornais, discursos partisans com uso interno ou discursos radio-difundidos. Há, sobretudo, algum risco em atribuir ao posicionamento social diferente de um Thorez, de um Blum ou de um Flandin que o que se destaca pode ser mais uma clivagem genérica formal de sua produção discursiva respectiva. Na verdade, o partido comunista produz mais discursos partisans que os outros partidos, e a originalidade discursiva do secretário geral do PCF vem talvez simplesmente da tonalidade genérica partisan de seu *corpus*. Simetricamente, Tardieu, Flandin e Blum

163 RASTIER, F. *Arts et sciences du texte*. Paris: PUF, 2001; ADAM, J.-M. *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

privilegiam frequentemente o gênero jornalístico para se exprimir. As regularidades linguísticas de seus discursos – injustamente qualificados de “burguês” ou de “republicano” – coloca em destaque, talvez, mais simplesmente o estilo escrito da imprensa que de seu engajamento ideológico.

Por essa razão, dividimos o *corpus* de acordo com três gêneros do discurso: os discursos parlamentares na Assembleia, os artigos da imprensa, os discursos de partido de uso interno¹⁶⁴. E os mesmos estudos, com a mesma ferramenta de antes, foram realizados.

Qualquer que seja o canal midiático utilizado ou a qualidade do auditório, qualquer que seja o gênero do discurso, a clivagem lexical entre Thorez e os locutores republicanos se mantêm. Essa clivagem monopoliza ainda 84% da informação da análise fatorial sobre o conjunto dos lemas (figura 5).

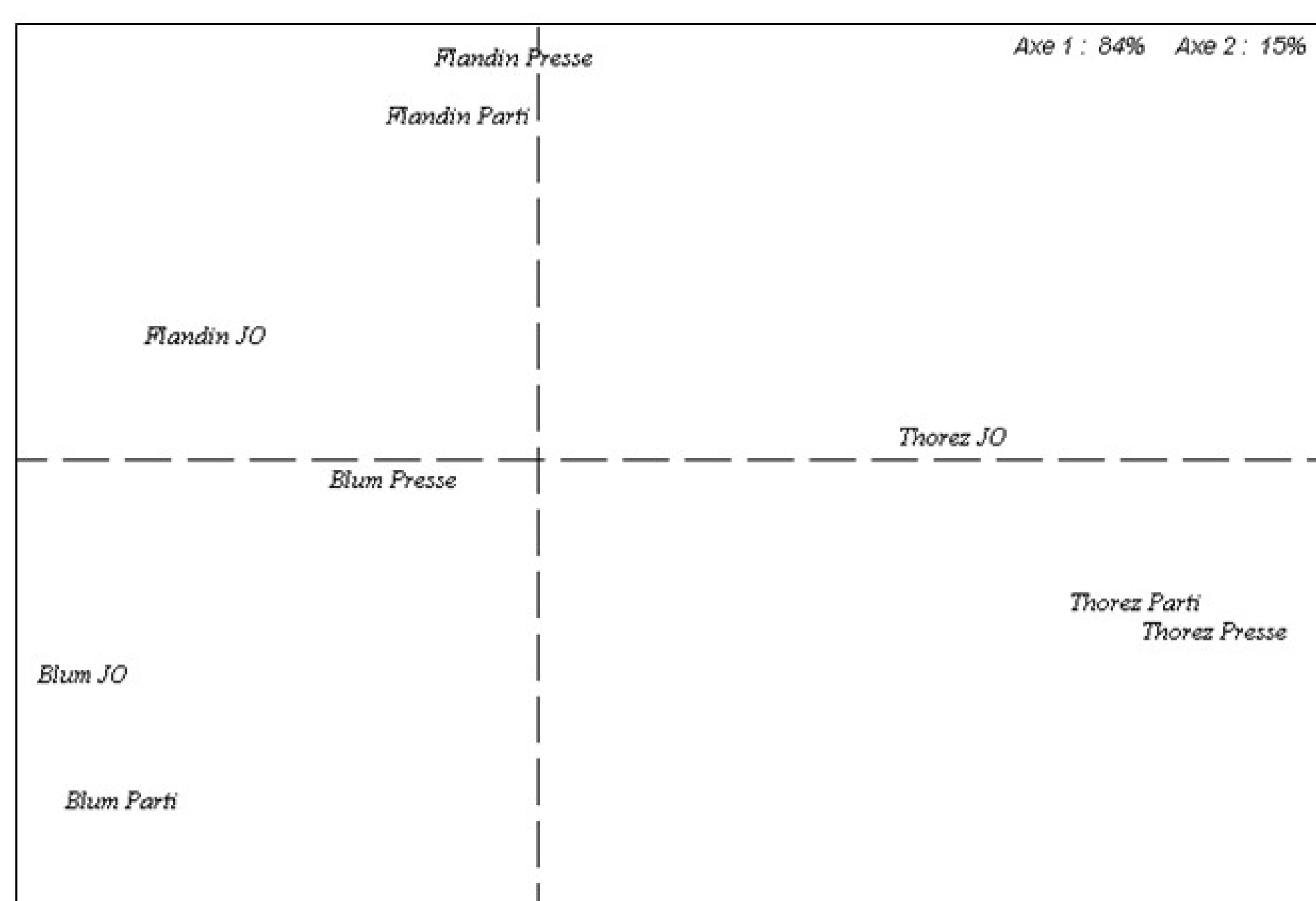


Figura 5. Análise fatorial dos lemas
Fonte: Elaboração própria

Detalhadamente e simplesmente para visualizar essa realidade, uma AFC pode ser efetuada com os mesmos trinta termos encontrados na figura 2 (figura 6).

¹⁶⁴ Assim, pudemos considerar o *corpus* de A. Tardieu, que recusou durante toda sua vida seus laços partidários.

Blum jo PRONOMES Flandin jo VERBOS	<i>Eixo 1 : 91% Eixo 2 : 6%</i> Thorez jo SUBSTANTIVOS Thorez partido DETERMINANTES
Blum partido Flandin Partido Blum imprensa ADVÉRBIOS CONJUNÇÕES	Flandin Imprensa Thorez imprensa ADJETIVOS

Figura 7. Análise fatorial das categorias gramaticais
Fonte: Elaboração própria

Na imprensa ou no parlamento, na escrita como no oral, diante de um auditório de militantes devotados a sua causa ou diante de uma maioria de deputados hostis, o discurso comunista super utiliza os determinantes, os substantivos e (sobretudo na escrita) os adjetivos (figura 7). Face a isso, o discurso burguês em condições genéricas, no entanto, variadas, super emprega os pronomes, os verbos e os advérbios. A única exceção com certa notabilidade concerne aos artigos de jornal de Flandin que são colocados do lado ruim do eixo 1, tendendo a mostrar, no que diz respeito a ele, que a escrita impõe uma certa nominalização do discurso, atípico para um locutor republicano.

3. Conclusão

Em uma análise de aproximadamente 1000 discursos, cobrindo a articulação de uma década histórica, reunindo locutores diferentes e representativos, abarcando temáticas diversas, reagrupando discursos com condições de enunciação múltiplas, uma forte clivagem atravessa, de lado a lado, o *corpus*. Essa clivagem separa radicalmente Maurice Thorez, de Blum e Tardieu.

Isso pode ser observado estatisticamente tanto no nível das formas, dos lemas, das categorias gramaticais empregadas quanto da estrutura enunciativa do discurso. Pudemos mostrar que isso se faz sentir tanto a respeito das combinações sintáticas (bi-códigos, tri-códigos, n-códigos) quanto a *Hyperbase* hoje é capaz de tratar.

Essa clivagem, como vimos, resiste à crono-temática, no entanto, muito movimentada do entre-duas-guerras, resiste à mobilidade do estatuto dos locutores (deputado, ministro, jornalista, secretário, general, presidente de partido). Resiste também à influência, no entanto, considerável dos gêneros discursivos tão diferentes quanto um artigo curto escrito nos jornais sobre uma intervenção oral pronunciada na Assembleia.

Para finalizar, lembremo-nos que essa clivagem faz pouco dessa postura política pública dos locutores. Muito politicamente Thorez e Blum fazem, aparentemente, parte do mesmo lado do jogo de xadrez político (acordos eleitorais, apoio aos mesmos ministérios), eles se opõem discursivamente inclusive durante a unitária Frente Popular.

Então, o que diferencia esses homens e como abordar esse corte discursivo no momento em que acabamos de cruzá-lo, senão esgotar a maior parte das variáveis das condições de produção dos discursos? É claro que é aqui que a noção de formação discursiva nos parece pertinente, colocando o posicionamento ideológico de classe de um locutor instruído, em última instância, por sua produção discursiva. O filho do povo, Thorez, à frente de um partido quase exclusivamente operário nos anos 30, não fala a mesma língua política que Flandin ou Tardieu, vindos da aristocracia parlamentar, representando a burguesia de negócios ou ainda Blum, antigo auditor do Conselho de Estado, grande intelectual perdido em política, cujo partido, durante os anos 30 e sob sua direção, se apoia de agora em diante socialmente e eleitoralmente mais sobre as classes médias ou a paisaneria sobre o proletariado industrial¹⁶⁵.

165 Para compreender a mutação sociológica e eleitoral da SFIO entre-duas-guerras, cf. por exemplo, J. Touchard, *La gauche en France depuis 1900*, Seuil, 1977, p.148.

Nosso estudo, na ausência de poder teorizar o que Michel Pêcheux e a Escola Francesa de análise do discurso tinham sugerido na virada dos anos 1970-1980, espera ter largamente ilustrado essa teoria.

| Referências

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris: Seuil, 2002. Edição brasileira

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. *Langages*, n. 62, 1981.

COURDESSES, L. Blum et Thorez en mai 1936: analyses d'énoncés. *Langue française*, n. 9, p. 22-33, 1971.

DETRIE, C.; SIBLOT, P.; VERINE, B. *Termes et concepts pour l'analyse du discours. Une approche praxématique*. Paris: Champion, 2001.

DUBOIS, J.; SUMPFF, J. Analyse du discours. *Langages*, n. 13, 1969.

GUESPIN, L.; MARCELLESI, J.-B.; MALDIDIER, D. Le discours politique. *Langages*, n. 23, 1971a.

GUESPIN, L. Typologie du discours politique. *Langages*, n. 41, 1976a .

GUESPIN, L. Types de discours ou fonctionnements discursifs? *Langages*, n. 41, 1976b.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, n. 24, p. 93-106, 1971.

LABBE, D. *Le vocabulaire de François Mitterrand*. Paris: FNSP, 1990.

MAYAFFRE, D. *Le poids des mots. Le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Champion, 2000.

MAYAFFRE, D. Discours politique, genres et individualisation socio linguistique. *JADT 2002. 6^{ème} Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles*, IRISA-INRIA, p. 517-29, 2002.

MAINGUENEAU, D. Les analyses du discours en France. *Langages*, n. 117, 1995.

MARCELLESI, J-B. Linguistique et société. *Langue française*, n. 9, 1971.

MULLER, P. *Jaurès, vocabulaire et rhétorique*. Paris: Publication de l'INALF, collection Saint-Cloud, Klincksieck, 1994.

PÊCHEUX, M. Analyse du discours. Langue et idéologies. *Langages*, n. 37, 1975.

RASTIER, F. *Arts et sciences du textes*. Paris: PUF, 2001.

Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva

Freda Indursky¹⁶⁶

¹⁶⁶ Professora no Departamento de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

1. Tecendo redes de filiação

Inicialmente, quero salientar que esta noção tem sido fundamental para os estudos pós estruturalistas da linguagem. Para salientar sua importância, cito, de imediato, Foucault. Logo no início do capítulo “As unidades do discurso”, de sua *Arqueologia do saber*, o autor aponta seu objetivo: “repensar a dispersão da história” (p.31), reagrupando “uma sucessão de acontecimentos dispersos, relacioná-los a um único e mesmo princípio organizador” (p.32) de modo a poder “repor em questão sínteses acabadas” (p.32) (FOUCAULT, 1971). Esta declaração equivale a um verdadeiro programa de trabalho muito presente nos textos fundadores da Análise do Discurso, na França, e tem ocupado um espaço igualmente importante nos textos produzidos no campo brasileiro da AD. Esta noção tem sido revisitada e questionada com frequência. E é sobre ela que vou me deter neste trabalho.

Em segundo lugar, quero referir-me à interrogação que constitui parte de meu título e lembrar que se trata aí de uma apropriação e ressignificação do título da primeira parte do livro *La langue introuvable (A língua inatingível)* de Gadet e Pêcheux. Este título - “A metáfora também merece que se lute por ela” -, aqui, apropriado, deslizou, transformou-se em uma interrogação que tem como escopo a formação discursiva: “A Formação Discursiva: ainda merece que lutemos por ela?”

2. Situando a reflexão

Este trabalho surge, pois, na esteira do questionamento que tem sido feito em torno da noção de Formação Discursiva (doravante FD). E penso, de imediato, na problematização que Pêcheux lançou no esboço daquele que teria sido um de seus últimos textos, conhecido como “A Análise de discurso: três épocas”¹⁶⁷. Cito, a seguir, parte do questionamento por ele lá formulado: “[...] a insistência da alteridade

167 Este texto está publicado, em português, no livro que leva como título *Por uma análise automática da análise do discurso*, organizado por Gadet e Hak e publicado pela editora da UNICAMP.

na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade, e com ela, a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva” (PÊCHEUX, 1983, p.315).

Este questionamento servirá de fio condutor para as reflexões que vou desenvolver neste trabalho. Para tanto, vou tomar esta noção, tal como foi formulada por Foucault (1969), contrastá-la com as formulações de Pêcheux (1975a, 1975b, 1980) e de Courtine (1981) e, a seguir, apontar para alguns pontos que tenho abordado em meu próprio trabalho (INDURSKY, 1997, 2000).

Há ainda um outro ponto a ser abordado à guisa de consideração inicial: não creio que seja possível pensar em FD de forma dissociada à noção de Forma-Sujeito e sua fragmentação em posições-sujeito, pois estas questões estão embricadas na evolução na noção de FD, bem como estão claramente pressupostas no questionamento de Pêcheux, formulado mais acima. De modo que, embora o foco deste trabalho seja a noção de Formação Discursiva, haverá momentos em que, para melhor entender esta noção, ela virá entrelaçada por considerações que remetem à noção de sujeito, tal como formulada no interior deste aparato teórico. Mas comecemos pelo princípio.

3. A noção de formação discursiva em Foucault

Na *Arqueologia do Saber*¹⁶⁸, Foucault (1971) afirma, no capítulo destinado às Formações Discursivas, que uma Formação Discursiva se estabelece a partir de determinadas regularidades do tipo ordem, correlação, funcionamento e transformação. As regras de formação determinam condições de existência, coexistência, modificações e desaparecimento de uma repartição discursiva dada. Em função destas características, Foucault propõe-se a estudar suas formas

¹⁶⁸ Este livro, cujo título original é *L'archéologie du savoir*, teve sua primeira edição em Paris, em 1969.

de repartição e descrever seus sistemas de dispersão¹⁶⁹. Ou seja: a repartição das FD e a dispersão de seus saberes podem ser examinadas a partir do “nexo das regularidades que regem a sua dispersão” (idem, p. 63).

E, mais adiante, já no capítulo que trata da Formação das Estratégias, o autor procura definir o que entende por Formação Discursiva. Para ele

[...] todo este jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um discurso dado, um certo número de enunciados [...]; uma formação discursiva não ocupa todo o volume possível que lhe abrem de direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; é essencialmente lacunar e isto pelo sistema de formação de suas escolhas estratégicas. Daí que, retomada, colocada e interpretada em uma nova constelação, uma formação discursiva dada pode fazer aparecer novas possibilidades. (FOUCAULT, 1971, p.83).

Esta citação mostra que a individuação das formações discursivas, em Foucault, é regida por regularidades. Este é seu princípio organizador. No capítulo “Observações e consequências”, Foucault (1971, p.90) afirma que as

[...] escolhas estratégicas não surgem diretamente de uma visão de mundo ou de uma predominância de interesses; sua possibilidade é determinada por pontos de divergência no jogo dos conceitos... a partir da posição que ocupa o sujeito que fala. Desta maneira, existe um sistema vertical de dependências: todas as posições sujeito, todos os tipos de coexistência entre enunciados não são igualmente possíveis, mas somente as que são autorizadas pelos níveis anteriores.

169 Estas considerações bastante concisas foram feitas a partir do capítulo “As regularidades discursivas”, p.43-94.

Como se vê, encontramos aí as marcas claras de que a formação discursiva, para Foucault, é regida por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento. É claro que Foucault pensou na transformação, mas esta tem de estar submetida à regra principal, a da regularidade. Transformar, sim, mas sem esquecer que a regularidade é substantiva. É isto que permite a Foucault (1971, p.92) afirmar que uma

[...] formação discursiva não desempenha o papel de uma figura que pára o tempo e o enregela por décadas ou séculos; ela determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca princípios de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outra série de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos. Não há uma forma intemporal, mas um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

Vejamos em que consiste a regularidade pleiteada pelo autor. Deixemos o próprio Foucault tomar a palavra. Segundo ele,

[...] no caso em que se pudesse descrever [...] semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como “ciência”, ou “ideologia” ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamar-se-á regras de formação às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição”. (FOUCAULT, 1971, p. 51, grifo meu).

Como se vê, Foucault afasta a ideologia como princípio organizador de uma repartição, por considerá-la inadequada para servir como princípio organizador de uma FD.

Neste ponto, deixo as reflexões de Foucault e passo às considerações de Pêcheux em torno da noção de FD¹⁷⁰.

4. A noção de formação discursiva em Pêcheux

As primeiras formulações pechêutianas sobre formação discursiva encontram-se no texto que Pêcheux escreveu em coautoria com C. Fuchs¹⁷¹. Neste texto, os autores estabelecem uma relação entre discurso e ideologia. Se, por um lado, “é impossível identificar ideologia e discurso”, por outro lado, entendem que

[...] se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p.166-167, grifos meus).

Vê-se que a noção de formação discursiva, desde logo, faz parte das considerações teóricas de Pêcheux e, de imediato, percebe-se que esta é concebida de forma entrelaçada com a noção de ideologia.

170 Não vou me alongar na discussão e nas acusações que têm sido feitas a Pêcheux, no sentido de que houve aí uma apropriação sem citação. Para esta discussão, remeto ao trabalho que apresentei anteriormente no I SEAD e que está publicado no livro organizado por mim e por Maria Cristina Leandro Ferreira, de 2005.

171 Em 1975, Pêcheux publicou, em coautoria com Catherine Fuchs, um texto – *A propósito da Análise Automática do Discurso* – no qual retomou e reformulou algumas questões presentes em seu primeiro livro (1969), mas também formulou questões novas sobre sua concepção de sujeito, de *Formação Discursiva e Formação Ideológica*.

Vamos reencontrar a noção de formação discursiva, em Pêcheux 1975¹⁷² e, neste livro, percebe-se claramente que esta noção corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1988).

Neste quadro teórico, a noção de sujeito é convocada para formular a noção de formação discursiva. Estas duas noções estão fortemente imbricadas nesta formulação teórica. Mais especificamente: é através da relação do sujeito com a formação discursiva que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso. Pode-se afirmar, juntamente com Pêcheux (1988, p. 161), que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. E Pêcheux é mais específico ainda ao afirmar que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)” (idem, p.163). Pêcheux, mais adiante, acrescenta que tal identificação ocorre pelo viés da forma-sujeito (idem, p.167). Portanto, com base no que precede, é lícito afirmar que, no quadro teórico da Análise do Discurso, tal como formulado por Pêcheux, nos dois textos acima mencionados, ao contrário do que ocorre na *Arqueologia* de Foucault, não só é lícito falar em ideologia, como é ela, juntamente com o sujeito, que é tomada como princípio organizador da formação discursiva. Redizendo e já me posicionando: é o indivíduo que, interpelado pela ideologia, se constitui como sujeito, identificando-se com os dizeres da formação discursiva que representa, na linguagem, um recorte da formação ideológica.

Vista deste modo, a formação discursiva pode ser entendida como o que pode e deve ser dito pelo sujeito, ou seja, ela tem seus saberes regulados pela forma-sujeito e apresenta-se dotada de bastante

172 Em 1975, é publicado, na França, *Les Vérités de la Palice* que ganha tradução brasileira em 1988, levando como título *Semântica e Discurso*.

unicidade, sobretudo quando Pêcheux introduz o que chamou de “tomada de posição” (idem, p.171), cujo funcionamento é explicado nos seguintes termos:

[...] a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito - como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ - é uma reduplicação da identificação...” (idem, p. 172, grifo meu).

Esta reduplicação da identificação do sujeito mostra que, neste momento, Pêcheux entende a Formação Discursiva como um domínio discursivo bastante fechado e homogêneo. Ou seja, o sujeito do discurso, ao tomar posição, identifica-se plenamente com seus semelhantes e com o Sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito da Formação Discursiva. Em outras palavras, só há espaço para a reduplicação da identidade; por conseguinte, só há lugar para os mesmos sentidos. Dito diferentemente, ainda: neste momento, não há espaço para alteridade e a diferença nem para a contradição. E a identificação do sujeito se dá diretamente com a Forma-Sujeito, responsável pela organização dos saberes que se inscrevem na Formação Discursiva.

Entretanto, em outro capítulo dessa mesma obra, Pêcheux introduz o que chamou de modalidades da tomada de posição, as quais relativizam essa “reduplicação da identificação”. Ou seja: na mesma obra em que a concepção de sujeito é concebida como unitária e a formação discursiva como bastante homogênea, estas duas concepções são relativizadas. Percebe-se que, por trás deste desejo, pois certamente a unicidade é da ordem do desejo

e do imaginário do sujeito, o que se apresenta efetivamente é um sujeito dividido em relação a ele mesmo e esta divisão do sujeito se materializa nas tomadas de posição frente aos saberes que estão inscritos na formação discursiva em que se inscreve. Vejamos, pois, em que consistem as modalidades de tomada de posição, segundo Pêcheux.

A primeira modalidade remete ao que Pêcheux designou de superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito. Tal superposição revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afeta o sujeito, caracterizando o “discurso do ‘bom sujeito’ que reflete espontaneamente o Sujeito”. (idem, p. 215). E que nada mais é do que foi descrito por ele como a reduplicação da identificação, tal como vimos nos parágrafos precedentes e que representam a primeira formulação destas noções, no âmbito do quadro teórico da AD.

A segunda modalidade, ao contrário, caracteriza o discurso do “mau sujeito”, discurso em que o sujeito do discurso, através de uma “tomada de posição”, se contrapõe à forma-sujeito e aos saberes que ela organiza no interior da Formação Discursiva. Essa segunda modalidade consiste em “uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (idem, p.215) em relação ao que diz a forma-sujeito, conduzindo o sujeito do discurso a contraidentificar-se com alguns saberes da formação discursiva que o afeta. Entretanto, cabe frisar, de imediato, que esta tensão entre a plena identificação com os saberes da FD e a contraidentificação com os mesmos saberes ocorre no interior da FD, ou seja, o sujeito do discurso questiona saberes pertencentes à Formação Discursiva em que ele se inscreve e o faz a partir do interior desta mesma formação discursiva. Isto é: a contraidentificação é um trabalho do sujeito do discurso sobre os dizeres e os sentidos que são próprios à FD que o afeta e, por conseguinte, se institui como forma de resistência à forma-sujeito e ao domínio de saberes que ela organiza. O resultado desta contraidentificação faz com que o sujeito do discurso, não mais se identificando plenamente aos saberes que Forma-Sujeito

representa, se relacione de forma mais ou menos tensa com a forma-sujeito. Dito diferentemente, a superposição perfeita que ocorre na primeira modalidade de tomada de posição, responsável pelo efeito de reduplicação da identificação e da produção do efeito de unidade imaginária do sujeito dá lugar a uma superposição que não é completa. Desta superposição incompleta e, por conseguinte, imperfeita resulta um certo recuo que permite a instauração da diferença e da dúvida, as quais são responsáveis pela instauração da contradição no âmbito dos saberes da Formação Discursiva e, conseqüentemente, pelo surgimento de posições-sujeito no interior da Formação Discursiva. Ou seja: esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, e isto resulta em uma FD heterogênea.

Estas duas modalidades de tomada de posição representam o que Pêcheux chamou de bom sujeito e de mau sujeito. Pêcheux apontou estas duas modalidades, mas, se formos fazer análises, veremos que, no interior de uma Formação Discursiva, se ela for entendida como um domínio de saber heterogêneo em relação a ela mesma, podemos identificar não apenas duas, mas várias posições-sujeito.

A formulação das modalidades de tomada de posição é contemporânea da introdução da noção de interdiscurso, a qual, por sua vez, está relacionada ao que estamos discutindo aqui, pois é o interdiscurso que determina uma FD, ou seja, o interdiscurso contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD. Nas palavras de Pêcheux, o "interdiscurso é o exterior específico de uma FD". Ainda citando Pêcheux, o interdiscurso se constitui de um complexo de FDs, ligadas entre si. E, diz Courtine (1981), a reconfiguração de uma FD se dá a partir do interdiscurso. Ou seja: saberes que não fazem parte de uma determinada FD, em um determinado momento e em uma dada conjuntura, passam a integrá-la, aí introduzindo a diferença e a divergência, o que está na origem da constituição heterogênea de qualquer FD. E é aí que as diferentes modalidades de tomada de posição assumem seu papel,

produzindo o entrelaçamento entre o mesmo e o diferente, vindo de outro lugar, de outro discurso, de outra FD.

A estas duas modalidades, Pêcheux acrescenta uma terceira que funciona sob o modo da “desidentificação, isto é, de uma tomada de posição não-subjetiva, que conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito” (idem, p. 217), ou seja, o sujeito do discurso desidentifica-se de uma formação discursiva e sua forma-sujeito para deslocar sua identificação para outra formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito.

Vale dizer: nesta terceira modalidade, o sujeito rompe com a Formação Discursiva em que estava inscrito e com a qual se identificava e passa a identificar-se com outra formação discursiva e com sua respectiva Forma-sujeito. Esta operação de desidentificação é absolutamente diferente da anterior, a contraidentificação. Senão vejamos: na contraidentificação, o que ocorre é um recuo em relação à Forma-Sujeito, não mais reduplicando plenamente seu saber e permitindo que haja uma superposição apenas parcial e imperfeita; já quando ocorre a desidentificação, o sujeito do discurso não apresenta mais nenhuma identificação com o saber da Forma-sujeito. Não se trata mais de uma desidentificação parcial. Trata-se, agora, de uma desidentificação completa. O que ocorre é uma ruptura com os saberes de uma FD e a consequente desidentificação com sua Forma-Sujeito e a subsequente identificação com outra FD e sua respectiva Forma-sujeito. Diria mesmo que, quando isto ocorre, de fato, antes mesmo de migrar para outra FD, o sujeito, sem o saber, já não mais se identificava com o domínio em que pensava estar inscrito. Dito ainda diferentemente: quando um sujeito formula isto no nível do pré-consciente/consciente, a desidentificação já se deu, apenas o sujeito não tinha disso consciência.

No presente trabalho, entretanto, interessa-me sobretudo a segunda modalidade de tomada de posição, a contraidentificação, pois é através dela que são introduzidas as diferenças e as divergências no âmbito de uma Formação Discursiva e, conseqüentemente, a unicidade e homogeneidade da forma-sujeito ficam fortemente

relativizadas e, juntamente com ela, a homogeneidade da FD. É, pois, sobre a contraidentificação que vou centrar minha reflexão, a partir deste momento.

Para examinar melhor essa questão, tomo outro trabalho de Pêcheux, de 1980, intitulado “Remontémons de Foucault à Spinoza”. Nele, Pêcheux rediscute a noção de ideologia e, a partir dela, a noção de formação discursiva. Diz ele que “uma ideologia é não idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários” (PÊCHEUX, 1980, p.192). E, mais adiante, acrescenta que “a propósito da ideologia, trata-se de pensar a contradição de dois mundos em um só” (idem, p.195). Como se vê, Pêcheux introduz a diferença e a divisão como características da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e vive sob o signo da contradição.

Ora, se a ideologia não é idêntica a si mesma, o que dizer da formação discursiva que representa no discursivo suas estreitas relações com o ideológico? Cabe ao próprio Pêcheux responder a esta questão. Segundo o autor,

[...] parece que é na modalidade pela qual se designam (em palavras e em escritos) estas ‘coisas’, ao mesmo tempo idênticas e divididas, que se especifica o que se pode, sem inconveniente, continuar chamando ‘formação discursiva’. (idem, p.196).

Vale dizer, pois, que, se a ideologia não é idêntica a si mesma, a formação discursiva, por idênticas razões, também é, a um só tempo, idêntica e dividida. Isto significa que seu domínio de saber comporta identificação, isto é, reduplicação da identificação, mas também diferença e divergência. Ou seja, a contraidentificação é responsável pela introdução da contradição no âmbito da FD. E a consequência direta disso é que a igualdade dos sentidos e unicidade do sujeito dão lugar à diferença dos sentidos e a fragmentação da forma-sujeito.

5. Considerações finais

Se a formação discursiva apresenta-se assim constituída, então a forma-sujeito que a organiza também é heterogênea em relação a si mesma, o que significa afirmar que a forma-sujeito abriga a diferença e a ambiguidade em seu interior. Só assim é possível pensar em uma formação discursiva heterogênea que continua comportando um sujeito histórico para ordená-la. De tal modo que é possível pensar esse sujeito histórico como um sujeito dividido entre as diferentes posições de sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta, pois, como afirma Courtine (1981, p.51)

[...] chamar-se-á domínio da forma-sujeito... o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber...

Claro está que não se trata mais de uma forma-sujeito dotada de unicidade; agora estamos diante de uma Forma-Sujeito que se fragmenta¹⁷³ em um conjunto de diferentes posições de sujeito e é esse elenco que vai dar conta da forma-sujeito. Por outro lado, uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, daí decorrendo uma formação discursiva heterogênea, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva.

Como se vê, estamos longe de obter unanimidade no interior da Formação Discursiva. E, sobre esta questão, desejo igualmente visitar um outro texto de Pêcheux. Refiro-me ao texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”¹⁷⁴. Deste texto, interessa-me retomar a reflexão que

173 Em trabalho anterior, intitulado “A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação” (2000) examinei detalhadamente esta questão. Este trabalho, reformulado e aprofundado, encontra-se no prelo.

174 Este texto, de 1978, não fazia parte da edição francesa de *Les Vérités de la Palice*. Permaneceu inédito em francês até 1990 e foi incorporado, como anexo, à edição inglesa de *Les Vérités de la Palice*, o mesmo sucedendo posteriormente por ocasião da tradução brasileira deste livro que leva como título *Semântica e Discurso*.

Pêcheux faz a propósito da Forma-Sujeito e da interpelação do sujeito do discurso.

Pêcheux (1988, p.300-3010) vai salientar, inicialmente, algo que já havia formulado em *Semântica e Discurso*: que a interpelação do sujeito está intimamente ligada à constituição do sentido. A esta primeira questão, Pêcheux vincula uma segunda observação, igualmente já formulada em *Semântica e Discurso*: o sentido se produz no “non-sens”, sob o primado da metáfora. E esta segunda constatação conduz Pêcheux a afirmar o primado da metáfora sobre o sentido. Isto equivale a dizer que certos sentidos que são constituídos a partir de uma determinada interpelação/identificação, a partir de um certo momento, podem ser questionados e um sentido pode tornar-se um outro e isto mostra que, de fato, “não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas” (PÊCHEUX, 1988, p.301) e ele acrescenta “uma palavra pela outra é a definição da metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso” (PÊCHEUX, 1988, p.301).

Bem, alguns não de estar se questionando sobre a relação disso com a Formação discursiva. E é neste ponto que, de fato, iniciam minhas considerações finais. Em minha perspectiva, a falha no ritual se dá no momento em que ocorre o encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história.

De fato, em consequência deste encontro, podem ocorrer alguns tipos de falha no ritual: o primeiro dá origem à entrada de novos saberes, anteriormente alheios a um determinado domínio de saber, produzindo a transformação/reconfiguração de uma FD. E isto ocorre porque a FD é dotada de fronteiras bastante porosas que permitem, em determinadas condições, a entrada de certos saberes que lhe eram alheios em um outro momento. Nas palavras de Courtine (1981), trata-se da reconfiguração constante das fronteiras instáveis de uma FD.

A segunda falha no ritual pode significar não apenas a transformação/reconfiguração da Formação Discursiva, mas a

fragmentação da própria forma-sujeito (INDURSKY, 2000), como vimos anteriormente. Já a terceira falha no ritual pode levar-nos a presenciar não apenas a fragmentação da forma-sujeito, mas a instauração de uma nova posição-sujeito que traz para o interior da FD saberes que não só lhe eram alheios, em um determinado momento, como também eram aí interditados, causando alvoroço e estranhamento nas fileiras dos sentidos da referida FD, ocasionando o que Pêcheux descreveu como “a irrupção de um ‘além’ exterior e anterior” na FD. Isto é o que tenho chamado de acontecimento enunciativo (INDURSKY, 2002) e que consiste capturar o exato momento em que se dá a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma FD, posição essa que traz para o interior da identidade a alteridade, provocando estranhamento, agitação nas fileiras do sentido e introduzindo, no interior da FD, “ambigüidade ideológica e efeitos de divisão” (PÊCHEUX, 1990, p.314).

O acontecimento enunciativo produz tensão nas fronteiras internas da FD, pois faz balançar a unidade imaginária do sujeito, ao introduzir e situar saberes na tênue fronteira de uma FD, o que torna difícil determinar o seu exato pertencimento.

Trabalhar com uma FD dotada de tais características inscreve o analista de discurso dentro da agitação e tensão dos sentidos de um domínio de saber e seu gesto de individuação de uma FD consiste já em um gesto de interpretação analítica, em que o próprio analista toma posição. Este momento se constitui em um gesto metodológico por excelência, mas esta já é uma outra viagem.

É precisamente sobre o que estou chamando de falhas no ritual que penso ser necessário colocar o foco: no meu entendimento, a falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contraidentificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los, fragmentando a forma-sujeito e produzindo diferentes posições-sujeito.

Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD.

Retomo, neste ponto, e à guisa de fechamento, o questionamento inicial de Pêcheux que serviu para abrir este trabalho. Pergunto então juntamente com Pêcheux (1990, p.315) até que ponto “a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento desta identidade... e talvez também a de formação discursiva?”.

Por meio deste questionamento de Pêcheux, que transformei em interrogação, procuro trazer estas reflexões como parte do que estou pensando. Não creio que ainda seja possível, nos dias de hoje, trabalhar com uma FD fechada e homogênea. Diria mais: nem mesmo é desejável o fechamento de uma máquina discursiva, embora seja muito mais fácil trabalhar desta maneira. Entendo fechamento mais como um efeito de fechamento, e este efeito é necessário para que o analista possa fazer seu trabalho, mas este efeito pode se dar somente depois que tenha sido instituído o gesto analítico/interpretativo do analista. E o que conduz/produz este efeito de fechamento é o princípio organizador preconizado pela teoria, a ideologia, que não pode mais ser entendida como um discurso para cada um, mas como o um que se divide, se fragmenta, tal como foi salientado pelo próprio Pêcheux.

É igualmente necessário levar em conta que é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FD. Ou seja: este é o gesto inaugural e metodológico que dá início a uma pesquisa que pretende mobilizar a noção de FD. Compete ao analista traçar os tênues contornos da FD com a qual o sujeito do discurso em análise se identifica para, somente então, e a partir daí, fazer suas análises.

Julgo, pois, que a FD merece que lutemos por ela, desde que se entenda que não é possível cristalizá-la; desde que ela não se converta em um colete rígido que impeça a fragmentação da forma-

sujeito; desde que se entenda que não há ritual sem falhas e que esta falha permite que novos saberes podem inscrever-se, obedecendo ao princípio da transformação; desde que saibamos que esta falha no ritual conduz o sujeito do discurso a apropriar-se de saberes alheios e inseri-los no âmbito de uma FD. Ou seja: a FD deve ser tomada como uma unidade dividida em relação a si mesma, a qual comporta em seu interior diferentes posições-sujeito que representam a fragmentação da forma-sujeito. Penso que é difícil suportar a diferença, mas é ela que mostra que a FD, e não apenas o discurso, é lugar de tensão e não apenas de segurança. Expulsar a diferença, a divergência, enfim a alteridade e a contradição que ela introduz, consiste em trabalhar com universos logicamente estabilizados (PÊCHEUX, 1990, p.30-33¹⁷⁵) os quais Pêcheux tanto criticou. Portanto, a FD merece que lutemos por ela, desde que tenhamos clareza de que ela não pode ser tratada como uma maquinaria discursiva fechada.

| Referências

COURTINE, J.-J. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris, n. 62, p. 127, jun. 1981.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971 [1969].

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

INDURSKY, F. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, F. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2000. (Col. Ensaios, 15).

INDURSKY, F. A noção de sujeito em Análise do Discurso: do desdobramento à fragmentação. ANPOLL, CD-ROM Síntese 2, Porto Alegre, 2002.

175 Este texto, originalmente apresentado na conferência "Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, restrições", na Univ. de Illinois, em 1983, ganhou publicação em português, no livro *Discurso: estrutura ou acontecimento*, em 1990.

INDURSKY, F. Remontando de Pêcheux a Foucault: uma leitura em contraponto. *In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.). Michel Pêcheux e a análise do discurso; uma relação de nunca acabar.* São Carlos: Claraluz, 2005.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990 [1975].

PÊCHEUX, M. A análise do discurso: três épocas (1983). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M. Remontémonos de Foucault à Spinoza. *In: TOLEDO, M. M. El discurso político.* México: Nueva Imagen, 1980.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento.* Campinas: Pontes, 1990 [1983].

Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault¹⁷⁶.

Inês Lacerda Araújo¹⁷⁷.

176: Texto publicado originalmente na Revista Eletrônica *Aulas* da Unicamp "Dossiê Foucault n 3" em março de 2007. Agradecemos aos professores Margareth Rago e Adilton L. Martins, editores da revista, por gentilmente terem cedido os direitos de republicação deste texto.

177: Professora no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Filosofia – PUC/PR. Doutora em Estudos Linguísticos – UFPR.

1. O conceito de formação discursiva

O conceito de formação discursiva não só é imprescindível para compreender o que Foucault entende por arqueologia, como é um conceito original, pois transforma a noção de linguagem, de sujeito, de verdade e de ciência.

Foucault não emprega o conceito de discurso como um produto da retórica e nem como estrutura significativa de um texto. O uso desse conceito aparece pela primeira vez em *Les Mots et les Choses*, cujo subtítulo é, justamente, uma arqueologia das ciências humanas; no prefácio afirma que o espaço por ele abordado não é o do encadeamento *a priori* e necessário de ideias ou conceitos, e nem é imposto por conteúdos sensoriais imediatos. Ou seja, sua análise é inteiramente distinta da kantiana, que se apoia nos dois pressupostos do conhecimento: as formas *a priori* e seu conteúdo, o material empírico. Tampouco provém o discurso de uma categoria causal, ele não é produzido por algo ou alguém, nem pode ser reconhecido através de características idiossincráticas. Importam as noções de mobilidade, aproximação, o modo como o discurso isola temas e objetos, e se ajusta a conteúdos concretos. O que o afasta de Hegel, pois não se trata da história do aperfeiçoamento crescente das formas objetivas, “mas sim a de suas condições de possibilidade” (FOUCAULT, 1966, p. 13).

O vocabulário que Foucault usa para a análise e para a descrição das formações discursivas procura ser o mais adequado possível à novidade da proposta. Essas formações são comparadas com grelhas que servem para classificar, fazer surgir diferenças e semelhanças, para visualizar certa ordem, qualquer que ela seja. Entre as coisas se estabelece algo que funciona como sua lei interna, mas há também a ordem que é estabelecida pelo olhar, pela grelha conceitual, pela atenção a um ou outro aspecto; e, como não poderia deixar de faltar, há uma linguagem, mas ela não é requerida sob a forma da relação entre significante e significado, o horizonte da análise do discurso extrapola o das regras sintáticas e semânticas.

Há dois modos de abordagem da realidade: abordar a ordem empírica através do estudo dos códigos básicos de uma cultura, de um lado, e de outro o conhecimento filosófico e o científico. Ora, essas duas ordens, se nos afastarmos de sua obviedade, de sua primeira evidência, não são as únicas possíveis e nem as que melhor proporcionam saber. O olhar de Foucault enxerga outro tipo de pressuposto, o de que há ordem, quer dizer, há a organização, a construção, a constituição de “grelhas” do saber, a partir de um “solo positivo”. Nesse solo são construídas teorias gerais sobre a ordem das coisas e suas interpretações. Ou seja, entre os códigos culturais e o conhecimento filosófico-reflexivo, Foucault propõe que há uma terceira região fundamental: a da experiência dessa ordem e de seus modos de ser. “Uma tal análise não provém nem da história das idéias, nem da história das ciências: é, antes, um estudo que se esforça para encontrar a partir de que conhecimentos e teorias se tornaram possíveis; segundo que espaço de ordem se constitui o saber”, afirma Foucault (1966, p.13).

É essa ordem que dá leis para as trocas, estabelece regularidade aos seres vivos, encadeamento e valor representativo às palavras. Esse solo positivo de nossos conhecimentos é *a priori* e histórico. Será essa perspectiva revolucionária uma revolução pós-kantiana? Cremos não ser temerário responder que sim, pelas razões que expomos nos itens abaixo.

Foucault não faz história das ideias nem história das ciências, e sim a análise da possibilidade da ordem, da positividade histórica, a partir da qual um saber pode se constituir, a partir do qual teorias e conhecimentos, reflexões e ideias são possíveis. E é nesse espaço de ordem que o saber se constitui.

Não se trata de história das ideias ao modo de Hegel, nem de descrição do conhecimento em termos de seu progresso em direção à objetividade e inteligibilidade representada, em nossa época, pela ciência. Quer dizer, Foucault não toma a verdade no sentido cognitivo, isto é, como capacidade de conhecer mais e melhor a

realidade através de representações mais acuradas. Seu campo de trabalho é o da descrição da *épistémè* na qual os conhecimentos estão como que mergulhados e da qual retiram sua positividade. Daí uma história que não é da verdade cada vez mais próxima do real, cada vez mais aperfeiçoada pelo progresso técnico e científico, mas a história das condições de possibilidade e de uso de verdade, de saber, que Foucault chama de solo positivo. Certamente é por essas razões que Dreyfus e Rabinow (1984, p.71) consideram que sua teoria da prática discursiva seria como que uma “fenomenologia para pôr fim a todas as fenomenologias”. Nada a ver com o positivismo e nem com a filosofia analítica, para os quais o conhecimento científico é a única linguagem de observação e de experimentação suscetível de verificação empírica. Mas Foucault não desqualifica as propostas da filosofia analítica, pois, como arqueólogo do saber, o que interessa são as formações discursivas que produzem o positivismo ou a filosofia analítica e o que nos interessa neste texto é como fica a noção de ciência vista a partir de um solo de saber.

Os campos de saber sofrem mutações que são acolhidas em sua dispersão e em seus modos de dispor elementos para que possam se transformar eventualmente em ciência. Numa dessas mutações, em um desses solos, nasceu um saber sobre o homem. É esse solo que Foucault diz ser objeto de análise em *As palavras e as coisas*, o que não exclui outros tipos de abordagem; além disso, esse solo deve ser analisado como um entre outros possíveis; seu objetivo não é fazer história das ideias nem das ciências; isso se deve, em parte, a que o projeto arqueológico deve levar à crítica de nossa época, de nossa cultura, pois mostra, no mínimo, que diferentes épocas produziram diferentes saberes a partir de pontos móveis; nada está assentado e fundado absolutamente, nada é óbvio ou evidente por si mesmo.

O arqueólogo analisa uma ordem do saber, onde arranjos produziram objetos (e é deles que os cientistas se ocupam), e o meio pelo qual é feita essa análise é o discurso. Como dissemos, a finalidade não é atingir o fundo último do saber, nem a constituição

última do mundo, nem a certeza e a verdade do conhecimento. Essas tarefas cabem ao filósofo, ao historiador da ciência, ao epistemólogo. Os pressupostos da arqueologia não são a representação acurada, o transcendental, nem o empírico, e sim a constituição histórica de certos saberes, *épistémès*, nas quais o discurso se arma.

Em suma, o objeto de análise do arqueólogo é o discurso, cujas unidades são os enunciados; estes formam as práticas discursivas, que configuram uma *épistémè*, a qual pertence ao saber de uma época. “A análise das formações discursivas, das positividades e do saber em suas relações com as figuras epistemológicas e as ciências é o que chamamos, para distingui-la das outras formas possíveis de história das ciências, análise da *épistémè*” (FOUCAULT, 1969, p.249). As formações discursivas não se confundem com a ciência, nem com os discursos quase científicos, nem levam a um futuro projeto de uma ciência, mas, ao mesmo tempo, não excluem de *per si* toda e qualquer forma de cientificidade.

2. Características do discurso

Como a questão para Foucault não é cognitiva, isto é, não interessa a ele a verdade ou falsidade das proposições científicas, nem a investigação da consistência, coerência ou validade de uma teoria científica, tampouco as fontes ou fundamentos para todo e qualquer conhecimento, a questão é a da produção histórica, concreta de saber.

Analisar as formações discursivas significa localizar os objetos de saber que surgem em seu “frescor de acontecimento”, “em uma exterioridade que talvez seja paradoxal, pois que ela não reenvia a nenhuma forma de interioridade” (FOUCAULT, 1969, p.159), e mostrar quais transformações esses objetos de saber sofrem; essa leitura dos arquivos de uma época não visa interpretá-los como insuficientes, estranhos, errados, ou evidentes. Foucault não faz interpretação ou exegese do sentido, sua perspectiva não é lógica e nem linguística. A unidade de estudo não é a frase gramatical nem a proposição lógica,

nem o ato de fala (linguagem ordinária). Trata-se, portanto, como observam Dreyfus e Rabinow (1984), de novas técnicas de análise, as quais percorrem um vasto e inexplorado território.

Enganam-se os que entendem sua proposta como crítica da ideologia, dos meios de comunicação; ou que se deve ler um texto para extrair o não dito.

O discurso tem um suporte histórico, institucional, uma materialidade que permite ou proíbe sua realização. O sujeito do discurso não é a pessoa que realiza um ato de fala, nem o autor do texto, nem o sujeito da proposição. O sujeito é aquele que pode usar (quase sempre com exclusividade), determinado enunciado por seu treinamento, em função da ocupação de um lugar institucional, de sua competência técnica. O enunciado pode ser usado ou reutilizado, entrar em tramas e circular conforme um interesse, uma prática; por exemplo, o enunciado do médico perito, um psiquiatra, para diagnosticar a doença mental, do pedagogo para aferir a aprendizagem de uma criança, do psicólogo para detectar distúrbios de comportamento.

Que objetos são estatuídos e podem ser objeto de saber depende de uma formação discursiva; o objeto de saber "loucura" foi estatuído num domínio, e há domínios nos quais certos objetos adquirem *status* científico e outros não; o objeto nasce da "trama do discurso", de relações discursivas que funcionam como práticas em meio a outras práticas. O objeto não está pronto na realidade, em potência, aguardando o cientista para colocá-lo em ato. O objeto surge quando condições discursivas e não discursivas o produzem. "O projeto de Foucault não é dizer se um enunciado é ou não científico, mas sim analisar aquilo que uma época pôde constituir como objeto para um saber no nível discursivo" (ARAÚJO, 2000, p.61). Em cada formação, conceitos são dispostos de certa forma e utilizados conforme o campo de saber e o modo como ele se relaciona, se diferencia, se associa ou não a outros campos de saber. O mesmo se dá com os temas, eles são investidos por estratégias que qualificam ou não

instituições, técnicas, grupos sociais, obedecendo a conceitos e usos que a própria prática discursiva provê.

Como tal enunciado é usado e que efeitos produz, como tal discurso é controlado, qual é excluído e qual é beneficiado e prestigiado? Em função do que?

Não há enunciado neutro, ele funciona e toma efeito numa prática discursiva que é prestigiada, em geral, pelo fato de **produzir verdade**. Verdade, por sua vez, especialmente na modernidade, é a da **ciência** (cf. FOUCAULT, 1971). Assim, no discurso psicopedagógico, o alvo é a criança e seu aprendizado, por isso interessam os conceitos de comportamento, adaptação, inteligência, atividade, psicomotricidade; é desse modo que um objeto de saber, neste caso o aprendiz e suas características psicológicas, pode se tornar alvo de intervenção da parte de uma ciência, ou no exemplo acima, de duas ciências, a pedagogia e a psicologia.

Foucault não pretende desmerecer avanços no território das ciências humanas, nem discutir se as teorias são científicas, isto é, se seus enunciados são consistentes, seu *status* epistemológico, se a psicologia deve ser comportamental ou empírica. Interessa a Foucault que esse tipo de enunciado sobre a criança e seu comportamento, tenha surgido em certa época (final do século XIX) e que ele tenha esse tipo de emprego: testar, adaptar, conhecer, treinar.

As práticas discursivas têm relação com outras práticas sociais, econômicas, culturais, justamente essa relação é o foco da genealogia, como veremos ao longo do artigo.

Essa visão de exterioridade do arqueólogo do saber é acompanhada de análises acerca do modo com são usadas, reutilizadas, acumuladas, e também, abandonadas ou desprestigiadas certas práticas.

As formações discursivas analisadas em *As Palavras e as Coisas* são aquelas que forneceram conceitos, temas e principalmente, objeto para as ciências humanas (ARAÚJO, 2000; RABINOW;

DREYFUS, 1984). A história natural que classifica os seres vivos sofre transformações que levam à constituição da biologia, com a noção de vida, de evolução, de organização interna; a economia política provém da mudança do conceito de moeda, de valor como representação da mercadoria, para o conceito de trabalho, de tempo empregado para a produção da mercadoria; a gramática geral sofre mudança na concepção de língua com sua organização gramatical universal, para a evolução das línguas e seu uso por um povo, uma cultura. Sem os novos objetos de análise: vida, trabalho e linguagem, o próprio objeto das ciências humanas não surgiria no horizonte de saber do final do século XIX. Analisar o homem com os conceitos de função, evolução, normas, regras, sentido, estrutura, só foi possível com esses conceitos que foram “emprestados” às ciências da biologia, da economia e da filologia; sem eles, é bem provável que a psicologia, a sociologia e a análise literária não teriam se estruturado, pelo menos não do mesmo modo como os conhecemos (ARAÚJO, 2000).

Mas a arqueologia não descreve propriamente as ciências em sua organização interna, ou seja, as ciências enquanto disciplinas com seu papel e suas implicações em termos de conhecimento e em termos de influência social, econômica, tecnológica. Nesse sentido, a abordagem de Foucault difere da de Kuhn. Formação discursiva não é o mesmo que paradigma.

3. Formação discursiva, ciência e paradigma

Abordar as ciências como disciplinas não se presta para delimitar as positivities. É apenas no final da análise arqueológica que as ciências como tais ficam delineadas, se mostram como ciência e/ou como não. Portanto, não há uma relação biunívoca entre formação discursiva e as ciências instituídas. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault exemplifica o modo como uma ciência surge numa formação discursiva, usando o caso da psiquiatria, tal como ele a examinara em *História da Loucura*. A psiquiatria é uma

novidade para o saber do século XIX, nada tem em comum com o que se chamavam “males da cabeça” ou “doenças nervosas”; o surgimento da psiquiatria justamente naquela época produziu uma nítida transformação de conceitos, temas, jogo de relações entre hospitalização, internamento, regras de exclusão social, regras de jurisprudência, normas do trabalho industrial e da moral burguesa, “enfim, todo um conjunto que caracteriza para essa prática discursiva a formação de seus enunciados” (FOUCAULT, 1969, p.233).

Essa nova prática não se limita a procedimentos com pretensão à ciência, ela se faz presente nos textos jurídicos, na literatura, na filosofia, nas decisões políticas, na vida cotidiana. As formações discursivas que a disciplina “psiquiatria” permite localizar extravasam essa formação e são investidas em outras práticas e decisões que fazem parte de nossa cultura, desde o século XIX. Havia antes da psiquiatria uma formação discursiva e uma positividade que são suscetíveis de descrição, mas não havia uma disciplina que se pudesse definir como científica. Nada havia no século XVIII que prenunciasse os conceitos, práticas e relações com certas instituições que caracterizarão a psiquiatria, constata Foucault. Ela estaria no estágio que Kuhn chamou de pré-ciência, anterior à ciência normal? A diferença é que para Foucault nem toda formação discursiva é candidata à ciência e para Kuhn o estágio pré-paradigmático é condição para a futura disciplina científica.

Introduzimos neste texto a concepção de Kuhn de história da ciência, para mostrar que há muito em comum entre a noção de paradigma e de formação discursiva; em nossa atual *épistémè*, há a noção de ruptura, de descontinuidade entre uma formação e outra, entre um paradigma e outro. Para fazer história da ciência, Kuhn emprega o conceito de paradigma, que são realizações científicas universalmente reconhecidas capazes de fornecer problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência, durante um certo período de tempo (KUHN, 1996). Kuhn aborda a ciência de um ponto de vista interno, pois levar em conta fatores externos, tais como, financiamento para a pesquisa em áreas

estratégicas, investimento tecnológico, não mostra como foi possível que uma prática se transformasse em prática científica, sendo que antes nada havia que prenunciasse essa transformação; além disso, Kuhn resolve o problema de se fazer história da ciência: se as crenças obsoletas passadas são consideradas hoje como mitos, faz-se história dos mitos, e não da ciência. E o mesmo poder-se-ia dizer daquilo que atualmente se considera como científico, se no futuro também for visto como mito, isso implica que os métodos e conceitos atualmente empregados estão errados. A solução para o dilema do historiador da ciência vem de uma noção de história da ciência **não-cumulativa**, contextual, as concepções e métodos científicos variam conforme a época. Com isso a própria noção representacionista de verdade, como relação entre conteúdo mental e objeto/estado de coisa no mundo, fica descartada.

Também as formações discursivas para o arqueólogo do saber são descontínuas; entre a história natural e a biologia, por exemplo, há um corte entre temas, conceitos e objetos de estudo. Em 1968, antes da publicação de *Arqueologia do Saber*, Foucault mostra em que a arqueologia difere das análises propriamente epistemológicas. Enquanto Kuhn restringe sua concepção de paradigma às ciências naturais, e ao campo epistemológico, Foucault vai além. Sustenta que é possível analisar a história da ciência em termos de descontinuidade; que a tarefa do epistemólogo não exclui a do arqueólogo do saber, inclusive porque compreender os objetivos distintos de cada um leva a uma visão crítica da ciência e da verdade; analisar o valor epistemológico de um enunciado (com faz Kuhn) é mais específico do que mostrar a formação discursiva que dá a esse enunciado o caráter de enunciado científico.

Kuhn enfatiza em sua história das revoluções científicas a física. Os conceitos, objetos, instrumentos de pesquisa, e a comunidade de cientistas que emprega esses recursos exaustivamente praticam o que ele chama de "ciência normal". Em contraste, Foucault se interessa pelas leis de formação de um conjunto de objetos, de conceitos, de opções teóricas **não** limitados ao campo epistemológico da ciência.

Já para Kuhn, os cientistas que usam um paradigma para aplicar conceitos, explicar fatos, fazer experiência, fazem um trabalho minucioso que permite o surgimento de novas condições e situações que não se encaixam no paradigma; isso poderá provocar uma mudança revolucionária, isto é, o surgimento de um novo paradigma. Sem paradigma não há ciência.

Podemos então dizer que a abordagem de Kuhn é mais estrita e seus critérios para chegar às noções de ciência normal e distingui-la de outros tipos de saber são internos à prática, aos conceitos e aos objetos de um paradigma; é ele que permite selecionar problemas, é ele que produz progresso científico. A seleção se dá a partir de um conjunto de crenças metodológicas e teóricas interligadas que delimitam o campo científico; este não está pronto nos próprios fatos. Estes podem ser recortados por outro campo científico, podem ser descobertos casualmente. Kuhn rejeita a relação um por um entre enunciado e fato descrito ou representado pelo enunciado. A melhor teoria é aquela que venceu a competição com relação às teorias rivais, e não a teoria verdadeira porque foi verificada ou comprovada.

No lugar de uma visão transcendental de verdade e de forma de entendimento, Kuhn adota a perspectiva interna da prática de uma comunidade de cientistas; com isso ele põe em xeque a suposição fundacionalista de um sujeito que representa o objeto através de métodos neutros de verificação. Kuhn sustenta, ao contrário, que os fatos só podem ser verificados com um instrumental teórico e empírico que surge de um contexto histórico.

Foucault concorda com essas críticas, mas seu ponto de partida não é a história da ciência, mas estratégias num campo de saber. Além disso, a produção de verdade da ciência entra no jogo mais amplo das **políticas de verdade**, noções estas que nada têm a ver com os paradigmas de Kuhn. De modo que a semelhança e certas analogias que existem entre as noções de paradigma e formação discursiva se devem antes a um pano de fundo antifundacionalista, a uma crítica

ao representacionismo e às concepções transcendentais de verdade e conhecimento. Para Foucault, a ciência nasce de condições que se formam num campo mais amplo, o do saber de uma época.

4. Ciência e verdade

Para Foucault, os elementos que entram na prática discursiva **poderão ou não se constituir em discurso científico**. Este terá seu rigor, suas normas, obedece a um paradigma, mas também apresenta uma forma de lidar com certos objetos, manipula conceitos, usa estratégias temáticas, em função de necessidades que todo discurso científico tem de obedecer a critérios experimentais ou formais (FOUCAULT, 1969).

As positivities do saber não são formas de conhecimento, no sentido de que as positivities não representam condições universais, necessárias, *a priori* para todo e qualquer tipo de conhecimento; tampouco são formas de racionalidade postas para funcionar pela história. Portanto, as positivities não concernem nem ao projeto kantiano, nem ao projeto hegeliano, como dissemos anteriormente.

O que está em jogo são as regras de uma prática discursiva, as quais e nas quais se formam objetos, conjuntos de objetos, enunciações, jogos de conceitos, temas e escolhas teóricas. As positivities são o solo sobre o qual se constroem proposições coerentes (ou não), se fazem descrições, verificações, teorias. Mas elas não se confundem com uma forma de racionalidade, nem com significações ideais.

Foucault chama a essas condições mais gerais de “**saber**”, ou seja, aquilo de que uma prática discursiva pode falar, e assim fornecer para o saber um domínio de objetos (por exemplo, a vida, a gramática, a circulação das riquezas, a loucura, a psiquiatrização do sexo infantil), uma posição ao sujeito (o psiquiatra para falar dos perigos que rondam o sexo da criança), um campo de utilização para os enunciados (a saúde da família, o gerenciamento das populações),

as possibilidades de uso e de apropriação que o discurso oferece (raridade dos discursos de verdade, o modo como esses discursos circulam, as instituições que os acolhem ou proíbem).

O que pode ser resumido assim: “as ciências aparecem no elemento de uma formação discursiva e sobre o fundo de saber” (FOUCAULT, 1969, p.240). Daí que as ciências naturais objetivam o saber de um modo inteiramente diverso do das ciências humanas, daí que o nível de cientificidade de ambas tenha relação com a formação discursiva na qual surgem. Mas Foucault não está preocupado em estabelecer as regras epistemológicas próprias a cada uma dessas ciências, e sim mostrar que, sempre que certo tipo de saber atinge o nível de ciência, de formalização e usa regras epistemológicas, isso só se dá a partir de uma formação discursiva.

Assim, quando Foucault analisa a medicina ou a psiquiatria, por exemplo, não entra no mérito científico dessas ciências, nem como seus enunciados são verificados, nem sob que critérios se estabelecem sua verdade ou falsidade. A prática discursiva forma elementos essenciais para a constituição de uma ciência, natural ou humana, sem que os elementos daquela prática sejam necessariamente destinados a uma ciência.

O campo do saber é ao mesmo tempo teórico e prático; descritivo e institucional; analítico e regulamentar; pode ser composto por decisões, afirmações, decretos; os campos de saber, “não são ciências” afirma Foucault (1994b, p. 712). Para caracterizar esses campos a distinção entre científico/não-científico não é pertinente, uma vez que eles são “epistemologicamente neutros” (FOUCAULT, 1994b, p.712).

Há duas questões, a primeira, como a ciência se delineia através de critérios de cientificidade numa dada formação discursiva. Consideramos que o conceito de paradigma dá conta desse problema. A segunda questão diz respeito ao papel que uma ciência desempenha num campo discursivo. A arqueologia do saber dá conta desse outro problema.

Kuhn pretende delimitar entre ciência e não ciência, para Foucault interessa não o ponto de vista epistemológico sobre uma ciência, isto é, analisá-la em termos de conhecimento (obedecendo a critérios formais de experimentação, verificação, objetivação) para encontrar critérios de cientificidade, pois essa avaliação epistemológica **não** basta dar conta da existência de fato de tais ou tais objetos, de seu surgimento histórico, do acontecimento na ordem do saber, de episódios que o retardam, de obstáculos, da dimensão de um tal acontecimento.

É no elemento do saber que se determinam condições de aparição de uma ciência, ou pelo menos de um conjunto de discursos que acolhem ou que reivindicam os modelos de cientificidade (FOUCAULT, 1994b).

As condições internas ao discurso científico são formais, linguísticas, semânticas, normas técnicas, as quais são requeridas para que um enunciado possa pertencer a essa ciência. As normas e modelos de formalização podem ser estabelecidos pela própria ciência, como os procedimentos de laboratório para a biologia, ou por outra ciência, como a estatística. Isso caracteriza o que Foucault entende por discurso científico em termos epistemológicos (1994b, p. 724, grifo meu): “O outro sistema [de análise] concerne à possibilidade de uma ciência em sua **existência histórica**. Ele lhe é exterior e não superponível”. Esse campo de conjuntos discursivos se organiza e atua de forma diferente das formas pelas quais uma ciência se articula e atua. O sistema que concerne à existência histórica interessa ao arqueólogo do saber e **não** ao epistemólogo ou ao historiador da ciência. Em outras palavras, Kuhn faz epistemologia, Foucault faz arqueologia, ou melhor, como veremos, arqueogenealogia.

O mais importante: para dar conta da cientificidade de uma ciência, segundo Foucault, é preciso reportá-la ao campo de saber de uma época. Esse campo de saber não se confunde com o paradigma de uma ciência, pois o paradigma diz respeito ao primeiro tipo de análise, isto é, às normas técnicas, métodos, condições formais próprios a cada ciência.

Por que insistir nessa distinção? Sem ela se embaralham dois níveis de análise, o epistemológico, no qual importam as possibilidades de um enunciado ser verdadeiro ou falso, condições de verdade internas à ciência, que dependem da prática científica real, de um paradigma, portanto. O outro nível é o das condições de tal ou tal prática científica, em certa época, suas condições de existência; a partir delas surge o tipo de saber científico que se tornou preponderante, desde o século XVII.

Em outras palavras, é preciso, diz Foucault, evitar a ilusão formalizadora e achar que as leis de formação de um discurso científico, sua sintaxe e sua semântica são as mesmas que suas leis de existência.

O saber é o campo de historicidade em que surgem as ciências, por isso a arqueologia pode dispensar a função fundadora do sujeito de conhecimento, a busca de uma origem, de uma causa, enfim, Foucault não faz história das ideias para saber qual foi o gênio criador de tal ou tal teoria, mas a possibilidade, fornecida por condições históricas bem específicas, para tal ciência, bem como suas consequências.

O conceito de formação discursiva é essencial para entender como se recorta, se delimita um limiar de cientificidade, por exemplo, em qual formação discursiva surgiram as ciências humanas; onde se estabelece o limiar epistemológico que permite obter normas e critérios que embasam certo tipo de crítica ou verificação, por exemplo, o surgimento da psicopatologia com Pinel e Esquirol; os limiares de cientificidade, estabelecidos por critérios formais, para construir proposições, por exemplo, os que levam de uma positividade a outra, da história natural, à biologia; o limiar de formalização, por exemplo, o da matemática, limiar esse que dá a ela condições de recorrência, e uma história diferente daquela das ciências naturais e das ciências humanas.

As formações discursivas têm níveis, limiares, modos de funcionamento, diversos. Algumas chegam ao nível de cientificidade outras não. O conceito de formação discursiva mostra que a ciência

não é “acúmulo linear das verdades ou ‘ortogênese’ da razão” (FOUCAULT, 1969, p. 45). Foucault analisa a *épistémè*, as relações que podem reunir as práticas discursivas de certa época, em termos de figuras epistemológicas, de ciências, sem perguntar pela legitimidade dessas ciências, sem pretensão transcendental, sem finalismo. O arqueólogo do saber se volta para o fato de uma ciência ser dada e existir como tal em sua efetiva dispersão, anonimato e temporalidade. Ele mostra que ela pertence a uma prática histórica.

5. História, verdade e a arqueogenealogia

A partir do século XVII a verdade tomou a forma de **verdade do conhecimento científico**, das ciências naturais. Os discursos de verdade têm prestígio, não é de hoje. Quando Sócrates proclamava que nada sabia, o fazia em nome da verdade, reconhecer a ignorância é o primeiro passo para a ascese em direção à verdade.

No curso *Le Pouvoir Psychiatrique* (1973-74), Foucault (2044) faz uma “breve história da verdade” para diferenciar a abordagem da verdade como apofântica, isto é, como reveladora, como descoberta, da abordagem da verdade como constatação, como demonstração; esta última é a mesma verdade socrática, pressupõe um sujeito universal de conhecimento; ao passo que a outra abordagem, que é também a abordagem de Foucault, mostra que o sujeito de conhecimento é um indivíduo historicamente qualificado, de acordo com certos procedimentos. A verdade não é descoberta de cientistas, no sentido arqueológico e genealógico, ela é produzida. A arqueologia do saber irá “reconstituir, assim, o que se dá como verdade de constatação ou verdade de demonstração, a partir do patamar dos rituais, o patamar das qualificações do indivíduo de conhecimento, sobre o patamar da verdade acontecimento” (FOUCAULT, 1994b, p. 238). Esta verdade acontecimento deslocou a verdade ritual. O genealogista deverá mostrar como isso se deu.

Esta tecnologia, com efeito [foi] deslocada, recoberta, descartada, esta tecnologia da verdade-acontecimento, da verdade ritual, da verdade-relação de poder, diante e contra a verdade-descoberta, a verdade-método, a verdade-relação de conhecimento, a verdade que, conseqüentemente, se supõe e se situa no interior da relação sujeito-objeto (FOUCAULT, 2004).

Essa última foi a que se impôs. A verdade revelação, a verdade apofântica, foi colonizada, não se ouve o grito do louco, por exemplo, faz-se tomografia de neurônios, cérebro, sinapses. A verdade científica colonizou e parasitou a verdade ritual, ela exerce uma relação de poder “tirânica” com relação à verdade ritual.

A esse processo de exorcizar o conhecimento, processo histórico, Foucault chamou de **genealogia do conhecimento**, que é o “reverso histórico indispensável à arqueologia do saber”, e que começa a ser esboçada nos cursos de 1971 a 1974, a partir de certo número de dossiês.

A história não é pensada em termos de unidade, ela perde sua vocação transcendental que daria sentido ao movimento ascendente de ideias, e se volta para as condições precárias, anônimas do saber. Por isso Foucault não privilegia, em sua análise, a matemática, a física, e sim as ciências da vida, as ciências humanas, as ciências “cartográficas”, a estatística, pois elas têm um uso, como ele mostra em seu projeto genealógico. Saber que se relaciona a certos tipos de poder, como o de dominar e controlar as condições da vida, da saúde, da sexualidade, da loucura, da pedagogia, da cura, de governo da população.

A análise dos dossiês da prática judiciária, por exemplo, mostra a formação das regras políticas e jurídicas de estabelecimento da verdade, que são responsáveis pela substituição da verdade de tipo prova, ritual, acontecimento, pela verdade da constatação, que é uma tecnologia de verdade da ciência. É preciso testemunhas para constatar a verdade em um tribunal; na psiquiatria, a verdade-acontecimento da loucura foi recoberta, aos poucos, pela verdade da demonstração. Esta se difunde devido a transformações das

tecnologias do saber, e não é a mesma conforme se trate da astronomia, da medicina, da botânica, da prática judiciária. Houve uma extensão dos procedimentos de inquirição, do uso da testemunha, do modo como são obtidas informações, como circula o saber, da coleta de material para verificações. Esse foi um longo e lento processo com desenvolvimento histórico que “constitui o instrumento de um poder político e econômico, o da sociedade industrial” (FOUCAULT, 1994b, p.246). As técnicas de inquirição se aprimoram, da fiscalização dos impostos, à fiscalização policial, sobre o comportamento das pessoas, seu modo de viver, de pensar, de procriar, um refinamento das técnicas até chegar à nossa sociedade, com a colonização de gestos, comportamentos, corpos, territórios, populações. A verdade diz respeito a tudo, se estende, todos podem descobri-la, desde que passem por capacitação técnica.

Enquanto o arqueólogo descreve e analisa as práticas discursivas, o genealogista mostra sua relação com as práticas não discursivas, que sujeitam indivíduos, corpos, populações a mecanismos de poder, um deles, o menos suspeito e o mais generalizado e prestigiado, o jogo de verdade.

Um desses jogos dá um papel disciplinador às ciências humanas. Estas, juntamente com as ciências bioestatísticas, produzem saber que tem um uso político, estratégico. A partir do momento em que o ser humano se tornou objeto de estudo científico, formou-se um novo tipo de saber organizado em torno da norma que possibilita controlar os indivíduos ao longo de sua existência. Esta norma é a base do poder, a forma saber/poder que dará lugar **não** às grandes ciências da observação [...], mas àquelas que chamamos “ciências humanas”: psiquiatria, psicologia, sociologia (FOUCAULT, 1994a, p.595).

O genealogista trabalha a partir das descrições e objetivações do arqueólogo do saber. As formações discursivas se ligam à análise que diagnostica as relações entre saber e poder, que tecem o biopoder (poder de gerir a vida da população, sua saúde, o que garante governamentalidade), a disciplinarização dos corpos dos indivíduos, o que garante obediência e docilidade (ver a esse respeito *Foucault*,

a história, a guerra e a política na atualidade, ou da relação entre Bush e o Viagra).

Nada disso é possível sem a história, história dos arquivos do saber que mostra as formações discursivas de uma época, e história da violência que esses arquivos aparentemente técnicos, documentais, atestam e produzem.

As ciências nascem de um fundo histórico, o saber de uma época. O gênio criador e a verdade neutra e objetiva que a história da ciência, a epistemologia e a história das ideias proclamam e estudam, são efeitos de transformações históricas, estão ligados a práticas discursivas e não discursivas.

| Referências

ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

ARAÚJO, I. L. *Foucault, a história, a guerra e a política na atualidade (ou da relação entre Bush e o Viagra)*. Disponível em: <http://www.clicdata.com.br>. Acesso em: 13 dez. 2006.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, um parcours philosophique: au dela de l'objectivité et de la subjectivité*. Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, M. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994a.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 1994b.

FOUCAULT, M. *Le pouvoir psychiatrique*. Paris: Seuil/Gallimard, 2004.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. 3. ed. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1996.

Especificidades do discurso e das formações discursivas para Michel Foucault: práticas discursivas e não discursivas¹⁷⁸

Jefferson Voss dos Santos¹⁷⁹

178 Uma versão preliminar deste texto foi inicialmente publicada em minha tese de doutorado (VOSS DOS SANTOS, 2015), defendida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Unicamp. Agradeço, dessa forma, ao CNPq, pela bolsa de doutorado (Processo 151107/2011-4), e à CAPES, pela bolsa de estágio sanduíche no exterior (Processo 8753-12-1).

179 Mestre (2011) em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Estadual de Maringá e doutor (2015) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é Professor Adjunto do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

A circulação do conceito de formação discursiva na análise de discurso no contexto francês se deveu inicialmente, e também principalmente, ao trabalho teórico de Michel Pêcheux já a partir de 1970 (cf. CULIOLI *et al.*, 1970; HAROCHE *et al.*, 1971); mas esta rearticulação do conceito estava bastante embasada na extensa e detalhada crítica de Dominique Lecourt a *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969a) no texto intitulado *Sur l'archéologie du savoir (à propos de Michel Foucault)* (LECOURT, 1970).

A crítica de Lecourt se centra em destacar aquilo que poderia ser aproveitado, a partir de todos os méritos da proposta arqueológica, para refletir, sobre o terreno do materialismo histórico, acerca das relações entre as formações que Foucault chama de discursivas e as formações ideológicas do marxismo à Althusser. Dominique Lecourt focaliza a distinção entre práticas discursivas e não discursivas e as confronta com a diferença que Althusser traçou entre ideologias práticas e teóricas; conclui que os limites impostos pelo quadro conceitual da *Arqueologia* fazem com que ela permaneça “uma ideologia teórica” (LECOURT, 1970, p. 66).

Neste texto, faço um trajeto pela elaboração teórica de *A Arqueologia do Saber* (1969a) em relação a outros textos de Foucault que tanto a precedem quanto posteriormente a comentam e desenvolvem. A partir destes comentários, procuro dar destaque à diferença entre práticas discursivas e práticas não discursivas a fim de enfatizar especificidades destes conceitos que, inclusive na esteira da argumentação de Lecourt (1970), mas também de Possenti (2009), garantem contornos específicos para outros conceitos da *Arqueologia*, como os de discurso, saberes, acontecimento discursivo e formação discursiva.

1. Os saberes, as positivities e as formações (não) discursivas

Roberto Machado (2009) afirma que, nas arqueologias dos saberes promovidas por Foucault, o gesto de descrição de *formações exclusivamente discursivas* somente foi totalmente inscrito nas pesquisas de tal filósofo a partir da publicação de *As Palavras e as Coisas* (1966). Ainda assim, o próprio Foucault admite (1969a) que suas pesquisas anteriores (1961, 1963) haviam também podido descrever a formação de discursos: discursos em torno da loucura, discursos em torno da agência clínica. Nas palavras de Machado (2009), contudo, trata-se antes de uma *arqueologia da percepção* (FOUCAULT, 1961) seguida de uma *arqueologia do olhar* (FOUCAULT, 1963). A diferença de *As Palavras e as Coisas* é a especificação e recorte de práticas exclusivamente discursivas, por isso a insistência ulterior (1969a) em descrever formações *discursivas* para tratar da regularidade dos saberes no desempenho da função enunciativa. Machado (2009) afirma que a sistematização destes conceitos em *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969a) incide mais propriamente na novidade do conceito de saber, que desempenha um papel central nesta diferenciação entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas. Gostaria de, nesta seção do texto, dar relevo a esta diferença com vistas a também problematizar, para a análise de discurso, conceitos de Foucault como os de discursos, formação discursiva e acontecimento discursivo.

Roberto Machado (2009), como comentei, concorda que a publicação de *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966) é marcada justamente pela assunção deste novo objeto de reflexão: os saberes. O saber como objeto da arqueologia e regime privilegiado de produção de enunciados é tomado por Foucault (1966) para descrever e analisar as diversas formas de conhecimento e o modo como elas são reguladas por práticas descontínuas, porém específicas e rarefeitas, materializadas pelos acontecimentos discursivos no

liame das séries enunciativas e a partir do sistema de positividade em que tais práticas se inscrevem.

A diferença que Foucault marca, a partir de *As Palavras e as Coisas* (1966), incide em recortar este regime específico de funcionamento dos discursos que não está diretamente implicado com o conceito de ciência, ou seja, este que distingue o regime dos saberes: os discursos que não requerem se firmar por sistemas de positividade formais ou matematizáveis para produzir sistemas de veridicção. Segundo Machado (2009), a arqueologia de Foucault tem o mérito de neutralizar a questão da cientificidade que um saber pode ou não constituir a si caso sua inscrição enunciativa lhe garanta tal grau de formalização entre os saberes institucionalizados.

Possenti (2009, p.169), a partir de críticas a “leituras discutíveis de conceitos” de Foucault, Pêcheux e Bakhtin, discute particularmente dois conceitos de Foucault – os de saber e de verdade – a fim de defender a tese de que “[...] não se pode atribuir a Foucault uma leitura por demais estendida, fazê-lo dizer o que não disse, o que é coisa diferente de fazer um conceito render em domínios nos quais um autor originalmente não imaginou que pudesse ser produtivo” (idem, p.170). Ao especificar, em sua argumentação, o estatuto do conceito de saber de Foucault, Possenti (2009, p.170) ainda adverte que o conceito se refere justamente àquilo que Foucault particulariza como *certas práticas*: “Foucault estipula que o saber é correlato de práticas, é verdade, mas isso não basta. Para ele, é preciso que se trate de certas práticas, não de quaisquer práticas”. Na sequência, Possenti insiste na relação que Foucault deixa explícita entre os saberes e as ciências, lembrando inclusive que um saber não é, no entanto, um estágio ou uma fase pré-científica: “[...] nem todos os saberes se tornam ciências, segundo Foucault. Isso é claro. Mas também é claro que os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda dos das ciências não são saberes, para Foucault” (idem, p. 170).

Os saberes, dessa forma, não devem ser especificados, a partir da arqueologia de Foucault, como um conjunto de quaisquer práticas: os saberes têm a ver com práticas discursivas; e essa afirmação incide também sobre o conceito de discurso de Foucault.

A teoria do discurso de Foucault e seu conceito de formação discursiva entram no domínio de temas e teorias da formação do discurso da análise de discurso na França entre 1970 e 1980 porque ambos implicaram questões e problematizações sérias para o conceito de discurso materialista que o grupo de Michel Pêcheux desenvolve a partir do final da década de 1960. Essas questões haviam sido primeiramente levantadas por Dominique Lecourt (1970) na medida em que este destacava o marxismo paralelo praticado pelos embaraços da “teoria materialista do discurso” “desenvolvida” por Foucault e, então, focalizava o conceito de formação discursiva e a distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas como o centro condensador deste embaraço.

Nesse sentido, não é pouco relevante destacar da mesma forma as relações que o conceito de saber, objeto da arqueologia dos saberes de Foucault (1966), mantém com estes de formação discursiva e de práticas discursivas, mas também com aquele de *positividades* – este último também elencado por Possenti (2009) para a especificação dos conceitos de saber e verdade na *Arqueologia* de Foucault (1969a). Reitero um trecho mais alargado da citação que Possenti (2009) oferece, a partir da *Arqueologia*, a fim de destacar as imbricações entre saberes, positividades, práticas discursivas e o desempenho da função enunciativa:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico [...]; um

saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso [...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (FOUCAULT, 1969a, p.204).

Os saberes são, portanto, especificados, a partir da descrição da função enunciativa e da incidência das práticas discursivas na delimitação de uma *positividade*. Nesse sentido, Foucault somente *analisa discursos*, do ponto de vista de sua teoria e descrição arqueológica, na medida em que se trate de especificar o modo como os discursos são formados, a partir de um conjunto de práticas, no domínio de circulação dos saberes e na demarcação de uma positividade. O fato de a arqueologia de Foucault, pelo menos este terceiro ponto de sua trajetória em *As palavras e as coisas* (1966), inscrever e delimitar os saberes como um objeto distinto para a descrição arqueológica incide drasticamente, portanto, na conceituação de discurso, formação discursiva, prática discursiva e acontecimento discurso, já que, desde que discurso se torna a própria predicação (*discursiva*), todos os três conceitos estão predicados por esta delimitação de uma *instância* ou *domínio discursivos*.

Logo, no limite em que a arqueologia define este seu objeto próprio de descrição e teorização arqueológica – os saberes –, também todos estes conceitos que o especificam e delimitam estão postos na relação com este objeto. A descrição de formações discursivas, nesta reta final de delimitação da teoria arqueológica (depois de *As*

Palavras e as Coisas), está toda voltada à delimitação deste objeto particular. Não é por acaso inclusive que uma das últimas discussões empreendidas em *A Arqueologia do Saber* recai sobre a diferença entre ciência e saber, no sexto e último capítulo da quarta e última parte do livro, justamente intitulada *Ciência e saber*. Para Roberto Machado (2009, p.112), é esta diferença entre ciência e saber que flagra a originalidade da abordagem arqueológica:

Habitualmente a discussão filosófica sobre as ciências humanas é feita no nível da questão da cientificidade, privilegiando a possibilidade de matematização. Seja pela tentativa de defini-las instituindo a formalização do discurso como critério de cientificidade e negando cientificidade ao que não é matematizável; seja pela tentativa de opor matematização e interpretação e definir as ciências humanas pelos métodos de compreensão.

Não é esse o caminho da análise arqueológica. Se é verdade que as ciências humanas têm relação com a matemática, no sentido de a utilizarem como elemento de formalização, o estudo dessa relação não é pertinente quando a análise histórica, neutralizando a questão da cientificidade, situa-se no nível arqueológico. Pois, diferentemente, por exemplo, do caso da física, que definiu suas posições a partir da matemática, a relação com a matemática não é constitutiva das ciências humanas como saberes. Daí *As palavras e as coisas* praticamente não estudar suas inter-relações e considerá-las as menos problemáticas.

Nos trabalhos iniciais de Foucault, as investigações recaem sobre os múltiplos relacionamentos entre a circulação da verdade e a produção de formas históricas de subjetividade. Esse tema aparece I) em *A História da Loucura* (1961), em que Foucault (1968a, p.108) descreve as práticas de segregação da não-razão ("o referencial, a gama enunciativa, a rede teórica, os pontos de escolha" que culminam no tema da doença mental e tornam possível, por exemplo, o saber sobre a psicopatologia, que passa a circular nos "enunciados médicos", nos "regulamentos institucionais", nas "medidas administrativas",

nos “textos jurídicos”, nas “expressões literárias”, nas “formulações filosóficas” (1968a, p.108); II) em *O Nascimento da Clínica* (1963), em que há um estudo sobre a “formação discursiva da clínica”, para além do discurso médico, a partir das várias instâncias que constituem a dispersão de sua unidade (“[...] toda uma série de reflexões políticas, programas de reforma, medidas legislativas, regulamentos administrativos, considerações morais” (1968a, p. 110)); e, finalmente, III) em *As Palavras e as Coisas* (1966): uma extensa análise da formação dos discursos que, da época clássica à moderna (entre o século XVII e início do XIX), oferecem condições de possibilidade aos conceitos da história natural, da análise das riquezas e da gramática geral.

Inclusive, a reflexão teórica proposta posteriormente em *A Arqueologia do Saber* (1969a) vai ao encontro dessas três descrições arqueológicas: em *A História da Loucura*, Foucault focaliza a formação dos objetos do discurso; em *O Nascimento da Clínica*, a formação das modalidades enunciativas; e, em *As Palavras e as Coisas*, a formação dos conceitos. Ao lado da formação das estratégias (dos temas e das teorias), estas são possibilidades de descrição do funcionamento enunciativo que, em sua regularidade, dão condições para as regras de formação dos discursos que Foucault pôde tratar nestas suas pesquisas¹⁸⁰.

É válido ressaltar que, deste ponto de vista *arqueológico* que Foucault retrospectivamente (1969a) assinala e assume, não se trata, na abordagem das formações discursivas, de constituir as pré-histórias das “ciências” no intuito de evidenciar suas falhas, seus preconceitos, suas crenças *não-científicas*; em suma, Foucault inquire o funcionamento da função enunciativa sempre na tentativa de dar contorno à raridade dos enunciados a partir da temporalidade específica em que circulam e dos acontecimentos que instauram.

180 Em *A Arqueologia do Saber* (1969a), Foucault deixa muito evidente que cada uma destas direções de funcionamento de uma formação discursiva (suas regras de formação) foi específica e separadamente tratada nestas três pesquisas que antecedem tal publicação. Quanto à formação das estratégias, o filósofo a elenca como possibilidade de descrição para trabalhos ulteriores.

O campo aberto por Foucault, o da descrição das formações discursivas com vistas a historiar a manutenção e transformação dos saberes, se afirma, já em 1968, em *Réponse a une question* (FOUCAULT, 1968b), portanto antes da publicação da *Arqueologia*, como relacionado à descrição das positivities. Inclusive, nesta discussão sobre *As Palavras e as Coisas*, Foucault já problematiza a relação entre as práticas discursivas e outras não discursivas, como a prática política. Na esteira de sua argumentação sobre as intersecções constitutivas entre saber, verdade e poder nos processos de subjetivação que lhe são contemporâneos, Foucault (1968b, p.716, tradução minha¹⁸¹) visa destacar as implicações entre a prática política e a institucionalização dos discursos científicos.

Existe atualmente um problema que não é sem importância para a prática política: aquele do estatuto, das condições de exercício, do funcionamento, da institucionalização dos discursos científicos. Foi assim que empreendi a análise histórica – escolhendo os discursos que têm não a estrutura epistemológica mais forte (matemáticas ou física), mas o campo de positividade mais denso e mais complexo (medicina, economia, ciências humanas).

Veja-se que Foucault toca exatamente na questão, problematizada pelos leitores da Revista *Esprit*, sobre a relação entre prática política e institucionalização dos discursos científicos. Este segundo domínio compreende o das práticas discursivas; o domínio político, na arqueologia, está relacionado às práticas não discursivas, das quais inclusive não se excluem as relações com as práticas discursivas. Tal qual salienta Sirio Possenti (2009), as práticas discursivas que recobrem a teoria arqueológica de Foucault não são quaisquer práticas. Eu acrescentaria mais e arriscaria dizer que não é de quaisquer *discursos* que Foucault trata, desde *A Arqueologia do Saber*

181 No original: "Il existe actuellement un problème qui n'est passans importance pour la pratique politique: celui du statut, des conditions d'exercice, du fonctionnement, de l'institutionnalisation des discours scientifiques. Voilà ce dont j'ai entrepris l'analyse historique – en choisissant les discours qui ont, non pas la structure épistémologique la plus forte (mathématiques ou physique), mais le champ de positivité le plus dense et le plus complexe (médecine, économie, sciences humaines)" (FOUCAULT, 1968a, p.716).

(FOUCAULT, 1969a) até a aula textualizada em *A Ordem do Discurso* (1970). A diferença entre práticas discursivas e não discursivas é a que mais implica esta especificação teórica para o conceito de discurso.

O conceito de práticas discursivas, desde a publicação de *As Palavras e as Coisas*, vem especificado por esta região particular que Foucault recorta para a descrição das formações discursivas: a *positividade* dos discursos na formação de saberes e na circulação de formas de verdade. Ainda neste texto de 1968, Foucault (1968b) insiste em definir relações bastante específicas entre a descrição da *positividade* dos discursos (suas condições de existência e os sistemas que regem sua emergência, seu funcionamento e suas transformações) e os regimes não discursivos, que dizem respeito a outras práticas, aquelas não discursivas.

Dessa forma, a diferença entre práticas discursivas e não discursivas diz respeito a uma particularidade para a descrição arqueológica dos saberes, que atravessa a descrição da formação de discursos. O limite entre as práticas discursivas e não discursivas é estabelecido por Foucault, de alguma forma, pela noção de *positividade*, uma vez que as práticas discursivas são definidas por um *limiar de positividade*:

O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados, ou ainda o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado *limiar de positividade*. (FOUCAULT, 1969a, p.208-209).

Estabelecida essa diferença entre práticas discursivas e não discursivas, que implica também a diferença entre formações discursivas e não discursivas, passo, a partir da seção a seguir, a discutir as especificidades do conceito de acontecimento discursivo e, na terceira seção do texto, as relações entre as formações discursivas e os domínios não discursivos.

2. Acontecimentos discursivos e de outras ordens

Dentre os conceitos arqueológicos, um que recebe a predicação de *discursivo* e é descrito sob a especificação deste adjetivo é o conceito de *acontecimento discursivo*. Como venho argumentando, essa predicação implica algumas restrições para o campo de aplicação da teoria arqueológica. Assim, se as práticas discursivas são diferenciadas e apartadas, de uma certa forma, das práticas não discursivas, Foucault (1969a, p.83) também faz questão de distinguir regimes diferentes de acontecimentos, uns discursivos e outros não:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais.

Há, dessa forma, outras séries de acontecimentos que não são discursivos. Pautando-se nessa distinção e delimitação que Foucault traz para a especificidade dos acontecimentos discursivos, também o conceito de enunciado (e seus correlativos, como função enunciativa) está imbricado nesta distinção e carrega suas consequências, assim como os conceitos de formações discursivas, práticas discursivas e discurso.

No início de *A Arqueologia do Saber*, ao tratar da particularidade deste seu recorte, este que privilegia a descrição das formações discursivas, o termo *acontecimento enunciativo* também aparece para corroborar esta especificação segundo a qual se prevê que os acontecimentos, portanto *discursivos*, se relacionam com a formação particular dos saberes. O conceito de saberes, como já indiquei acima

baseando-me em Possenti (2009), também é bastante particular; contudo, no limite, também a discussão sobre o desempenho da função enunciativa diz respeito à especificidade que a predicação *discursivo* adquire na *Arqueologia* de Foucault ao particularizar a região dos saberes:

Mas se isolamos, em relação à língua e ao pensamento, a instância do acontecimento enunciativo, não é para disseminar uma poeira de fatos e sim para estarmos seguros de não relacioná-la com operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação) e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Relações entre os enunciados (mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não têm o mesmo autor; mesmo que os autores não se conheçam); relações entre grupos de enunciados assim estabelecidos (mesmo que esses grupos não remetam aos mesmos domínios nem a domínios vizinhos; mesmo que não tenham o mesmo nível formal; mesmo que não constituam o lugar de trocas que podem ser determinadas); relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política). (FOUCAULT, 1969a, p.32).

A instância do acontecimento enunciativo deve ser isolada, para Foucault, em relação à língua e ao pensamento e, ao mesmo tempo que permite superar o limite destas últimas, veja-se que não pode ser apartada de relações entre os grupos de enunciados e “acontecimentos de uma *ordem* inteiramente diferente” (grifo meu). Embora esteja relacionada a acontecimentos de ordem diferente, qual ordem é esta, então, a que melhor especifica a instância do *acontecimento enunciativo*? Nada mais óbvio: *a ordem do discurso*; por isso o interesse de Foucault pelo campo dos acontecimentos *discursivos*:

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 1969a, p. 30).

Os acontecimentos discursivos e também os enunciativos são particularizados, assim, pelo domínio das *positividades das práticas discursivas*. Na arqueologia, portanto, a descrição das séries enunciativas e do desempenho da função enunciativa está restrita principalmente à arqueologia *dos saberes*. O conceito de discurso e seus correlatos estão também todos imbricados a favor da arqueologia dos saberes. Isso implica a necessidade de tornar coerente o conceito de discurso a partir da teoria arqueológica quando se assume a distinção entre domínios discursivos e domínios não discursivos, já que esta distinção isola o nível de descrição arqueológica e incide particularmente neste conceito de discurso, o de Foucault.

3. Formações discursivas e os domínios não discursivos

Um ponto bastante relevante convém ser destacado, sobre a arqueologia dos saberes: as formações discursivas, em todo caso, são percursos absolutamente restritos aos limites de uma pesquisa e de suas problematizações. É a análise dos discursos que descobre, na descrição da função enunciativa e de sua regularidade

dispersa, este conjunto de enunciados que se referem a uma mesma prática discursiva. Portanto, a diferença entre práticas discursivas e não discursivas incide neste recorte básico para a descrição arqueológica, este que diferencia as práticas referentes à manutenção e transformação dos saberes daquelas que se dão fora disso que Foucault (1969a, p.72) chama de *domínios discursivos*, ou seja, em *domínios não discursivos* (p.182).

Trabalhos como os de Courtine (1981) e Maingueneau (1984) permitem sublinhar a implicação que o emprego de um conceito como o de formação discursiva tem para o trajeto da análise e o recorte do objeto e do *corpus* para a pesquisa. Neste sentido, desde a *Arqueologia*, o conceito de formação discursiva já está atrelado, como mais tarde vai destacar Courtine (1981), às unidades que se isola e particulariza a partir do recorte de um *corpus* em análise de discurso.

Voltando à distinção entre domínios discursivos e não discursivos, Foucault, entretanto, e desde cedo tanto em suas análises (1966) quanto em suas reflexões e teorizações (1968a, 1968b, 1969a), não deixa de explicitar os múltiplos relacionamentos que devem ser especificados entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas. Foucault afirma, por exemplo, que os domínios *discursivos*, os referentes às práticas *discursivas* e que permitem recortar as formações *discursivas*, não podem ser absolutamente isolados e apartados das práticas referentes aos domínios *não discursivos*. Por isso mesmo, ele insiste que não se pode omitir a relação entre as práticas discursivas e os domínios não discursivos:

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é a pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o

que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação. (FOUCAULT, 1969a, p.182-183).

As práticas não discursivas também são particularizadas e ganham seu espaço quando Foucault discute a formação das estratégias, temas e teorias: “A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende também de uma outra instância. Essa instância se caracteriza, de início, *pela função* que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*” (FOUCAULT, 1969a, p. 75). A especificação dada a domínios não discursivos distingue, portanto, as práticas discursivas, as que condicionam a manutenção dos saberes, das práticas institucionais, políticas, econômicas, pedagógicas etc. O acontecimento da ordem discursiva, para Foucault, está no limiar das práticas discursivas; o mesmo se pode dizer das séries enunciativas que Foucault foca em sua descrição arqueológica. O exemplo sobre a função do discurso no campo das práticas não discursivas é bastante elucidativo a este respeito:

Assim, a gramática geral desempenhou um papel na prática pedagógica; de um modo muito mais manifesto e muito mais importante, a análise das riquezas desempenhou um papel não só nas decisões políticas e econômicas dos governos, mas nas práticas cotidianas, pouco conceitualizadas e pouco teorizadas, do capitalismo nascente e nas lutas sociais e políticas que caracterizaram a época clássica. (FOUCAULT, 1969a, p.75).

A instância que Foucault contempla é, portanto, a da função das práticas discursivas para o campo das práticas não discursivas. Em nenhum momento Foucault propõe, dessa forma, que um estudo arqueológico possa focar apenas os domínios não discursivos, uma vez que os saberes perderiam o estatuto de objeto privilegiado pela descrição arqueológica. Como já destaquei, no limite de seu método

arqueológico, está o campo aberto por Foucault da descrição das condições de exercício da função enunciativa, este que permite dar conta de definir as positivities de um saber. Estes conceitos ainda estão integrados, na descrição arqueológica, com aquele de *a priori* histórico:

As diferentes obras, os livros dispersos, toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva – e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plagam, se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam, cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais – todas essas figuras e individualidades diversas não comunicam apenas pelo encadeamento lógico das proposições que eles apresentam, nem pela recorrência dos temas, nem pela pertinácia de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pela forma de positividade de seus discursos. Ou, mais exatamente, essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico. (FOUCAULT, 1969a, p.144).

É a positividade, portanto, que desempenha o papel de um *a priori* histórico para o discurso. Além disso, um pouco antes deste trecho, Foucault (1969, p.142) afirma inclusive que “analisar uma formação discursiva é [...] definir o tipo de positividade de um discurso” e ainda destaca que a descrição de um conjunto de enunciados incide no estabelecimento de uma *positividade*. Foucault (1969a, p.141-142) até brinca com o fato de poder ser considerado de bom grado um *positivista* por conta do emprego deste conceito de positividade:

Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de *performances* verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir

o tipo de positividade de um discurso. Se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da origem pela análise dos acúmulos, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente. E não estou desgostoso por ter, várias vezes (se bem que de maneira ainda um pouco cega), empregado o termo positividade para designar, de longe, a meada que tentava desenrolar.

Um pouco mais tarde em seu trajeto teórico, na conferência *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1970), o tema das positivities reaparece, uma única vez, enquanto o conceito de *a priori* histórico, tão caro à *Arqueologia* (1969a) e a *As Palavras e as Coisas* (1966), é, ao que parece, abandonado. Veja-se a retomada do conceito de positividade em 1970 por Foucault (1970, p.69-70):

Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completar. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Chamemos de positivities esses domínios de objetos; e, digamos, para jogar uma segunda vez com as palavras, que se o estilo crítico é o da desenvoltura estudiosa, o humor genealógico será o de um positivismo feliz.

O que há de tão diferente, afinal, nesta retomada do conceito de positivities no projeto de 1970? Acerta quem arrisca sobre o *abandono da arqueologia e a assunção da genealogia*. Foucault destaca que as séries da formação efetiva do discurso serão descritas

pela parte genealógica do trabalho, esta que é diferenciada da descrição crítica. Veja-se, portanto, que tão logo *A Arqueologia* é publicada, mais rápido ainda ela esvanece do projeto de Foucault. E, como sempre lembra Sirio Possenti em suas aulas, esta aula inaugural de Foucault no *Collège de France*, *A Ordem do Discurso*, pode muito bem ser lida, quando publicada em livro a partir de 1971, como um pequeno projeto de pesquisa de Foucault, que ele inclusive não desenvolve tal qual o projetou.

Neste projeto de Foucault, portanto, se o regime de discussão privilegiado é *a ordem do discurso* – e note-se que não muda muito a natureza da concepção de discurso que aparece na conferência de 1970 –, este não passa a figurar no centro da discussão sem que novamente esteja relacionado ao conceito de saberes, ainda que, desta vez, os *poderes* sejam adicionados como ingredientes do discurso e atribuídos a uma descrição genealógica. Ainda assim, é interessante notar como persiste um mesmo conceito de discurso, ligado à descrição da constituição e manutenção de sistemas de veridicção e de seus trajetos descontínuos que podem ou não incidir em limiares de epistemologização.

Em *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 1970), outro conceito muito importante que é abandonado ao lado daquele de *a priori* histórico é o de arquivo; enquanto os conceitos de saber e de acontecimento são novamente elencados e inclusive desdobrados por Foucault em novas reflexões, estes dois primeiros – o de *a priori* histórico e o de arquivo – não figuram na discussão sobre a ordem do discurso. Vale lembrar, muito embora eu não vá entrar em detalhes a respeito, que o conceito de arquivo também é um importante conceito que foi desenvolvido pela análise de discurso para várias rearticulações teóricas promovidas já no início da década de 1980, principalmente por Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier. Em *A Arqueologia do Saber*, o conceito de arquivo diz respeito a um sistema que instaura o enunciado como acontecimento e como coisa.

O domínio dos enunciados assim articulado segundo *a priori* históricos, assim caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas, não tem mais o aspecto de planície monótona e indefinidamente prolongada que eu lhe dava no início, quando falava de “superfície do discurso”; deixa igualmente de aparecer como o elemento inerte, liso e neutro em que vêm aflorar, cada um segundo seu próprio movimento, ou estimulados por algum dinamismo obscuro, temas, idéias, conceitos, conhecimentos. Temos de tratar, agora, de um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo*. (FOUCAULT, 1969a, p.146).

O arquivo coincide, portanto, com o sistema que diferencia e especifica os discursos: “Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (FOUCAULT, 1969a, p.147). Foucault (1969a, p.149) ressalta ainda que o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade:

A revelação, jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo. O direito das palavras – que não coincide com o dos filólogos – autoriza, pois, a dar a todas essas pesquisas o título de *arqueologia*. Esse termo não incita

à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo.

O arquivo é importante na teoria de Foucault em 1969 porque permite diferenciar os discursos e seus domínios de positivities. Contudo, como já disse acima, é um conceito que mais tarde não aparece em *A Ordem do Discurso* (1970), assim como aquele de *a priori* histórico.

Outro conceito que teria sido abandonado por Foucault, tal qual comentadores como Lecourt dão destaque, é o de episteme. A este respeito, convém também uma especificação. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (1969a) justamente define, como permite destacar Machado (2009), este regime específico que analisa os discursos do ponto de vista dos *saberes* que eles mantêm ou transformam. Logo, o conceito de episteme não é abandonado. Ao contrário, ele é particularizado como um limiar da formação dos discursos: o da epistemologização. É neste limiar que opera todo o quadro de conceitos elaborados e articulados em *A Arqueologia do Saber*.

Por isso mesmo, quando vai comentar a possibilidade de outras arqueologias (que não sejam *dos saberes*), Foucault enfatiza os limites desse recorte que ele administrou para dar foco aos domínios discursivos em relação àqueles não discursivos. É nesse sentido que também o conceito de formação discursiva, pelo menos na teoria arqueológica de Foucault, só consegue dar conta de construir percursos em relação a este limiar de epistemologização. A arqueologia não recobre outros objetos que não estejam ou restritos, ou pelo menos relacionados aos saberes:

O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do *saber*. Além disso, se ela se ocupa do saber em sua relação com as figuras epistemológicas e as ciências, pode, do mesmo modo, interrogar o saber em uma direção diferente e descrevê-lo em um outro feixe de relações. A orientação para a *episteme* foi a única explorada até aqui. A razão disso é que, por um gradiente que caracteriza, sem dúvida, nossas culturas, as formações discursivas não param de se epistemologizar. Foi interrogando as ciências, sua história, sua estranha unidade, sua dispersão e suas rupturas, que o domínio das positividades pôde aparecer; foi no interstício dos discursos científicos que se pôde apreender o jogo das formações discursivas. (FOUCAULT, 1969a, p.218-219, grifos do autor).

Fiz questão, neste texto, tanto de especificar alguns conceitos arqueológicos de Foucault quanto também de tratar do abandono de alguns deles. O mais importante a se reter deste percurso é a problematização que levantei sobre a especificidade do conceito de discurso na teoria arqueológica e também as implicações que estas problematizações sugerem para o conceito de formação discursiva de Foucault. Como afirmei até aqui, quando destacada a diferença que Foucault assume – e que é inclusive o foco da crítica de Dominique Lecourt (1970) – entre práticas discursivas e não discursivas, o conceito de discurso também opera a partir de restrições e particularidades, assim como aquelas que Possenti (2009) indicou sobre os conceitos de saber e de verdade de Michel Foucault.

4. Palavras finais: o conceito de formação discursiva para Foucault

Um ponto para o qual chamei a atenção é o fato de que, desde cedo, Foucault assume que as formações discursivas são unidades construídas pelo trajeto da própria pesquisa e a partir da especificidade das práticas que são descritas e analisadas como discurso. Dessa forma, vê-se que é bastante adequada a aproximação mais recente

de Maingueneau (2008, 2015) ao conceito de formação discursiva, uma vez que, a partir do quadro de organização conceitual oferecido por este autor, as formações discursivas são unidades não tópicas que, na maior parte das vezes, são construídas como percursos e se apresentam apenas ao final da pesquisa, como resultado das unidades e tipologias que se pôde estabelecer.

Nesse sentido, não se pode também confundir as formações discursivas, na arqueologia de Foucault, com as disciplinas que ele elenca em suas análises, principalmente naquelas ilustradas por *As Palavras e as Coisas* (1966). As formações discursivas não são a biologia, a gramática ou a economia, como unidades constituídas por um percurso de análise. Se as formações discursivas não dizem respeito a pré-ciências, elas também não dizem respeito a saberes que constituem disciplinas ou campos de saberes. O conceito de formação discursiva é muito específico, na arqueologia, em incidir sobre uma construção conceitual realizada pelo próprio percurso sobre o objeto do discurso do qual se pretende historiar a formação. A formação discursiva não é um ponto de partida para Foucault; é muito mais um ponto de chegada. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (1969a, p.200) chega a especificar a diferença entre as formações discursivas e as disciplinas, enfatizando que as primeiras não são apenas o que se pode chamar de disciplinas na relação com ciências constituídas:

Estas, no máximo, em seu desdobramento manifesto, podem servir de isca para a descrição das positivities; mas não lhe fixam os limites: não lhe impõem recortes definitivos; não se encontram inalteradas no fim da análise; não se pode estabelecer relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas.

O conceito de disciplina, no entanto, voltará a figurar na discussão de Foucault sobre *A ordem do discurso* (1970). Dessa vez, Foucault vai dar destaque às disciplinas como procedimentos internos de rarefação dos discursos, um modo próprio de particularizar as unidades do discurso. Foucault não deixa de criticar, contudo, a aplicação desta

noção à análise de discurso e ao recorte de unidades. Junto com a disciplina, outros dois procedimentos internos de rarefação do discurso são comentados: o autor e o comentário. Tais conceitos são especificados por Foucault em *O que é um autor?* (1969b) e em *A arqueologia do saber* (1969a); mas estes são temas para a especificidade de outras reflexões e discussões que não cabem neste meu texto.

| Referências

COURTINE, J.-J. *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009 [1981].

CULIOLI, A.; FUCHS, C.; PÊCHEUX, M. *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage*. [Documents de linguistique quantitative]. Paris: Dunod, 1970.

FOUCAULT, M. *História da Loucura: na idade clássica*. Tradução José Teixeira Coelho Neto. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008 [1961].

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Tradução Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963].

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução Salma Tannus Muchail. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007 [1966].

FOUCAULT, M. Nietzsche, Freud, Marx. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. v. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1967]. p. 40-55.

FOUCAULT, M. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico. In: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. v. II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1968a]. p. 82-118.

FOUCAULT, M. Réponse à une question. *In*: FOUCAULT, M. *Dits et Écrits I (1954-1975)*. Paris: Éditions Gallimard, 2001 [1968b]. p. 701-723.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969a].

FOUCAULT, M. O que é um autor? *In*: FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: estética, literatura e pintura, música e cinema*. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. v. III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1969b]. p. 82-118.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008 [1970].

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. *In*: BARONAS, R. L. (org.). *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007 [1971]. p. 13-32 [In: *Langages*, n. 24, p. 93-106, 1971].

LECOURT, D. Sur l'archéologie du savoir (à propos de Michel Foucault). *La Pensée*, n. 152, p. 88-99, 1970.

MACHADO, R. *Foucault, a Ciência e o Saber*. 4. ed. (ampliada e revisada). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Tradução Sirio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1984].

MAINGUENEAU, D. *Discurso e Análise do Discurso*. Tradução Sirio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

VOSS DOS SANTOS, J. *Foucault na Formação Discursiva da Análise de Discurso: um autor, um conceito, uma positividade*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia

Lucília Maria Abrahão e Sousa¹⁸²

182: Professora na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP, *campus* de Ribeirão Preto, pesquisadora do CNPq e Doutora em Linguística pela FCL-USP – Ribeirão Preto.

1. Uma introdução com histórias

*"O fio do enredo é mentira / A história do mundo é brinquedo /
O verso do samba é conselho / E tudo o que disse é ilusão."*
(Paulo César Pinheiro)

"Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas", Manoel de Barros, na obra *"O Livro sobre Nada"*, inscreve o avesso do que usualmente circula no senso comum, a saber, a máxima de que há histórias tão bem inventadas que até se fazem passar por verdadeiras. A imaginação ganharia o efeito de verdade, ou melhor, até pareceria plausível que uma narrativa pudesse ter seu corpo de concretos e, na ordem do simbólico, pudesse apagar as marcas de seu faz de conta, aparecendo como registro fiel da realidade.

O ato de enunciar sobre acontecimentos do presente é atravessado pelo modo como o sujeito imaginariza e constrói discursos a partir de redes de filiação e de inscrição histórica dos sentidos, sempre sustentadas pela memória discursiva (PÊCHEUX, 1999). No caso da versão e do relato jornalísticos sobre um determinado acontecimento, tem-se igual tensão entre a verdade do registro factual e a inscrição (e inventação) de um campo de sentidos sobre ele, o que supõe mobilizar o conceito de ideologia, reconhecer o papel da memória e as cavas, fissuras e furos na voz do sujeito que sempre se aninha em uma formação discursiva para poder enunciar. Ao observar as notícias textualizadas nas páginas impressas e/ou nas luminosas telas do monitor do computador, há possibilidade de lançar indagações: seria o fato tão bem contado e tão minuciosamente descrito que até pareceria fotografia simbólica daquilo que realmente aconteceu? Seria a narrativa jornalística tão fantasiosa que o fato teria pétalas da realidade, vistas como dado objetivo? Como significar a enorme produção de relatos jornalísticos que, tal como a flor artificial, espalham-se e expõem-se aos nossos olhos, permitindo o exclamação de que *"são tão bonitos que até parecem naturais"*? Afetada por tais perguntas, busco interpretar, à luz da Análise do Discurso de

filiação francesa, o funcionamento discursivo de duas textualizações do jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas em 2005, a respeito da vida e morte de trabalhadores do corte de cana-de-açúcar, na região de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, maior centro produtor de açúcar e álcool do país. Interessa-me pontuar como tais dizeres virtualmente constroem uma suposta relação termo a termo entre palavras e fatos, considerada direta e transparente sem espaço para o equívoco e/ou dúvida e, assim, atravessar a opacidade desses dizeres para neles flagrar a formação discursiva que materializam.

2. Sujeito de e à linguagem: posição que estabiliza histórias

A Análise do Discurso de filiação francesa (PÊCHEUX, 1997) introduz no centro de seu escopo teórico a noção de sujeito, a saber, não aquela talhada por descrição física, forma empírica e categorias regidas pela cor, classe, idade, etnia etc.; tampouco o sujeito afetado pelo afã de assenhorar-se plenamente de suas palavras, capaz de geometrizá-lo seu dizer em equações puras, lógicas e controláveis. Na teoria sustentadora desse trabalho, o sujeito é posição no discurso, afetado pela interpelação ideológica que sinaliza quais e como os sentidos podem ser ditos, parecendo naturais, óbvios e transparentes; assim, a ideologia tece a trama de que certos dizeres estão autorizados a serem tomados como próprios pelo/do sujeito em determinadas condições sócio-históricas, a partir do lugar de onde ele fala e das regiões de poder implicadas nesse falar. Nessa perspectiva, sucumbe a tentativa de homogeneizar o sujeito a partir de grades e categorias, supostamente capazes de padronizar, quantificar, setorizar e regularizar seus atos de linguagem e seus movimentos de produção de sentidos.

Não se pode assumir, por exemplo, que um boia-fria cortador de cana, idealizado ou diagnosticado pelas suas características físicas ou psicológicas, definido como mão de obra braçal a desferir dez mil golpes de podão ao dia, explorado por péssimas condições de

moradia e, muitas vezes, exposto a poucas garantias trabalhistas, sempre construa o seu dizer evocando os sentidos de denúncia do latifúndio e de urgência da reforma agrária. Ainda que, implicados por essas condições de produção, há sujeitos que enunciam e produzem sentidos a partir da posição de dono da terra, repetindo os sentidos oficiais e legitimadores da propriedade privada, pontuados por uma região de poder a qual o acesso lhes é negado. Outro exemplo: não se sustenta a definição de que todo militante do movimento de luta pela reforma agrária vá assumir o mesmo efeito de sentido em relação à questão da propriedade de terra e da produção coletiva ou cooperativada; isso porque, ainda que ocupando o mesmo lugar discursivo (DORNELES, 2005), diferentes posições-sujeito podem emergir, até mesmo aquela que instala o efeito de continuidade da posse individual de lotes e a manutenção da propriedade privada. Tais exemplos marcam que o sujeito não pode ser controlado em generalizações nem pode ser engaiolado em tipologias, mas é afetado pela ideologia e pelo inconsciente, o que o torna um efeito de/da linguagem e o que obriga o analista a levar em conta, no mínimo, três máximas: a de que sempre existe a possibilidade de um dizer outro se instalar, furando o previsível e esperado; a de que o sujeito é heterogêneo e cindido como suas palavras e a de que os sujeitos podem migrar de uma posição para outra. Assim, Pêcheux (1997) coloca, no epicentro da teoria do discurso, o conceito de sujeito discursivo, passível de singularidade, gestor de equívocos e furos, autor de movimentos, deslocamentos, filiações, rupturas e resistências, que é instado à condição de sujeito pela ideologia que o toma de assalto, interpelando-o em um lugar e não em outro.

Interpelado em sujeito, constrói-se o efeito ideológico de evidências como se houvesse uma relação de naturalidade entre palavras e mundo, além de um modo tido como transparente de os significantes estarem supostamente colados às coisas. Dessa forma, parece evidente que o sujeito diga de um modo e não de outro, supondo serem suas as palavras que mobiliza, apoiando-se na ilusão de que elas expressam seu pensamento mais puro com nitidez e exatidão; assim, a ideologia é o mecanismo que permite ao sujeito

enunciar e acreditar que sua palavra é idêntica à representação que faz do mundo, apagando outros possíveis modos de nomear e dizer. Na definição de Pêcheux (1996, p.150), "a 'evidência' da identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem externa, não obstante, é-lhe 'estranhamente familiar'". Tendo em vista tal primado, é possível marcar a segunda característica do sujeito: ele, embora considere familiar e próprio o seu dizer, não o escolhe livremente, visto que não é a fonte originária dos sentidos e que suas palavras sempre remetem a outras palavras já ditas, tomadas emprestadas de outros lugares e sequestradas da voz de outro(s vários).

Desse modo, visto como efeito de linguagem, o sujeito é atravessado pelas palavras alheias sob a ilusão de que são suas, entremeando sentidos de redes de filiações já-ditas e crendo controlar tudo o que diz, quando apenas entretece, nos fios de sua tessitura discursiva, os fragmentos da memória discursiva que a ideologia lhe autoriza mobilizar. Sob o efeito de unidade e inteireza, emerge o mosaico de cacos de diversos ditos que lhe são tão alheios quanto próximos. Falar do discurso e do político implica reconhecer a memória discursiva (PÊCHEUX, 1999) e solidificar a assertiva de que algo sempre fala (ou foi falado) antes e de que, muitas vezes, é impossível ao sujeito reconhecer que e como o seu dito se funda em retomadas, retornos e rearticulação das palavras dos outros. Muitas vezes, as pegadas desses empréstimos são marcadas linguisticamente (AUTHIER-REVUZ, 1990), mas, ainda que não sejam dispostas à moda de citações, o atravessamento do já-lá (PÊCHEUX, 1997) é sempre constitutivo da voz de sujeito.

O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, e fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite [...] remeter o dizer [...] a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-la em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (ORLANDI, 1999, p.32).

Visto assim, o sujeito corporifica um efeito de/da memória, significando-se em lugares que já foram ocupados discursivamente por outros sujeitos em outros contextos sociais e/ou foram silenciados como impossíveis de dizer. Desse modo, o sujeito funda-se constantemente em movimentos de repetir ou romper com o discurso-outro, traçando percursos de significação e produção de sentidos em deslocamentos, equívocos, deslizos, filiações e rupturas; por fim, ele persegue a ilusão do efeito de unidade e de cola entre as palavras de tantos outros e as suas próprias palavras. Para compreender um pouco mais, Pêcheux (1997) propõe pensar o jogo de antecipação das representações imaginárias do sujeito, ou seja, ao enunciar, o sujeito constrói uma teia de representações (e é tomado por ela) atribuindo uma posição a si mesmo, ao objeto do discurso e ao seu interlocutor, construindo-a a partir do que imagina ser a posição que o outro lhe confere; nesse entremeio, tece o fio do discurso a partir do que supõe poder, saber e dizer ao outro. Diante disso, é possível inferir que o discurso funciona como um dizer para o outro, virtualmente talhado em uma região de poder (ou des-poder), o que implica considerar que esse jogo faz funcionar maneiras de o sujeito costurar (-se em) significantes e de inscrever-se na linguagem. Movendo-se nos desvãos e fendas dessa via de mão dupla (dizer de si e ao/do outro), o sujeito enuncia crivado por várias vozes e para um outro imaginariamente antecipado, pois "em análise do discurso o imaginário não é ficção, como sabemos, mas ilusão necessária, e passamos a uma outra forma de analisar o estabilizado (ou estabilizados)." (ORLANDI, 2004, p.47).

Assim, considerando o sujeito e o imaginário, a teoria do discurso postula que as palavras não têm um sentido em si mesmas, tampouco estão em estado de dicionário, mas podem ganhar atribuições outras, desestabilizando (ou não) o já-lá, instalando ora espaços de repetição, manutenção e retomadas, ora rupturas e deslocamentos de sentidos.

[...] as palavras, formulações, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que

quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...] (PÊCHEUX, 1997, p.161).

Tais considerações revestem-se de importância para esse estudo, posto que o discurso jornalístico atribui para si a tarefa de produzir e fazer circular a informação (BUCCI; KEHL, 2004), a saber, transferir dados sobre a realidade, facilitar o acesso a relatos, disseminar registros, documentar os fatos e criar uma estabilidade (ainda que momentânea) para o caos do presente.

A mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos 'consensos de significação' resultantes das hegemonias políticas ou, ao contrário, participa da sua dissolução. Um elemento que está em jogo, portanto, é o tempo: passado e projeções de futuro se entrecruzam no cotidiano jornalístico, que vai montando e reconfigurando leituras da história e da política, na tentativa de explicar/didatizar os acontecimentos, ou seja, construindo um sentido 'natural' para a instabilidade do presente. (MARIANI, 1988, p.44-45).

O sujeito do discurso midiático constrói um pretense relato fotográfico da realidade, emerge como efeito da voz de (outros) e para outro(s) e, ancorado em uma posição de autoridade de poder dizer, materializa relatos (e histórias).

[...] há algo na natureza do fato (e do fato jornalístico em especial) que já é, desde sempre, relato. Quer dizer: o fato já nasce como relato. Ele não acontece assim puramente como fato, um dado do mundo concreto, do mundo independente de qualquer linguagem, para, só depois, ser traduzido num relato. Este é o problema. Os fatos acontecem, no instante em que acontecem, já como relatos. (BUCCI, 2003, p.9):

No relato jornalístico, há o funcionamento discursivo de um sujeito capturado pela evidência da objetividade, que enuncia o papel de ditar certezas, totalidades, exatidão e neutralidade; assim, inscrevem-se efeitos de estabilidade para o que se mostra caótico, contraditório e conflituoso na realidade, cristalizando apenas um modo de dizer. Dessa forma, o discurso jornalístico assenta uma suposta ordem, organização, certificação sobre ela, fazendo circular relatos e histórias que, muitas vezes, são tão bem inventados, que até parecem verdade.

3. No caderno Dinheiro: dizer uma história para apagar outras

Observo, desde 2005, não sem estranhamento, que fotografias de boias-frias e trabalhadores rurais do setor sucroalcooleiro ganham destaque, com regularidade, na primeira página do jornal *Folha de S. Paulo*, acompanhadas de manchetes não menos impactantes, sinalizadoras de dizeres sobre trabalho, produtividade, mortes de lavradores por exaustão etc. Mais estranhamento ainda me causa a constatação de que tais reportagens não estão dispostas nem no primeiro caderno, que concentra assuntos políticos de interesse nacional, nem no caderno Cotidiano que usualmente destaca notícias sobre comportamento, e poucas vezes no caderno Ribeirão que põem em evidência reportagens sobre a cidade e região. Tais reportagens aparecem regularmente no caderno Dinheiro, o que promove um deslocamento de sentidos das questões do mundo do trabalho e dos trabalhadores para o mundo dos negócios e das finanças em que a medida de dizer uma história é dada pelo sucesso financeiro, em que o investimento em arrobas ou no mercado passava a inscrever o sentido dominante (ORLANDI, 1996), por fim, em que relatar sobre dinheiro implica apagar ditos sobre trabalho. O crescimento da cultura da soja, o preço do boi, as taxas de juros e valores de cotação de moeda estrangeira, o *boom* do etanol passam a fazer falar uma simetria em relação a temas como exploração da mão de obra

migrante, morte de boias-frias nos canaviais por exaustão, trabalho escravo no país e exploração da mão de obra infantil, promovendo um silenciamento (ORLANDI, 1997) do mundo do trabalho (e, na maioria das vezes, da voz dos sujeitos-trabalhadores), aqui refém do mundo dos dinheiros. Esse movimento não é neutro, mas atravessado pelo político e, por isso mesmo, reclama interpretação, já que, ao invés de estar em um caderno onde se discutem os temas políticos e onde estão colocados dizeres merecedores da atenção de todos, tais reportagens constroem o sentido de que o objeto discursivo em questão não é de interesse nacional, mas de alguns, dizendo respeito apenas a investidores, economistas, ruralistas, empresários do agronegócio, ou seja, aos que estão inseridos no mundo do significante que dá nome ao próprio caderno. Meu intento a partir de agora é atravessar a cortina de fumaça do evidente e do naturalizado por esse discurso, que instala efeitos de morte em justaposição aos sentidos de investimento financeiro, buscando interpretar chapéu da notícia, manchete, linha fina e legenda de duas reportagens publicadas no caderno Dinheiro da *Folha de S. Paulo* e, quiçá, flagrar indícios do modo de inscrição do sujeito na formação discursiva dominante, qual seja, aquela em que os efeitos de trabalhar e de trabalho estão subordinados ao jugo do capital.

A primeira página¹⁸³ apresenta uma fotografia grande e colorida de uma boia-fria vista de cima, sentada no chão em posição de quem amola o facão. Ao redor dela, espalha-se um feixe de cana já cortada e palhas secas: não se vê o rosto da mulher, apenas o seu dorso debruçado sobre o instrumento de trabalho de modo que ambos se confundem, se somam e se imbricam em uma peça só; um corpo apenas é formado pela mão trabalhadora que tanto amola quanto é amolada. No chapéu da notícia, a inscrição "*Por um fio*" abre espaço para a polissemia e faz falar tanto o fio da navalha do facão afiado pela mulher quanto a própria palha da cana, cuja navalha natural (em seu fio de palha) é capaz de cortar peles, córneas, lábios e o próprio rosto da mulher que sobre ela se curva no momento do corte. Além

183 Reportagem da *Folha de S. Paulo*, dia 18 de setembro de 2005, domingo.

disso, essa expressão também é sustentada pelo interdiscurso que inscreve os efeitos de limite e exaustão, ou seja, de algo que está prestes a se romper e a se perder na ruptura do próprio fio; nesse caso, tal rompimento – *“por um fio”* – faz falar a morte dos dezenove boias-frias que cortavam cana e morreram cumprindo metas de produtividade que lhes foram impostas, estafados pela repetição do braço a desferir mais de dez mil golpes de facão por dia. O fio metafórico da vida e da morte, do braço trabalhador afiando e do braço inerte sendo afiado, amarra a vida fiada (impossível de pagar) no processo de adiamentos e de tardios que a morte tão bem (e também) tece. Na manchete principal da primeira página, a sequência “Mulher bóia-fria afia o facão para trabalhar em plantação de cana na região de Ribeirão Preto (SP); mecanização obriga cortadores a produzir mais para manter o emprego, e a ONU investiga 9 mortes por suposto excesso de trabalho” instala uma gradação dada pelos sentidos do trabalho da mulher, da máquina capaz de substituí-lo e da morte em situação de trabalho, amarrando os três sentidos em um único fio.

Considerando que é nas marcas linguísticas que o sujeito tatua as pistas da formação discursiva à qual se filia ao dizer, destaco as sequências discursivas *“afia o facão para trabalhar”*, *“mecanização obriga cortadores a produzir”*, *“suposto excesso de trabalho”* como indiciárias do movimento de fazer instalar imaginariamente o mundo do trabalho, do estar trabalhando, do ter um trabalho e do excesso de trabalho. Esse jogo de dizer sobre trabalho cala dizeres sobre não-trabalho, isto é, sobre desemprego e inscreve semanticamente uma diferença em relação ao universo dos que não têm trabalho, dos que não usam máquinas para trabalhar, dos que nem podem afiar o facão, dos que não produzem nada porque não tem a quem vender sua força de trabalho. Observamos aqui o efeito ideológico de evidência do sentido único: dizer sobre trabalho e produção, no momento em que o país bate índices altos de desemprego, parece inscrever a máxima de que não é tão ruim morrer trabalhando já que muitos morrem sem nem poder trabalhar.

Observamos que, no caderno Dinheiro da mesma edição do jornal, outros dizeres são materializados, a saber, o chapéu da notícia é “*Campo*”, o que não pontua mais o efeito de risco, perigo ou polissemia inscrito em “*Por um fio*”. “*Campo*” é marca geográfica apenas ou então é área de um certo saber sobre, em ambos os sentidos, o trabalho dos boias-frias está localizado, assentado em um lugar. Vejamos como manchete principal e linha fina promovem esse assentamento: “*Tecnologia faz boia-fria trabalhar mais*” e “*Para manter emprego, cortador de cana precisa elevar a produção; ONU investigará se 9 mortes ocorreram por exaustão*”. Três fotografias acompanham estas formulações e apresentam o corpo dos boias-frias, na primeira, há um *close* de fora da janela de um ônibus onde está escrito “*RURALS*”, dentro dele, o vulto de alguns homens em pé e outros sentados; na segunda fotografia, o *close* é dado dentro do ônibus, em uma fileira de assentos com trabalhadores que olham para o fotógrafo, apenas um deles mira o horizonte para além da janela e, no terceiro registro imagético, o canavial já está derrubado e um trabalhador empunha o facão e, em pé, corta uma única cana sem se curvar como a lançar no ar a fluidez de seu gesto de foçar. As legendas respectivamente inscrevem: “*Cortadores de cana vão para o trabalho em ônibus, às 5h, em Ribeirão Preto (SP); ONU investigará mortes ocorridas na região*”, “*Cortadores de cana a caminho do trabalho na região de Ribeirão*” e “*Aurindo Manoel dos Santos corta cana perto de Jardinópolis*”. O significante “*trabalho*” é repetido inscrevendo a mesma regularidade que observei na análise acima, estabilizando um modo de se falar das mortes, qual seja, tamponar a exploração, a violência, a coerção a trabalhadores rurais e silenciar sobre a concentração da terra, sobre a riqueza gerada nela e sobre a morosidade da reforma agrária. Em lugar desses sentidos, tão impossíveis de dizer na mídia cartelizada, irrompem outros, fazendo deslizar a denúncia de mortes para o campo do trabalho; assim é possível didatizar modos de compreender esse trabalho relacionando-o ao meio de transporte, pois os “*cortadores de cana vão para o trabalho em ônibus*”. Poderíamos indagar quantos, no país, vão a pé para seu trabalho, quantos são andarilhos de seu próprio trabalhar, quantos inscrevem, na ordem pública do urbano, a

venda de sua mão de obra nos semáforos, quantos não têm dinheiro para pagar o ônibus para ir ao trabalho: tais sentidos circulam aqui de modo a sustentar o efeito ideológico de aceitação do trabalho do boia-fria como cuidado pelos donos da terra. Isso porque dizer que os boias-frias andam de ônibus “RURALS” até o canavial inscreve o efeito de vantagem, ganho e privilégio, impedindo dizer que eles chegam, sim, motorizados e mais depressa, “*a caminho do trabalho*”, para tecer, com o próprio corpo, o furo da vida.

Outra notícia¹⁸⁴ sobre o mesmo tema foi publicada no caderno Dinheiro dez dias depois desta que acabei de analisar e tinha como chapéu o significante “*Trabalho*”, regularizando os sentidos já postos em discurso em outros dizeres do próprio jornal. Trazia as seguintes formulações na manchete e linha fina: “Mortes de bóias-frias serão investigadas” e “Ministério Público vai apurar se os cortadores de cana da região de Ribeirão (SP) teriam morrido por jornada excessiva”. Naturaliza-se aqui o efeito de que mortes ocorreram já que esse significante está ligado aos trabalhadores rurais e aparece duas vezes, no entanto, dizer “*morte*” tanto faz aparecer a naturalidade com que a(s) vida(s) chega(m) ao final (todo ser vivo morre, é a máxima), quanto vela sentidos de exaustão e exploração dos trabalhadores posto que se duvida de que eles tenham sido vitimados pelo excesso de trabalho, instaurando uma dúvida no uso da condicional “*se*”. De qualquer modo, o Ministério Público irá cuidar do caso, “*vai apurar*”, o que assegura o efeito de tranquilidade, visto que algo será feito no âmbito jurídico, não havendo necessidade de se discutir a questão agrária, a monocultura da cana, por exemplo. Tampona-se o conflito de/sobre a terra no país, apaga-se a reflexão sobre as contradições no mundo do trabalho e escamoteia-se dizer sobre os modos de significação da miséria dos boias-frias, deixando para uma instância superior (MP) o esclarecimento do caso. Chama a atenção não apenas o caderno em que essa notícia está sendo alocada (sobre isso já falamos anteriormente), mas o que se inscreve linguisticamente abaixo e ao lado dela: “*O vaivém das commodities*”,

184 Reportagem da *Folha de S. Paulo*, 28 de setembro de 2005.

“Algodão tem recuperação em NY”, “O algodão teve elevação de 6%”, “Equilíbrio no café”, “O boi voltou a apresentar alta” dentre outras. Abaixo, seguem-se as colunas “Mercados”, “Cotações da Folha”, “Bolsas de cereais de São Paulo”, “Outras cotações” e “Leilões”. Tais dizeres indiciam a formação discursiva dominante que marca o modo como a economia apresenta crescimento, dialoga com o mercado externo (“NY”, por exemplo) e sustenta-se de maneira satisfatória, sendo assim, as *“mortes de bóias-frias”* aparecem como um episódio isolado, pouco merecedor de denúncia já que são episódicas, não abalam os mercados, dizem respeito a fatalidades que podem ocorrer com aqueles que trabalham em qualquer outro setor e, sobretudo, já estão sendo investigadas.

4. Considerações finais a respeito de histórias inventadas (que parecem reais)

Partindo da noção de sujeito, considerando o dizer midiático como um privilegiado lugar de escuta do político e observando que os sentidos são inscritos sócio-historicamente, busquei interpretar o modo como os boias-frias são discursivizados em duas reportagens do caderno Dinheiro do jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas em 2005. Seguem-se algumas considerações, sempre provisórias. A primeira diz respeito ao total silenciamento a respeito das condições de trabalho dos boias-frias no sistema canavieiro atual e ao modo como são levados a trabalhar por tonelada cortada em um redemoinho de imposições à produtividade, em que o corpo é aproximado do funcionamento da máquina, em que trabalhadores são transportados em ônibus precários, contratados por gatos sem direitos trabalhistas assegurados e morrem no canavial segurando as palhas de cana como a transformá-las em seu último leito, sepultura de suas últimas palavras e silêncios.

A segunda consideração é a de que a voz dos violentados (familiares do trabalhador morto, amigos, colegas de turma) raramente aparece no dizer da imprensa corporativista (ROMÃO, 2002), posto que ela narra os boias-frias como parte de um processo produtivo, como peça de engrenagem do agronegócio, podendo ser substituídos ou trocados com rapidez, desse modo, não os apresenta em suas dores, morreres, trabalhares. Uma terceira entrada discursiva é dada pela repetição do efeito de trabalho como a indicar que, em tempos de desemprego ou subemprego, os boias-frias têm emprego garantido nas safras de cana de açúcar, o que permite alocar reportagens sobre morte no caderno Dinheiro, deslizando a indignação para o lugar da aceitação, a denúncia para a estabilização de sentidos derivados dos mercados crescentes e cheios de investimentos, a ruptura para o campo da sedimentação de um único sentido.

Uma última regularidade da inscrição histórica dos sentidos sobre esse objeto discursivo marca o Ministério Público como a instância máxima de resolução das mortes ocorridas, ou seja, nomeia um lugar de autoridade para resolver, avaliar, esclarecer e apurar as causas da morte, tranquilizando o leitor de que tudo será devidamente julgado. Assim sendo, não é necessário dizer, por exemplo, assassinato, crime, negligência, mas *"morte"*, o que naturaliza o efeito de algo inevitável e inexorável da qual nenhum vivente irá escapar.

Com base nessas quatro considerações, é possível afirmar que o discurso jornalístico filia-se à formação discursiva dominante, na qual se pode dizer sobre trabalho e até sobre morte, mas não é permitido enunciar sobre desigualdades, direitos, assassinato e exploração de boias-frias. Dessa forma, é tecido um fio de enredos, relatos e histórias que, segundo o poeta, são *"tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas"* ou, dito de outro modo, histórias são tão bem inventadas que até parecem verdadeiras.

| Referências

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de estudos Lingüísticos*, Campinas: Unicamp, n. 19, 1990.

BUCCI, E.; KEHL, M. R. *Videologias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BUCCI, E.; KEHL, M. R. Introdução: o jornalismo ordenador. *In: GOMES, M. R. Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacher Editores, EDUSP, 2003.

DORNELES, E. F. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa*. Campinas: Editora da Unicamp e Editora Revan, 1998.

ORLANDI, E. O sentido dominante: a literalidade como produto da história. *In: ORLANDI, E. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, E. *Análise de discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, E. *A cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In: ORLANDI, E. (org.). Gestos de leitura*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In: ZIZEK, S. (org.). Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In: ACHARD, P. (org.). Papel da memória.* Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Tradução Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ROMÃO, L. M. S. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação.* 2002. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades¹⁸⁵.

Maria do Rosário Valencise Gregolin¹⁸⁶

185: Texto publicado inicialmente nos Anais do II SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, promovido pela UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre – RS em novembro de 2005.

186: Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da UNESP – Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Araraquara – SP.

1. Para uma história conceitual da FD

O conceito de formação discursiva (FD) é um lugar teórico que torna visível a relação entre Michel Pêcheux e Michel Foucault na construção da teoria e análise do discurso. Discutindo as mudanças nesse conceito no interior da “análise do discurso de linha francesa”, Guilhaumou (2002) afirma que ele “produziu mais efeitos sobre o devir da Análise do Discurso do que qualquer outra noção desse campo de pesquisa” pois faz parte das suas categorizações fundamentais.

O objetivo deste meu texto é retomar o percurso dessas transformações do conceito de FD, a partir de um aspecto particular da sua história conceitual que envolve dialeticamente as regularidades e as instabilidades dos sentidos. Centrados nessa articulação entre sistematicidade e dispersão, os desenvolvimentos do conceito de FD mostram que a aproximação entre Pêcheux e Foucault se dá na direção de uma ideia cada vez mais forte de heterogeneidade. Essas transformações estão tematizadas em vários trabalhos de Pêcheux, especialmente naqueles posteriores a 1980, nos quais ele produz deslocamentos e abre várias perspectivas para rediscussão: as redes de memória, os trajetos sociais dos sentidos, as materialidades discursivas, enfim, a articulação entre FD, memória e história. Essas transformações no conceito de FD se refletem na modificação do *corpus*, e derivam da necessidade de a AD ampliar seus objetos de análise, incorporar discursividades que envolvem o verbal e o não verbal e a sua circulação na sociedade do espetáculo midiático. Tomando esse agenciamento conceitual, proponho pensar a produtividade desse conceito de FD na análise do papel da mídia na espetacularização dos efeitos de sentido, a partir da instauração de trajetos temáticos que evidenciam a construção discursiva da identidade. Assim, este meu texto pretende ser, ao mesmo tempo, epistemológico e aplicativo, pois quero pensar sobre a história do conceito de FD e aplicá-lo na análise de alguns textos que (re)configuram certos trajetos de sentido e constituem práticas discursivas identitárias na mídia.

2. Formação Discursiva: um polo conceitual entre a sistematicidade e as instabilidades

O conceito de FD é central para o desenvolvimento do edifício teórico da AD. Ele sinaliza a constante refacção a que a teoria do discurso foi submetida na obra de Pêcheux, já que, por meio das reconfigurações desse conceito, ele trabalha a linha tênue entre a regularidade e a instabilidade dos sentidos no discurso.

A definição canônica de “formação discursiva”, desenvolvida em 1971 (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971)¹⁸⁷ demarca zonas de regularidades discursivas, na medida em que estabelece relações entre as Formações Ideológicas¹⁸⁸ e sua existência material nas Formações Discursivas. Nesse momento inaugural da teoria, as FDs são consideradas como componentes de FIs, relacionadas às suas condições de produção no interior de uma realidade social marcada pela ideologia dominante. O sentido é, portanto, relacionado a um exterior ideológico demarcado por FIs.

A primeira reformulação do conceito de FD aparece em *Semântica e Discurso*¹⁸⁹ (1975, 1988) e constitui um grande momento de teorização de mudanças: propondo uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (1988) acentua o fato de que é sobre a base linguística que se desenvolvem os processos discursivos, mas, ao mesmo tempo, todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe fundada pela contradição. A reflexão sobre esse caráter contraditório

187 “[...] as formações ideológicas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou mais *formações discursivas* interligadas, que determinam *aquilo que se pode e se deve dizer* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p.102-103).

188 Definidas como “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais e que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 1971, p.102).

189 PÊCHEUX, M. *Les Vérités de La Palice*. Paris, 1975.

e desigual leva Pêcheux a retomar o conceito de FD do texto de 1971 e acrescentar a ele a discussão sobre a materialidade do interdiscurso, isto é, o fato de que toda FD dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante”¹⁹⁰ das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988, p.162). A instabilidade e a heterogeneidade das FDs tornam mais complexa a tarefa do analista de discurso, já que, a partir de então, “é preciso poder explicar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas em jogo numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina.” (PÊCHEUX, 1988, p.254).

A teorização da instabilidade das FDs envolve, principalmente, dois pontos que são decisivos para o refinamento da teoria e análise do discurso em Pêcheux:

a) A relação entre FD e interdiscurso: “o próprio de toda FD é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma [...] o fato de que isso “fala’ sempre, antes, fora, ou independentemente [...]” (PÊCHEUX, 1988, p.147), o que significa que os sentidos, no interior das FDs, estão sob a dependência do interdiscurso. Em outras palavras, o interdiscurso é o lugar em que se constituem, para um sujeito que produz uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse enunciador se apropria para fazer deles objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, por meio das quais o sujeito enunciador dará coerência a seu propósito no interior do intradiscurso, da sequência discursiva que ele enuncia. Essa formulação será aprofundada por Courtine (1981);

190 Conceito desenvolvido por Althusser em sua leitura de Marx em vários de seus livros e explicitada, em 1975, em seu texto da *Defesa da tese de Amiens*: “[...] defendi que Marx tinha uma idéia distinta de Hegel sobre a natureza duma formação social; e pensei poder manifestar essa diferença dizendo: Hegel pensa uma sociedade como uma *totalidade*, enquanto Marx a pensa como um *todo* complexo, estruturado e com uma dominante [...] para marcar que na concepção marxista duma formação social tudo se relaciona, a independência de um elemento não é mais do que a forma da sua dependência, e o jogo das diferenças é regulado pela unidade de uma determinação em última instância: o todo marxista é complexo e desigual.” (ALTHUSSER, 1977, p.146-148)

b) A relação entre intradiscurso e interdiscurso: é na relação entre o sistema da língua (base comum de processos discursivos diferenciados) e a FD (aquilo que determina o que pode e deve ser dito, em uma determinada formação ideológica, a partir de uma posição dada em uma conjuntura determinada pelo estado da luta de classes) que se realizam as práticas discursivas, os processos discursivos diferenciados, por meio dos quais os sujeitos produzem e reconhecem os sentidos na história. Entretanto, essa relação entre o intra e o interdiscursivo não é direta nem homogênea já que “as fronteiras entre o lingüístico e o discursivo são constantemente deslocadas em toda prática discursiva, razão pela qual as ‘sistematicidades’ não funcionam sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizadas sob a forma de uma máquina lógica.” (PÊCHEUX, 1975, p.3)¹⁹¹.

Na história conceitual da FD, essa distinção entre língua e processos discursivos é determinante para o trajeto em direção à heterogeneidade: os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua, pensada como “relativamente autônoma”, é o lugar material no qual se realizam esses efeitos de sentido. As fronteiras que separam aquilo que provém da autonomia relativa da língua e aquilo que provém da determinação das FDs são instáveis:

[...] todo discurso ‘concreto’ é determinado duplamente, de um lado, por formações ideológicas que remetem esse discurso a formações definidas, por outro lado, pela autonomia relativa da língua; no entanto, sustentamos que não é possível traçar *a priori* uma linha de demarcação entre o que é derivado de uma ou de outra dessas determinações. (HENRY, 1975, p.94).

Considerando as FDs cada vez mais instáveis, Pêcheux (1977) proporá que a AD tome como objeto “as invasões, os atravessamentos constitutivos” da “pluralidade contraditória, desigual e interiormente

191 Trata-se, aqui, de afirmação feita por Pêcheux na Introdução da revista *Langages*, n. 37, 1975.

subordinada de formações discursivas”. Assim, a partir de 1977, o primado da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao *corpus*. Tomando a FD no interior desse intrincamento, ela não remete mais a lugares enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos. No plano da constituição do *corpus*, a inscrição dos enunciados em um conjunto de formulações – como um “nó em uma rede” – torna mais complexa a noção de “condições de produção”, pensada agora como articulação de um feixe de enunciações.

J. J. Courtine tem papel central nesse desenvolvimento da noção de FD, na medida em que ele estimula a interlocução entre a obra de Pêcheux e as propostas de Foucault¹⁹². Esse gesto de releitura das propostas de Foucault, segundo Courtine (1981), não significa “aplicá-lo” à AD, mas “fazer trabalhar sua perspectiva no interior da AD”. Courtine propõe pensar a FD como “fronteiras que se deslocam” cujo movimento é impulsionado pela memória discursiva. Para Courtine, essa noção está subjacente às análises realizadas por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969), isto é, a ideia de que toda formulação possui, em seu “domínio associado” outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais produzem-se certos efeitos de memória específicos. Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de FD a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados. Articulado a essa tese fundamental do papel da memória, todo um conjunto de noções foucaultianas é integrado ao conceito de FD (acontecimento, práticas discursivas, arquivo etc.) fortalecendo a ideia de uma articulação dialética entre singularidade e repetição, regularidade e dispersão. Essa problematização institui o território da História como o campo das FDs. Isso torna possível enxergar, na dispersão de enunciados, certas regularidades nos acontecimentos discursivos, pois toda

192 Essa aproximação também é realizada nos trabalhos dos “historiadores do discurso” (J. Guilhaumou, Régine Robin, Denise Maldidier etc.), embasando as análises das inter-relações entre a materialidade do discurso e a História.

a massa de textos que pertencem a uma mesma FD insere-se em um campo em que podem ser estabelecidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos, segundo regras específicas das práticas discursivas de um certo espaço e tempo. Dessa trama decorre o fato de que, desde sua raiz, o enunciado se delineia em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e que lhe abre um futuro eventual, isto é, que o insere na rede da História e, ao mesmo tempo, o constitui e o determina.

Em *Lecture et Mémoire: Project de Recherche* (1981)¹⁹³, Pêcheux apresenta uma síntese das perspectivas que se abriam nesse momento para a análise do discurso. Ao estabelecer as bases epistemológicas desse projeto, ele deixa clara sua aproximação com a “nova história” e com Foucault¹⁹⁴. Primeiramente, Pêcheux propõe tratar do “estatuto social da memória como condição de seu funcionamento discursivo na produção e interpretação textual”. Fortemente ancorada nas formulações dos *Annales* (Phillipe Ariés, Pierre Nora e Jacques Le Goff), a memória é entendida como “conjunto complexo, pré-existente e exterior ao organismo, constituído por uma série de ‘tecidos de índices legíveis’, que constitui um corpo sócio-histórico de traços”. Pêcheux ressalta que o que se entende por “conjunto de traços e pistas” pode ser aproximado daquilo que se chamou de “ideologia” ou “universo de representações e de crenças”. Essas redefinições levam à incorporação de alguns novos polos temáticos: a heterogeneidade associa-se à ideia da alteridade (“presença do discurso do outro como discurso de um outro e/ou discurso do Outro”), as relações entre intradiscurso e interdiscurso passam a ser buscadas nos vestígios da memória discursiva.

193 Projeto de pesquisa proposto ao CNRS em 1981, publicado em Pêcheux (1990).

194 “Os numerosos trabalhos de Foucault sobre a arqueologia textual fornecem o essencial do quadro de referência da presente problemática, do ponto de vista da pesquisa sócio-histórica. É a partir da Arqueologia do saber (FOUCAULT, 1969), que propõe uma **redefinição do documento enquanto monumento** e do **enunciado enquanto nó de uma rede**, que as perspectivas de análise do discurso aqui desenhadas podem-se redefinir.”

Tensionada pela memória, a FD incorpora, cada vez mais, a instabilidade e a dispersão dos sentidos que serão radicalizadas, no último texto de Pêcheux (*Discurso, estrutura ou acontecimento?*, 1983) a partir das noções de “deriva”¹⁹⁵, de “desestruturação-reestruturação das redes e trajetos” que fundam a ideia de que “todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”, um “trabalho de deslocamento” (PÊCHEUX, 1990, p.56-57). A percepção dessa instabilidade leva Pêcheux (1983, 1997) a questionar o próprio estatuto teórico e heurístico da noção de FD:

Assim, a insistência da alteridade na identidade discursiva coloca em causa o fechamento dessa identidade, e com ela a própria noção de maquinaria discursiva estrutural... e talvez também a de formação discursiva. (PÊCHEUX, 1997, p.315).

Incorporando essa instabilidade radical, Pêcheux procura dar respostas (em termos políticos e analíticos) a um momento histórico em que se instalava a “sociedade do espetáculo midiático”. Sua análise da movimentação discursiva em torno do enunciado “on a gagné” (1983, 1999) oferece valiosas pistas para pensarmos o valor heurístico desse conceito de FD que se associa à dispersão das redes de memória e dos trajetos sociais dos sentidos. Tomando o trabalho discursivo realizado pela mídia sobre o acontecimento (a vitória de Mitterand) – “em sua atualidade e no espaço de memória que ele convoca e já começa a reorganizar” – Pêcheux mostra o jogo entre transparência e opacidade produzido pela retomadas, deslocamentos e inversões de formulações que resultam em uma “espetacularização da política”. Essa nova formulação da FD acompanha, portanto, a mudança no contexto histórico, os meios tecnológicos de difusão e circulação dos discursos que se tornam indissociáveis dos enunciados não verbais e dos suportes materiais que os sustentam, isto é, dos novos regimes de discursividades instaurados pelos meios de comunicação de massa¹⁹⁶.

195 “[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para **derivar** para um outro [...] **pontos de deriva possíveis**, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.” (1990, p.53).

196 Que serão também tematizados por Pêcheux em *O papel da memória* (1982).

Esse conceito de FD baseado nos jogos da memória é bastante produtivo para a análise de discursos. Proponho, nas linhas seguintes, um esboço de análise que leva em conta essa concepção de FD para pensar sobre a produção de discursos identitários na mídia.

3. Formação discursiva, redes de memória, trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades

Certos discursos que circulam na mídia contemporânea produzem uma rede simbólica que forja identidades a partir de uma “estética de si” (FOUCAULT, 1994, 1995). São práticas discursivas que constituem verdadeiros dispositivos identitários e produzem subjetividades como singularidades históricas a partir do agenciamento de trajetos e redes de memórias.

O arquivo¹⁹⁷ de um momento histórico se constitui em “horizontes de expectativas” e um acontecimento discursivo realiza algumas das suas possibilidades temáticas. O que torna possível a compreensão desses feixes de sentidos é a existência de trajetos temáticos, isto é, um conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento a outro, articula os temas e opera o “novo na repetição” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1986, p.45). Em termos analíticos, o trajeto temático permite visualizar, no interior da dispersão do arquivo, momentos de regularidade, de sistematicidades que – embora instáveis – permitem a inteligibilidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico¹⁹⁸. Mais do que uma forma geral ou o “espírito de uma época”,

197 Para Foucault (1969), o *arquivo* representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados em uma época dada e que continua a existir através da história. Fazer a arqueologia dessa massa documentária é buscar compreender as suas regras, suas práticas, suas condições e seu funcionamento. A análise arqueológica propõe evidenciar os traços discursivos que permitem a reconstituição do conjunto de regras que, em um momento dado, definem ao mesmo tempo os limites e as formas da dizibilidade, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação dos sentidos.

198 Na base dessa formulação está o conceito foucaultiano de FD: “Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma **formação discursiva**” (FOUCAULT, 1986, p.43).

os trajetos temáticos são feixes de relações e de deslocamentos. É o que procurarei mostrar numa breve análise de discursos midiáticos sobre o “casamento”, a seguir.

Em 1977, momento de implantação da lei do divórcio no Brasil, os sentidos sobre o “casamento” são desestabilizados. Em muitas práticas discursivas da mídia brasileira, o tema é objeto de enunciados polêmicos que fazem deslizar sentidos tradicionalmente assentados. Essa polêmica coloca em confronto diferentes FDs a partir do agenciamento coletivo das enunciações, produzindo trajetos temáticos que reiteram ou polemizam as relações e os papéis masculinos e femininos. É o que acontece numa campanha produzida pela agência Salles:



Propagandas 1 e 2



Propagandas 3 e 4

Para fazer deslizar os sentidos, os textos acionam redes de memória: o *kitsch* da canção popular¹⁹⁹ no texto da propaganda 1; a divisão do trabalho doméstico nas propagandas 2 e 3; os papéis femininos e masculinos no interior do casamento na propaganda 4.

Esses deslizamentos produzem efeitos sobre as representações e as identidades feminina e masculina, instaurando polêmicas e, ao mesmo tempo, fazendo retornar formulações anteriores. Esses efeitos de sentido são produzidos pelas perguntas retóricas (propagandas 2 e 4, que questionam o trabalho doméstico feminino) e pelos enunciado imperativo (propaganda 3, que questiona a divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres). Do mesmo modo, a propaganda 1, ao fazer retornar a canção popular, inverte os sentidos “românticos” tradicionalmente associados à noiva, ao completar o enunciado com a frase “lavar pratos”. São procedimentos discursivos que trabalham a memória e fazem esses enunciados integrarem-se a redes de outras formulações e constituírem outros trajetos de sentidos.

Esse incessante trabalho discursivo com a memória recoloca e desloca trajetos de sentidos. Tanto que, no início dos anos 2000, vamos encontrar essas polêmicas aparentemente já estabilizadas e à ideia de “casamento” estão agregadas outras redes de memória que dão lhe novos sentidos:

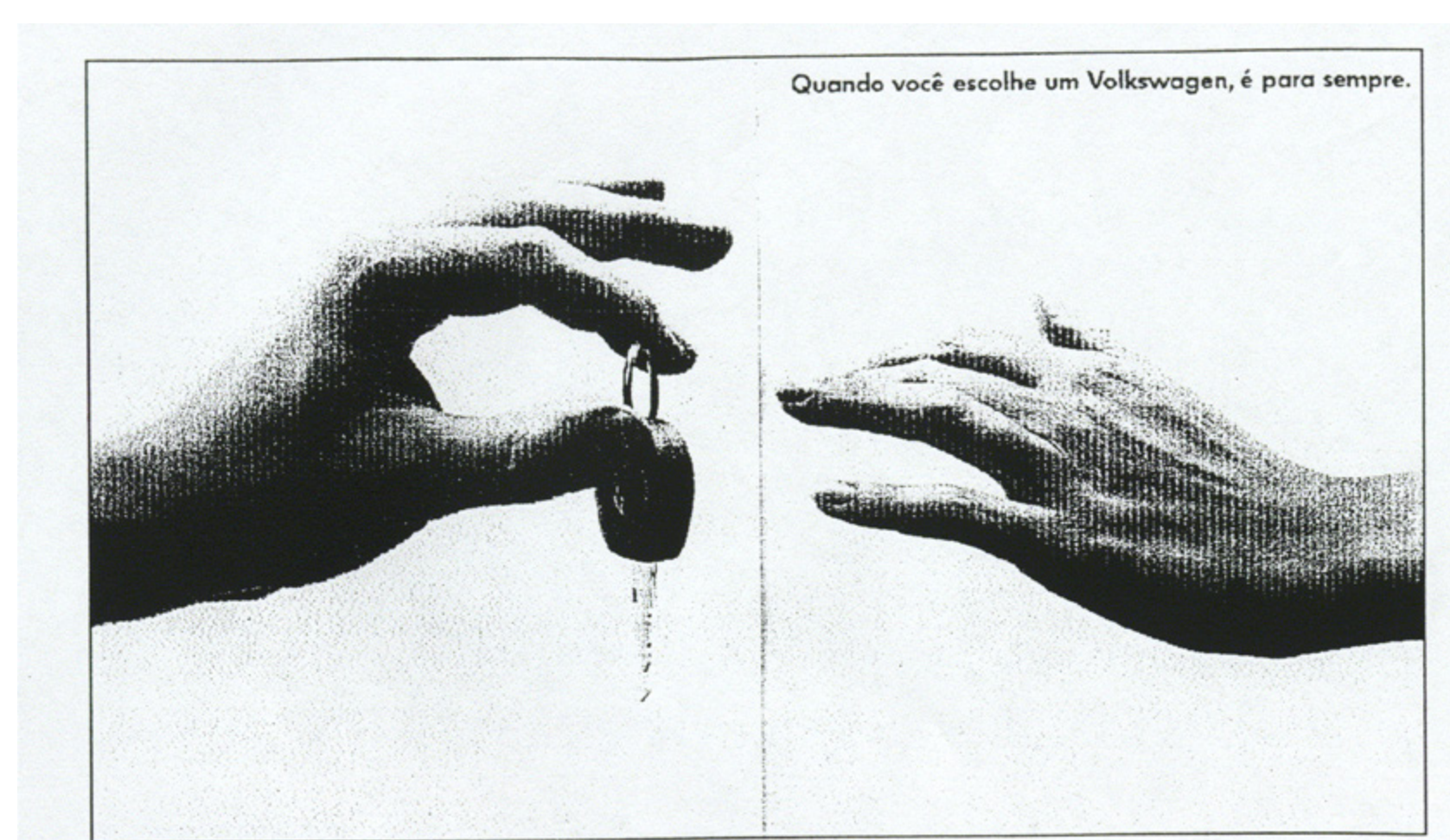


Propaganda 5 (ALMAP, 2000)

199 “Branca e radiante vai a noiva... Logo a seguir, o noivo amado...” (*La novia*, canção de Joaquim Pietro, versão de Fred Jorge, grande sucesso do final dos anos 1950, interpretada por Cauby Peixoto e Ângela Maria).

No plano visual, o texto da propaganda 5 afirma um novo conceito de “casamento” e de “família” nos quais a ruptura já está instalada; entretanto, no plano verbal, o enunciado “é melhor você começar a ler o Estadão” afirma que o “novo conceito de casamento” ainda não está consolidado, isto é, ele existe, mas você só saberá disso se “ler o Estadão”. Cruzam-se, aí, o novo e o velho, mostrando que os sentidos estão sempre à deriva, no entanto, podem ser compreendidos porque atualizam (isto é, estabilizam/desestabilizam) a memória discursiva).

Isso nos mostra que a instalação de novas representações não elide a coexistência dos sentidos tradicionais: como um “nó em uma rede” cada enunciado relaciona-se com outras séries de formulações, com outros trajetos que se cruzam e constituem identidades através da reativação da memória discursiva:



Propaganda 6

Nessa propaganda 6, o enunciado verbal (“Quando você escolhe um Volkswagen é para sempre”) retoma o tema da indissolubilidade do casamento; no plano visual, a metonímia figurativa relembra a cena da “troca das alianças” do casamento religioso – vaga lembrança, pois a aliança foi substituída pela chave do carro (oferecida pela mão masculina). Cruzam-se, nessa síntese visual, o religioso e o econômico. E se há o retorno de um conceito tradicional de casamento (com toda a rede simbólica que ele aciona), ao retornar, o casamento já não é mais o mesmo porque outras formulações cruzaram o seu caminho.

Essa heterogeneidade também aparece na propaganda 7 que restaura, na cena do bolo canônico, vários trajetos de sentidos tradicionalmente associados ao “casamento” (as vestimentas e a ornamentação, com todos os valores simbólicos a elas relacionados):



Propaganda 7 (Young & Rubican, 2003)

No entanto, novamente há o deslizamento de sentidos: noivas tentam escalar esse bolo tão metafórico, enquanto a noiva oficial, no alto do bolo, segura firmemente o noivo, defendendo-o e defendendo-se. Esse elemento cômico nada tem de transgressor; pelo contrário, reafirma papéis associados ao feminino e remete à ideia do casamento como conquista, como vitória sobre outras mulheres (além, é claro, de dizer que as mulheres querem, de qualquer maneira, se casar). Trata-se de uma síntese figurativa de recitação de um mito que forja a identidade feminina envolvida nessa luta em que se casar é o grande objetivo, o prêmio da competitividade. E o *podium* é um frágil bolo coberto de glacê...

4. Fazer análise de discursos: descrição-interpretação

Analisar discursos a partir do acontecimento discursivo, em sua heterogeneidade – isto é, considerando que as FDs são complexas pois os sentidos são instáveis, impõe um certo número de exigências teórico-metodológicas (PÊCHEUX, 1983, 1997):

- a) É necessário priorizar a descrição das materialidades discursivas: a análise de discurso precisa realizar uma descrição que tenha como pressuposto a propriedade fundamental da linguagem, isto é, o fato de que ela é constitutivamente atravessada pelo equívoco, pela falha e, portanto, é preciso descrever o jogo de diferenças, as alterações, as contradições, a equivocidade, a “heterogeneidade constitutiva” (J. Authier). Ao acatar essa característica fundamental, a AD é obrigada a construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente “o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico”, e a trabalhar “no ponto em que cessa a consistência da representação lógica” (PÊCHEUX, 1997, p.51). Os discursos são atravessados por uma divisão entre dois espaços discursivos: a) o da manipulação das significações estabilizadas, normalizadas; b) o das transformações do sentido. A fronteira entre esses dois espaços é muito difícil de determinar. Há uma zona intermediária de processos discursivos (que deriva do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana) que oscilam em torno dela: nessa região discursiva intermediária os sentidos têm um caráter oscilante (como foi mostrado por Pêcheux na análise do enunciado *on a gagné* e como tentei mostrar na breve análise dos trajetos do casamento)²⁰⁰.
- b) Nas práticas de análise de discurso, a descrição e a interpretação devem ser simultâneas, numa espécie de batimento: Todo discurso é fundamentalmente heterogêneo e está exposto ao equívoco porque se relaciona sempre com um discurso-outro. A possibilidade de interpretar existe exatamente por causa dessa alteridade nas sociedades e na história, que possibilita a ligação, a identificação, a transferência. “E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as

200 Segundo Pêcheux (1997), esse caráter oscilante do registro do ordinário do sentido não foi levado em conta nas primeiras formulações da AD francesa. Esse é um dos pontos fracos da reflexão althusseriana sobre os aparelhos ideológicos e de suas primeiras aplicações na AD, pois então se pensava a reprodução dos sentidos *fechada no inferno da ideologia* dominante.

relações sociais em redes de significantes.” (PÊCHEUX, 1997, p.54). Como os sentidos estão permanentemente inseridos em redes enunciativas, a descrição de um enunciado coloca necessariamente em jogo (através de implícitos, de elipses, de negações e interrogações, de múltiplas formas de discurso relatado etc.) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. Esse discurso-outro marca, na materialidade discursiva, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. Por isso, o problema principal, nas práticas de análise do discurso, é determinar o lugar e o momento da interpretação, em relação ao da descrição. Não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento. (PÊCHEUX, 1997, p.54):

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 1997, p.53).

A discursividade é um acontecimento: não se deve perder de vista o fato de que o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece co-relações, deslocamentos, vizinhanças. Por isso, o objeto da AD deve ser essa interdiscursividade, as redes de memórias que produzem os sentidos em um momento histórico:

O discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos:

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1997, p.56).

Em síntese, cabe ao analista de discurso investigar as condições complexas (que são, ao mesmo tempo, da ordem da linguagem e da ordem da história) nas quais se realizou um determinado enunciado, condições que lhe dão uma existência específica. Essa existência faz o discurso emergir em relação com um domínio de memória, como jogo de posições possíveis para um sujeito, como elemento em um campo de coexistência, como materialidade repetível.

| Referências

COURTINE, J.-J. Le discours communiste adressée aux chrétiens. *Langages*, Paris, n. 62, 1981.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, M. Les Techniques de soi. In: FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. v. IV. Paris: Ed. Gallimard, 1994. p. 783-813.

FOUCAULT, M. O sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault. *Uma trajetória filosófica*. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GUILHAUMOU, J.-J. *Les historiens du discours et la notion-concept de formation discursive*. Récit d'une transvaluation immanente (no prelo).

GUILHAUMOU, J.-J.; MALDIDIER, D. Effets de l'archive. L'analyse de discours du côté de l'histoire. *Langages*, Paris, n. 81, 1986.

HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Paris, n. 24, p. 93-106, 1971.

HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursives. *Langages*, Paris, n. 37, p. 81-98, 1975.

PÊCHEUX, M. Introduction. *Langages*, Paris, n. 37, p. 3-6, 1975.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M. Rémontons de Foucault a Spinoza. In: PÊCHEUX, M. *L'inquiétude du discours*. Paris: Ed. Cendres, 1990 [1977].

PÊCHEUX, M. Lecture et Mémoire: Project de Recherche. In: PÊCHEUX, M. *L'inquiétude du discours*. Paris: Ed. Cendres, 1990 [1981].

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999 [1982].

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HACK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. *Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1999 [1983].

Ainda sobre formação discursiva em Pêcheux e em Foucault²⁰¹.

Roberto Leiser Baronas²⁰².

201: Uma versão modificada deste texto foi publicada em SARGENTINI, V.; NAVARRO, P. M. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades*. São Carlos: Claraluz, 2004.

202: Professor de Linguística e Língua Portuguesa no Departamento de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e colaborador no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem – PPGEL da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT.

Ao ler algumas das narrativas da escrita da análise do discurso francesa é possível constatar que um de seus conceitos mais caros, o de formação discursiva, foi abandonado no início dos anos oitenta na França. As razões para a sua renúncia, apontadas por tais narrativas, nem sempre muito claras, vão desde a alegação de que a formação discursiva possui um caráter eminentemente taxionômico até a existência de uma relação conflituosa entre o marxismo e Michel Foucault. Há em relação à narrativa do conceito formação discursiva nos termos de Guilhaumou (2003), “um eclipse não explicitado”. Contudo, embora denegado pelo grupo de Michel Pêcheux na França e, apesar do estatuto desse conceito se apresentar muitas vezes de maneira indefinida, ele permanece ainda bastante operativo nas pesquisas sobre o discurso, principalmente no Brasil. Essas narrativas publicadas em francês e em português asseveram que Michel Pêcheux teria emprestado o sintagma – formação discursiva – de *A Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, para, à luz do materialismo histórico, reconfigurá-lo, relacionando-o com o conceito althusseriano de ideologia.

Neste texto, numa primeira hipótese de trabalho²⁰³, além de questionar esse posicionamento, asseverando que tal conceito tem pelo menos uma paternidade partilhada, procuro numa segunda hipótese inicialmente explicitar tal eclipse e, posteriormente, evidenciar que, desde que reconfigurado²⁰⁴ a partir do mirante do dialogismo bakhtiniano, por exemplo, esse conceito pode ainda ser bastante produtivo para a teoria do discurso. Para tanto, entrando definitivamente na ordem arriscada do discurso científico, trago de início em forma de citação uma nota de rodapé que faz parte do artigo *Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux*, cujo autor é Paul Henry (1993, p.38):

203 Como “bom ladrão de palavras”, tomo de empréstimo essa expressão de Michel Foucault (1973), “o que eu gostaria de dizer-lhes nestas conferências são coisas possivelmente inexatas, falsas, errôneas, que apresentarei a título de hipóteses de trabalho; hipóteses de trabalho para um trabalho futuro. Pediria, portanto sua indulgência e, mais do que isto sua maldade”.

204 Essa articulação foi sugerida pela Profa. Maria do Rosário Gregolin durante uma aula no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da FCL/Unesp – Araraquara em 2000.

Existem muitos pontos de contato entre aquilo que Michel Foucault elaborou no que se refere ao discurso e aquilo que fez Michel Pêcheux, pelo menos no nível teórico (por exemplo, encontra-se em Foucault uma noção de “formação discursiva” que tem alguns pontos em comum com aquela de Pêcheux), e em particular no nível prático (Foucault nunca tentou elaborar um dispositivo operacional de análise do discurso)... Pêcheux partilhava com Foucault um interesse comum pela história das ciências e das idéias que pode explicar por que ambos, mais do que qualquer outro autor, focalizaram o discurso.

Parto então dessa citação para tentar precisar quais seriam efetivamente os pontos de contato e de afastamento entre as noções foucaultianas e de Michel Pêcheux de formação discursiva. Devo dizer que não sou o primeiro a empreender tal tarefa. Há todo um conjunto de estudiosos do discurso que anteriormente, com competência e mais legitimidade, se debruçaram sobre essa questão mesmo que lateralmente. Dentre esses pesquisadores citaria pelo menos dois: Denise Maldidier e Jean-Jacques Courtine, ambos linguistas franceses, que participaram ativamente do grupo de Análise do Discurso, fundado por Michel Pêcheux. A primeira ex-professora da Universidade de Paris X, morta tragicamente em 1990 e o segundo, atualmente é professor na Universidade de Paris III – Sorbonne Nouvelle.

Maldidier em *L'inquiétude du discours: textes choisis de Michel Pêcheux*²⁰⁵, na apresentação, intitulada (Re) Ler Michel Pêcheux hoje, historiciza o percurso de Michel Pêcheux, dividindo-o em três grandes momentos: primeiro, o das grandes construções, no qual Michel Pêcheux com base nos postulados althusserianos construiu todo um dispositivo teórico-analítico de análise automática do discurso que procura desconstruir as evidências de *La Palice*; depois, aquele dos tateamentos, em que o filósofo francês com a crise do marxismo e com a cegueira e a surdez dos sociolinguistas marxistas revê

205 Tradução brasileira Eni P. Orlandi e Denise Maldidier. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

muitos de seus posicionamentos e se propõe a “quebrar o estranho espelho da Análise do Discurso” e, por último, o da des-construção lentamente operada, quando Pêcheux, aproximando-se de Foucault e de Lacan, tenta precisar os limites entre descrição e interpretação, vendo o discursivo na sua estrutura e no seu acontecimento. Como diz Denise Maldidier (1990)²⁰⁶:

O projeto de Michel Pêcheux nasceu na conjuntura dos anos 1960, sob o signo da articulação entre a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise. Ele foi progressivamente amadurecido, explicitado, retificado. Seu percurso encontra-se plenamente com a conjuntura teórica que se instala na França a partir de 1975. De um lado, a crítica das teorias e das coerências globalizantes, com o abrandamento das positivities. De outro lado, o retorno do sujeito, as derivas em direção ao vivido e ao indivíduo. Introdução da política no espetáculo! É a grande fratura. Abandona-se o tempo da “luta de classes na teoria” para entrar naquela do “debate”. Nesse novo contexto, Michel Pêcheux tentou, no limite do possível, re-pensar tudo aquilo que o *discurso*, enquanto conceito ligado a um dispositivo, tinha desenhado para ele.

Courtine, na revista *Langages* n. 62, *Alguns problemas teóricos e metodológicos em Análise do Discurso: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos*²⁰⁷, no capítulo II, intitulado “O conceito de formação discursiva”, empreende uma discussão teórica que objetiva refletir sobre o uso que é feito do conceito de formação discursiva nos trabalhos de Michel Pêcheux, tanto no nível teórico quanto no das práticas de análise, bem como mostrar as contribuições que a noção foucaultiana de formação discursiva poderia trazer no sentido de eliminar o problema da homogeneidade na constituição

206 Agradeço à Profa. Maria do Rosário Gregolin que gentilmente nos cedeu a sua tradução brasileira desta introdução do texto de Denise Maldidier.

207 Agradeço ao Prof. Sirio Possenti que gentilmente nos cedeu a sua tradução brasileira desse número da *Langages*. Cabe aqui dizer também que o próprio Michel Pêcheux é quem prefacia essa revista com o texto *O estranho Espelho da Análise do Discurso*. Texto esse ainda inédito em português e por nós traduzido provisoriamente.

dos *corpora* discursivos em Análise do Discurso. Passaremos agora a um exame da noção de formação discursiva em *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault.

Nos escritos foucaultianos, a noção de formação discursiva aparece pela primeira vez em *A arqueologia do saber*, texto que, posteriormente, nos *Ditos e escritos*, o próprio Foucault diz que teria sido escrito como introdução de *As palavras e as coisas* e que depois fora transformado num livro que tenta teorizar sobre a história das chamadas ciências do homem. Contudo, não numa história tradicional, contínua na qual os seres humanos marcham em busca de um *télos*, de um devir, mas numa história descontínua que descreve o momento mesmo de irrupção dos acontecimentos discursivos, tornando-os inteligíveis em termos de regras que os governam e os regulam.

Na verdade *A arqueologia do saber* se constitui numa descrição bastante complexa e didática do método arqueológico, uma teoria que procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas, tomando-os não mais como conjuntos de signos e elementos significantes que remeteriam a determinadas representações e conteúdos, tal como pensavam os estruturalistas tributários de Saussure, mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam, circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore e fixam as estratégias sérias que rareiam os atos discursivos.

Com o método arqueológico Michel Foucault busca descrever não só as condições de possibilidade dos enunciados que formam as ciências empíricas, mas as condições mesmo de existência desses enunciados. Para tanto, segundo Foucault (1993, p. 28),

[...] é preciso renunciar a todos os temas – tradição; influência; desenvolvimento e evolução; mentalidade ou espírito; tipos e gêneros; livro e obra; idéia da origem; já-dito e não dito – que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua

secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade e dispersão temporal, que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado... Não remetê-lo à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo da sua instância.

Ao colocar em suspenso todas essas “sujeições antropológicas”, é possível descrever quais os atos discursivos que conquistaram sua liberdade condicionada, após terem passado por um interrogatório numa espécie de “polícia discursiva”, que se reativa a cada um dos discursos efetivamente ditos e, que determina aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito autorizado, com base num método aceito, se inserindo dessa maneira no verdadeiro da época. Não se trata, todavia, de qualquer ato discursivo: enunciados do cotidiano, por exemplo, mas de “atos discursivos sérios”, isto é, enunciados²⁰⁸ que manifestam uma incessante “vontade de verdade”. Esses enunciados sérios então se relacionam com enunciados do mesmo ou de outros tipos e são condicionados por um conjunto de regularidades internas, constituindo um sistema relativamente autônomo, denominado de formação discursiva.

E é nesse sistema que internamente se produz um conjunto de regras as quais definem a identidade e o sentido dos enunciados que o constituem. Em outros termos, é a própria formação discursiva como uma lei de série, princípio de dispersão e de repartição dos enunciados que define as regularidades que validam os seus enunciados constituintes, que por sua vez instauram os objetos sobre os quais ela fala, os sujeitos que legitima para falar sobre esse

208 Para Foucault o enunciado difere-se tanto da frase, da proposição quanto do ato de fala, pois ele é a unidade elementar do discurso. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material) o enunciado é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de linguagem. [...] ele não é, em si mesmo, uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (p.98-99). Se o descrevo a partir de oposições com as unidades – frase, proposição, atos de fala – é para marcar as diferenças e para acentuar que os estudos linguísticos sempre deixaram o enunciado como um resto, um elemento residual e, portanto pressuposto, mas não analisado.

objeto, definem os conceitos com os quais operará e as diferentes estratégias que serão utilizadas para definir um “campo de opções possíveis para reanimar os temas já existentes... permitir, com um jogo de conceitos determinados, jogar diferentes partidas” (FOUCAULT, 1993, p.45).

Depois dessa breve apresentação do conceito de formação discursiva em Foucault, discuto a emergência desse conceito em Pêcheux. O conceito de formação discursiva aparece pela primeira vez em Michel Pêcheux no seu artigo *A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem e discurso*²⁰⁹. Ao criticar os linguistas pós-saussureanos – estruturalistas e gerativistas – por terem de alguma maneira trazido o modelo fonológico saussureano para o domínio do sentido, produzindo uma espécie de *filosofonema* que caracterizaria toda a linguística, Pêcheux mostra que ao se pensar as sistematicidades da língua como um *continuum* de níveis, se está, na verdade, recobrando o corte saussureano entre *langue/parole*. “O elo que liga as significações de um texto às suas condições sócio-históricas não é secundário, mas constitutivo das próprias significações” (PÊCHEUX, 1971, p.147). Pêcheux propõe então uma *intervenção epistemológica* nas semânticas linguísticas. É preciso “mudar de terreno” e encarar uma nova problemática, o *discurso*. Esse conceito deverá ser pensado à luz do materialismo histórico. É a partir dele que se pode fazer a localização de novos objetos, colocando-os em relação com a ideologia.

Nous avancerons, en nous appuyant sur un grand nombre de remarques contenues dans ce qu'on appelle “les classiques du marxisme” que les formations idéologiques ainsi définies comportent nécessairement, comme une de leurs composants, une ou plusieurs formations discursives interreliées, qui déterminent ce qui peut et doit être dit (article sous la forme

209 Texto produzido em colaboração com Claudine Haroche e Paul Henry, publicado inicialmente na Revista *Langages*, número 24, 1971. Inédito em português. In: MALDIDIER, D. *L'Inquietude du Discours: textes de Michel Pêcheux*. Éditions du Cendres, 1990. p.133-153. Tradução provisória nossa.

d'un harangue, d'un sermon, d'un pamphlet, d'un exposé, d'un programme, etc.) à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée: le point essentiel ici est qu'il ne s'agit pas seulement de la nature des mots employés, mais aussi (et surtout) des constructions dans lesquelles ces mots se combinent, dans la mesure où elles déterminent la signification que prennent ces mots: comme nous l'indiquons en commençant, les mots changent de sens selon les positions tenues par ceux qui les emploient; on peut préciser maintenant: les mots "changent de sens" en passant d'une formation discursive à une autre. (PÊCHEUX, 1971, p.148).

Entretanto, ao verificar o inventário intelectual de Michel Pêcheux, é possível constatar que o germen desse conceito aparece alguns anos antes de 1971, num outro texto de Pêcheux, *Lexis et metalexis: les problèmes des déterminants*²¹⁰, escrito a quatro mãos com C. Fuchs. Na verdade, o esboço de tal conceito aparece em forma de nota de fim no texto de A. Culioli, *Notes sur la formalisation en linguistique*.

Le fonctionnement du langage a ses multiples niveaux interdit la dichotomie simplificatrice entre la **langue** (conçue comme système nécessaire) et la **parole** (notion baptisant, sans l'expliquer, la distance entre cette nécessité du système et la fameuse 'liberté du locuteur'): en fait il importe de reconnaître que ces niveaux de fonctionnement du langage sont eux-mêmes soumis à des règles, mais que l'appréhension de ces règles échappe (partiellement) au linguiste, dans la mesure où des déterminations non linguistiques (par exemple des effets institutionnels liés aux propriétés d'une formation sociale) entrent nécessairement en jeu. Il ne s'agit nullement de remettre en cause l'idée selon laquelle 'la langue n'est pas une superstructure' (au sens marxiste de ce mot) mais d'avancer que les **formations discursives** sont, elles, fondamentalement liées aux superstructures, à la fois comme effets et comme causes. Une théorie de 'l'effet de discours' ne

210 La formalisation en linguistique, in *Cahiers pour l'analyse*, Editions du Seuil, n. 9, juillet 1968, livro organizado por A. Culioli.

peut ignorer ce point, quelle que soit par ailleurs la manière dont elle formule son objet (sous la forme d'une 'pragmatique' d'une 'rhétorique ou d'une 'stratégie de la argumentation'). (PECHEUX; FUCHS, 1968, p.32, grifos meus).

Chamo atenção para o fato de que o conceito *formação discursiva*, embora não esteja desenvolvido, está enunciado desde 1968, data da publicação do artigo de Culioli, Pêcheux e Fuchs. O que me possibilita asseverar que, pelo menos no seu processo de gestação, esse conceito não veio da *A Arqueologia do Saber* de Michel Foucault, cuja primeira publicação data de 1969. Embora as discussões sobre *A Arqueologia do Saber* estivessem latentes entre a *intelligentsia* francesa, mesmo antes de sua publicação, penso que esse conceito tenha derivado do paradigma marxista *formação social, formação ideológica* e, a partir daí, *formação discursiva*. Somente em 1977²¹¹ é que Pêcheux reordena o conceito foucaultiano de formação discursiva à análise das contradições de classe.

Acredito que Pêcheux propõe mais uma consideração formal dos processos discursivos tanto no interior dos discursos quanto entre um discurso e outro, e menos uma consideração substantiva de ideologias particulares e formações discursivas dentro de uma forma concreta, estabelecida. De acordo com essa definição, uma formação discursiva parece-me melhor compreendida como um jogo de princípios reguladores que formam a base de discursos

211 Em um texto ainda inédito aqui no Brasil, *Remontons de Foucault à Spinoza* (1977), Michel Pêcheux explicita a retomada e reelaboração que faz do conceito de formação discursiva de Michel Foucault: "isso nos conduz a pensar que toda formação ideológica deve necessariamente ser analisada de um ponto de vista 'regional', e pode ser que isso explique que toda ideologia seja dividida (não idêntica a si mesma). É porque as formações ideológicas têm um caráter regional que elas se referem às mesmas 'coisas' de modo diferente (Liberdade, Deus, a Justiça etc), e é porque as formações ideológicas têm um caráter de classe que elas se referem simultaneamente às mesmas 'coisas' (por exemplo, a Liberdade) sob modalidades contraditórias ligadas aos antagonismos de classes. Nessas condições, parece que é na modalidade pela qual se designa (pela fala ou pela escrita essas 'coisas' cada vez 'idênticas' e divididas, que se especifica aquilo que se pode, sem inconvenientes, chamar de 'formação discursiva', com a condição de se entender bem que a perspectiva regional das formas de 'repartição' e dos 'sistemas de dispersão' de Foucault se encontram assim reordenados à análise das contradições de classe". (Tradução provisória Maria do Rosário Gregolin)

efetivos, mas que permanecem separados deles. Esta formulação sugere então que palavras, expressões e proposições adquirem seus significados a partir de determinadas formações discursivas nas quais são produzidas (os elementos linguísticos selecionados, como eles são combinados) e, assim o sentido se torna um efeito sobre um sujeito *ativo*, e não uma propriedade estável. Novamente, uma expressão ou proposição não possui sentido “próprio” perpetuamente imóvel e inerente a ela. Pêcheux enfatiza o ponto resultante que produziu a emergência dessa “matriz de sentido”, indivíduos são então interpelados “como sujeitos falantes (como sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas nas quais representam dentro da linguagem as formações ideológicas que os correspondem” (PÊCHEUX, 1975, p.111-112). Tal concepção obriga Michel Pêcheux a declarar que o sujeito é “suscetível de esquecer”, ou seja, esse sujeito interpreta mal ou absorve a “causa” ou determinação de seu discurso, pensando ao contrário ser seu criador, fonte e origem do sentido. O entrelaçamento de elementos de uma a outra formação discursiva oposta é especificado como o efeito das imposições das lutas hegemônicas atravessando o campo social.

É possível então asseverar que essa noção tem uma paternidade partilhada: inicialmente a de Pêcheux em 1968 e depois a de Foucault em 1969. No caso deste último pensador esse conceito, prolongando seu projeto inicial da episteme em *As Palavras e as Coisas*, oscila constantemente entre uma interpretação em termos de regras e uma outra em termos de dispersão. Foucault parece obedecer a duas injunções contraditórias: trabalhar sobre sistemas e no mesmo processo desfazer toda unidade ou trabalhar sobre as regularidades da dispersão.

Para Foucault a formação discursiva é vista como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mas submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. Dito de outro modo, para o filósofo francês o que garante a unidade de um discurso clínico, por exemplo, não é a sua linearidade

formal – sintática ou semântica –, mas algo comparável a uma diversidade de instâncias enunciativas simultâneas (protocolos de experiências, regulamentos administrativos, políticas de saúde pública, etc). Michel Foucault chama de *écart* enunciativo a regra de formação (as modalidades enunciativas) dos enunciados na sua heterogeneidade, na sua impossibilidade de se integrar a uma única cadeia sintática.

Já em Pêcheux (1975, p.188) o conceito, gestado no ventre do marxismo/althusserianismo, aparece como “*aquilo que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma *de um arenga de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc*) a partir de uma posição dada na conjuntura social”. É possível interpretar esse conceito, por meio dos exemplos dos gêneros textuais entre parênteses, a partir de uma dupla leitura: em termos de gênero ou em termos de posição. Parece-me que Pêcheux ao sublinhar *aquilo que pode e deve ser dito* e se situar no espaço da luta de classes, trazendo como exemplos de gêneros os que privilegiam uma luta ideológica explícita, opta pela segunda interpretação. A questão dos gêneros, mesmo indiciada, não é discutida.

Embora fundamental para fugir de uma interpelação ideológica homogênea do sujeito e, também de uma *gramaticalização* do discurso, nos termos de Courtine (1999), essa articulação entre posição de um lado e gênero de outro não é feita nem por Foucault e nem por Pêcheux. Enquanto este último exemplifica essa noção a partir de discursos ideologicamente marcados, privilegiando notadamente a luta política, Foucault a exemplifica com discursos da história das ciências, verificando as condições que possibilitam a irrupção e a legitimação de determinados discursos no verdadeiro de uma época. Como então pensar por um lado a irrupção de discursividades distintas daquelas as quais Foucault pensara, por exemplo, as do cotidiano e, por outro, a irrupção dessas últimas discursividades em uma sociedade na qual a existência de classes se relativiza ao extremo.

Em um artigo ainda inédito aqui no Brasil, Sonia Branca-Rosoff²¹² (2003), assevera o seguinte:

La notion de formation discursive élaborée par M. Foucault pour aborder un ensemble de textes fixés par l'écriture et qui font l'objet de techniques de conservation sophistiquées est moins un concept ouvrant sur une méthodologie précise d'analyse de discours qu'une invitation fructueuse à se déprendre des catégories de l'histoire des idées et à remettre en cause notamment les notions d'objet et de sujet du discours. La notion de formation discursive élaborée par M. Pêcheux (dans le cadre d'un projet d'analyse du discours appuyé sur la linguistique) pose des problèmes mal surmontables, notamment lorsque l'analyste ne travaille plus sur des écrits doctrinaux ou administratifs bien stabilisés, ce qui entraîne l'impossibilité de circonscrire quelque chose qu'on puisse appeler formation discursive. Dans cette deuxième configuration, il reste de l'idée première la présence forte de l'interdiscours, la prise en compte du fait que le discours est en réaction, en réactivité aux discours qui le bordent, le travail consistant à traquer la présence de l'altérité au cœur des énoncés.

A afirmação de Branca (2003, p.7) sugere a necessidade de se repensar o conceito de formação discursiva, levando-se em consideração, de uma parte, a própria noção de formação discursiva em forma de posicionamento subjetivo-ideológico e, de outra parte, o conceito de gênero do discurso de Bakhtin. Essa articulação proposta por Branca permite que a constituição-bordeamento exterior da formação discursiva não seja reescrita somente em termos de uma determinação ideológica, mas também em termos de conteúdo temático, estilo verbal e estrutura composicional. Dito de outro modo, além do posicionamento ideológico, os elementos que constituem o gênero possibilitam uma espécie de trajeto de interpretação para

212 Texto apresentado em forma de comunicação oral no evento intitulado *Mots, Discours, Ideologie: de l'analyse du discours à celle de l'ideologie les formations discursives*, Montpellier, 26-27 de abril de 2002.

o sujeito. Ademais, tal articulação possibilitaria a compreensão de discursividades que são menos marcadas institucionalmente, por exemplo, os discursos do cotidiano.

Jean-Michel Adam, em seu livro *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes* (1999), talvez tenha sido o primeiro autor *francophone* a se preocupar com uma possível articulação entre gênero, interdiscurso e formação discursiva. “Les discours se forment de manière réglée à l’intérieur de l’espace de régularité que constitue un interdiscours. Ces régularités ne sont autres que les genres propres à une formation sociodiscursive.” (ADAM, 1999, p.86). A proposta de Adam ao articular tais conceitos é construir uma noção que não seja passiva de redução nem ao gênero e nem ao posicionamento, mas que se constitua numa espécie de tipo de discurso, de cartografia discursiva, cuja finalidade é regular as mais variadas produções discursivas.

Parece-me que Adam ao pensar tal cartografia discursiva não consegue evitar a taxionomia *a priori* dos discursos X, Y, Z que em última instância seriam a mesma coisa que formações discursivas. Em outras palavras, a articulação proposta por Adam não consegue fugir do forte matiz estrutural do conceito de formação discursiva tal qual fora pensado por Pêcheux e seu grupo no final dos anos sessenta. Ao pensar nesse geo-referenciamento discursivo, Adam vê ainda a produção de discursividades como determinada por uma formação sociodiscursiva, algo que, em última análise, pode ser visto como uma relação de causa e efeito, isto é, a discursividade seria o reflexo da formação sociodiscursiva.

Dominique Maingueneau (2003) em um texto também ainda inédito aqui no Brasil, na mesma direção de Branca, aponta para a necessidade de se repensar o conceito de formação discursiva. Segundo esse autor, tal repensar forneceria ao trabalho dos analistas de discursos delimitações mais claras entre uma formação discursiva e outra. Ou seja, de alguma forma essa delimitação seria garantida empiricamente e não ficaria apenas a critério dos analistas.

Foucault aussi bien que Pêcheux ont cherché à préserver à la fois le caractère topique des unités auxquelles a affaire l'analyse du discours et leur « dispersion », leur « inconsistance »... La problématique de Pêcheux faisait ainsi coexister une vision du discours profondément « analytique » - d'inspiration psychanalytique précisément - qui mettait l'accent sur les processus de déplacement, de condensation ou la présence de l'interdiscours dans le discours, et une vision cartographique en termes de « position de classe », de « formation idéologique ». Dans un tout autre registre, Foucault lui aussi présentait une vision double de la discursivité, consistante et inconsistante tout à la fois : système de règles et dispersion. On peut en tirer une leçon : l'analyse du discours est travaillée par une faille constitutive, qui l'empêche de se fermer en un espace compact. Il vaut mieux l'assumer. (MAINGUENEAU, 2003, p.15).

A proposta de Maingueneau, embora aparentemente caminhe na mesma direção de Branca, difere daquela, pois carrega consigo uma forte preocupação com uma delimitação empírica entre formações discursivas. Ou seja, no entendimento de Maingueneau é preciso estabelecer linhas demarcatórias entre uma formação e outra. Contudo, esse mapeamento de formações discursivas não pode ficar exclusivamente a cargo do olhar dos analistas. É necessária a construção de limites, fronteiras que definam claramente os contornos das diferentes formações discursivas ou das unidades de análise de discursos.

Maingueneau propõe os conceitos de unidade tópica e de unidade não tópica. A primeira subdivide-se em unidades dominiais: os discursos das ciências sociais e humanas, por exemplo, e em unidades transversas. Estas, como o próprio nome indica, atravessam as primeiras: por exemplo, os gêneros discursivos usados nos meios de comunicação. As unidades dominiais subdividem-se em “tipos” de discurso: o literário, o administrativo, o publicitário, por exemplo, e em posicionamentos que são a condição e o produto da delimitação de um trabalho simbólico. As unidades transversas subdividem-se em unidades de base linguística e unidades de base comunicacional,

por exemplo, os discursos divulgados pelos mais diversos suportes midiáticos. Há ainda as unidades não-tópicas, que no entendimento de Maingueneau são construídas independentemente de fronteiras linguísticas ou comunicacionais. Estas também se subdividem em duas. A primeira como formação discursiva: trata-se de uma construção do próprio pesquisador: o discurso racista, o discurso machista, o discurso feminista, etc. e, a segunda como percurso que se constitui num modo de olhar para os discursos levando em consideração aspectos de natureza formal, tipos de metáfora ou de discurso reportado que determinado discurso mobiliza, por exemplo.

Embora Maingueneau dê uma boa arrumada na tipologização das discursividades produzidas atualmente, acredito ainda que o conceito de gênero do Bakhtin dá conta de abarcá-las. Falta a esse conceito compreender o posicionamento subjetivo do seu produtor.

Diante disso, tal como Branca, acredito que seja possível pensar numa articulação entre formação discursiva e o conceito de gênero do discurso, visto que essa articulação possibilita mostrar que uma formação discursiva possui uma autonomia dependente tanto das instituições a partir das quais são produzidas, quanto do gênero, isto é, *aquilo que pode e deve ser dito*, sofre uma espécie de regulação, de *contrainte* tanto do gênero discursivo quanto do posicionamento institucional dos sujeitos.

Com isso, não sem complexidade e esgotamento, penso que seria possível reinterpretar esse conceito, deixando de ver de um lado o gênero como acessório e o posicionamento como determinante, mas ambos como elementos essenciais no fornecimento das condições que possibilitam a irrupção das discursividades, inserindo-as numa ordem do enunciável²¹³. Acredito que tal articulação daria conta

213 Com base nas ideias de Foucault da *Arqueologia do Saber*, Jean-Jacques Courtine chama de ordem do enunciável o conjunto de possibilidades que determina que alguns enunciados, embora sejam aceitáveis de um ponto de vista linguístico, não o são de um ponto de vista discursivo, visto que não se inseriram no verdadeiro de uma época. Não quer isso dizer que somente alguns enunciados possuam vontade de verdade. Esse princípio é extensivo a todos os enunciados indistintamente. A questão é que somente alguns são aceitos, legitimados como verdadeiros.

de explicar, por exemplo, como um mesmo *slogan* ou discurso político inscrevem-se no verdadeiro de uma época em distintas administrações municipais ou estaduais dirigidas pelas mais diversas posições ideológicas. Ou mesmo como as mais distintas tendências ideológicas existentes no ocidente aderiram, a partir do final dos anos oitenta ao mesmo discurso da *empregabilidade*, enunciando que não se trata de haver ou não postos de trabalho, como diz Possenti (2004), mas de os postulantes estarem ou não preparados para ocupar tais postos.

Ao propor uma reinterpretação dialógica do conceito de formação discursiva, com base em Branca, penso ser possível começar a devolver à Análise do Discurso a sua vocação heurística, visto que essa reinterpretação antes de se constituir em uma unidade estrutural de análise que atrela o sentido à ideologia, tipologizando, (de)limitando os discursos em de direita ou de esquerda, por exemplo, o que na prática se constituiria numa espécie de reconfiguração dos procedimentos harrisianos, se apresenta como uma categoria estratégica com vocação interpretativa que permite compreender as condições ideológicas, linguísticas, composicionais e temáticas que possibilitam a irrupção das discursividades atuais.

| Referências

BAKHTIN, M. *Estética de la creación verbal*. 2 ed. México: Siglo Veintiuno. Editores, 1985.

BRANCA, S. R. *Formation discursive: une notion trop ambiguë?* 2003 (mimeo).

COURTINE, J.-J. Análise do discurso político: a propósito do discurso comunista dirigido aos cristãos. *Revista Langages*, n. 62, 1981. (Tradução provisória Sirio Possenti, circulação restrita).

COURTINE, J.-J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965-1985). Tradução Heloisa Monteiro Rosário. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 6, 1999.

CULIOLI, A. La formalisation en linguistique. *Cahiers pour l'analyse*, Editions du Seuil, n. 9, jul. 1968. (Tradução provisória nossa).

GUILHAUMOU, J. *Les historiens du discours et la notion-concept de formation discursive*. Récit d'une transvaluation immanente, 2003. (mimeo).

MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*. Textes de Michel Pêcheux choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris: Editions des Cendres, 1990.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (Re) ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, D. *Au-delà des formations discursives: les unités de l'analyse du discours*. 2003. (mimeo).

PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Revue Langages*, 24, 1971. (Tradução provisória nossa).

PÊCHEUX, M. *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspéro, 1975. Edição brasileira: *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: E. P. Orlandi et al. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (org.). Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo : Cortez, 2004.

Direita e Esquerda: Volver!

Sirio Possenti²¹⁴

Ana Raquel Motta²¹⁵

214 Licenciado em Filosofia e tem mestrado e doutorado em Linguística. É professor titular (Análise do Discurso) no Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp).

215 Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (1996), Mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Atualmente é professora dos cursos de Letras e Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (desde 2009).

1. Introdução

Neste trabalho, analisaremos alguns aspectos de um *corpus* mais ou menos peculiar. Em 01/10/2007, o apresentador de televisão Luciano Huck publicou o artigo “Pensamentos quase póstumos”, na página A3 da *Folha de S. Paulo*, seção Tendências/ Debates, contando de um assalto que sofrera na véspera, nos Jardins, em São Paulo. Seguiu-se uma avalanche de cartas de leitores, comentários de diversos colunistas e muitos textos na internet e em outros jornais e revistas.

Não faremos deste material uma análise exaustiva. Consideraremos apenas alguns aspectos, também com a finalidade de colocar – ou recolocar – em debate certos conceitos. Para tanto, começaremos por tomar posição relativamente a uma questão que tem sido objeto de debate especialmente no campo político.

2. A AD e o “fim das ideologias”

Desde o início da década de 1990, ganha força um discurso sobre a desideologização da sociedade e da política. Um dos textos mais representativos desse discurso é o artigo “O fim da história” (FUKUYAMA, 1989), defendendo, em linhas gerais, que atualmente não há mais conflitos ideológicos porque não há alternativas coerentes à democracia liberal ou ao capitalismo. Tal discurso é recorrente em épocas de eleição, quando se tematizam as semelhanças entre os diferentes partidos e candidatos e, quase invariavelmente, se conclui que não existem mais diferenças ideológicas.

Um exemplo recente: na eleição de 2002, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou reportagem sobre os quatro principais candidatos à Presidência - Lula, José Serra, Ciro Gomes e Antony Garotinho - cuja manchete era “Candidatos ao mesmo discurso”. Nessa reportagem, foram selecionadas declarações dos quatro políticos citados sobre alguns temas, para mostrar o quão parecidos eram seus discursos. Em certo ponto do texto, lê-se:

O 'blá-blá-blá' [...] tem a mesma maquiagem e busca o mesmo efeito no eleitor. A impressão que se tem é que não há candidatos com divergências ideológicas: todos estão em algum ponto entre o centro e a esquerda.

Em tal mundo, o que faria uma Análise do Discurso que nasceu de certa forma para discernir claramente ideologias (materializadas em formações discursivas)? Refugiar-se-ia em análises mais linguísticas? Migraria para espaços nos quais a questão da ideologia – e seus correlatos, como formações discursivas, posicionamentos – pudessem parecer irrelevantes? O que seria de noções como interdiscurso que, em grande medida, se vivifica nos confrontos e nas polêmicas?

No entanto, desmentindo Fukuyama, os conflitos sociais, que se materializam discursivamente, insistem em contrariar a tese do “fim da história”. Mesmo um texto como o de Luciano Huck, aparentemente banal, ou desvinculado daquele debate, juntamente com sua repercussão, testemunha que a história continua e que os conflitos não só estão vivos, mas também, de certa forma, se repetem.

Por constituir um *corpus* ideologicamente bastante organizado, é possível realizar até facilmente, nos limites deste artigo, uma análise com base em orientações teóricas do clássico trabalho de Courtine (1981).

No capítulo III, “Orientações teóricas da pesquisa”, Courtine (1981, p.54) afirma que, numa pesquisa em Análise do Discurso, “convém, em primeiro lugar, determinar a escolha de uma seqüência discursiva como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberão sua organização”. Para o presente *corpus*, a *seqüência discursiva de referência (sdr)* é obviamente o texto “Pensamentos quase Póstumos”, pois foi em torno desse artigo que se produziu um debate, na maioria das vezes polêmico, que o tomou como referência.

No mesmo capítulo, Courtine propõe que o *corpus* seja repartido, a partir da *sdr*, em domínios a que ele chama de *domínio de memória* (*Dmem*), *domínio de atualidade* (*Dat*) e *domínio de antecipação* (*Dant*). Tais domínios, longe de fixar ou organizar cronologicamente o *corpus*, são construções do analista que visam a “caracterizar as repetições, as rupturas, os limiares e as transformações de um tempo processual” (p.56).

Este é, pois, um dos elementos que analisaremos: os domínios relevantes para o *corpus* em questão. E ver-se-á que eles decorrem das posições ideológicas antigas e conflitantes.

3. Domínio de memória na questão da segurança pública

Como ficará claro, contrariamente ao discurso do fim das ideologias (ou da história), as diferenças ideológicas estão vivas. Uma das questões mais candentes desse embate é exatamente uma caracterização de direita e de esquerda, pois estas seriam exatamente as formações desaparecidas.

Bobbio (1994) tornou-se uma referência clássica quando se trata dessa questão. Para ele, a distinção básica entre esquerda e direita é que a primeira é mais igualitária e a segunda mais inigualitária. Bresser-Pereira (2007, p.83), por sua vez, propõe outra interessante diferenciação entre direita e esquerda:

Meu conceito de esquerda e direita tem como critérios a justiça social e a ordem pública, de um lado, e o reconhecimento ou não da necessidade de intervenção do Estado na economia, de outro. Enquanto alguém de direita prioriza sempre a ordem em relação à justiça, quem é de esquerda está disposto a arriscar a ordem em nome da justiça social; enquanto o conservador é hoje um neo ou ultraliberal, o progressista defende um grau razoável de intervenção do Estado para corrigir as falhas alocativas e distributivas do mercado.

Se quiséssemos ensaiar uma semântica “global” (ver Maingueneau, 1984) dessas duas formações discursivas (aceitemos essa categoria, por ora), certamente os semas **/igualdade/** e **/justiça/** seriam os fundamentais da esquerda e os semas **/diferença/** e **/ordem/** seriam os fundamentais da direita. Semas “secundários” seriam os relativos ao papel da natureza (maior para a direita) e da sociedade (maior para esquerda), ao do Estado (menor para a direita, exceto quanto se trata de repressão, em decorrência do sema /ordem/) e maior para a esquerda (como corretor de desigualdades) e do Mercado (em relação ao qual se inverte a posição anterior) etc.

Levando em conta apenas a primeira parte da diferenciação proposta por Bresser-Pereira como ponto de partida, dir-se-ia que um posicionamento típico de esquerda é priorizar a justiça social, e um posicionamento típico de direita é priorizar a ordem (pública).

Em relação ao tema da segurança, o posicionamento de esquerda considera que a dita marginalidade ou violência não é um problema *natural*, mas uma consequência da miséria e da falta de oportunidades, portanto, decorre da injustiça social. Segundo esse ponto de vista, para combater a violência pública seria necessário fazer a economia crescer, erradicar a miséria, oferecer melhores perspectivas de vida à população etc. Essa posição ideológica “compreende” ações como assaltos, como o de que trata o artigo de Huck, e explica-o (o que é lido como “defesa” pela outra FD) como consequência da falta de justiça e de oportunidades de vida melhor. Assim, essa posição pode ser representada pelo seguinte enunciado:

*ESQUERDA: a violência é efeito de condições precárias e, portanto, o **combate à violência se faz pela melhoria das condições de vida da população / com maior justiça social.***

Em relação à mesma questão, o posicionamento de direita considera que os homens são divididos entre “honestos/bons” e “delinquentes” (essa divisão seria natural, até condicionada geneticamente...) e que os “delinquentes”, por perturbarem a ordem

pública, devem ser (duramente) punidos, isolados do convívio social – versões mais radicais preconizarão sua eliminação, através da pena de morte. O mesmo assalto é visto dessa posição como uma perturbação na ordem social (além de uma violação de direitos individuais), e, portanto, deve ser reprimido. Podemos representar esse posicionamento pelo enunciado

*DIREITA: a violência decorre de fatores naturais, portanto, o **combate à violência se faz por meio da ação repressiva do Estado para garantir a ordem social e eliminar ou isolar os que não a respeitem.***

Complementando a diferenciação básica proposta por Bresser-Pereira, pode-se dizer que, na questão da segurança pública, para a direita prevalecem os valores concretos (a propriedade, a tranquilidade no cotidiano dos cidadãos de bem e o bem-estar de suas famílias); para a esquerda, prevalecem valores que a direita considera abstratos, utópicos (justiça, igualdade, cidadania, direitos humanos).

A partir da década de 1980, com a crescente falta de segurança pública nas cidades brasileiras e a chegada de partidos de esquerda ao poder em algumas prefeituras e governos de Estados (e, em 2002, ao governo federal), a esquerda vê-se diante de um tema imposto: precisa discutir o papel da polícia, do aparelho repressor do Estado, propor respostas mais imediatas à violência. Tal tema é imposto no sentido de que faz parte historicamente de projetos de governo, mas também (em sentido menos técnico) porque não era discutido (ou melhor, não havia propostas de medidas “concretas”) pela esquerda brasileira como oposição: a marginalidade era explicada como consequência de desigualdade e se solucionaria com justiça social. A urgência em atacar o problema da violência fez com que ele fosse objeto de propostas de combate direto, e não apenas através do ataque a suas causas, como na conjuntura anterior.

Nessa nova conjuntura, as propostas da esquerda e da direita ainda podem ser discernidas (por exemplo, é mais típico da esquerda falar mais em prevenção e em polícia inteligente / científica, e menos em repressão e cadeia, o avesso do discurso da direita).

No entanto, pelo menos um episódio se tornou “memorável” (especialmente por ser bastante polêmico). Quando José Genoíno foi candidato ao governo de S. Paulo (em 2002), chegou a utilizar a expressão “rota na rua”, embora insistisse que se tratava de uma medida extrema, conjuntural. Mas, como se tratava de uma expressão estreitamente ligada a Paulo Maluf, expoente da direita, imediatamente a proposta do PT foi considerada ou de direita ou oportunista (o episódio não será analisado aqui; é lembrado apenas para deixar claro que a diferença entre os discursos da direita e da esquerda é claramente perceptível, e que há uma memória à qual eles são ligados).

Vejamos, agora, como essa memória irrompe na *sdr* e, em seguida, no domínio de antecipação.

4. Domínio de atualidade dos “pensamentos quase póstumos”

Para analisar o domínio de atualidade de nossa *sequência discursiva de referência*, realizaremos uma leitura do próprio artigo, procurando contemplar seu intertexto, suas referências imediatas, seus diálogos e refutações.

O início do texto é pouco convencional, considerando-se os textos que esse espaço do jornal costuma abrigar. Costumeiramente, a seção Tendências/Debates é composta de artigos de opinião, muitas vezes escritos por intelectuais e/ou políticos, a respeito de temas sociais polêmicos. Desse modo, já causa estranheza ler “Luciano Huck” como autor de um texto nessa seção. A estranheza continua, pois é proposta uma chave inusitada de leitura, ficcional, a fim de

que as frases iniciais façam sentido: “Luciano Huck foi assassinado. Manchete do ‘Jornal Nacional’ de ontem.”.

Estabelece-se a relação insinuada pelo “póstumas” do título: das duas uma: ou é um texto de ficção ou, à moda de Brás Cubas, Huck escreve “do além”. Tal jogo permanece (sendo paulatinamente enfraquecido) ao longo dos dois primeiros parágrafos. A repercussão do possível assassinato de Huck é vislumbrada, seja no espaço privado de sua família (“Não veria meu segundo filho. Deixaria órfã uma pobre criança. Uma jovem viúva.”), seja no espaço público (“[...] uma homenagem póstuma no caderno de cultura. [...] Uma multidão bastante triste. Um governador envergonhado. Um presidente em silêncio.”).

O terceiro parágrafo, formado por duas frases secas e curtas, deslinda o mistério do jogo ficcional: “Por quê? Por causa de um relógio.”. Está dada a notícia que, em manchete jornalística usual, poderia ser: *Luciano Huck corre risco de vida ao ter seu relógio roubado* ou, seguindo o modismo, *Luciano Huck corre risco de morte ao ter seu relógio roubado*, ou, simplesmente, *Relógio de Luciano Huck é roubado* ou *Luciano Huck sofre assalto*, o que, paradoxalmente, não daria nem uma manchete ou pequena nota no caderno policial.

Findo o jogo ficcional, a partir do quarto parágrafo, portanto, o tom do texto é um pouco deslocado. Huck passa a tecer considerações e a fazer análises sobre a violência brasileira, ensaiando propostas de combate. Concentraremos nossa análise nessa segunda parte do texto, pois nela é mais clara a emergência de uma (ou mais) memória(s) discursiva(s). As afirmações de Achard e de Pêcheux, que são quase definições de MD, dão conta perfeitamente de tais enunciados e os ligam a uma anterioridade. “Se... queremos falar do papel da memória, e, por conseguinte, dos implícitos...”, diz Achard (1999, p. 11), e Pêcheux acrescenta: “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.” (PÊCHEUX, 1999, p.52).

É justamente o que ocorre logo no início dessa segunda parte do texto:

Como brasileiro, tenho até pena dos dois pobres coitados montados naquela moto com um par de capacetes velhos e um 38 bem carregado.

Provavelmente não tiveram infância nem educação, muito menos oportunidades.

Trata-se de uma formulação do enunciado derivado da esquerda: *os marginais são efeito da desigualdade social, não tiveram infância, educação ou oportunidades*. No entanto, esse pequeno flerte com a esquerda tem um fim rápido, ainda no mesmo parágrafo: “O que não justifica ficar tentando matar as pessoas em plena luz do dia. O lugar deles é na cadeia.”, que é uma atualização circunstancial / textual de um enunciado da direita: *lugar de bandido é na cadeia*.

A partir de então, Huck passa a enunciar de outro lugar, não como *brasileiro*, mas como *cidadão paulistano*:

Agora, como cidadão paulistano, fico revoltado. Juro que pago todos os meus impostos, uma fortuna. E, como resultado, depois do cafezinho, em vez de balas de caramelo, quase recebo balas de chumbo na testa.

E seguem-se argumentos e propostas típicas do posicionamento da direita, inclusive invocando a “Tropa de Elite” e o “comandante (sic) Nascimento”, e dizendo que “está na hora de discutirmos segurança pública de verdade”. Essa distinção dos dois lugares enunciativos que Huck nomeia para si evoca uma memória discursiva da FD de direita, já aludida neste trabalho, que liga, no campo da segurança pública, a direita aos valores concretos e à ação e a esquerda aos valores abstratos e à análise. Isto é, enquanto se posiciona *como brasileiro* – o que pode equivaler, nesse texto, a “teoricamente”, ou a “como ser humano” –, o discurso de Huck é de esquerda. Mas quando

ele se posiciona como *cidadão paulistano* – e aqui é relevante tanto o *cidadão* quanto o *paulistano* –, é de direita. O termo “cidadão”, conforme vem sendo apontado em alguns estudos de análise do discurso, está cada vez mais próximo ao termo “consumidor”, e é exatamente essa lógica de mercado que temos aqui: o *cidadão paulistano* Huck paga *uma fortuna de impostos* e quer em troca *resultados*. O *cidadão* Huck quer que seu problema seja solucionado *de verdade*, nem que para isso haja abuso de poder e tortura. E, ao se qualificar como *paulistano*, um duplo efeito de sentido é acionado. Por um lado, temos a localização concreta, exata, da condição de Huck. O abstrato *brasileiro* afunila-se em paulista e, mais ainda, em *paulistano*. Além disso, evoca-se um outro enunciado, da suposta eficiência de São Paulo, *a locomotiva do Brasil*, que não deveria estar sujeita a situações tão “primitivas”, dignas de uma Bogotá (“[...] cenário [...] [que] continua mergulhado em problemas quase ‘infantis’ para uma sociedade moderna e justa. [...] Nem Bogotá é mais aqui”).

Ao longo do texto, podemos ler outros enunciados alinhados com a direita, como “alguém consegue explicar um assassino condenado que passa final de semana em casa? [...] Ou um par de ‘extraterrestres’ fortemente armado desfilando pelos bairros nobres de São Paulo?”, em que aparece claramente a divisão da sociedade entre cidadãos de bem e criminosos, que devem estar isolados, divisão derivada do enunciado-base da direita. Mais do que isso: não são nem a escória do nosso planeta, mas *extraterrestres* que têm a petulância de ficar *desfilando pelos bairros nobres de São Paulo*.

Concomitantemente, os flertes com enunciados de esquerda continuam, como na formulação seguinte, que faz a crítica da desigualdade social e, por isso, evoca o sema /justiça/: “de um lado a pujança do Brasil. Mas de outro crianças sendo assassinadas a golpe de estiletes na periferia [...]”. Ou então quando Huck se diz “à procura de um salvador da pátria”, e conta ter imaginado que este poderia ser “Mano Brown, mas no último Roda Viva descobri que ele não é nem quer ser o tal”.

Curiosamente, e novamente encerrando o rápido flerte com a esquerda, a lista de possíveis *salvadores da pátria* continua com o *comandante Nascimento*, que só é descartado porque Huck diz que “descobri[u] que aquele na tela é o Wagner Moura, o Olavo da novela”.

A memória discursiva também irrompe em formulações como as seguintes, repetidas a cada acontecimento um pouco mais “escandaloso”: “Mas a situação está ficando indefensável” e “se você ainda não tem um assalto para chamar de seu, não se preocupe: a sua hora vai chegar”, que evoca pesquisas repetidas de tempos em tempos, que informam o percentual de pessoas já assaltadas em grandes cidades.

Também estão presentes críticas à polícia, evocando uma memória a respeito de sua ineficiência e corrupção, como em:

Onde está a polícia? (construído sobre *a polícia deve prender / garantir o cidadão*);

Quem compra as centenas de relógios roubados? (construído sobre *os ladrões roubam porque há quem compre o produto do roubo*);

Não acredito que a polícia não saiba (evoca *a polícia sabe quem são os receptadores / ela é cúmplice* - curiosamente, uma das cartas publicadas no Painel do Leitor no dia seguinte (*Folha de S. Paulo*, 02/10/2007, A3) é de um policial que diz textualmente que eles sabem onde está o Rolex roubado...).

Portanto, através da recorrência de formulações de enunciados conhecidos, alguns derivados da FD de esquerda (mas nunca “assumidos”), e a maioria derivada da FD de direita, esta *sequência discursiva de referência* provocou forte reação; um debate que teve espaço, durante mais ou menos um mês, nas páginas de jornais, revistas e na internet. Analisaremos a seguir parte dessa repercussão.

5. Domínio de antecipação

Nos dias seguintes à publicação do artigo de Huck e durante todo o mês de outubro, o Painel do Leitor, da *Folha de S. Paulo* publicou uma série de cartas sobre o texto. Concomitantemente, colunistas do jornal e outros escritores ou personalidades também escreveram sobre o tema. A cada novo texto, o debate se reacrescia.

Muitos aspectos poderiam ser abordados a respeito dessa intensa repercussão. O material é vasto e discursivamente interessante, e não se restringiu às páginas da *Folha de S. Paulo*. Apenas como exemplo, o portal *on-line* do jornal *O Globo* publicou, em 02 de outubro, breve comentário de Luciano Huck sobre seu artigo e o assalto. Em uma declaração, inclusive, o apresentador buscava minimizar o caráter polêmico – leia-se, ideológico – de seu artigo e declarava: “Não quero repercutir o assalto. [...] Proponho que se comece a discutir o assunto para encontrarmos alguma solução: seja o capitão Nascimento, seja investimento em escolas.”.

Malgrado ele dizer-se indiferente em relação a propostas da direita (a repressão policial representada pelo *capitão Nascimento*) ou da esquerda (a correção de injustiças sociais representada pelo *investimento em escolas*), a notícia recebeu, em apenas um dia, mais de 700 comentários de internautas, a maioria em um tom bastante distante do conciliatório.

Dentre os textos mais longos que intervieram no debate, um marco importante foi o pequeno conto “Pensamentos de um ‘correria’”, do escritor Ferréz, publicado no mesmo espaço do artigo de Luciano Huck exatamente uma semana depois. O texto assinado rompia com o gênero típico dos textos da seção Tendências/Debates, por ser em primeira pessoa e provir de um narrador onisciente e conhecido do assaltante de Huck, o que fica claro já no início: “Ele me cumprimenta rápido e vai pra padaria. Acordou cedo e tratou de acordar o amigo que vai ser seu garupa [...]”. A história continua: o rapaz sai em sua moto, lembra-se de aspectos da sua infância e de

sua realidade sofrida, pensa na sua vida, concluindo que “é melhor viver pouco como alguém do que morrer velho como ninguém”. Trechos do artigo de Huck são evocados, sem citar nomes, jornais ou datas. Por exemplo: “leu em algum lugar que São Paulo está ficando indefensável, mas não sabia o que queriam dizer, defesa de quem?”. Até o programa televisivo de Huck é mencionado, quando o rapaz pensa que “nunca iria num programa de auditório se humilhar perante milhões de brasileiros [...] ele ganhou logo cedo um kit pobreza, mas [...] apesar de morar perto do lixo [...] não era lixo”. Ou então quando, já após o assalto, decide que “iria vender o relógio [...]. O cara pra quem venderia poderia se sentir como o apresentador feliz que sempre está cercado de mulheres seminuas em seu programa”.

Por ser assinado por Ferréz e por estar no espaço comumente destinado a artigos de opinião, o narrador foi imediatamente identificado por alguns leitores e colunistas com o autor do texto. E as reflexões e motivações do “correria” foram tomadas como defesas abertas da criminalidade por parte do autor do texto, o que transformaria o assaltante em vítima e Huck e o “sistema” em culpados.

A partir do dia seguinte – na verdade, Fernando de Barros e Silva já o citou no próprio dia 08 – houve menções ao texto de Ferréz em diversos espaços do jornal: em várias colunas, em *charges* e no Painel do Leitor. O debate passou a ser identificado como o de Huck vs. Ferréz, o primeiro representando o posicionamento da direita (*lugar de bandido é na cadeia*) e o segundo, o da esquerda (*a violência urbana tem causas sociais*). Alguns leitores e colunistas chegaram a questionar o jornal por ter cedido espaço para Ferréz “fazer apologia ao crime”. Foi o caso de Reinaldo Azevedo, que argumentou que “quanto mais bandidos presos, menos crimes” e concluiu, numa formulação em que o sema /ordem/ ganha prioridade absoluta: “A minha pluralidade não alcança tolerar idiotas que querem destruir o sistema de valores que garantem a minha existência.”. O *ombudsman* se posicionou a respeito da questão, ponderando que “Ferréz não louvou o roubo. Elaborou ficção”. Também o Caderno *Mais!* de 14

de outubro teve como tema o “Caldeirão do Desejo”, analisando a repercussão do episódio do rolex de Huck.

Nesse material, que é bastante volumoso, muitas vezes as formulações retomam as mesmas posições e enunciados. Não seremos exaustivos em nossa análise. Seguindo Courtine (1981, p.45), selecionamos alguns excertos em que se vê a “existência vertical, interdiscursiva de um sistema de formação de enunciados”, identificando o enunciado-base da direita (1 a 5 abaixo) e o da esquerda (6 a 10 abaixo). Mantivemos as letras maiúsculas, quando elas apareceram, por considerar que revelam o tom do escrito. Os grifos em negrito são nossos.

Formulações que retomam o enunciado-base da direita:

- (1) O índice de homicídios em São Paulo deve ficar neste ano em 12 mortos por 100 mil habitantes, menos da metade da taxa nacional de 31 mortos por 100 mil habitantes, justamente porque **tem quase o dobro da eficiência nacional em encarcerar criminosos que agridem a sociedade**. (José Vicente da Silva Filho, “Bandido é na cadeia”, Folha de S.Paulo, 22/10/2007, A3).
- (2) [...] gastar para **manter um predador, inclusive menor de 18 anos, longe da sociedade é um ótimo gasto social**. (José Vicente da Silva Filho, “Bandido é na cadeia”, Folha de S.Paulo, 22/10/2007, A3).
- (3) Com a **objetividade** que lhe é peculiar, Huck conseguiu expressar tudo o que a **sociedade ainda sadia está sentindo em relação à insuficiência, ou falência, explícita do sistema**. [...] Alguém precisava avisar isso aos cinco poderes (econômico, mídia, Executivo, Legislativo e Judiciário). E Huck o fez, de um jeito que **nenhum Ph.D conseguiu fazê-lo até agora no mesmo espaço**. Parabéns, Luciano Huck. Valeu! Que Deus o proteja. (José Roberto Loriaga Leão - Angatuba, SP, Folha On line, 04/10/2007).

(4) O GOVERNO BRASILEIRO TEM QUE **POR FIM A ESSA POUCA VERGONHA, BASTA DE LADRÕES**, NAO SE PODE IR NEM AO SUPERMERCADO, POIS OS LADRÕES DE BOLSAS E PIVETES ETC... ESTÃO EM TODAS AS ESQUINAS, OS TURISTAS E AS PESSOAS ANDAM PELAS RUAS COM MEDO, POIS SÃO SEGUIDOS POR CRIANCAS E PESSOAS PARA ROUBÁ-LOS, VERGONHA TOTAL. **MAIS POLICIAMENTO TAMBÉM NAS ESTRADAS. QUE PAÍS É ESSE? LEIS SEVERAS EM TODO O BRASIL.** (kballz, O Globo On line, 03/10/2007).

(5) "A população tinha era que se armar!!! Virar lei do cão. **Muito bonito os Direitos Humanos....blá, blá, blá...mas bandido não pensa duas vezes em te roubar e muito menos te dar um tiro.** Às vezes a vítima não reage, e mesmo assim leva tiro. **BANDIDO BOM, É BANDIDO MORTO!** Não foi à toa que o público aplaudiu o Cap. Nascimento. **Queremos a polícia EXTERMINANDO BANDIDO. PENA DE MORTE JÁ!!!** Pra que prender, se a justiça solta? (Marcos Guimarães Marotta, O Globo On line, 02/10/2007).

Formulações que retomam o enunciado-base da esquerda:

(6) Com certeza é traumático um assalto à mão armada, porém **chamar a Tropa de Elite ou quem quer que seja não será a solução do problema. Pensar em como fazer uma melhor distribuição de renda neste país seria um começo.** (Florian Buchetmann - Belo Horizonte, MG, Folha On line, 04/10/2007).

(7) Luciano, você tem toda razão para ficar indignado com o roubo do seu rolex. **Sabe onde está a origem do problema?** Somos cento e oitenta milhões de pessoas, e destas, apenas um pouco mais de cem mil pessoas, **o equivalente a cinco mil famílias, controlam quarenta e cinco por cento de toda a renda nacional.** O que acha? (Fox Black, O Globo On line, 01/10/2007).

(8) Acho que oferecer milhões para o cara correr atrás de uma bola e **deixar a saúde, a educação dessa forma precária que aí está realmente vai ser difícil tratarmos de segurança pública.** (xaninha78, O Globo On line, 03/10/2007).

- (9) O Luciano Huck não me parece ser tão inteligente. **O problema que aflige a sociedade não é caso apenas de “Tropa de Elite”, nem colocar um policial em cada porta de casa. O problema é mais sério. Chama-se EDUCAÇÃO.**

Será que a sua postura egocêntrica de **usar um relógio que custa 50 mil reais não é também uma das faces da violência**, humilhando o povo com uma ridícula ostentação? Diz que paga uma “fortuna” em impostos! Tem que pagar, afinal, ganha rios de dinheiro com um programa medíocre.” (Gilberto Carmo Pinheiro da Rosa, O Globo On line, 03/10/2007).

- (10) Em São Paulo, há **dois milhões de pessoas vivendo em favelas**, segundo dados da prefeitura. São cidadãos que, apesar de “abrirem mão” de uma moradia digna, de saúde, de educação e de transporte de qualidade, direitos mencionados na Constituição, não cansaram, não se indignaram nem peidaram, como tem feito a elite brasileira. **O apresentador Luciano Huck terá de abrir mão do seu Rolex, incompatível com um país de contrastes que chegou ao limite.** Passar o dia pensando em “como deixar as pessoas mais felizes e em como tentar fazer este país mais bacana” não basta. **Se a elite brasileira não aceita abrir mão do que conquistou, o povo não consegue mais viver sem o que nunca teve.** (Alfredo Caseiro - São Paulo, SP – Painel do Leitor, FSP, 03/10/2007).

Os dados selecionados são bastante representativos do que se pode encontrar no domínio de antecipação de nossa *sequência discursiva de referência*. No conjunto das formulações do enunciado da direita, fica claro que a sociedade aparece dividida em dois grupos: os delinquentes (retomados como “criminosos que agredem a sociedade”, “predadores”, “ladrões”, “pivetes” e “bandidos”) e os honestos (retomados como “sociedade”, “sociedade ainda sadia”, “os turistas e as pessoas”, “a população”). O primeiro grupo deve ser isolado ou eliminado através da ação repressiva do Estado (“encarcerar criminosos”, “manter um predador [...] longe da sociedade”, “mais policiamento”, “leis severas”, “queremos a polícia exterminando

bandido”, “pena de morte já”). Pode-se ver também o simulacro do discurso da esquerda, considerada ineficaz, teórica, defensora dos direitos humanos dos bandidos (“manter um predador longe da sociedade é um ótimo gasto social” – *se querem gasto social, eis um eficaz* – “nenhum PhD conseguiu fazê-lo”, “muito bonito os Direitos Humanos blá, blá, blá”).

Algo semelhante acontece com as formulações do enunciado de esquerda. A desigualdade social é evocada como causa da violência urbana (“a origem do problema [é que] cinco mil famílias controlam quarenta e cinco por cento de toda renda nacional”, “deixar a saúde, a educação dessa forma precária”, “o problema que aflige a sociedade [...] chama-se EDUCAÇÃO”, “dois milhões de pessoas vivendo em favelas”). Como consequência, para o posicionamento da esquerda, a segurança pública deriva de maior justiça social (“fazer uma melhor distribuição de renda neste país”, “abrir mão do seu Rolex, incompatível com um país de contrastes que chegou ao limite”, “Se a elite brasileira não aceita abrir mão do que conquistou, o povo não consegue mais viver sem o que nunca teve”). Também ocorrem simulacros do discurso da direita, que é vista como elitizada, egocêntrica, incapaz de analisar a situação (“chamar a Tropa de Elite ou quem quer que seja não será a solução do problema”, “oferecer milhões para o cara correr atrás de uma bola e deixar a saúde, a educação dessa forma precária”, “O Luciano Huck não me parece ser tão inteligente. O problema que aflige a sociedade não é caso apenas de ‘Tropa de Elite’, nem colocar um policial em cada porta de casa”, “postura egocêntrica de usar um relógio que custa 50 mil reais”, “não cansaram, não se indignaram nem peidaram, como tem feito a elite brasileira”).

No dia 22 de outubro de 2007, os leitores ficaram sabendo, pela coluna de Mônica Bérghamo, da *Folha de S. Paulo*, que “Luciano Huck vai ganhar um relógio novo. Fernando Di Gênio, da Mix TV, que dirigia o carro em que estava o apresentador quando foi assaltado, vai comprar outro para ele de presente”. À pequena nota, intitulada “Rolex Novo”, seguiam-se duas perguntas da coluna, respondidas

por Di Gênio. Uma passagem da resposta chama atenção: “a gente ficou surpreso na hora, mas ainda bem que não aconteceu nada com ninguém. Relógio, a gente compra outro.”.

O que faz lembrar uma cena do conto “Feliz Ano Novo”, de Rubem Fonseca (p. 19):

Então, de repente, um deles disse, calmamente, não se irrite, levem o que quiserem não faremos nada.

Fiquei olhando para ele. Usava um lenço de seda colorida em volta do pescoço.

Podem também comer e beber à vontade, ele disse.

Filha da puta. As bebidas, as comidas, as jóias, o dinheiro, tudo aquilo para eles era migalha. Tinham muito mais no banco. Para eles, nós não passávamos de três moscas no açucareiro.

A coincidência faz pensar que pouca coisa mudou nos discursos (na realidade?) nos últimos anos: os “Di Gênios”, “Hucks” e “Seus Maurícios” continuam os mesmos, e os “correrias” ainda pensam que “no final das contas, todos saíram ganhando, o assaltado ficou com o que tinha de mais valioso, que é a sua vida, e o correria ficou com o relógio. [...] num mundo indefensável, até que o rolo foi justo pra ambas as partes.”.

6. Sobre formações discursivas

Dentre as várias manifestações dos teóricos da AD sobre a questão das formações discursivas, uma das mais instigantes está em Pêcheux e Fuchs (1975). Após indicarem sumariamente o papel das formações religiosas na Idade Média e de darem indicações sobre o retorno de alguns de seus ingredientes em formações ideológicas burguesas, assinalam a dificuldade de

[...] caracterizar as fronteiras reais dos objetos reais que correspondem aos conceitos introduzidos. Esta dificuldade... resulta da contradição existente entre a natureza destes

conceitos e o uso espontaneamente imobilista e classificatório [...] sob a forma de questões aparentemente inevitáveis do tipo: 'quantas formações ideológicas existem numa formação social? Quantas formações discursivas pode conter cada uma delas?' [...] uma *discretização* de tal ordem é radicalmente impossível..." (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p.168).

Esta tomada de posição serve bem para incitar-nos a retornar sobre a análise anterior para formular algumas questões. A análise foi efetuada como se fosse pacífico que há uma formação discursiva de "direita" e outra de "esquerda", situadas, provavelmente, no campo político (para invocar uma terminologia de Maingueneau, 1984). Em seu interior, haveria *temas* como a violência, a segurança, o papel do Estado (na segurança, na economia), o papel dos fatores naturais e dos sociais em cada um desses outros "subcampos" etc. Obviamente, tal análise decorre de uma tomada de decisão que não é nem "natural" nem óbvia. Decidir que o âmbito adequado da análise é o da política (e considerar os outros aspectos como temas em seu interior, eventualmente, saberes aos quais se apela) e não, por exemplo, o dos saberes (no interior do qual a política seria um dos aspectos, uma prática à qual se apela) não é trivial. É tanto uma forma de "ver as coisas" quanto uma decisão de pesquisa. Talvez, no presente caso, uma tomada de decisão sobre a relevância da política.

Esta questão é tema de um texto instigante de Maingueneau. Em "Unidades tópicas e não tópicas" (MAINGUENEAU, 2006), mostra como a noção de formação discursiva foi de certa forma diluída, além de, efetivamente, não dar conta de todas as unidades que interessam à AD. O autor propõe, entre outras coisas, que unidades como "discurso comunista" etc. que, para a tradição da AD, eram obviamente formações discursivas, sejam consideradas "posicionamentos" (uma unidade tópica, um tipo de discurso que se caracteriza por corresponder "a espaços já 'pré-delineados' pelas práticas verbais" (p. 14), seja pela relação com um aparelho institucional, seja com uma luta ideológica, ou com ambos). O autor reserva a denominação "formação discursiva" para unidades cujo

corpus “pode conter um conjunto aberto de tipos e gêneros de discurso, de campos e de aparelhos, de registros” (p.16), e que podem ser “unifocais” (por exemplo, o discurso racista) ou plurifocais (por exemplo, a concepção de “indígena” nas viagens de Júlio Verne e nos manuais didáticos franceses).

Se considerarmos que a gestão de um discurso por uma instituição é o traço distintivo de uma FD ou de um posicionamento, a conclusão a que se deve chegar é que direita/esquerda são formações discursivas ou que são posicionamentos? A resposta não é evidente: se, por um lado, há diversos partidos de esquerda e de direita, nem por isso se pode dizer que um deles ou alguma instituição que os unifique (como a Internacional Socialista) garanta sua gestão institucional. Por outro, também é bastante claro que o modo de gestão das esquerdas e das direitas não é tão “vago” como o são o do racismo e do machismo...

Esquerda e direita seriam unidades não tópicas plurifocais? Tratam da mesma forma a violência, o meio ambiente e outras tantas questões (aborto, união civil dos homossexuais...)? Aparentemente, sim. Um bom exemplo são dois textos de Nelson Ascher: em 08/10/2007, no calor da polêmica, produziu bons exemplos de simulacros do discurso da “esquerda” (ela seria contra a ação do Estado no quesito segurança – nunca poderia usar a violência para reprimir; cidadãos como Huck têm que morrer e nem podem reclamar...) e referendou enunciados de direita (“[...] afirmar o óbvio, que lugar de bandido é na cadeia”).

No mesmo espaço (é colunista fixo do jornal FSP), em 04/02/2008, analisando a questão do meio ambiente, ataca duramente o discurso da “esquerda”, que, segundo ele, sem fundamentação científica, mas com terrorismo intelectual, pretende relacionar progresso e degradação do meio ambiente. Sumariamente, esses grupos (*lobby* dos verdes ou ecologistas), “como adeptos de qualquer seita”, gostam “de policiar a vida alheia e [...] de punir o sucesso de sociedades inteiras que não comungam com sua fé apocalíptica” (as desenvolvidas e as que querem se desenvolver).

Talvez o caso seja uma evidência a mais a justificar a avaliação final de Maingueneau (2006). Por um lado, fazer AD implica tentar organizar os *corpora* no interior de fronteiras, o que é uma forma de dar conta de sua “institucionalização”. Por outro, restringir as análises a tais casos (ou forçar os *corpora* a caberem em quadros institucionais) é desconhecer que os discursos se movem entre fronteiras, ou que nem sempre cabe em seu interior. Ou seja, que a AD é uma disciplina “cindida por uma fissura constitutiva” (MAINGUENEAU, 2006, p.23), pois

[...] o sentido é fronteira e subversão de fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e forças que excedem toda localidade. Situação eminentemente desconfortável, porque vemos assim se justaporem, isto é, se imbricarem, muitas vezes, na mesma pesquisa, dois modos de abordagem heterônomos. (MAINGUENEAU, 2006, p.24).

| Referências

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. *In*: ACHARD, P. e outros. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999 [1983].

BOBBIO, N. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 1994.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Esquerda nacional e empresários na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 70, p. 83-100, 2007.

COURTINE, J.-J. *Analyse du discours politique*. *Langages* 62, Paris: Didier-Larousse, 1981.

FONSECA, R. *Feliz Ano Novo*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

FUKUYAMA, F. The end of history. *The national interest*. Washington: Nixon Center, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005 [1984].

MAINGUENEAU, D. Unidades tópicas e não-tópicas. *In: MAINGUENEAU, D. Cenas da enunciação*. Curitiba: Criar Edições, 2006. p. 9-24.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990 [1975].

PÊCHEUX, M. Papel da memória. *In: ACHARD, P. e outros. Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999 [1983].

A noção de Formação Discursiva: uma relação estreita com o *corpus* na análise do discurso

Vanice Maria Oliveira Sargentini²¹⁶

216: Professora no Departamento de Letras, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso Político – LABOR da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

0. Introdução

No interior dos estudos da Análise do Discurso, considera-se a dupla paternidade da noção de formação discursiva (BARONAS, 2004). Tal conceito, proposto inicialmente por M. Foucault e, posteriormente, sob a ótica do marxismo althusseriano, por M. Pêcheux, torna-se indissociável da noção de interdiscurso. Embora mergulhada em contexto teórico que se modifica, a noção de formação discursiva, e por extensão de interdiscurso, sempre manteve relação estreita com a organização do *corpus* para a Análise do Discurso. Em *A Arqueologia do Saber*, a noção de formação discursiva associa-se à importância do campo dos acontecimentos discursivos e ao arquivo. Para M. Pêcheux, se, em momento inicial, o conceito de formação discursiva vincula-se à noção de sentido remetida ao exterior ideológico, posteriormente, dá-se um deslocamento em direção aos efeitos do momento da conjuntura e do acontecimento. Apoiando-nos em Guilhaumou (2002), discutiremos as relações existentes entre formação discursiva e *corpus* em diferentes momentos dos estudos da Análise do Discurso.

1. *Corpus* e formação discursiva concebidos no interior da homogeneidade

Nossas considerações irão guiar-se pelo desenrolar histórico dos estudos da Análise do Discurso, originária das reflexões de Pêcheux, com vistas a acompanhar como as relações entre teoria, em especial, o conceito de formação discursiva, e *corpus* apresentaram-se nesses estudos. Pautamo-nos, inicialmente, sobre proposições construídas no final dos anos 60 e início da década de 70. Dentre elas destaca-se a noção de ***instrumento científico***, apresentada por Pêcheux²¹⁷,

217 Esse termo é empregado, sobretudo por Paul Henry (1990), ao comentar os fundamentos teóricos da AAD69.

com o objetivo de trazer para as Ciências Sociais uma concepção de instrumento que não deveria ser concebido independentemente de uma teoria. Como exemplo desse problema, Pêcheux (AAD69) critica as aplicações de análise linguística à análise de textos, bem como empréstimos feitos à informática ou à lógica. Ele aponta a necessidade de proposição de um instrumento científico, que traga em seu bojo uma intervenção teórica e prática, e para responder a isso apresenta uma teoria de análise do discurso (sustentada ideologicamente) e um dispositivo experimental (análise automática). Assim, desde o início o *corpus* ocupa lugar central na Análise do Discurso, já que se trata de aplicar um método definido a um conjunto determinado de textos, ou ainda de sequências discursivas retiradas por processo de extração ou isolamento de um campo discursivo de referência. Entretanto, como nessa primeira fase da Análise do discurso, a extração das sequências discursivas era feita, em geral, de discursos políticos; tal fato leva a fazer parecer que essas sequências não foram extraídas de um âmbito universal de discursos, mas sim que preexistem a qualquer universal, excluindo, assim, um exterior discursivo. Portanto, o *corpus* discursivo, no interior dessa perspectiva, devia responder a critérios de exaustividade, representatividade e homogeneidade. Entretanto, esse último, em reflexões posteriores, apresentar-se-á como obstáculo à análise. O *corpus* era, até então, construído sobre a base de um julgamento de saber (de historiadores, linguistas), considerando-se preestabelecidas as condições de produção. Segundo Guilhaumou (2002), a constituição do *corpus* não tem por objetivo a seleção dos discursos que serão interessantes a serem analisados por si mesmos, mas são tomados como representativos (considerando que para responder a essa representatividade deverão ser homogêneos no espaço e no tempo e responderem a uma dada ideologia).

As análises desenvolvidas fixam-se, nesse primeiro momento, em entidades discursivas estáveis, com destaque para a análise do campo semântico e de frases gramaticalmente transformadas em torno de palavras-polo ou palavras-pivô (uma dada palavra é

escolhida, instituída como pivô em uma 'classe de proposições'). Entretanto, alguns trabalhos, como, por exemplo, as pesquisas de Regine Robin (1977) indicam que para abrigar esse exterior discursivo, não se trata de desenvolver apenas um modelo sociológico, mas que é preciso considerar que o discurso político articula-se em termos de aceitabilidade social, de relações entre o discurso e as práticas sociais.

Michel Pêcheux (1990) e Regine Robin (1977) em contato com o conceito de Formação Discursiva, proposto por Michel Foucault na *Arqueologia do Saber*, reconfiguram-no à luz do materialismo histórico e produzem, nos estudos do discurso, uma mudança substancial em relação à concepção de discurso e de *corpus*. O discurso não pode mais ser visto fora das condições históricas de produção ("O laço que liga as significações de um texto às suas condições socio-históricas, não é secundário, mas constitutivo das próprias significações" – PÊCHEUX, 1990, p.141, tradução nossa) e os *corpora* devem, então, ser analisados considerando que se inscrevem no interior de determinadas condições de produção, definidas em relação à história das formações sociais. Não se trata mais de pensar um exterior discursivo, mas tende-se a pensar o espaço discursivo e ideológico onde se desenvolvem as formações discursivas em função de relações de dominação, de subordinação e de contradição, abrindo, assim, o caminho para a proposição do conceito de interdiscurso e a falência da homogeneidade do *corpus*.

A noção de *corpus* aproxima o conceito teórico de formação discursiva da parte prática a ser desenvolvida na análise. As bases ideológicas e historiográficas que antes encerravam as entidades discursivas em blocos homogêneos como o discurso da burguesia, o discurso dos comunistas, etc., e que consideravam os discursos como definidos *a priori*, neutralizando o exterior discursivo, não resistem às novas reflexões que aproximam a noção de formação discursiva ("aquilo que pode e deve ser dito – articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc. – a partir da posição dada na conjuntura social" PÊCHEUX, 1995, p.160) à noção de acontecimento.

2. Leitura do *corpus* a partir de um trajeto temático no arquivo

J. J. Courtine (1981) ao aproximar a noção de formação discursiva como proposta por M. Foucault (sistema de regularidades e de dispersão) à noção de formação discursiva, como definida por Pêcheux, apresenta novos modos de compreensão do *corpus* na Análise do discurso. A concepção foucaultiana de formação discursiva articula-se a uma noção de *corpus* heterogêneo, instável, em processo de construção, uma vez que se apoia no conceito de enunciado:

Um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo. Mas enquanto a regularidade de uma frase é definida pelas leis de uma língua, e a de uma proposição pelas leis de uma lógica, a regularidade dos enunciados é definida pela própria formação discursiva. A lei dos enunciados e o fato de pertencerem à formação discursiva constituem uma única e mesma coisa; o que não é paradoxal, já que a formação discursiva se caracteriza não por princípios de construção, mas por uma dispersão de fato, já que ela é para os enunciados não uma condição de possibilidade, mas uma lei de coexistência, e já que os enunciados, em troca, não são elementos intercambiáveis, mas conjuntos caracterizados por sua modalidade de existência. (FOUCAULT, 1986, p.135).

Courtine (1981), em seu trabalho, redefine a noção de *corpus* discursivo – antes compreendida como “conjunto de seqüências discursivas estruturado segundo um plano definido em referência a um certo estado das condições de produção do discurso” -, introduzindo a noção de **forma de corpus**, como princípio de estruturação de um *corpus* discursivo:

Uma tal concepção não considerará um *corpus* discursivo como um *conjunto fechado* de dados que emergem de uma certa organização; ela fará do *corpus* discursivo, ao contrário, um *conjunto aberto de articulações* cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui, um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre *corpora* ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um *corpus* discursivo possa perfeitamente ser concluído apenas no final do procedimento. (COURTINE, 1981, tradução nossa).

Procede-se, assim, na AD, a uma ruptura com o *corpus* dado *a priori*, construído a partir dos saberes do analista. Passa-se, então, a descrever as configurações de arquivo (de acordo com FOUCAULT, 1986) centradas a partir de um tema, de um conceito, enfim de um acontecimento. A questão que, então, o analista se faz é: "Qual lugar discursivo ocupa dado acontecimento discursivo num determinado arquivo?".

Dessa forma, a noção de arquivo torna-se muito produtiva nos estudos da análise do discurso. Não se trata de considerar tal noção como "enunciados conservados por uma via arquivística", mas como um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade:

Entre a língua que define o sistema de construção de frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistir e, ao mesmo tempo, modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*". (FOUCAULT, 1986, p.149-150).

O *corpus* de análise passa, então, a ser composto por textos variados, de diversos gêneros, que circulam em diferentes suportes, sobre um mesmo tema, conceito ou acontecimento. A noção de formação discursiva é, enfim, considerada em sua heterogeneidade e tende a ser deixada de lado em função de uma operação de “leitura do arquivo”.

Observando as publicações brasileiras na área da análise do discurso, consideramos que o conceito de formação discursiva mostrou-se muito produtivo ao longo de vários anos (e até hoje). Tal fato revela-se de forma diferente, a partir da metade da década de 80, na França, conforme avaliação de Guilhaumou (2004), sendo que, para o autor, o conceito de Formação discursiva sofre uma “retirada estratégica”, no que respeita à sua imposição externa, em proveito das fontes interpretativas internas ao arquivo.

Nossa intervenção de 1983, no colóquio *História e Lingüística* é significativa, por sua vez, em relação ao mecanismo ‘transvaluation’ presentemente descrito e de seu resultado, o eclipse da noção de formação discursiva. Nós traçamos o itinerário de 10 anos de um historiador do discurso sem jamais usar a noção de formação discursiva, na medida em que ele é essencialmente questão da descoberta dos textos, sob os auspícios de uma descrição empírica da materialidade da língua no interior da discursividade de arquivo. (GUILHAUMOU, 2004, tradução nossa).

Verificamos que no Brasil muitos trabalhos fazem referência, na atualidade, às reflexões propostas por Pêcheux (1990a) na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, o que nos leva a considerar que tais pesquisas vinculam-se a uma abordagem da materialidade da língua na discursividade do arquivo. Assim, a noção de *corpus* em estudos da Análise do discurso apresenta-se desde a década de 80 na França e, de forma geral, na última década no Brasil, fortemente vinculada à noção de arquivo, sendo esse constituído de um ponto de vista a refletir a heterogeneidade e a representatividade na qual se insere o acontecimento a ser analisado.

Ancorado na noção de arquivo no interior da análise do discurso, Guilhaumou, historiador linguista, apresenta os conceitos de trajeto temático, momento do *corpus* e co-texto, a partir dos quais orienta suas pesquisas, em particular, destacamos o artigo que escreve em conjunto com Denise Maldidier – *Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História*, no qual ao analisar o sintagma Pão e X, no interior de um trajeto temático, em momentos do *corpus* distintos, revela que a materialidade dos textos impõe um trajeto de leitura. Marca-se nesse momento a “virada interpretativa”, uma vez que a linguística deixa de ser empregada apenas como ferramenta de análise para os historiadores, e passa a fazer parte do processo de interpretação.

3. A organização do *corpus*: a completude e a falta

É sempre mais difícil apreender o que se passa na atualidade, entretanto, isso só é possível interpretando o passado para, então, fazer-se a história do presente. Pautados nesse percurso de modificações do conceito de formação discursiva, observamos que, em um primeiro momento, tal conceito apresentava-se no interior de um quadro althusseriano de estudos da análise do discurso, exigindo, portanto, para análise o fechamento do *corpus*. Na década de 80, a aproximação dos estudiosos do discurso (PÊCHEUX, 1983/1990, COURTINE, 1981; GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1986/1994) e de conceitos propostos por Foucault (1986), como arquivo e acontecimento, indicam uma nova forma de organização do *corpus*, que não é dado *a priori* e que permite aos analistas buscar na própria materialidade do discurso um trajeto de leitura do arquivo.

Considera-se, nessa perspectiva, que o conceito de arquivo não é uma simples organização de documentos nos quais se encontram a chancela de uma instituição ou a confirmação da legitimidade do documento. Ele permite uma leitura que faz emergir sentidos, delineando a construção de uma história social dos textos.

Como exemplo, fazemos referência ao artigo de Guilhaumou e Maldié (1994) que, ao selecionarem a questão social da subsistência como tema, estabelecem um dado recorte de textos, e, portanto, constroem um arquivo a ser analisado.

Em artigo mais recente, Guilhaumou (2002), ao relatar os resultados de trabalhos de alguns historiadores-linguistas (entre eles Mayaffre, 2000 e 2004), cujas pesquisas fundamentam-se em um *corpus* organizado a partir das concepções da linguística de corpus, defende que tal organização do *corpus* permite a análise a partir da própria reflexividade dos enunciados, ou seja, “o discurso é portador de seus próprios recursos interpretativos, não estando desconectado da realidade” (GUILHAUMOU, 2002). Sustenta que como se considera na análise uma grande quantidade de textos, não há, portanto, razão para buscar sentidos em um contexto, pois ele já pode ser apanhado ao se analisar esse extenso *corpus*. Trata-se de uma proposta na qual se acentua o tratamento do *corpus*, considerando estar nesse conjunto de textos a capacidade de abrigar discursos em relação de complementaridade e contraditoriedade.

A nosso ver a informática assim como a ideologia e a centralidade do *corpus* sempre estiveram em pauta na análise do discurso. Entretanto, na esteira das reflexões de Roudinesco (2006) sobre o estatuto do arquivo, defendemos que é preciso estar atento ao excesso e à falta do arquivo. Para a autora, o estudioso que se vale de um arquivo mantém em relação a ele a ilusão de que é possível arquivar tudo, e, portanto, “se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é, então, substituída pelo arquivo, transformada em saber absoluto, espelho de si” (ROUDINESCO, 2006, p.9). Essa é a perspectiva do excesso do arquivo, na qual o analista atribui valor total ao arquivo e é difícil não ceder a ele (SARGENTINI, 2006). Na perspectiva da falta de arquivo, o analista nada tem do arquivo, tudo está apagado ou destruído e, então, o analista tende para a “soberania delirante do eu” (ROUDINESCO, 2006, p.9). Dois extremos, que geram um mesmo problema para o analista: a análise passa a ser controlada pela suposta completude

do arquivo ou a análise dispensa completamente o arquivo em favor do personalismo. Cabe ao analista do discurso tomar o arquivo considerando que o excesso e a falta não lhe interessam.

| Referências

BARONAS, R. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. *In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade.* São Carlos; Claraluz, 2004

COURTINE, J. J. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, 62, 1981.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber.* Tradução Luiz Felipe Baeta. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. *Language*, n. 81, 1986. Tradução brasileira. *In: ORLANDI, E. (org.). Gestos de Leitura da história no discurso.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

GUILHAUMOU, J. Le corpus en analyse de discours: perspective historique. *Corpus*, Número 1. Corpus et recherche linguistiques – novembro 2002.

GUILHAUMOU, J. Où va l'analyse de discours? Autour de la notion de formation discursive. *Texto!* Juin 2004. Disponible sur: http://www.revetexto.net/Inedits/Guilhaumou_AD.html. Acesso em: 20 maio. 2019.

HENRY, P. Os fundamentos teóricos da "Análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969). *In: GADET, F.; HAK, T. (org.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Tradução Bethânia Mariani *et al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAYAFFRE, D. *Le poids des mots. Le discours de gauche et de droite dans l'entre-deux-guerres*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.

MAYAFFRE, D. *Paroles de président. Jacques Chirac (1995-2003) et le discours présidentiel sous la V République*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2004.

PÊCHEUX, M. La semantique et la corpure saussurienne *In: PÊCHEUX, M. L'inquietude du discours. Textes choisis par D. Maldidier*. Paris: Cendres, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 1990a.

ROBIN, R. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROUDINESCO, E. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2006

SARGENTINI, V. M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. *In: NAVARRO, P. (org.). Estudos do texto e do discurso. Mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

| Posfácio

Escrever o posfácio do livro intitulado **Análise de Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva** é uma tarefa prazerosa, mas não é fácil. A coletânea apresenta vinte diferentes artigos que marcam para o leitor a atualidade e a força da noção de formação discursiva, tanto em sua gênese quanto em suas retomadas, reconfigurações e deslocamentos. Separei os artigos que dela fazem parte em três eixos de autoria em que se subjetivam autores franceses e brasileiros.

No primeiro eixo, agrupam-se dois escritos. Destacamos, em primeiro lugar, o célebre texto *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*, publicado originalmente em 1971, no qual Claudine Haroche, Michel Pêcheux e Paul Henry discutem o próprio da língua ou o seu real específico, na linguística de Saussure, para situar, nesse contexto e à luz do materialismo histórico, a teoria do discurso, na qual operam deslocamentos e definem os conceitos de formação ideológica e de formação discursiva. Não é demais ressaltar que, conforme os autores, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um dado momento, uma formação ideológica é um elemento suscetível de interferir como uma força confrontada a outras forças. E “cada formação ideológica constitui [...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam mais ou menos diretamente a ‘posições de classes’ em conflito umas em relações às outras”. Além disso, segundo os autores, uma formação ideológica comporta com um de seus componentes “uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada.”. Nessa perspectiva, como mostram os autores, as palavras mudam de sentido de uma formação discursiva a outra. Aqui destaco que, na revisitação desse texto, em um momento tão crítico e que coincide

com o da escrita deste posfácio, percebo o quão é importante e funcional essa noção-conceito cuja força e atualidade é indicada na forma como é retomada e (re)trabalhada nos diferentes textos dessa coletânea. Em segundo lugar, destacamos o texto *Remontemos de Foucault a Spinoza*, publicado em 1978, mas apresentado, em 1977 por Michel Pêcheux, em um Simpósio no México onde se discutiam a crise da esquerda e os (des)caminhos da política. O autor retoma e rediscute a noção de ideologia e afirma que os aparelhos ideológicos do estado são plurais e existem dentro de relações de contradição-desigualdade-subordinação. Ressalta que uma ideologia não é idêntica a si mesma, pois existe sob a modalidade da divisão e se realiza na contradição “que organiza nela a unidade e a luta dos contrários”. Com isso, reconfigura a noção-conceito de formação discursiva, defendendo que ela não se caracteriza como um “bloco homogêneo”, como postulada em textos anteriores, pois é dividida e não idêntica a si mesma.

No segundo eixo, agrupam-se, por seu turno, seis escritos. Em *O conceito de formação discursiva*, segundo capítulo do texto *O discurso comunista endereçado aos cristãos*, publicado originalmente em 1981, Jean-Jacques Courtine apresenta e trabalha o conceito de formação discursiva já reconfigurado por Michel Pêcheux, mas observando, nos níveis teórico e analítico, as contribuições de Michel Foucault na construção desse e de outros conceitos da Análise de Discurso. Em *Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente*, Jacques Guilhaumou discute deslocamentos da noção-conceito de formação discursiva, no campo da Análise de Discurso, a partir de textos de sua autoria e de Régine Robin, da década de 70, e de textos de história da Análise de Discurso em colaboração com Denise Maldidier, da década de 80 do século XX. No artigo *Formação discursiva, dialogismo e sociologia*, Pierre Achard propõe um interessante diálogo entre a Análise do discurso e a sociologia. Sonia Branca-Rosoff em *Formação discursiva: uma noção muito ambígua?* discute as dificuldades que a noção

propõe quando se trata de analisar *corpora* distintos dos propostos por Michel Pêcheux, por exemplo. Em *Discursos sobre a ciência e posicionamentos ideológicos: retorno sobre as noções de formação discursiva e de memória discursiva*, Sophie Moirand retoma a noção de formação discursiva e de memória discursiva da forma trabalhada por Jean-Jacques Courtine e analisa o intertexto plurilocal dos acontecimentos tecnocientíficos de caráter político. Finalizando este eixo, em *Formação discursiva, unidades tópicas e não-tópicas*, Dominique Maingueneau opera deslocamento do conceito e discute a estabilidade da identidade da noção de formação discursiva, a partir das unidades tópicas predeterminadas pelas práticas sociais e das unidades não-tópicas, construídas pelos pesquisadores.

No terceiro eixo, por último, agrupam-se doze textos. Em *Uma filosofia política na dispersão: as formações discursivas e o não-discursivo*, Atílio Butturi Júnior leva em consideração a relação entre práticas discursivas e não-discursivas, com o objetivo de interrogar uma questão menos abrangente, mas que materializa uma ambiguidade que desperta muito interesse: o espaço de aparecimento do conceito de formação discursiva em Michel Foucault, tendo em vista, a um só tempo: i) a inscrição do conceito numa problematização sobre o ser da linguagem; ii) a assunção de uma filosofia político-discursiva por Foucault. Em *Foucault, Pêcheux e a formação discursiva*, Cláudia Rejane Granjeiro discute a noção de formação discursiva nos dois autores e a questão da constituição do sujeito intrínseca à noção. Em *Analisar formações discursivas: reflexões teórico-metodológicas aplicadas a um corpus sobre a palmada*, Claudiana Narzetti propõe uma abordagem de questões teóricas e metodológicas acerca do conceito de formação discursiva, partindo de uma análise empírica realizada, qual seja: as formações discursivas em torno da chamada Lei da Palmada e da palmada enquanto recurso pedagógico. Em *Formação(ões) discursiva(s) e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas versus burgueses*, Damon Mayaffre analisa textos proferidos por quatro políticos franceses e classifica-os no que denomina de

tipos discursivos, quais sejam: i) falar comunista ou revolucionário; e ii) falar burguês ou republicano. Em *Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva*, Freda Indursky mobiliza Foucault e Pêcheux para mostrar, no movimento da construção teórica da noção de formação discursiva, os tipos de falha e que a noção em Pêcheux não pode ser pensada sem a relação constitutiva com a noção de Forma-Sujeito e sua fragmentação em posições-sujeito. Em *Formação discursiva como conceito-chave para a arqueogenealogia de Foucault*, Inês Lacerda Araújo apresenta formação discursiva como definidora de campos de saber, traçando um paralelo entre Foucault e Kuhn. Em *Especificidades do discurso e das formações discursivas para Michel Foucault: práticas discursivas e não-discursivas*, Jefferson Voss dos Santos procura dar destaque à diferença entre práticas discursivas e práticas não discursivas a fim de enfatizar especificidades destes conceitos que, inclusive na esteira da argumentação de Lecourt (1970), mas também de Possenti (2009), garantem contornos específicos para outros conceitos da *Arqueologia*, como os de discurso, saberes, acontecimento discursivo e formação discursiva. Em *Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia*, Lucília Maria Abrahão Sousa mobiliza as noções de sujeito discursivo e de formação discursiva do quadro teórico-epistemológico da Análise de discurso e analisa o funcionamento do sujeito do discurso midiático. Em *Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e produção de identidades*, Maria do Rosário Gregolin discute as reconfigurações do conceito de formação discursiva e a dispersão de trajetos temáticos em redes de memória, em trajetos sociais de sentidos e o papel da mídia na espetacularização dos efeitos de sentido. Em *Sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault*, Roberto Leiser Baronas traça a trajetória do termo formação discursiva e mostra a articulação entre formação discursiva e o conceito de gênero do discurso. Em *Direita e esquerda: volver*, Sirio Possenti e Ana Raquel Mota tomam o texto intitulado *Pensamentos quase Póstumos* como sequência discursiva de referência, e mostram que o *domínio de memória*, o *domínio de*

atualidade e o domínio de antecipação desse texto resultam de posições ideológicas antigas e conflitantes. Ao tratar da noção de formação discursiva, defendem que entre as manifestações dos teóricos da AD sobre a questão uma das mais instigantes está em Pêcheux e Fuchs (1975), e retomam as discussões de Dominique Maingueneau sobre a temática. Em *A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso*, Vanice Maria de Oliveira Sargentini mostra o funcionamento entre formação discursiva e *corpus*, em diferentes momentos da Análise de discurso, e pontua como o analista deve construir um *corpus* (associado à noção de arquivo), a depender da posição teórico-metodológica em que o analista pretende se subjetivar.

Isso posto, afirmamos que temos, pois, em mãos a segunda edição de um projeto sólido e importante, organizado por Roberto Leiser Baronas, sobre uma das noções-conceito mais caras ao quadro teórico-epistemológico da Análise de Discurso. Por meio dessa coletânea e dos autores que dela fazem parte, Baronas mostra aos leitores que a noção-conceito, em seus diferentes funcionamentos, vive, pulsa e pede para continuar sendo trabalhada, principalmente, na atual conjuntura.

Maria da Conceição Fonseca-Silva²¹⁸

218 É professora Titular/Pleno do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde atua como professora pesquisadora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin-Uesb) e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMEMORIALS-Uesb).

Publique seu e-book com a gente!

Letraria 





Letraria 